



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPPGPS**

**O (NÃO) DIREITO AO ESPORTE E LAZER E A  
MERCANTILIZAÇÃO DO FUTEBOL:  
COPA PARA QUEM?**

**PEDRO OSMAR FLORES DE NORONHA FIGUEIREDO**

**BRASÍLIA  
2017**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPPGPS**

**PEDRO OSMAR FLORES DE NORONHA FIGUEIREDO**

**O (NÃO) DIREITO AO ESPORTE E LAZER E A  
MERCANTILIZAÇÃO DO FUTEBOL:  
COPA PARA QUEM?**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em política social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivanete Salete Boschetti

**BRASÍLIA  
2017**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF475( Figueiredo, Pedro Osmar Flores de Noronha  
O (não) direito ao esporte e lazer e a mercantilização do  
futebol: Copa para quem? / Pedro Osmar Flores de Noronha  
Figueiredo; orientador Ivanete Salete Boschetti. --  
Brasília, 2017.  
325 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --  
Universidade de Brasília, 2017.

1. Direito. 2. Marcadoria. 3. Futebol. 4. Copa. 5.  
Esporte e lazer. I. Boschetti, Ivanete Salete, orient. II.  
Título.

**PEDRO OSMAR FLORES DE NORONHA FIGUEIREDO**

**O (Não) Direito ao Esporte e Lazer e a Mercantilização do Futebol:  
Copa para Quem?**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

Banca Examinadora

---

Professora Dr<sup>a</sup> Ivanete Salete Boschetti (PPGPS/UnB)  
(Presidente)

---

Professor Dr. Evilasio da Silva Salvador (PPGPS/UnB)  
(Membro Interno)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elaine Rossetti Behring (PPGSS/UERJ)  
(Membro Externo)

---

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas (PPGEF/UnB)  
(Membro Interno)

---

Prof. Dr. Lino Castellani Filho (PPGEF/UnB)  
(Membro Externo)

## Dedicatória

Quando ingressei no doutorado, em abril de 2013, eu não imaginava o que os anos me aguardavam. O primeiro ano foi maravilhoso, consegui afastamento remunerado da SEDF e pude aproveitar, ao máximo, a experiência única de estudar com exclusividade. No entanto, logo em outubro desse mesmo ano, descobrimos que minha amada mãe, Vania Flores, estava com câncer. Iniciamos a luta contra a doença, e bastou dois meses para eu perceber que aquela experiência iria mudar a minha vida definitivamente.

Em 2014, vivi na ponte aérea Brasília – São Paulo, para acompanhar o tratamento da minha mãe e para ficar juntinho a ela e conseguir cumprir os compromissos com o doutorado. Conclui com louvor todas as disciplinas. Após mais de 10 anos de ter saído do “ninho”, voltei para a colocar a mãe-coruja sob minhas asas. Foi um ano de muita luta e parecia que íamos vencer. Acreditávamos nisso, minha mãe mais do que todos nós. Assistimos à Copa do Mundo juntos. Ficamos estarelecidos com a derrota da Seleção Brasileira, por 7 a 1, contra a Alemanha. Conseguimos, enfim, passar alguns meses em Brasília. Foi quando me apaixonei e comecei a namorar Aninha. Após pequeno tempo de mar tranquilo, veio a tempestade e o oceano se revoltou. Minha mãe foi internada com Síndrome de Guillan Barret. Ficou paralisada na UTI.

Meu pai, Procópio, também foi internado por mais de um mês e teve que fazer algumas safenas e mamárias para garantir que o coração conseguisse continuar batendo. Gratidão eterna a Dani e a Rafa por tudo que fazem e fizeram para o meu pai! Natal de 2014, meu pai e minha mãe na UTI. Pedi Ana Paula Cruz Penante Nunes em casamento. Ficamos noivos. Era meu farol, meu anjo! No Ano-novo, outro baque, minha sogra Ila descobriu que as dores na vesícula era um câncer devastador no pâncreas. Agora, quem me dera apoio e força precisou de meus cuidados também.

No total, foram mais de 40 dias no Instituto do Câncer do Estado de São Paulo. Quarto. Noites infindáveis sem dormir, confortando e cuidando de minha mãe. Muita fisioterapia, e, em 4 meses, estava andando e dançando

novamente. O câncer já tinha dado metástase, as chances de cura já eram mínimas, mas minha mãe ainda acreditava. Em 26 de julho de 2015, casei-me. Uma festa linda, cercada das melhores pessoas, meu pai e meu sogro Guairacá estavam bem. Minha mãe e minha sogra, guerreiras, dançaram e se divertiram a festa inteira.

No semestre em que se seguiu, eu continuava na ponte área para cuidar de minha mãe e de minha nova família. Em outubro, meu sogro contraiu uma meningite e ficou hospitalizado até fins de dezembro. Ainda podia passar algumas semanas com a esposa, que faleceria em janeiro de 2016. Nesta altura, os dois moravam comigo, minha esposa e meu cunhado, Gian. Meu sogro se recuperou fantasticamente, mais algumas sequelas e cuidados de saúde fez com que ele continuasse com gente.

Esse foi o período mais duro, a doença avançava na minha mãe e a gente sentia que estava perdendo a luta. O que mais me conforta dessa época é a aproximação e ligação que tive com a minha mãe, os bons e alegres momentos que tive com essa figura tão especial. Em agosto de 2016, ela se foi! Mas seu amor ainda está presente em todas as coisas que faço, inclusive nesta tese. Peço desculpas se esta dedicatória é inadequada para adentrar à tese. Mas não sei ser diferente. Pois,...

**“[...] Metade de Mim é amor....  
E a outra metade também<sup>1</sup>”**

**Dedico esta tese para minha mãe,  
Vania Flores (*in memoriam*). A  
mulher mais corajosa que já  
conheci!  
Também dedico ao meu pai, Dr.  
Procópio Sobrinho. Pode se  
orgulhar, seu filho também é  
“doutor”!  
Aos meus sogros Ila Maria (*in  
memoriam*) e Guairacá. Por terem,  
principalmente, dado vida a...  
Ana Paula Cruz Penante Nunes,  
coautora do resto de minha vida! A  
quem, além de minha tese, dedico  
meus versos!**

---

<sup>1</sup> Música de Oswaldo Montenegro.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, Fora Temer. Não poderia deixar de escrever essas palavras, bem como, a intenção que materializa o desejo e a luta de milhões de trabalhadoras e trabalhadores desse país. Em tempos de retirada de direitos e contrarreformas, pode parecer ingenuidade querer estudar e buscar subsídios para entender a realidade do direito ao esporte e lazer no Brasil. No entanto, estamos convencidos do potencial do esporte e lazer, em contribuir para a organização da classe trabalhadora e para preencher de sentidos a vida humana.

Falo isso, porque a conquista de um tempo disponível das obrigações e necessidades, nestes últimos quatro anos e meio, para que eu pudesse usufruir de uma prática de esporte e lazer, foram raras. O peso da construção de uma tese, em um tempo delimitado, tem como desdobramento um nível elevado de estresse no nosso dia a dia. Não pela tese em si, porque a pesquisa foi fascinante: as leituras, as descobertas, os debates, os filmes, as aulas, os grupos de estudos, as viagens, os congressos, são a parte boa que deixarão saudades. Mas os sacrifícios, conjugados por situações imprevisíveis da vida e de responsabilidades adquiridas, assim como, as situações de grande impacto emocional cravaram um tempo de estudo materializado em lágrimas, dor, suor e estresse. Invariavelmente, também jorrava em mim, vindo de tantas pessoas, muito amor, carinho, generosidade, solidariedade, amizade e compreensão. A todas essas pessoas, devo minha profunda gratidão, algumas nomearei aqui, mas todas estarão gravadas em meu coração.

A menção mais especial vai para a minha esposa, Ana Paula, que ressignificou a minha vida. Companheira dos melhores e piores momentos que já vivenciei. Sempre ao meu lado, no amor e na luta, juntinhos. Nossa história de amor é a mais bonita que existe. Amor da minha vida, se não fosse por você, este trabalho não teria sido concluído. Obrigado por tudo! Só sei te amar!

Agradeço, em seguida, à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Ivanete Boschetti, pela coragem e confiança em aceitar me orientar, mas principalmente pela generosidade e compreensão que ultrapassam a questão acadêmica. Você

possui todo meu respeito e admiração! Espero ter correspondido às suas expectativas.

Agradeço aos membros da banca, professores e professoras, que muito admiro. Professora Elaine Behring, obrigado por ter me recebido na UERJ, por alguns meses, e ter contribuído para o enriquecimento da minha formação e com a escrita desta tese. Estendo meus agradecimentos aos membros do GOPPS (Grupo de Estudos em Orçamento Público e Políticas Sociais), pelo acolhimento e aprendizado coletivo. A UERJ resiste! Agradeço ao Professor Evilásio Salvador, pelas conversas e questionamentos acerca da tese, e por ter propiciado meu Doutorado Sanduíche na UERJ, por meio do PROCAD. Em nome dele, estendo também minha gratidão aos membros do GESST (Grupo de Estudo em Seguridade Social e Trabalho) da UnB. Aproveito para agradecer, especialmente, ao Matheus Magalhães, que literalmente me salvou de várias “ciladas” que me meti, quando me aventurei a estudar o financiamento e fundo público. Aos professores Fernando Mascarenhas e Lino Castellani, que me ajudaram na intermediação da Política Social com a nossa área: Educação Física, esporte e lazer. Tão combatida, tão entregue às ilusões mercadológicas desses tempos sombrios. Seguimos na trincheira. Obrigado pelo exemplo de luta e amizade!

Ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB), que me acolheu por pouco mais de 4 anos e me encheu de orgulho e felicidade por fazer parte de tudo isso. Agradeço à Domingas, doutora *honoris causa*, e alma do curso, por todo apoio dispensado. À Jucileide, Marta, Maísa, Laura e Luís Hermida, Dani, Damásio, Vivi, Carla Beatriz, Aline, Ana Paula, Priscila, Talita, Cecília, Marco Antônio, Paulinha, Júlio César, Anderson, Hannah e tantos outros que tive o privilégio de compartilhar estudos e reflexões. Saudades define!

Ao AVANTE (Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer), e aos grandes amigos Pedro Athayde, Juarez Sampaio, Roberto Lião, Marcelo Húngaro, Daniel Cantanhede, Samir Santos, Nadson, Mariângela, Victor Húngaro, Mariana Lopes, Carol Moniz e Rebeca Saminez. Agradeço, ainda, a Fernando Henrique Carneiro e Wagner Matias, que generosamente compartilharam seus estudos e reflexões. Aos professores

e professoras da UnB, que tive o prazer de compartilhar saberes, lutas e amizades, nestes anos de doutorado: Dulce Almeida, Marlene Teixeira, Angela Neves, Silvia Yannoulas e Ari Lazarotti (Guego).

Ao SINPRO, e a todas(os) àquelas(es) que lutaram pela dignidade do trabalhador em educação no Distrito Federal e no Brasil, nas pessoas de Rosilene, Cláudio Bullos, Rodrigo Rodrigues e Joelma, e aos demais colegas de luta da SEEDF e da vida, Júlio Cabral, José Montanha, Heberth Mustafa, Arthur Almeida, “Seu” Paulo, Filipe Morales, Pedro Ferreira, Fábio Assis, Guilherme Pamplona, Luís Maurício, Eldernan, David, Juliana Freire, Hélton Carvalhedo, Cícero Neves, Paulo César, Zezão Miranda, Mariana Cassiano, Ricardo Pacheco, Leila de Jesus, Lourdes, Carlos Garibel, Antônio Alves, Renata Callaça, Marília Teixeira, Raquel Lins, Renata Antunes, Sheila Campello, Patrícia Giannetti, Ana Bernadete, Goga Vulcão, Dadir Costa, Tania Torres, Neide e Nivaldo Resende. Sem vocês e sem os que vieram antes de nós, eu não poderia ter feito este doutorado com afastamento remunerado, conquista garantida no nosso plano de carreira, após muita greve e reivindicações.

Aos amigos e amigas de toda a vida, de todos os tempos, Marcinho, Patrícia e Davi, Antoninho, Regina, Arthur e Clara, Bia e Kaihan, Mércia e Bruninha, Amanda e Dudu, Jackeline, Wladsla, Alice, Leandro Casarin (Gugu), Pri Lisboa, Pablo (Seu Primo) e Cyrce, Diego, Lari, Dyarley, Andréa e Jack, Ângela, Lia, Yara e Gregório e Clério.

À eterna 87: Bruno Ottoni, Paulo Morais, Ronaldo, Leonardo, André Haui, Baleia, Berçot (*in memorian*), Gasparotto's, Madruga's, Saldanha, Elzinha e Guedes, Saldanha (*in memorian*), Black, Kids, Barbosa, China, Dani, Priscila, Aleta, Vanessa, Vivian, Humberto, Renatona e todos àqueles que encontrei nessa caminhada.

Aos meus alunos e minha alunas da UnB, em especial do Projeto MESCLAR: Rafa, Marcellinha e Gabriel, Marcella Pouso, Thaynan, Maria Isabel, Nayara, Daiane, Martinha, Letícia, Amanda, Juliana, João Paulo, Pedro Mart, Matheus, Virna, Guido, Ximenes e a tantos outros que acreditaram e ainda acreditam nesse projeto de extensão, que nasceu despretensiosamente

e já conquistou tanta coisa. Ao PELC, que resiste! A todos os formadores e formadoras, gestores e agentes sociais que acreditam na luta pelo direito ao esporte e lazer. Ao Movimento Estudantil de Educação Física, em especial ao Centro Acadêmico de Educação Física da UnB e à Secretaria Distrital Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, construída com muita luta!

Ao meu irmão Procopinho e a Manu. À vovó Lourdes (*in memorian*), aos meus padrinhos tia Tânia e tio Tácio (*in memorian*) e ao meu primo-irmão Rodrigo, representando a família Flores. À Lili, por tudo. Josy, obrigado! Ao Gian Guilherme e Nathália. À prima Priscila, ao Arthur e à Roberta, representando a família Noronha Figueiredo. À Norma e ao Léo, à tia Terezinha (*in memorian*) e Bandeira (*in memorian*). À Dani e Rafa (Obrigado!). André, Lucca, Isadora, Giovanna, Enzo, Miguel, Clarice, Isaac e Fred: amor eterno!

Aos torcedores e torcedoras do Fluminense e do Vasco da Gama! E ao pessoal do futebol de terça: rumo aos 1000 gols! Por um outro futebol e outra sociedade! Aos trabalhadores e trabalhadoras deste país, e de todo o mundo!

Só a luta muda a vida!

## RESUMO

Compreender e problematizar a (não) materialização do esporte e lazer como direito constitucional, na conjuntura da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, foi o objetivo desse estudo. Ao saturar de determinações o objeto eleito, em sua totalidade, contradição e mediação, e tomar como referência para análise, os indicadores: i. “Configuração e abrangência do Programa Copa 2014, ii. As fontes, magnitude e direcionamento do financiamento e gasto da Copa e iii. “Participação e controle social democrático”, sempre aliadas à pesquisa bibliográfica e documental, chegou-se aos seguintes resultados e conclusões: A mediação entre “questão social” e “futebol” apresenta-se como chave interpretativa para compreender o Brasil e leva a reflexões sobre as contradições da tensão capital-trabalho, expressas enquanto direito e mercadoria. Apontando os limites do direito nos marcos do capitalismo, a criação do Ministério do Esporte, em um governo “democrático e popular” em 2003, gerou expectativas de avanço da garantia de direitos, logo quebradas na tomada da agenda pública pelos Megaeventos, reflexo da continuidade do neoliberalismo manifestado na política econômica em vigor. As Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014, expressam as opções políticas, reveladas nas ações estatais restritas, seletivas e focalizadas, com beneficiamento de pessoas jurídicas (isenções fiscais, privilégios aduaneiros, etc). A configuração da gestão e controle social democrático possuiu uma lógica empresarial de Governança, explicitando o público “jogando” a favor do privado. A ínfima participação do esporte e lazer na totalidade do fundo público compromete significativamente a sua garantia como direitos, e demonstra como o mercado financeiro disputa o fundo público para garantir as condições gerais de reprodução e o processo de acumulação, como exemplifica a Copa. A FIFA /COL ficaram com a coordenação política, e aos governos, o mero cumprimento de tarefas das garantias governamentais: uma total inversão de papéis. Os interesses comerciais deste comitê executivo da burguesia transformaram a Copa num *commodity* com atributo especial: a paixão pelo futebol. Na ânsia de ampliar as margens de lucro, ilegalidades e propinas deram desenho a um Padrão FIFA de corrupção, revelado em investigações e sentenças judiciais. Operários, terceirizados e voluntários, à margem da festa, deram (à) vida ao grande espetáculo. Se sentir parte do evento, renovou sentimentos de amor à pátria, e à crença de um futuro melhor. Ao fim, foi um grande negócio apenas para o capital, que socializou os trabalhos e os custos e privatizou os lucros. Em 2013, um cenário de conflito resultou nas “Jornadas de Junho”, onde a Copa se destacou dentre os temas evidenciados no conjunto das reivindicações. O discurso de legitimação apontava benefícios econômicos no acréscimo do comércio, turismo e postos de trabalho. Benefícios sociais, com aceleração da regeneração urbana e melhoria dos bens e serviços e, ainda, benefícios esportivos. Apesar da festa, houve trabalho precário, remoções, corrupção e repressão às manifestações. O que ficou depois do Jogo? Nem legados econômicos, nem sociais, nem esportivos. Ficou um legado às avessas. Menos direitos, menos democracia. Não parece que o esporte e lazer tomarão outro rumo e se efetivarão como direitos de fato.

**Palavras-Chave:** Direito; Mercadoria; Futebol; Copa; Esporte e Lazer.

## . ABSTRACT

To understand and to question the (non) concretization of sport and leisure as a constitutional right in the context of occurrence of the 2014 Fifa World Cup was the objective of this study. After saturating the elected object of determinations, in its totality, in its contradiction and mediation, and after taking as reference for analysis the following indicators: i. "Configuration and coverage of the 2014 Cup Program, ii. The sources, magnitude and direction of the Cup's funding and expenses and iii. "Participation and democratic social control", always united with bibliographic and documental research, the following results and conclusions ensued: The mediation between "social question" and "soccer" reveals itself as an interpretative key to understand Brazil and leads to reflections about the contradictions of the capital-work tension, expressed as right and merchandise. Pointing the limits of right in the marks of capitalism, the creation of Sport Ministry during a "democratic and popular" government in 2003 brought expectations of advance in right assurance, soon broken when the public agenda was filled by Mega-events, a reflex of the continuity of neoliberalism manifested in the current political economy. The Actions of Brazilian Government on the 2014 Cup express the political choices, revealed on the restricted state actions, selective and specific, entailing the favoring of legal entities (fiscal exemptions, customs privileges, etc). The management configuration and democratic social control had a business logic of governance, unveiling the public "playing" in favor of the private. The close participation of sport and leisure on the totality of the public fund compromises significantly its guarantee as rights, and demonstrates how the financial market disputes the public fund to ensure the general conditions of reproduction as well as the process of accumulation, which the Cup gives an example. To FIFA/COL was designated the political coordination, and to the governments the mere compliance with the tasks of governmental assurances: a total reversal of roles. The commercial interests of this executive committee of the bourgeoisie transformed the Cup into a commodity with a special attribute: the passion for soccer. In the eagerness of increasing the profits, illegalities and bribes outlined a FIFA Pattern of corruption, revealed on investigations and judiciary sentences. Workmen, outsourced staff and volunteers, outside the party, gave (the) life to the great spectacle. To feel part of the event renewed feelings of love for homeland and the belief for a better future. At the end, it was a big deal only for the capital, which socialized the works and the costs, and privatized the profits. In 2013, a conflict scenario resulted on the "June Journeys", where the Cup was detached among the highlighted themes inside the group of claims. The discourse of legitimization pointed economical benefits on the business growing, tourism and job opportunities. Social benefits, with acceleration of urban regeneration and improvement of goods and services and, still, sport benefits. Despite the party, precarious jobs, removals, corruption and repression to manifestations occurred. What lasted after the Game? Neither economical, social or sport legacies. It ended up being an upside down legacy. Lesser rights, lesser democracy. It does not seem that sport and leisure will take another course and become real rights.

**Keywords:** Right; Merchandise; Soccer; Cup; Sport and Leisure.

## RESUMEN

Entender y cuestionar la (no) concretización del deporte y el ocio como derecho constitucional, en el contexto de la celebración de la Copa Mundial de la FIFA 2014, fue el objetivo de este estudio. Al saturar el objeto elegido de determinaciones, en su totalidad, contradicción y mediación, y tomar como referencia para el análisis, los indicadores: i. "Configuración y alcance del Programa Copa 2014, ii. Las fuentes, magnitud y dirección del financiamiento y gasto de la Copa y iii. "Participación y control social democrático", siempre unidos a la investigación bibliográfica y documental, se llegó a los resultados y conclusiones: La mediación entre "cuestión social" y "fútbol" se revela como clave interpretativa para entender Brasil y lleva a reflexiones sobre las contradicciones de la tensión capital-trabajo, expresadas en cuanto derecho y mercancía. Señalando los límites de lo derecho en el capitalismo, la creación del Ministerio del Deporte, en un gobierno "democrático y popular" en 2003, trajo expectativas de avance de la garantía de derechos, que pronto se rompió en la toma de la agenda pública por los Megaeventos, un reflejo de la continuidad del neoliberalismo manifestado en la política económica en vigor. Las Acciones del Gobierno Brasileño para la Copa 2014, expresan las opciones políticas, reveladas en las acciones estatales restringidas, selectivas y focalizadas, con beneficiamiento de personas jurídicas (exenciones fiscales, privilegios aduaneros, etc.). La configuración de la gestión y control social democrático poseyó una lógica empresarial de Gobernanza, explicitando al público "jugando" a favor de lo privado. La estrecha participación del deporte y el ocio en el fondo público compromete su garantía como derechos, y demuestra cómo el mercado financiero disputa el fondo público para garantizar las condiciones generales de reproducción y el proceso de acumulación, como ejemplifica la Copa. A la FIFA / COL se quedaron con la coordinación política, ya los gobiernos, el mero cumplimiento de tareas de las Garantías Gubernamentales: una total inversión de papeles. Los intereses comerciales de este comité ejecutivo de la burguesía transformaron la Copa en un *commodity* con atributo especial: la pasión por el fútbol. En el anhelo de ampliar los márgenes de beneficio, ilegalidades y propinas dieron el diseño a Patrón de Corrupción FIFA, revelado en investigaciones y sentencias judiciales. Obreros, tercerizados y voluntarios, al margen de la fiesta, dieron vida al gran espectáculo. Sentirse parte del evento, renovó sentimientos de amor a la patria, ya la creencia de un futuro mejor. Al final, fue un gran negocio sólo para el capital, que socializó los trabajos y los costos y privatizó los beneficios. En 2013, un escenario de conflicto resultó en las "Jornadas de Junio", donde la Copa se destacó entre los temas evidenciados en el conjunto de las reivindicaciones. El discurso de legitimación apuntaba beneficios económicos, en el aumento del comercio, el turismo y los puestos de trabajo, beneficios sociales, con aceleración de la regeneración urbana y mejora de los bienes y servicios y, además, beneficios deportivos. A pesar de la fiesta, hubo trabajo precario, remociones, corrupción y represión a las manifestaciones. ¿Qué quedó después del juego? Ni legados económicos, sociales o deportivos. Se quedó un legado al revés. Menos derechos, menos democracia. No parece que el deporte y el ocio tomarán otro rumbo y se convertirán como derechos reales.

**Palabras clave:** Derecho; Mercancía; Fútbol; Copa; Deporte y Ocio

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Paulo André, Bom Senso Futebol Clube. ....	80
Figura 2 – Alex, Bom Senso Futebol Clube. ....	81
Figura 3 – Foto da Carta de Reivindicações dos Operários do Consórcio Maracanã. ....	257

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Incidentes raciais no futebol brasileiro. Data, caso e ocorrência no ano de 2015.....	66
Quadro 2 – Centro de Treinamento de Seleções, por Cidades e Estados. ....	137
Quadro 3 – Marco legal e caracterização.....	145
Quadro 4 – Fontes Orçamentárias e Fontes de Financiamento da Função Desporto e Lazer. ....	157
Quadro 5 – Comparação entre as ações governamentais voltadas ao esporte consignadas nos PPAs, 2008-2011 e 2012-2015.....	162
Quadro 6 – Código e ações orçamentárias selecionadas para compor o orçamento de Megaeventos de 2010 a 2016.....	166
Quadro 7 – Ações Orçamentárias que compõe os Gastos Orçamentário com a Copa do Mundo, a partir da Ação Orçamentária seguida da sua descrição. ....	173
Quadro 8 – Ação Orçamentária que trata do desenvolvimento do futebol e promoção de direito do torcedor e que não foi escolhido para compor a base de análise dos gastos orçamentários com a Copa do Mundo 2014.....	174
Quadro 9 – Contribuintes Habilitados aos Benefícios da Lei nº 12.350/2010. IN RFB nº 1.211/2011. ....	183
Quadro 10 – Contribuintes Habilitados aos Benefícios da Lei nº 12. 350/2010. IN RFB nº 1.289/2012. ....	183
Quadro 11 – Contribuintes Habilitados aos Benefícios da Lei nº 12.350/2010. IN RFB nº 1.289/2012. ....	185

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Orçamento Geral da União e Orçamento da Função Desporto e Lazer de 2010 a 2016. ....	159
Tabela 2 - Direcionamento do gasto com esporte – Série 2010-2015. ....	163
Tabela 3 - Orçamento do DL agregando todas as funções e subfunções, Orçamento dos MGE agregando a Função DL e a Função DN, e o Orçamento da CM. ....	169
Tabela 4 - Variação do Desporto e Lazer, Megaeventos e Copa do Mundo (Série 2011-2016). ....	169
Tabela 5 – Fonte Extra-Orçamentária - Série 2010-2015. ....	176
Tabela 6 – Arrecadação tributária, gasto tributário e relação percentual de 2010 a 2015. ....	186
Tabela 7 – Gastos tributários com Eventos Esportivos, culturais e científicos e com Desporto ....	187
Tabela 8 – Gastos Tributários com desporto e lazer, Megaeventos e Copa do Mundo de 2010 a 2015. ....	188
Tabela 9 – Variação percentual dos gastos tributário com desporto e lazer, Megaeventos e Copa do Mundo de 2010 a 2015. ....	190
Tabela 10 - Valores e percentuais dos gastos tributários com a Copa do Mundo por tributo de 2010 a 2015. ....	192
Tabela 11 – Fonte Orçamentária da função Desporto e Lazer, Fonte extra-orçamentária do desporto e lazer, fonte indireta (Gasto Tributário do Desporto e Lazer), série 2010 a 2015. ....	193
Tabela 12 – Matriz de Responsabilidade Consolidada (2014): áreas prioritárias de infraestrutura, fontes de financiamento e investimentos. ....	194
Tabela 13 – Matriz de Responsabilidade: Estádios, fontes de financiamento e investimentos. Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017. ....	197
Tabela 14 – Direcionamento do gasto com Grandes Eventos esportivos por fonte e ação (Série 2004-2015). ....	198
Tabela 15 – Fontes e valores de Receita da FIFA com a Copa 2014. ....	287

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Orçamento da Copa. ....	172
Gráfico 2 – Orçamento ação Futebol. ....	175
Gráfico 3 – Valores patrocinados pela Caixa aos clubes de futebol do Brasil (2016).....	177
Gráfico 4 – Valores patrocinados pela Caixa aos clubes de futebol do Brasil (2016).....	178
Gráfico 5 – Evolução histórica dos Gastos Tributários com Desporto e Lazer, Gastos Tributários com Megaeventos e Gastos Tributários com a Copa 2014. ....	189
Gráfico 6 – Total Gasto com a Copa do Mundo e Total Gasto pela iniciativa privada com a Copa do Mundo. ....	199

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMEA	Associação Metropolitana de Esporte Amador
Abdib	Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base
ANCOP	Associação Nacional dos Comitês Populares da Copa
APEA	Associação Paulista dos Esportes Atléticos
AVANTE	Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
IPPUR/	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
ETTERN	Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEO	Diretor Executivo
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria-Geral da União
CIDE	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
ROYALTIES	
CM	Copa do Mundo
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNE	Conferência Nacional de Esporte
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COFINS	Importação Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço
Importação	
COI	Comitê Olímpico Internacional
COJO	Comitê Organizador Rio2016
COL	Comitê Organizador Local
CONDECINE	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional
CO-RIO	Comitê Organizador Rio2007
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
CPC	Comitê Popular da Copa
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSD	Conselho Superior de Desportos
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CONCACAF)	Confederação das Américas Central e do Norte
DEM	Partido Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DL	Desporto e Lazer
DN	Defesa Nacional
DRU	Desvinculação de Receita da União

FPF	Federação Paulista de Futebol
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EUA	Estados Unidos da América
EXNEEF	Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
FBE	Federação Brasileira dos Esportes
FED	Banco Central Norte-americano (Federal Reserve)
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FIP	Frente Independente Popular
FMI	Fundo Monetário Internacional
GESST	Grupo de Estudo em Seguridade Social e Trabalho
GIG	Global Interactive Gaming
GOPPS	Grupo de Estudos em Orçamento Público e Políticas Sociais
GSF	Gastos Sociais Federais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPEA	Instituto de Pesquisas de Estudos Aplicados
IRPJ	Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISE	Internacional Sports Events Company
ISL	Institute Sport and Leisure
JK	Juscelino Kubistchek
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentarias
LIE	Lei de Incentivo ao Esporte
LMSA	Liga Metropolitana de Sports Athelicos
LPS	Liga Paulista de Futebol e
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MED	Ministério da Educação e Desporto
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MET	Ministério do Esporte e do Turismo
MD	Ministério da Defesa
MF	Ministério da Fazenda
MGE	Megaeventos
MPOG	Ministério do Planejamento e Orçamento Geral
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSI	Media Sports Investmen
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSS	Orçamento da Seguridade Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAN	Jogos Panamericanos
PBF	Programa Bolsa Família
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
PDEL	Plano Decenal de Esporte e Lazer
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
- PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio -
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS Importação	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço);
PL	Partido Liberal
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	Política Nacional do Esporte
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Popular
PPGPS	Programa de Pós-Graduação em Política Social
PR	Presidência da República
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
PSD	Partido Social Democrático
PST	Programa Segundo Tempo
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDH	Relatórios de Desenvolvimento Humano
RFB	Receita Federal do Brasil
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBTR	Stella Barros Turismo
Seed	Secretaria de Educação Física e Desportos
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer
SNE	Secretaria Nacional de Esporte
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEE	Secretaria Nacional do Esporte Educacional

SNEL	Sistema Nacional de Esporte e Lazer
SNELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Lazer, Educação e Inclusão Social
TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TJD	Tribunal de Justiça Desportiva
TKCSA	Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico.
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

Introdução.....	24
CAPÍTULO 1 – Brasil: o país do Futebol e a Dialética do Esporte.....	39
1.1 Questão social: início de jogo .....	42
1.2 Futebol e “Questão Social”: teses acerca da formação social brasileira .	49
1.2.1. Os operários da bola: Os negros, “mulatos” e brancos pobres.....	59
1.2.2. Futebol é lugar de mulher?.....	69
1.3. A dialética do esporte: faces do futebol no mundo contemporâneo .....	76
CAPÍTULO 2 - O Estado Social Brasileiro e a subsunção das políticas sociais de esporte e lazer aos Megaeventos.....	86
2.1. Estado social e a crítica do direito .....	87
2.2. Esporte, Lazer e Estado Social.....	95
2.2.1 O Esporte e o Lazer na Configuração do Estado Social Brasileiro .	100
2.2.2 Pressupostos fundamentais para garantir o esporte como direito ..	106
2.3 O Brasil é o Time da “Virada “Conservadora”?: As políticas sociais de esporte e lazer em Tempos de Megaeventos.....	113
2.3.1 Meu Brasil Brasileiro: Neodesenvolvimentismo em campo?.....	114
2.3.2. Brasil é o time da “virada conservadora”?.....	119
2.3.3 Os Megaeventos esportivos no centro da política de esporte.....	124
CAPÍTULO 3 – A Pátria de Chuteiras e as Ações Governamentais para a Copa .....	131
3.1. A Copa do Mundo é nossa?.....	131
3.2. Programa Copa 2014: Análise das Ações do Governo Brasileiro .....	138
3.2.1 Configuração e Abrangência dos direitos e benefícios .....	140
3.3. Fundo Público e Financiamento da Copa de 2014 .....	151
3.3.1 Configuração do financiamento e dos gastos: Esporte e Lazer, Megaeventos e Copa do Mundo .....	154
CAPÍTULO 4 - Luta de Classes e Copa do Mundo 2014 .....	200
4.1 Gestão e Controle Social na Copa 2014.....	200
4.1.1 As Entidades de Administração do Futebol e o Mercado da bola: entre o lícito e o ilícito.....	208
4.1.2 FIFA – A dona do mundo da bola.....	211
4.1.3 Origem e desenvolvimento das entidades de administração do futebol.....	213
4.1.4 Ascensão de Havelange, Blatter e Teixeira .....	217
4.1.5 A queda .....	227
4.2 Padrão FIFA de Corrupção na Copa do Mundo do Brasil 2014 .....	237
4.3 A situação da classe operária da bola no Brasil .....	248
4.3.1 A Classe Operária vai à Copa? .....	250
4.3.2 Voluntariado .....	264
4.3.3 Esporte e Conflitos Sociais: Vai ou Não Vai Ter Copa?.....	269
4.3.4 Vai ou Não vai ter Copa? .....	273
4.3.5 Copa para Quem? Lições das Jornadas de Junho para a Copa e o direito ao esporte.....	282
4.4 Legados às avessas .....	284
Considerações finais ou quem se lembra que o esporte e lazer são direitos?.....	294
Bibliografia .....	310

## O FUTEBOL

A história do futebol é uma triste viagem do prazer ao dever.  
Ao mesmo tempo em que o esporte se tornou indústria,  
foi desterrando a beleza que nasce da alegria  
de jogar só pelo prazer de jogar.  
Neste mundo do fim de século,  
o futebol profissional condena o que é inútil,  
e é inútil o que não é rentável.  
Ninguém ganha nada com essa loucura  
que faz com que o homem seja menino por um momento,  
jogando como o menino que brinca com o balão de gás  
e como o gato brinca com o novelo de lã:  
bailarino que dança com uma bola leve  
como o balão que sobe ao ar  
e o novelo que roda, jogando sem saber que joga,  
sem motivo, sem relógio e sem juiz.  
O jogo se transformou em espetáculo,  
com poucos protagonistas  
e muitos espectadores, futebol para olhar,  
e o espetáculo se transformou  
num dos negócios mais lucrativos do mundo,  
que não é organizado para ser jogado,  
mas para impedir que se jogue.  
A tecnocracia do esporte profissional foi impondo  
um futebol de pura velocidade e muita força,  
que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia.  
Por sorte ainda aparece nos campos,  
embora muito de vez em quando,  
algum atrevido que sai do roteiro  
e comete o disparate de driblar o time adversário inteirinho,  
além do juiz e do público das arquibancadas,  
pelo puro prazer do corpo que se lança  
na proibida aventurada liberdade.

(Eduardo Galeano)  
Futebol ao Sol e Sombra

## Introdução

Ao escrever essas primeiras linhas introdutórias, ocorria, no mundo esportivo, a maior transação comercial da história do futebol. Paris Saint Germain, clube francês, com aporte de capital do Catar<sup>2</sup>, resolveu pagar a multa rescisória do contrato recém-renovado do jogador brasileiro Neymar com o Barcelona. Valor da transação: 222 milhões de euros, cerca de 822 milhões de reais. Neymar Júnior, grande expoente e comandante da atual Seleção Brasileira de Futebol, é a prova incontestada da dimensão bilionária em que foi alçado o futebol mundial.

A dinâmica social do capitalismo capturou o esporte à condição de mercadoria. Em pleno século XXI, o futebol é uma das maiores expressões desta afirmação, pois movimenta um poderoso mercado, que atinge cifras de 13 bilhões de reais em uma temporada, somente na Europa<sup>3</sup>. O mercado da bola envolve patrocínios; publicidade e direito de imagens e de transmissão; transações comerciais de jogadores e técnicos; produção, venda e marketing de materiais esportivos; construção, reconstrução e manutenção de estádios, centros de treinamentos e complexos esportivos; “*naming rights*”<sup>4</sup>; cursos e seminários para formação de professores, agentes sociais, treinadores, olheiros, voluntários e equipes multiprofissionais; gestão das entidades de administração do esporte; escolinhas esportivas; programas, projetos e ações sociais de esporte e lazer; desenvolvimento do futebol de base, das “lendas do

---

<sup>2</sup> O Catar é um rico país do mundo árabe, mas sem expressão histórica no futebol e que será sede da Copa do Mundo de 2022. Nação governada pelo Emir Tamim Bin Hamad al-Thani, passou a investir fortemente no esporte, por meio do *Qatar Sports Investment* (QSI). A QSI é uma ramificação esportiva do *Qatar Investment Authority* (QIA), conglomerado abastecido pelos Petrodólares e comandado pelo Al-Khelaifi. Magnata e amigo do Emir, Al-Khelaifi é extenista profissional, dono do BeIN Media, grupo de empresas de mídia e dono do Paris Saint Germain, que comprou Neymar Jr. O cartola é ainda membro do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2022, presidente da Federação de Tênis do Catar e um dos vice-presidentes da Federação Asiática de Tênis. Disponível em: <http://chuteirafc.cartacapital.com.br/magnata-do-catar-neymar/> Acesso em 23 de jul. 2017.

<sup>3</sup> Disponível em: [http://espn.uol.com.br/noticia/669386\\_mercado-do-futebol-na-europa-duplica-valores-e-movimenta-mais-de-r-2-bilhoes](http://espn.uol.com.br/noticia/669386_mercado-do-futebol-na-europa-duplica-valores-e-movimenta-mais-de-r-2-bilhoes). Acesso em 23 de jul. 2017.

<sup>4</sup> *Naming Rights* é uma prática comercial, em que uma determinada empresa aluga ou compra o nome de um estabelecimento, colocando o nome da empresa ou de um de seus produtos nela. No caso do mundo do futebol, se tornou uma prática comum, empresas comprarem o nome de Estádio ou “arenas de futebol”, por exemplo.

esporte<sup>5</sup>” e do futebol feminino e masculino; bolsa de apostas; planejamento, realização e organização de torneios, competições e megaeventos etc.

Vale ressaltar que o futebol é organizado internacionalmente pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), que exerce o controle político, esportivo e financeiro sobre a modalidade. A FIFA é uma organização de administração do esporte e possui subsidiárias<sup>6</sup>, as Confederações de âmbito nacional, que, por sua vez, congrega as Federações estaduais. Tal lógica hierárquica garante a normatização do esporte e preserva suas características na dimensão do alto rendimento e/ou de performance.

Segundo Bracht (2005, p. 14), o esporte é um fenômeno moderno que surgiu no século XVIII, cujas características são próprias da sociedade vigente: “competição, rendimento físico-técnico, record, racionalização e cientificação do treinamento”. O esporte é um fenômeno cultural da modernidade e se configura com uma das manifestações da cultura corporal de maior impacto na vida cotidiana das pessoas (BRACHT, 2005, p.10). Assim, como qualquer produção humana no contexto da sociedade capitalista, o esporte, na sua dimensão hegemônica, se transfigura em mercadoria e fica submetido às esferas do consumo e do fetiche.

O esporte mercadoria, dialeticamente, distancia-se da perspectiva do esporte de caráter emancipatório, entendido como necessidade humana, garantido e consagrado como direito individual pela Constituição Federal (1988). Nesta esfera, o esporte se caracteriza pelo encontro, pela convivência social e lúdica, pela repactuação das regras, pelo regionalismo, pela auto-organização comunitária, trabalho coletivo, pelo associativismo, por uma maior horizontalidade, criatividade e improviso. Essas características podem ser

---

<sup>5</sup> As lendas do esporte são geralmente ex-atletas que galgaram pódios, recordes, títulos e performances que os destacaram dos demais atletas. Verdadeiros ídolos do esporte, mesmo aposentados da modalidade, ocupam as páginas dos jornais, vendem produtos, atraem patrocinadores, são homenageados, viram personagens de vídeo games, animação, quadrinhos. As lendas do esporte são, em si mesma, *commodities*. Pelé foi um dos primeiros exemplos de jogador que se transformou em *commodity*, e, ainda hoje, contribui para a acumulação do capital. Neymar, Messi, Cristiano Ronaldo, ainda estão em atividades e são valiosas mercadorias na perspectiva do capital.

<sup>6</sup> A FIFA possui mais países filiados do que a Organização das Nações Unidas (ONU).

acentuadas no seu processo de democratização, ou seja, na garantia do esporte como direito<sup>7</sup>.

O lazer, por sua vez, está garantido constitucionalmente (1988) como direito social. Nesse sentido, o lazer é a ponte para o fortalecimento do esporte, na medida que é

um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia (MASCARENHAS, 2004, p. 97).

O esporte recreativo (participativo ou de lazer) possui um caráter possível de universalização por meio das políticas sociais, enquanto o esporte-performance traz intrínseco um caráter seletista de viés focalizado. Vale ressaltar que, na dimensão do lazer, apesar de seu caráter supostamente desinteressado, o esporte não nega suas características primárias de treinamento, rendimento, competição e busca pelo record (BRACHT, 2005), mas contraria o tom exacerbado presente nas relações sociais no capitalismo, como o ganhar a qualquer custo e o respaldo na meritocracia.

Para dar materialidade aos direitos individuais e sociais constituídos, o Estado tem como dever promover políticas públicas, cada qual com um determinado grau de comprometimento. Segundo Pereira (2008, p. 09),

os direitos com os quais as políticas públicas se identificam e visam concretizá-los são os direitos sociais, que são mais comprometidos com o princípio da igualdade, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais – que são mais comprometidos com o princípio da liberdade do indivíduo perante o Estado. Cabe, portanto, às políticas sociais, como gênero das políticas públicas, a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e previstos em lei (PEREIRA, 2008, p. 09).

No âmbito do direito ao esporte e lazer, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC<sup>8</sup>) é o programa social de esporte recreativo e de lazer com potencial para garantir a democratização e universalização desse direito (FIGUEIREDO, 2009). No entanto, nos últimos anos, os Megaeventos

---

<sup>7</sup> O Direito Constitucional ao Esporte e ao Lazer será tema de discussão mais aprofundada no decorrer da tese.

<sup>8</sup> O PELC é uma política social de esporte e lazer do Ministério do Esporte. Em estudo anterior, esse programa foi analisado e resultou na dissertação de mestrado (FIGUEIREDO, 2009) especificado na Bibliografia.

Esportivos tornaram-se peça privilegiada na composição da agenda pública governamental. Estudos recentes apontam que os Megaeventos Esportivos são uma das principais expressões contemporâneas do fenômeno Esporte-Mercadoria (PRONI, 1998; MASCARENHAS, 2011; PENNA, 2011; PENNA 2012; BARANDÃO, 2014; ATHAYDE, 2014).

Essa “explosão” de Megaeventos Esportivos realizados no Brasil, na última década, tendo o Estado como coprotagonista, apresenta determinantes relevantes no âmbito das políticas públicas e, conseqüentemente, à garantia do acesso ao esporte como direito constitucional. A organização e realização de megaeventos esportivos revelam tramas complexas acerca do tecido social brasileiro. A Copa do Mundo de Futebol FIFA, realizada no Brasil, em 2014, é um excelente exemplo disso. Muito mais do que um simples evento esportivo, a Copa 2014 revela implicações políticas, econômicas, sociais e culturais que podem nos permitir entender o atual estágio de desenvolvimento do país.

O Brasil é mundialmente conhecido como o país do futebol, em que pese esse ser de origem europeia (inglês), surgido no contexto pós-revolução industrial. Aos fins do século XIX, o futebol foi trazido ao Brasil e, inicialmente, praticado por sua elite. As camadas populares eram alijadas das práticas esportivas e a segregação também se dava no âmbito dos expectadores. Pobres, negros e mulheres, carregados de características negativas de reforço a uma suposta inferioridade, ficavam nas arquibancadas populares, enquanto as elites usufruíam das tribunas oficiais (SANTOS, 2007, p.37).

Com o fortalecimento das competições regionais e a profissionalização do esporte, bem como a participação do Brasil em competições internacionais (Jogos Olímpicos e Copa do Mundo) e a rápida expansão da prática futebolística, houve uma crescente ‘proletarização’ do esporte, principalmente, após os dois governos Vargas<sup>9</sup> (1930-1945 e 1951-1954), e que foi

---

<sup>9</sup> Getúlio Vargas foi um líder carismático que possuía sua base ligada aos setores populares. Portador de discursos patrióticos e de reivindicações sociais, principalmente de cunho trabalhista, tinha “como chave de seu projeto cultural nacionalista a consolidação da identidade nacional e a realização de grandes eventos cívicos e esportivos” (MELO, 2009, p. 44 e 45).

aprofundada em 1960, a partir do Governo Juscelino Kubistchek<sup>10</sup> (1956-1960) (PRONI, 2000; DAMO, 2002; SANTOS, 2007; FILHO, 2010).

Desse modo, a identidade do povo brasileiro foi sendo construída ao longo do século XX, em torno de elementos que pudessem proporcionar um sentimento de unidade nacional. Movido pela intenção de integração nacional, o Estado se aproxima das organizações esportivas, sendo o futebol elemento central desse movimento, que serviu como catalisador de um sentimento nacionalista e patriótico (BRACHT, 2005, p. 70).

Esse ufanismo em torno do futebol como identidade nacional foi reforçado significativamente pela mídia e introjetado na classe trabalhadora, de tal maneira, que se pode afirmar que o futebol – mesmo referenciado em seu modelo de espetáculo – constitui um de seus principais interesses culturais no âmbito do lazer. Esse interesse se confirma no papel de torcedor que assiste pela televisão, internet e rádio aos jogos de seu time (clube) de coração ou dos jogos dos times de várzea da sua comunidade ou do seu trabalho, ou ainda, participando como jogador, nas “peladas” ou em campeonatos amadores oficiais.

Com o advento da Copa do Mundo do Brasil, de 2014, essa exacerbação em torno do futebol no imaginário do brasileiro toma contornos especiais. Nesse contexto, os Megaeventos esportivos entram na pauta da agenda pública do governo federal, enquanto as políticas sociais<sup>11</sup> de esporte e lazer (Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Segundo-Tempo) e, conseqüentemente, a democratização do acesso ao direito ao esporte e o lazer aparentam ficar em segundo plano.

Um das questões, fortemente alardeadas, são os impactos, a maioria de ordem positiva (benefícios), que a realização de um megaevento desse tipo exerce sobre o país e principalmente nas cidades onde o mesmo ocorre. A

---

<sup>10</sup> Juscelino Kubitschek, mineiro, foi o presidente responsável pela mudança do Distrito Federal do Rio de Janeiro para o centro do país, construindo Brasília, dotando de novos sentidos o esporte como instrumento de integração nacional.

<sup>11</sup> “As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e, até mesmo, respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 51).

esses impactos, denominam-se legados sociais<sup>12</sup>, onde ocorreria, nas cidades-sedes, um processo de aceleração da regeneração urbana (melhoria da mobilidade etc.), criação de empregos, aumento do turismo, entre outros (HARVEY, 2006). Na contracorrente, alguns setores da sociedade, como é o caso dos Comitês Sociais da Copa (CPC), que foram constituídos nas 12 cidades sedes da Copa 2104, manifestaram que os “legados sociais” não se consagraram de forma positiva, e, ao contrário, atentaram contra os interesses das camadas mais pobres da população brasileira, violando direitos humanos básicos. Os CPCs reuniram militantes e pesquisadores sociais, que trabalharam intensamente no registro e na sistematização dessas violações e negação de direitos em Dossiê (ANCOP, 2014), que serviu como uns dos principais documentos críticos à organização da Copa no Brasil.

Às vésperas da Copa das Confederações FIFA 2013, eclodiu no país uma série de manifestações, denominada “Jornadas de Junho”, que acabaram por questionar os gastos realizados na organização da Copa do Mundo de 2014, diante da realidade de não garantia de direitos que vive o Brasil. Os sujeitos envolvidos são também questionados, revelando a luta de classes, cada qual em seu papel social: o Governo, a FIFA, o mercado, os trabalhadores, as mídias, as universidades e os movimentos sociais.

---

<sup>12</sup> Sobre a questão dos legados sociais nos Megaeventos esportivos, recomenda-se a leitura de trecho da entrevista de Eddie Cottle, autor do livro: *South Africa's World Cup: A Legacy For Whom?* (Copa do Mundo da África do Sul: um legado pra quem? (2012). Para o jornalista Alexandre Praça do Le Diplomatique: “Diziam que haveria um legado porque seria a primeira Copa do Mundo a ser realizada na África. Falavam que os ganhos seriam muito maiores que os investimentos públicos gastos para sediá-la. Também se dizia que, ao mostrar a África do Sul por meio da mídia mundial, o país receberia investimentos. Houve ainda uma ideia de que, com o destaque de nossas belas paisagens, haveria uma explosão do turismo. Para os trabalhadores em geral e para o público, havia uma expectativa de que a Copa iria gerar emprego. Comentavam que haveria dinheiro fluindo para dentro do país por meio do turismo, dos investimentos, e assim por diante. Mas a realidade é que a Copa não forneceu tudo o que a mídia prometia, nem em relação aos compromissos do documento de candidatura. O que vemos é que as Copas do Mundo são veículos para a acumulação de capital privado em uma escala global, em que a FIFA atua como facilitadora. Em termos de acumulação de capital, não há nada igual, nem mesmo nos velhos tempos do imperialismo ou na globalização moderna. A Copa recebe toda essa atenção precisamente porque os ultrapoderosos são aqueles que mais se beneficiam dela. Para isso, eles fabricam mentiras descaradas para o público. Dizem que haverá grandes investimentos, que o país vai se beneficiar do turismo, que haverá emprego e [que o evento] trará toda essa glória para o país. Pelo menos o último ponto é verdadeiro. O país é deixado com a glória de sediar a Copa, mas a um custo significativo para a sociedade e os pobres em geral”. Acesso em: 20 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1041>

Estudos já realizados, tais como o de Athayde (2014), Mascarenhas (2014), Proni (2000; 2008), Vainer (2014), dentre outros, demonstram que os Megaeventos esportivos, por sua vez, cumprem um papel estratégico na concorrência global intercidades de acumulação de capital, o que significa na tensão entre capital-trabalho, de antagonismo aos interesses da classe trabalhadora, inclusive, o pleno exercício do direito ao esporte.

Compreender e problematizar a (não) materialização do esporte e lazer como direito constitucional, na conjuntura da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, é o objetivo desse estudo. Pretendeu-se saturar de determinações o objeto eleito, realizando aproximações sucessivas a fim de identificar, analisar e refletir sobre o esporte e o lazer como fenômenos sociais contemporâneos em sua dialética e o papel das políticas sociais de esporte e lazer na atualidade.

Para tanto, a pesquisa se orientou pelo seguinte problema de pesquisa: tendo como base a intersecção do futebol com a “questão social” na particularidade brasileira e a dimensão hegemônica do esporte-mercadoria e considerando a configuração das políticas sociais no contexto de capitalismo tardio, quais são as implicações da realização da Copa do Mundo de 2014 na (não) materialização do direito ao esporte e lazer previstos na Constituição Federal de 1988?

### ***O Método em Marx e o (não) direito ao esporte e lazer no Brasil***

Marx e Engels detiveram-se por toda vida em desvelar e compreender a formação da sociedade burguesa de sua época. No entanto, além disso, a intenção de ambos era intervir na realidade com vistas à construção de outro projeto societário que superasse as relações de produção capitalista que, por sua vez, produziam a exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa. Eles tinham como objetivo central conhecer e transformar a realidade social a qual estavam inseridos.

Seus estudos configuraram a teoria social denominada por muitos como marxismo. Com a apropriação de intelectuais, políticos e estudiosos, tais como Lenin, Gramsci, Lukács, entre outros, foi se configurando uma tradição

marxista e a constituição de diversos “marxismos” (leninismo, ortodoxo, frankfurtiano etc.).

Além da teoria social, que tratou de problematizar a sociologia política com a economia e a filosofia crítica, Marx e Engels esmiuçaram um método de leitura e compreensão da realidade: o método materialista histórico dialético. O método caracteriza-se “por ter como ponto de partida a afirmação do trabalho como fundamento ontológico do ser social” (TONET, 2009, p. 20).

Este fio condutor metodológico, mas frise-se *onto-metodológico* e não apenas metodológico, é que permite uma impositação adequada de toda a problemática, impedindo os descaminhos politicistas ou reducionistas. Ele permite assegurar que a questão fundamental é a autoconstrução humana e que todas as categorias da sociabilidade [...] devem ser compreendidas e avaliadas em função das posições que ocupam nesse processo (TONET, 2009 p. 20).

A construção do método a partir do trabalho desenvolvido por Marx não é algo simples. Marx partiu de três principais referências para a formulação de seu rigoroso método: a filosofia alemã (principalmente Hegel), a economia política inglesa (especialmente Smith e Ricardo) e o socialismo francês (Owen, Fourier etc.). O tratamento científico dado a essas três referências é um aspecto importante, pois não partia da sua negação e sim da crítica do conhecimento historicamente acumulado.

Diversos equívocos e adulterações deturparam a obra de Marx, que partiram tanto de aliados de Marx quanto de adversários e detratores. Por exemplo, têm-se, no campo marxista, construções com forte influência positivista, que se deram na sequência das elaborações da Segunda Internacional e no desenvolvimento ideológico da Terceira Internacional (1919-1943), e que culminaram na perspectiva empobrecida da ideologia stalinista (NETTO, 2011, p.11).

Um ponto histórico importante foi a trajetória que Marx fez para chegar ao materialismo dialético, que buscou a superação do materialismo mecanicista e anti-humano, na qual a natureza é para o ser humano só um objeto de contemplação, um modo puramente externo, podendo viver perfeitamente sem ele, por um materialismo que coincida com o humanismo, e que coloca o homem e a natureza em uma união dialética, cuja mediação é a práxis objetivo-

sensorial (trabalho como processo dialético pelo qual o homem se auto reproduz).

A práxis nos leva ao caráter necessariamente totalizante do conhecimento. Segundo Kotic (2002, p. 222), a práxis não opõe a atividade prática da teoria e sim é a própria determinação da existência humana como parte da realidade. E complementa que “a *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que *cria* a realidade (humano-social) e que, *portanto*, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade em sua totalidade)”.

Constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Essa passagem de Marx apresenta a rica totalidade de determinações e relações que o objeto, a partir de sua estrutura e dinâmica, apresenta. O método satura de determinações o objeto para compreender o seu caráter totalizante. Para Marx e Engels,

o *ser social* – e a sociabilidade resulta elementarmente do *trabalho*, que constituirá o modelo da *práxis* – é um processo, movimento que se dinamiza por *contradições*, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas *contradições* impulsionam a outras superações (NETTO, 2011, p. 31).

Por esse viés, Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe “proporcionou o erguimento do seu edifício teórico articulando três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a mediação” (NETTO, 2011, p. 57).

Foi esta perspectiva teórico-metodológica que orientou nossa busca na compreensão do direito ao esporte e lazer na conjuntura atual, pois não basta fazer uma análise descritiva do objeto. O ponto de partida sempre é a prática social concreta. O objetivo da pesquisa marxiana é, expressamente, conhecer “as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa (NETTO, 2011, p. 46)”.

Para Marx, o objeto de pesquisa é uma *totalidade concreta* e não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. A delimitação do objeto nesse trabalho – a (não) materialização do direito ao esporte e lazer no contexto da Copa 2014 – requer compreender a totalidade e entender os seus aspectos dinâmicos e contraditórios.

Compreender a materialização do direito ao esporte e lazer, no contexto de priorização dos Megaeventos na agenda pública, não é tarefa simples, principalmente quando se pretende investigar a partir da totalidade, da contradição e da mediação. A organização e realização de megaeventos esportivos revela uma trama complexa no tecido social brasileiro. Muito mais do que simples eventos esportivos, manifesta implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

A contradição representa a unidade e a luta dos contrários. “São chamados contrários, os aspectos cujos os sentidos de transformação são opostos e cuja interação constitui a contradição ou a luta dos contrários” (CHEPTULIN, 1982, p.1)

A passagem da diferença para a contradição é um movimento de uma diferença não essencial para uma diferença essencial, tornando-os contrários. Dessa forma, “as contradições entram em conflito, passam um no outro, tornam-se idênticos e, exatamente por isso, condicionam a resolução das contradições. Uma vez as contradições resolvidas, a formação material chega a um novo estado qualitativo, incluindo um novo grupo de contradições”, conforme aborda Netto (2011, p. 57). A mediação é justamente o processo de sucessivas aproximações do objeto com as totalidades. O mesmo autor complementa que

as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade (NETTO, 2011, p. 57).

Dessa maneira, todo o desenvolvimento da investigação procura captar as categorias apresentadas, como já se percebe no primeiro capítulo, intitulado “Brasil, o país do Futebol e a Dialética do Esporte”, onde se buscou

compreender o desenvolvimento da sociedade capitalista no mundo contemporâneo e os elementos socioculturais que dão contorno à construção e ao desenvolvimento da formação social brasileira e seu posicionamento no cenário mundial. A mediação entre a “questão social” e o “futebol” apresenta-se como chave interpretativa para compreender o Brasil e os brasileiros e brasileiras.

O futebol é parte constitutiva da identidade nacional brasileira e elemento indissociável da formação social brasileira. A relação entre Estado e esporte demonstra a intencionalidade desse projeto, ainda no primeiro Governo Vargas. O desenvolvimento dessa modalidade esportiva em terras brasileiras leva a reflexões sobre as contradições imersas na tensão capital-trabalho expressas nas diversas faces do futebol, na sua dimensão enquanto direito e enquanto mercadoria.

Homens, mulheres, brancos e negros e pessoas das mais diversas orientações sexuais e identidades de gênero vivenciam o fenômeno esportivo do futebol de forma particular e expressam a “questão social”, em um corte de classe, apresentando, portanto, especificidades na conformação da luta de classes e consubstanciando as questões de gênero, sexo, raça e etnia, no contexto marcado por um desenvolvimento capitalista dependente e de crise estrutural do capital. Esses elementos constituem um tipo particular de “Estado Social” *à brasileira*<sup>13</sup>.

No segundo capítulo, o caminho elegido privilegiou caracterizar a configuração do Estado Social Brasileiro, principalmente na organização estatal para a (não) garantia do esporte e lazer como direito, sem deixar de ser feita a crítica aos limites do direito nos marcos do capitalismo.

A Constituição de 1988 é o marco legal que dá forma às premissas do Estado Social Brasileiro, mas que expressa o contexto de luta de classes na sua (não) materialidade. Palco de disputas e interesses antagônicos, o esporte e lazer foi abrigado pela criação do Ministério do Esporte, em 2003, na primeira gestão do Presidente Lula. Inicialmente, propício à discussão e construção de

---

<sup>13</sup> O desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina e mais especificadamente no Brasil foi diferente dos países centrais da Europa e dos Estados Unidos da América. Marcado pelo modo produção escravagista e colonial, o país se industrializou tardiamente e de forma auxiliar e dependente aos países centrais do capitalismo.

um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, na esfera de garantia de direitos, teve contraditoriamente, sua agenda pública logo tomada pelos Megaeventos esportivos.

Estes dois primeiros capítulos resultam de **Pesquisa bibliográfica**, que consistiu em caracterizar, identificar e analisar as produções bibliográficas e os fundamentos teóricos existentes sobre: futebol e questão social, lei geral de acumulação, formação social brasileira, direito ao esporte e lazer, Estado Social, política social, Megaeventos esportivos e Copa do Mundo. Temáticas que foram enriquecidas com **pesquisa documental**, onde um extenso material – legislação, documentos oficiais dos programas sociais de esporte e lazer e do Ministério do Esporte - foi consultado, registrado, sistematizado e analisado.

O terceiro capítulo procurou apreender a (não) materialização do direito ao esporte e lazer, em meio a esse novo momento. A Copa do Mundo de 2014 é o acontecimento social analisado. Com o intuito de compreender as ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014, buscou-se analisar a “configuração e abrangência do Programa Copa 2014”, observando a natureza e tipo dos direitos e benefícios anunciados e/ou negados. Este capítulo trouxe a reflexão acerca do direito ao esporte e lazer, atentando para as garantias governamentais dadas à FIFA e ao conjunto de leis e decretos que formam o Marco Regulatório legal para a realização do evento, e revelam a priorização dos megaeventos em detrimento ao esporte e lazer como direito.

Também, nesse capítulo, analisa-se a configuração do financiamento<sup>14</sup> e gasto da Copa, a partir dos indicadores: a) “Fontes do financiamento”, b) “Direção dos gastos” e c) “Magnitude dos gastos”, levantando as fontes de financiamento da Copa: orçamentária e indiretas (Gastos Tributários), já que não há fontes extra-orçamentárias nos gastos identificados com a Copa, balizando a magnitude e o direcionamento desses gastos. Para tanto, foram utilizados dados secundários de pesquisas já disponíveis, além de pesquisa no site do senado: SIGA BRASIL, para compilar os dados orçamentários; os Relatórios das Estimativas de Gastos Tributários da Receita Federal, para identificar a magnitude das isenções fiscais à FIFA, suas subsidiárias e

---

<sup>14</sup> Corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) a preços de julho de 2017.

parceiros comerciais; as resoluções da Matriz de Responsabilidade Consolidada, instrumento de pactuação entre União, Estados e Municípios, acerca dos gastos e investimentos em infraestrutura urbana e esportiva para a Copa 2014. Os relatórios do TCU foram importantes no acompanhamento, questionamento e controle social dos gastos públicos.

O quarto e último capítulo, mais extenso, apresenta uma investigação acerca da relação entre os sujeitos e instituições que atuaram na realização e organização da Copa do Mundo e dos mecanismos de “participação e controle social democrático” do mesmo. Foi analisada a estrutura de gestão, denominada “Governança” e o instrumento de pactuação com as cidades sedes, a “Matriz de Responsabilidades”, bem como as ações dos diversos sujeitos coletivos presentes na relação sociedade-estado. Para tanto, se utilizou os documentos oficiais disponibilizados pelo portal da Copa e pelo site do Ministério do Esporte, bem como foi utilizado a própria legislação (decretos e leis) que normatizaram toda a estrutura de Governança para Copa 2014.

Foram investigadas as entidades de administração do esporte (FIFA, CBF e COL) e suas relações com patrocinadores, parceiros comerciais e governos federal e local, revelando uma emaranhada teia de corrupção, favorecimentos, lavagem de dinheiro, enriquecimentos ilícitos e fraudes. Para chegar a esse resultado, traçou-se um caminho metodológico que conjugou investigações jornalísticas acerca das organizações de administração do esporte, com fontes citadas e respaldo comprovado e reforçado em relatórios oficiais das CPIs da Nike/CBF e da CPI do Futebol.

Por sua vez, os fatos, dados e argumentos relatados nas CPIs e os trabalhos jornalísticos foram confrontados com notícias em mídias de grande circulação. O confronto entre nomes de pessoas físicas e jurídicas serviram para comprovar fatos, episódios e relacionamentos. Todo o esforço de reconstituição histórica e relacional foi refletido à luz da teoria social de Marx e de trabalhos, dissertações e teses acadêmicas que possuíam relação temática com esta tese.

Também foi realizada uma reflexão sobre a situação da classe trabalhadora que labutou na Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014,

especialmente os operários que construíram os estádios e os voluntários que trabalharam no evento. Também se buscou analisar as promessas e os legados prometidos nas justificativas que trouxeram o evento ao país e, por fim, foi realizado apontamentos críticos acerca do esporte e lazer e da Copa do Mundo no debate surgido no interior das manifestações populares iniciadas nas vésperas da Copa das Confederações de 2013: as Jornadas de Junho. Mais uma vez, foram utilizadas referências em matérias veiculadas em jornais digitais de grande circulação para confrontar dados e também para ilustrar o debate teórico realizado.

Foram ainda apresentados, de forma analítica, que os prometidos benefícios econômicos, sociais e esportivos se traduziram em um legado às avessas. Esse legado às avessas se configura num conjunto de retirada e perda de direitos que passa desde o direito à moradia ao direito de manifestação e participação. O direito ao esporte foi praticamente ignorado por quase todos os sujeitos desse embate, ficando restrito aos movimentos sociais e à parcela da academia que possui o esporte como objeto de reflexão e intervenção.

Para tanto foram utilizados, entre outras fontes, os estudos de impacto socioeconômicos encomendados pelo Ministério do Esporte e pela FIFA, que foram rebatidos pelos dados apresentados pela economia de amplo acesso (IBGE, IPEA etc.), estudos de organizações internacionais (Fundação Heinrich Böll), trabalhos acadêmicos e principalmente de levantamento de várias organizações populares e acadêmicas que resultaram nos Dossiês de violação de direitos pela Copa do Mundo, organizadas pela Associação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP).

Por fim, nas considerações finais, surgem novos questionamentos e novas contradições a serem reveladas e equacionadas, acerca da questão do direito ao esporte e lazer. Procurou-se apresentar, portanto, uma síntese de todo o estudo, consolidando as reflexões de cada capítulo e levantando novas questões e desafios futuros.

O estudo, portanto, se mostrou relevante na medida em que pode contribuir para o entendimento da “dialética do esporte e lazer” como

mercadoria e como direito e para a instrumentalização de professores, pesquisadores, sujeitos sociais, trabalhadores, estudantes e movimentos sociais que lutam para efetivação do direito ao esporte e lazer e por um projeto comunista de sociedade, contribuindo para a organização da classe trabalhadora, munidos das “armas da crítica<sup>15</sup>”.

Por fim, destaca-se a atualidade e relevância do método em Marx, na análise das políticas esporte e lazer, no que se refere à compressão dialética desse fenômeno no presente desenvolvimento da sociedade capitalista.

---

<sup>15</sup> “É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem que ser derrocado pelo poder material, mas também a teoria transforma-se em poder material logo que se apodera das massas (MARX, 2005, p. 08)”.

## CAPÍTULO 1 – Brasil: o país do Futebol e a Dialética do Esporte

“Tem um Brasil que é próspero  
 outro não muda  
 Um Brasil que investe  
 outro que suga  
 um de sunga  
 outro de gravata  
 tem um que faz amor  
 e tem o outro que mata  
 Brasil do ouro, Brasil da prata  
 [...]

Tem um Brasil que soca  
 outro que apanha  
 um Brasil que saca  
 outro que chuta  
 Perde e ganha, sobe e desce  
 Vai à luta, bate bola  
 porém não vai à escola  
 Brasil de cobre, Brasil de lata”

(“*Brasis*”, Seu Jorge/ Gabriel Moura/ Jovi Joviniانو)

O Brasil é um país fascinante... e repleto de contrastes. Aqui, riquezas e misérias coexistem sob o mesmo solo fértil. Recordista em biodiversidade e em destruição da natureza. O mesmo povo que sabe ser alegre, otimista, solidário e criativo desse “Brasil do Ouro” é o mesmo que desrespeita, engana e violenta do “Brasil da Lata”. Como o título da música do Seu Jorge anuncia no início deste capítulo, no Brasil existem vários *Brasis*. Logo, se existe alguma taça a ser erguida por este país para ser chamada de “nossa”, é a de campeã em desigualdade social.

Localizado geograficamente no Hemisfério Sul, o Brasil é o quinto maior país do mundo em área territorial, 8.515.767,049 Km<sup>2</sup>, e possui cerca de 5.570 municípios (IBGE, 2014, p. 61-64), onde habitam cerca de 207.911.893 habitantes<sup>16</sup>. Relatório recente da OXFAM (2017, p. 6) destaca que “apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um

<sup>16</sup> Projeção do IBGE atualizada em tempo real. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acessado em: 25 de agosto de 2017, às 21:04:50.

salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês”.

Dados oficiais subestimados<sup>17</sup> demonstram que os 10% mais ricos desta população concentram 42% da renda do país, enquanto que os 40% mais pobres possuem apenas 10% de toda essa renda (IBGE, 2012). Ao confrontar os dados domiciliares dos estudos do IBGE com os dados tributários divulgados pela Receita Federal, a fim de verificar o grau de desigualdade social na sociedade brasileira, Salvador (2016, p.23) constata que:

do montante de R\$ 5,8 trilhões de bens e direitos declarados à Receita Federal em 2013, 41,56% [...] eram de propriedade de apenas 726.725 pessoas [...]. Esses indivíduos têm rendimentos acima de 40 salários mínimos. Os dados revelam uma brutal concentração de riqueza em apenas 0,36% da população brasileira, o que corresponde a 45,54% do PIB do Brasil em 2014.

O Brasil chega ao início do século XXI como a 8ª maior economia do mundo, com o Produto Interno Bruto (PIB 2008) na casa dos R\$ 117,572 bilhões de reais. Mas é certo que o país continua avançando no ranking de desigualdades sociais. Em o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2010) sobre América Latina e Caribe das Organizações das Nações Unidas (ONU), aponta-se o Brasil, ao lado do Equador, como a terceira pior nação em matéria de distribuição de renda do mundo. Só perdendo para Haiti, Tailândia e África do Sul, que ocupam o segundo lugar, e Bolívia, Madagáscar e Camarões que compartilham o primeiro lugar.

Arcary (2017) afirma que o Brasil é um

---

<sup>17</sup> Os dados são subestimados e não revelam a real situação de desigualdade, diante do que revela Salvador (2016), ao explicar que “os dados sobre desigualdades no Brasil são advindos das principais pesquisas domiciliares brasileiras: da PNAD e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), além do próprio Censo Demográfico. Todas essas pesquisas são realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tradicionalmente, essas pesquisas apresentam limites, inclusive as similares realizadas em outros países. Entre os limites estão as informações restritas sobre as rendas advindas da seguridade social (aposentadorias, pensões, benefícios de prestação continuada), a subestimação da renda dos mais ricos devido à subdeclaração e as dificuldades em captar algumas fontes de renda, como as rendas não monetárias e as oriundas de ativos financeiros. As alternativas para superar os limites das pesquisas de base domiciliar são os dados tributários, liberados recentemente pela Receita Federal, que permitem estudar a distribuição de renda e riqueza, abarcando os mais ricos na sociedade brasileira” (SALVADOR, 2016, p.17).

um laboratório histórico do desenvolvimento desigual e combinado. Uma união do obsoleto e do moderno, um amálgama de formas arcaicas e contemporâneas. Insere-se no mundo como um híbrido de semicolônia privilegiada e submetrópole regional.

A concentração de riquezas e de propriedades e a consequente desigualdade social não são apenas um desvio, mas parte constitutiva do modo de produção capitalista que se desenvolveu no Brasil de maneira particular. Pois, “a desigualdade e a pobreza não são inevitáveis. São, antes de mais nada, produtos de escolhas políticas injustas que refletem a desigual distribuição de poder nas sociedades” (OXFAM, 2017, p.11)

Nesse sentido,

as condições de vida e trabalho do enorme contingente de pessoas que vivem à margem da produção e do usufruto da riqueza socialmente produzida são reveladoras de que a desigualdade social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo e das suas forças produtivas (MOTA, 2008, p.21).

Essa concentração de riqueza nos bolsos de poucos e de pobreza na vida de muitos, inserida no “modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que institui o trabalhador assalariado e o patronato, também produz fenômeno do pauperismo, responsável pelo surgimento da pobreza como *questão social*” (MOTA, 2008, p. 25).

A “questão social<sup>18</sup>” é tema controverso na literatura social. Do surgimento da expressão aos dias atuais, diversas ressignificações semânticas levaram a uma naturalização do termo, contribuindo para uma “inviabilização” da simbiose de suas diversas expressões com a ordem burguesa, bem como do entrelaçamento singular com a formação sociocultural brasileira. A ousadia de relacionar a “questão social” no Brasil com o futebol nasce do entendimento de que o futebol é um fenômeno cultural esportivo de grande magnitude, que guarda aspectos interessantes e aparentemente relevantes para o enriquecimento do debate a que se propõe esta pesquisa.

Entre tragédias e alegrias, paixão e ódio ou desdenho, o futebol é uma das manifestações culturais mais incrustadas na identidade nacional brasileira.

---

<sup>18</sup> Concordando com Netto (2013, p. 24), utilizamos aspas (traço mistificador) na expressão “Questão Social” por identificá-la como uma tergiversação conservadora. Entendimento este que ficará mais claro no decorrer do texto.

Esse projeto de identidade nacional foi orquestrado intencionalmente a partir da Era Vargas. No entanto, o futebol chegou décadas antes, e entendê-lo em sua complexidade, neste caldo cultural que forma a sociedade brasileira, sua relação entre a tensão capital e trabalho, bem como as peculiaridades do mundo contemporâneo, é o desafio posto.

### 1.1 Questão social: início de jogo

Nas duas primeiras décadas do século XXI, uma série de protestos e levantes sociais ocorreu em diversas cidades do mundo. Após Seattle<sup>19</sup>, em 1999, vários eventos foram registrados nos anos seguintes, como foram os casos da Islândia<sup>20</sup>, Mundo Árabe<sup>21</sup>, Nova Iorque<sup>22</sup>, Espanha<sup>23</sup>, Portugal<sup>24</sup>, Grécia<sup>25</sup> e Brasil<sup>26</sup>.

Todas essas manifestações, ocupações, greves e protestos possuem características comuns e indicam ter conexões entre si, pois ocorreram em um

---

<sup>19</sup> A Batalha de Seattle, em 1999, foi um grande protesto antiglobalização contra a reunião da Organização Mundial do Comércio.

<sup>20</sup> A Revolução dos Paneleços ficou marcada por uma sucessão de protestos na Islândia de 2008 à 2009.

<sup>21</sup> A Primavera Árabe foi uma onda de protestos, após 2010, em vários países Árabes que culminaram na queda de ditadores do Egito e da Tunísia, em protestos significativos na Arábia Sudita, Argélia, Bahrein, Djibuti, Kuwait, Iémen, Iraque, Jordânia, Líbano, Omã Marrocos, Mauritânia, Saara Ocidental e Sudão, e em guerras civis na Líbia e na Síria.

<sup>22</sup> O Movimento Ocupa Wall Street iniciou em setembro de 2011, no centro financeiro de Manhattan e desencadeou uma onda de protestos em várias cidades dos Estados Unidos e do mundo.

<sup>23</sup> Os Indignados da Espanha ou Movimento 15-M ficaram marcados por uma série de protestos iniciados em 15 de maio de 2011 e clamavam por “Democracia Real Ya”.

<sup>24</sup> Geração à Rasca foi o nome que ficou conhecida uma série de manifestações iniciadas em março de 2011.

<sup>25</sup> Os indignados da Grécia também foram às ruas em grandes e significativos protestos em 2011.

<sup>26</sup> Com início em plena Copa das Confederações em 2013 no Brasil, uma série crescente de manifestações contra o aumento das passagens de ônibus, contra os megaeventos, contra a violência policial, por mais direitos e contra a corrupção tomou conta do país e ficou conhecido como a “Jornadas de Junho”.

contexto de mundialização<sup>27</sup> e de financeirização do capital, bem como com papel relevante da internet e das redes sociais<sup>28</sup>.

Com a exceção de Seattle, os acontecimentos de caráter anticapitalista se deram pós-crise global de 2008 e, portanto, em reação à crise do capital e às alternativas globais para saída da crise do capital. Netto (2013, p. 27-28) explica que “a conjunção ‘globalização’ mais ‘neoliberalismo’ veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum “compromisso social”.

As mudanças no mundo do trabalho alçam o toyotismo<sup>29</sup> como o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva<sup>30</sup>, ou seja, constitui como modelo que determina hegemonicamente o sentido e direção da esfera de produção. Essas transformações se caracterizam pelos *nexos contingentes do toyotismo*: a autonomação/ auto-ativação<sup>31</sup>, *just in time/kanban*<sup>32</sup> e a polivalência operária, e principalmente pelos *nexos essenciais do toyotismo*, que operaciona nova captura da subjetividade pela lógica do capital, afetando sua consciência de classe (ALVES, 2000, p. 41). Neste sentido “esses processos apontam obstáculos na constituição de uma

<sup>27</sup> Guardando as particularidades de Seattle em 1999 (em relação às redes sociais) e da Primavera Árabe (em relação às lutas quanto aos direitos civis e políticos);

<sup>28</sup> As redes sociais desempenharam um papel relevante na mobilização de trabalhadores e trabalhadoras, desempregados ou precarizados, cultivando um imenso contingente de indignados.

<sup>29</sup> “O toyotismo não é considerado um novo modo de regulação do capitalismo, no estilo da Escola da Regulação (tal como fizeram, por exemplo, com o conceito de fordismo); o potencial heurístico do conceito de toyotismo é limitado à compreensão do surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da captura da subjetividade operária pela lógica do capital” (ALVES, 2000, p. 31).

<sup>30</sup> “A reestruturação produtiva, como sabemos, vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, no corte de gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência” (BEHRING, 2003, p. 37).

<sup>31</sup> “O princípio de “autonomação/”auto-ativação” consiste em fazer com que as máquinas e os modos de operação incluam protocolos de responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de fabricação. Nesse caso, a “autonomação” (*autonomia + Automação*) designa o princípio de introduzir um mecanismo de parada automática em caso de funcionamento defeituoso, em que o trabalho interage ativamente com os processos produtivos automatizados. O toytismo desenvolveu o conceito de “autonomação”, aplicando-o a situações de trabalho e operações que não mobilizam necessariamente máquinas automáticas, Ohno criou o conceito de “auto-ativação” para caracterizar os dispositivos organizacionais que dizem respeito ao trabalho humano” (ALVES, 2000, p. 43).

<sup>32</sup> O *Just in Time/kanban* é “uma inovação puramente organizacional (e conceitual), cujo “segredo” é promover mais um conjunto de reagregações das tarefas produtivas, com o espírito de incorporar a subjetividade operária como constituidora do novo complexo de produção de mercadorias” (ALVES, 2000, p. 45).

*classe para si*, minando a solidariedade de classe e enfraquecendo a resistência à reestruturação produtiva (BEHRING, 2003, p.37)

Alves (2000, p. 65-67) aponta as consequências para a classe trabalhadora desse novo padrão de acumulação capitalista, denominada de acumulação flexível: a fragmentação da classe (com a proliferação da subproletarização tardia<sup>33</sup> e do desemprego estrutural) e o surgimento de um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, e de serviços, ambos subcontratados (ou terceirizados).

É a partir da mundialização do capital que se desenvolve um complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho. Ele surge como ofensiva do capital na produção, tendo em vista que debilita a classe, não apenas no aspecto objetivo, com a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, mas principalmente no subjetivo. É por isso que, na perspectiva histórico-ontológica, o novo complexo de reestruturação produtiva não possui um caráter “neutro” na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei de acumulação capitalista: a precarização das classes dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas no sentido subjetivo, a sua consciência de classe (ALVES, 2000 p. 9)..

Netto (2013, p. 13) aponta “dados contemporâneos sobre os ‘problemas’ gerados pelo modo de produção da sociedade capitalista: ‘1/6 da população da terra passa fome, 1/4 dela subsiste com cerca de 2 dólares por dia, e 2/3 com até 10 dólares por dia’” (NETTO, 2013, p. 19). Em 2017<sup>34</sup>, relatório da OXFAM revelou que 1% da população mundial concentra metade do total de ativos (dinheiro líquido e investido) no mundo. “Neste momento, o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%, e apenas oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta. Por outro lado, a pobreza é realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo. Trata-se de uma situação extrema” (OXFAM, 2017, p. 11).

---

<sup>33</sup> “A ser constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria, seja nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital”. [...] “um equivalente contemporâneo do proletariado sem direitos, oprimidos e empobrecido” (ALVES, 2000: p.78).

<sup>34</sup> Relatório OXFAM, “ A Distância que nos Une” de setembro de 2017. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio\\_A\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf) Acesso em 25 set, 2017.

Nos países de capitalismo periférico, como o Brasil, o reconhecimento do atraso é ponto de partida para entender como a desigualdade social é fruto de um desenvolvimento desigual e combinado específico. E que apesar da pobreza ter diminuído

em relação a décadas passadas, [...] a iniquidade social permanece em níveis escandalosos. O atraso e a desigualdade social se mantêm em patamares absurdos, quando conferidos, em contraste, com os países vizinhos. A Argentina está em 40º lugar entre 188 nações, com um IDH de 0,836. O Brasil está na posição 75º com 0,755 (ARCARY, 2017)

No entanto, o aviltamento e o empobrecimento da classe trabalhadora, subcontratada ou desempregada, apresenta um perigo para a manutenção do modo de produção capitalista. As políticas sociais não conseguem reverter um quadro social marcado pela desigualdade e injustiça social. As soluções atuais indicadas pelos organismos internacionais aos governos passam por “ajustes” nas economias e políticas locais, como demonstra Behring (2003, p. 65):

O ajuste tem passado pela desregulamentação dos mercados, pela redução do *déficit fiscal* e/ou do gasto público, por uma clara política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive como condição para empréstimos. Para a política social, a grande orientação é a *focalização das ações*, com estímulo a fundos sociais de emergência, e a mobilização da ‘solidariedade’ individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não-governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil. Aqui observa-se a emergência de uma espécie de clientelismo (pós) moderno ou neo corporativismo, onde a sociedade civil é domesticada – sobretudo seus impulsos mais críticos – por meio da distribuição e disputa dos recursos públicos para ações focalizadas ou da seleção de projetos sociais pelas agências multilaterais.

Os capitalistas, preocupados com a ruína desse modo de produção, buscam manter a coesão social por meio de ilusões e concessões. As políticas sociais se apresentam como saída para atenuar os problemas engendrados nesse contexto, os quais são denominados “questão social”, por autores não marxistas.

Castel (1998, p. 41), sob uma perspectiva social democrata, considera que “a ‘questão social’ pode ser caracterizada por uma inquietação quanto a

capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto”.

Analisando a partir de uma perspectiva marxista, Netto (2013, p.20) explica que essa é uma expressão relativamente recente e “surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental, que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XXIII: o *pauperismo*”.

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de possuir riqueza. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente acrescer a produção de bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2013, p. 21).

Os desdobramentos sociopolíticos desse pauperismo não foram nada interessantes para a ordem burguesa, já que

os pauperizados *não* se conformaram com a sua situação, [...] configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Quando se tornou objetiva a perspectiva de uma reversão da ordem burguesa, consagrou-se a designação do pauperismo como ‘questão social’ (NETTO, 2010, p. 21).

O autor ainda afirma que, com o passar do tempo, o termo “questão social” se alastrou para os diferentes espectros ideopolíticos e deslizou, “lenta, mas nitidamente, para o léxico próprio do pensamento conservador”, tendo como marco histórico a Revolução de 1848<sup>35</sup>. O pensamento conservador, laico ou confessional, além do processo de naturalização da “questão social”, também a converteu em uma ação moralizadora (NETTO, 2013, p. 23).

E em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser em função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. Mais precisamente: o cuidado e o trato com/das manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer intervenção tendente a problematizar a essência da ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da ordem burguesa (NETTO, 2013, p. 23).

---

<sup>35</sup> Sobre a Revolução de 1848 (A Primavera dos Povos), recomenda-se o livro “A Era do Capital” de Erick Hobsbawn (2012) e “O 18º Brumário de Luís Bonaparte” de Karl Marx (2011).

No mesmo sentido, Paniago (2012, p. 7-8) afirma que, apesar da grande produção acerca da temática “questão social”, a maior parte desses estudos “conformam uma hegemonia que prevê a possibilidade de solucioná-la sem que haja rupturas que superem a forma de existência social fundada no antagonismo de classes e na exploração do trabalho”.

A contestação à resolução da “questão social” por meio do Estado pode ser encontrada em Marx (2012), em sua Crítica do Programa de Gotha. Ao desenvolver uma crítica radical ao programa do Partido Operário Alemão, que credita à “subvenção estatal” a possibilidade de “solucionar” a “questão social”. Marx afirma da impossibilidade de que a mudança do modo de produção venha dos burgueses e do governo, desconsiderando a luta de classes, visto que “quando se trata de um povo trabalhador que, ao apresentar essas exigências ao Estado, expressa sua plena consciência de que não só não está no poder, como não está maduro para ele!”

O pior golpe também não é ter escrito essa cura miraculosa no programa, mas simplesmente ter regredido do ponto de vista do movimento de classes para o do movimento de seitas. O fato de que os trabalhadores queiram criar as condições da produção coletiva em escala social e, de início, em seu próprio país, portanto, em escala nacional, significa apenas que eles trabalham para subverter as atuais condições de produção e não têm nenhuma relação com a fundação de sociedades cooperativas subvencionadas pelo Estado! No que diz respeito às atuais sociedades cooperativas, elas só têm valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses. (MARX, 2012, p.40).

A transformação do modo de produção capitalista, ou seja, a transformação da sociedade só se dará pelo processo revolucionário que resultará na “organização socialista do trabalho total” e não pela “subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção “criadas” por ele, e não pelos trabalhadores (MARX, 2012, p. 40)

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de reconstrução econômica e social da Europa Ocidental, com o apoio substancial do Plano Marshall (EUA), fez o capitalismo experimentar “as três décadas gloriosas:

1950, 1960 e 1970” (HOBSBAWN, 1995). O *Welfare State*<sup>36</sup>, em alguns países europeus, e o dinamismo da economia estadunidense diluíram a iminência da “questão social” e suas manifestações, só presentes neste momento, nos países de capitalismo periférico, os chamados ‘subdesenvolvidos’ ou de ‘terceiro mundo’. Netto (2013, p. 23) atenta que “apenas os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo, continuando a revelar-se por intensos processos de pauperização *relativa*”. Historicamente, os direitos adquiridos não foram simplesmente concedidos, mas, ao contrário, foram duramente conquistados, pois:

[...] é somente quando os trabalhadores se organizam como sujeito coletivo, dando voz aos interesses e necessidades do proletariado enquanto *classe*, exigindo reformas, melhores condições de trabalho, ganhos econômicos e, no limite, a supressão do capitalismo, que as classes dominantes adotam medidas de enfrentamento da questão social, através da legislação e de algumas reformas sociais (MOTA, 2008, p. 25).

A perda dos direitos dos trabalhadores que se seguiram nesses países, com a erosão dos Estados de Bem-Estar Social<sup>37</sup>, veio a recolocar, na pauta política, a “questão social”. E mais do que isso, segundo alguns autores, no advento de uma “nova pobreza” estaria o cerne de uma “nova questão social”.

Behring (2003, p. 36) desmitifica a existência de uma “nova questão social” derivada do pensamento de Castel (1998), e esclarece que são somente “novas expressões da questão social, já que esta é tão velha quanto o mundo do capital, cujas contradições são respostas em expressões renovadas”. No mesmo sentido, Netto (2013, p. 29) discorda que haja uma

<sup>36</sup> *Welfare State* ou Estados de Bem-estar social são modelos estatais de intervenção, com deslocamentos ou diferenças significativas de país para país que implementaram sistemas de proteção social, especialmente a partir do segundo pós-guerra (BOSCHETTI, 2016; PEREIRA, 2008). Uma discussão mais aprofundada sobre os Estados Sociais será realizado no segundo capítulo.

<sup>37</sup> “Importante é destacar a inexistência de arranjos econômicos-sociais e políticos do tipo *Welfare State* nos países periféricos. Somente para exemplificar: no caso brasileiro, é apenas em 1988 que se instituem as *bases formais e legais* do que poderia ser um Estado de bem-estar (MOTA, 1995). Contudo, as condições sob as quais se deu a integração do país à ordem econômica mundial resultaram, nos anos iniciais da década de 90, na subordinação aos imperativos do pensamento e da prática neoliberais, marcados pela retração de políticas públicas de proteção social, donde a existência de profunda regressão no exercício de direitos e na universalização da seguridade social brasileira (VIANNA, 1998; MOTA, 2006) e a designação feita por Francisco Oliveira, no nosso Estado de mal-estar social” (MOTA, 2008, p. 28).

“nova questão social” e desvela que, “para além da permanência de manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’, essas novas expressões da ‘questão social’ são insuprimíveis sem a supressão da ordem do capital”.

Mota (2008, p. 28-29) sinaliza que, no último terço do século XX, a “questão social” volta à ordem do dia, por um lado pela crise dos modelos de *Welfare* e por outro pela derrocada das experiências do “socialismo real”.

Os que ‘vivem do seu trabalho’ passaram a se defrontar com questões que afetam severamente o seu modo de ser e viver: o desemprego estrutural e a crise do trabalho assalariado, o desmonte do Estado de Bem-Estar e a supressão de direitos sociais e a fragmentação das necessidades e da organização política dos trabalhadores (MOTA, 2008, p. 29).

Segundo Netto (2013, p. 29), a cada tempo e em cada território, a caracterização da “questão social” revela suas manifestações já conhecidas, mas também expressões novas, de acordo com as particularidades histórico-culturais e nacionais. A formação social brasileira, que foi muito diferente da Europa Ocidental, guarda peculiaridades e características importantes na configuração da “questão social” no Brasil, e um aspecto cultural relevante pode ajudar a compreendê-la: o futebol.

## **1.2 Futebol e “Questão Social”: teses acerca da formação social brasileira**

Entender como o Brasil se constituiu como nação e o brasileiro como povo é fundamental para que não se faça relações teóricas mecânicas que impeçam a compreensão da essência do real. Behring (2003, p. 77), na mesma linha, afirma que:

Essa relação entre a dinâmica do capitalismo em geral e a inserção específica de determinado país, a partir de mediações que são estabelecidas pela sua formação econômica, política, social e cultural, não é efetivamente uma tarefa simples. No entanto, considero esse movimento absolutamente necessário, em que pese a magnitude das dificuldades que se interpõem a todo esforço de pesquisa que enfrente o desafio de apanhar esse conjunto de mediações (BEHRING, 2003, p. 77).

A autora reforça a necessidade desse movimento, de mediação e de aproximações sucessivas, visto que a formação social brasileira é complexa. E atenta que

a diversidade de seus processos sociais não poder ser *reduzida* à predominância do modo de produção capitalista em seu estágio de desenvolvimento em determinado período, da mesma forma que seria incorrer em perdas irreparáveis na compreensão da realidade colocar em lugar secundário ou desprezar essa determinação fundamental (BEHRING, 2003, p.78).

Conforme já indicado, a expressão “questão social” surgiu para explicar o fenômeno do pauperismo ocorrido com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, principalmente nos países centrais da Europa Ocidental, mas qual relação que o Brasil guarda com esse contexto? Coutinho (2013, p. 33) explica que:

Enquanto formação social específica e relativamente autônoma, o Brasil emerge na época do predomínio do capital mercantil, na época da criação de um mercado mundial. Nossa pré-história como nação – os pressupostos de que somos resultado – não residem na vida de tribos indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada de Cabral: situam-se no contraditório processo de acumulação primitiva do capital, que tinha seu centro dinâmico na Europa Ocidental.

Atuando como terreno de “circulação”, a economia brasileira, “periférica”, estava subordinada ao capital mercantil metropolitano, “mantendo essencialmente intocado o modo de produção do povo colonizado”. O autor complementa: “O objetivo central do colonialismo, na época do predomínio do capital mercantil, consistia em extorquir valores de uso produzidos pelas economias não capitalistas dos povos colonizados com a finalidade de transformá-los em valores de troca no mercado internacional.” (COUTINHO, 2013, p. 33).

Segundo Coutinho (2013), o modo de produção pré-capitalista da era colonial tratava-se do modo de produção escravista exercendo uma marca determinante na formação econômico-social brasileira.

Arcary (2017) revela que a desigualdade social é chave de interpretação do Brasil e que

[...] a chave da compreensão da desigualdade é a escravidão. Sem compreender o significado histórico da escravidão é impossível decifrar a especificidade do Brasil. O capitalismo brasileiro perpetuou a escravidão até quase o fim do XIX. Uma escravidão tão longa, e em escala tão grande deixou uma herança social que não é, somente, uma curiosidade histórica. A população indígena, estimada em três milhões, dois milhões ao longo da costa, e um milhão nos interiores, foi dizimada quando da invasão.

Theodoro (2008, p. 15) reforça essa perspectiva ao ilustrar o cenário nas transformações do mundo do trabalho ao longo do século XIX e os mecanismos legais que acompanharam essas mudanças:

O trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, vai sendo gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, dá-se de uma forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência.

Octávio Ianni (1992, p. 88) enriquece essa análise ao compreender que nesta época, no Brasil, existia uma “questão social”:

É claro que durante a vigência do regime escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. Era propriedade de outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse, declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião de senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente.

O fim da Monarquia<sup>38</sup> e o período posterior ao regime escravista<sup>39</sup> apresentaram diversas expressões da questão social como elementos essenciais “das formas e movimentos da sociedade nacional”, e refletiram

---

<sup>38</sup> O fim do Império do Brasil e a proclamação da República do Brasil datam de 15 de novembro de 1889.

<sup>39</sup> 13 de maio de 1888 é a data oficial da Abolição da Escravatura.

“disparidades econômicas políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupo raciais e formações regionais” (IANNI, 1992, p. 87).

Com a Abolição, a emergência do regime de trabalho livre e toda a sequência de lutas por condições melhores de vida e trabalho, nessa altura da história coloca-se a questão social. As diversidades e os antagonismos sociais começam a serem enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudança, solução ou negociação. Ainda que na prática predominem as técnicas repressivas, a violência do poder estatal e a privada, ainda assim o direito liberal adotado nas constituições e nos códigos supõe a possibilidade de negociação. E o protesto social, sob diversas formas, no campo e na cidade, sugere tanto a necessidade da reforma como a possibilidade da revolução (IANNI, 1992, p. 88).

Estudiosos de Caio Prado Júnior reconhecem a contribuição desse pensador para o entendimento da formação social brasileira, sintetizando diversas categorias de semântica complexa, mas fundamentais para explicação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tais como colonialismo, imperialismo e capitalismo dependente, servindo à acumulação originária dos países centrais; o peso do escravismo, marcado por um desenvolvimento desigual e combinado, repleto de (des)continuidades, irregularidades e de contradições, na coexistência do moderno e do arcaico; e implicitamente dos conceitos de transição e modernização (BEHRING, 2003; COUTINHO 1989, 2013; IANNI, 1992).

Uma explicação dialética do pensamento social brasileiro, que segue vias não clássicas da tradição marxista, pode “ser resumida na ideia de que o processo de modernização econômico-social no Brasil seguiu uma ‘via prussiana’ (Lenin) ou uma ‘revolução passiva’ (Gramsci)” (COUTINHO, 2013, p. 39). O autor explica:

As transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo pra cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas ‘pelo alto’ (COUTINHO, 2013, p. 40).

Apesar de Prado Jr não ter tido contato com essas formulações, Behring (2008, p. 87) verifica que “Coutinho identifica que estão implícitos no trabalho

de Prado Jr os conceitos de transição e modernização e que o historiador reconhece traços não clássicos na nossa passagem para o capitalismo” e que “procura mostrar a contribuição pradiana para o conceito marxista de vias não clássicas”.

Prado Jr identificou a adaptação brasileira ao capitalismo a partir da substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, numa “complexa articulação de ‘progresso’ (a adaptação ao capitalismo) e conservação (a permanência de importantes elementos da antiga ordem)” (Coutinho, 1989b: 117). Ele então se aproxima do conceito de via prussiana, e também de modernização conservadora, em Moore Jr. (1983). Mas com diferenças: o que se adaptou conservadoramente ao capitalismo não foi o feudo e as relações de servidão, como na Alemanha, mas a exploração rural de tipo colonial, voltada para o mercado externo e fundada no escravismo. [...] Na contra-corrente do dualismo, portanto, em Prado Jr. o “atraso” é funcional ao desenvolvimento do lado “moderno” (BEHRING, 2008, p. 87).

Neste sentido, a Behring (2008, p. 95) mostra a ambiguidade entre um “liberalismo formal como fundamento” do Estado brasileiro, onde as mudanças econômicas que abrem caminho para o desenvolvimento capitalista, e não substituem, mas convivem com ‘velhas’ práticas políticas, tais como, o patrimonialismo como prática na garantia de privilégios de classe e o clientelismo como prática de garantia de ‘favores’, tão presentes ainda hoje, nessa amálgama que marca a singular formação social brasileira.

Como exemplificação, Fernandes e Prado Jr. identificaram dois sujeitos capazes de engendrar uma revolução burguesa no Brasil: “os fazendeiros de café e os imigrantes, construtores pioneiros do Brasil moderno. Estes promoveram novas adaptações e comportamentos, desagregando a ordem escravocrata e senhorial, política e economicamente”. No entanto, para garantia da acumulação de riqueza e lucro, por exemplo, os fazendeiros de café “mantiveram alguns símbolos estamentais de *status*” (BEHRING, 2008, p. 97).

A composição entre passado e presente, moldando o futuro capitalista e burguês e a relação dialética entre orientação ideológica e política dos atores – sua visão social de mundo –, o aparato institucional e a inserção material que vão diferenciando e complexificando os interesses na sociedade brasileira, são apanhados por Fernandes com tensões e fricções históricas, como uma articulação singular e plena de sentido dos *tempos discordantes*,

que delineiam uma sociedade e um Estado nacionais particulares (BEHRING, 2008, p. 95).

Tendo como referência a contribuição pradiana e buscando avançar na interpretação do Brasil, Behring (2008, p. 90) encontra, na interlocução com Florestan Fernandes, “pistas para a lógica que acompanha a contra-reforma<sup>40</sup> do Estado no Brasil no final do século XX”. Prossegue, então, em busca de marchas e contramarchas do explícito processo de *modernização conservadora*<sup>41</sup> “que marca a criação histórica da hegemonia das relações de produção capitalista no Brasil, com seu *mix* de pretérito, presente e futuro”.

Como visto anteriormente, a influência cultural europeia foi determinante na formação cultural brasileira. Coutinho (2013, p. 36) afirma que a história da cultura brasileira é a história da assimilação, mecânica ou crítica, da cultura universal por diversas classes sociais. A referência da burguesia nacional é a burguesia europeia porque, enquanto ideologia universal, é a expressão dos próprios interesses brasileiros de classe. Assim como “quando surgiu no Brasil a classe operária, [...] não foi nos mitos bororos ou nas religiões africanas que ela foi buscar sua expressão teórica adequada (COUTINHO, 2013, p. 36).

A penetração da cultura europeia não encontrou obstáculos prévios, apesar da influência decisiva da cultura indígena e negra na formação da cultura brasileira. Estas sempre se apresentavam mescladas com a cultura

---

<sup>40</sup> Behring (2008), em seu estudo de doutorado, transformado no livro, *Brasil em contra-reforma: destruturação do Estado e perda de direitos*, busca entender as transições ocorridas no país pós constituição de 88, debatendo se esse momento coincide com a maturação do processo de modernização conservadora no país, ocorrida no período de exceção da ditadura militar (1964-1985). A autora chega à conclusão de que essa categoria não possui capacidade explicativa diante das características que apresentam esse novo período de transição, o de avanço neoliberal da década de 1990. Dessa maneira, surge a categoria de “contra-reforma”, para explicar esse momento de pleno amadurecimento do capitalismo, de desestruturação do Estado e de perda de direitos. Essa categoria de fundamental importância será melhor esclarecida no desenvolver da tese, pois será imprescindível à análise da materialização do direito ao esporte no contexto dos megaeventos esportivos.

<sup>41</sup> “Compreendendo-se modernização como maturação do capitalismo no país e hegemonia desta relação social de produção, tendo o Estado como dinamismo e suporte e mantendo-se uma cultura política antidemocrática” (BEHRING, 2008, p. 107). Esse conceito sintetizado pela autora nasce em Moore Jr. (1983) e se caracteriza como ação de modernização do Estado, sem alterar as estruturais sociais que a compõe, significando na separação do governo da sociedade civil com a instituição de um Estado totalitário e a ampliação do capitalismo industrial. Como exemplo anunciado, destacaram-se a Alemanha nazista, o Japão fascista e o Brasil, no Varguismo e na ditadura militar (BEHRING, 2008, p. 106-107).

Europeia, quando não, eram marginalizadas ou tratadas como folclore (COUTINHO, 2013, p. 35).

Um dos elementos da cultura europeia incorporada rapidamente pela aristocracia e pela burguesia brasileira foi o esporte. Aos fins do século XIX, Oscar Cox<sup>42</sup>, no Rio de Janeiro, e Charles Miller<sup>43</sup>, em São Paulo, ambos herdeiros de rica e “boa família”, após seus estudos na Inglaterra, trouxeram o futebol ao Brasil para a prática entre os de sua classe, a burguesia ascendente.

Já a relação entre política e futebol é estreita, desde seus primórdios, mas ganha força após a década de 1930, com expansão do esporte no país e no mundo, com a participação do Brasil em competições internacionais (Jogos Olímpicos e Copa do Mundo), a promulgação das primeiras leis desportivas em conjunto com a regulamentação do trabalho e a garantia do tempo liberado do trabalho nas fábricas<sup>44</sup>.

O Decreto-Lei 3199 de 1941<sup>45</sup>, promulgado no Estado Novo por Getúlio Vargas<sup>46</sup>, trata-se da primeira Lei Orgânica para o Esporte no país e continha, na sua exposição de motivos, que, apesar do desenvolvimento notável, materializado em expressivos resultados de jogadores brasileiros em

---

<sup>42</sup> Oscar Alfredo Sebastião Cox nasceu no Rio de Janeiro, em 1880, filho de cidadão inglês e mãe carioca, foi cursar *Humanidades* no *Colégio La Villa* na Suíça. Ao voltar ao Brasil, em 1897, já pensava em fundar um clube de futebol. Após passear em Londres, em 1901, ele voltou com várias bolas de futebol, promoveu dois jogos entre cariocas e paulistas e ajudou a fundar vários clubes de futebol no Rio de Janeiro. Foi fundador, jogador e primeiro presidente do Fluminense Football Club.

<sup>43</sup> Charles Miller nasceu em São Paulo, em 1874, filho de pai escocês e mãe brasileira de ascendência inglesa. Aos dez anos de idade, foi estudar na Inglaterra e aprendeu a jogar futebol na *Bannister Court School*. Considerado o homem que trouxe o futebol para o Brasil, voltou da Inglaterra, em 1894, e trouxe na bagagem duas bolas usadas, um par de chuteiras, um livro com as regras do futebol, uma bomba de encher bolas e uniformes usados. Foi jogador do São Paulo Athletic Club, tendo conquistado quatro títulos da Liga Paulista de Futebol.

<sup>44</sup> O lazer surgiu “com a artificialização do tempo de trabalho, típica do modelo de produção fabril desenvolvido a partir da Revolução Industrial. Lembremos também que, desde as origens, o lazer tem se mostrado um campo de tensões, já que um tempo livre maior surge não como concessão dos donos dos meios de produção, mas sim como conquista das organizações das classes trabalhadoras. Nesse processo, a burguesia entabula iniciativas de controle e de obtenção direta e indireta de lucros, na mesma medida em que os trabalhadores entabulam resistências possíveis” (MELO e ALVES JÚNIOR, 2003, p. 29).

<sup>45</sup> “[...] adjetivados pelos Decretos nº 5.392 (de 1943), nº 9.267 (de 1942), nº 7.674 (de 1945) e pelas diversas deliberações do Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão criado pelo próprio Decreto-Lei nº 3.199” (MANHÃES, 2002, p. 29).

<sup>46</sup> “Todas as medidas definidoras de política, conceito e prioridades, no campo do esporte, foram originárias do período chamado Estado Novo, permanecendo inalteradas até hoje, com modificações apenas periféricas ou formais” (MANHÃES, 2002, p. 25).

competições internacionais, é evidente que, no esporte, ainda há “falta de organização geral e adequada, que lhes imprima a disciplina necessária à sua correta prática, conveniente desenvolvimento e útil influência na formação espiritual e física da juventude.” (MANHÃES, 2002, p. 29).

João Saldanha, no prefácio do livro de Manhães (2002, p. 10), pondera que

se por um lado o governo, principalmente depois do início da década de 1940, tomou a si, decretou para si e se intrometeu em todos os segmentos da vida esportiva nacional, por outro, eivado de um profundo sentimento elitista e de autoritarismo, atrofiou todos os esportes, inclusive o futebol campeão do mundo.

Em sua análise, afirma Saldanha que

Sobre o esporte também se abateu o tenebroso inverno. Um decreto, o de número 3.199, de 1941, apareceu como lei básica. Qualquer clube, mesmo o da esquina de um bairro de qualquer cidade, estava sujeito obrigatoriamente a um registro. Este registro só era possível se o estatuto do clube (ou clubinho) estivesse feito os moldes do estatuto padrão do CND, órgão criado para se sobrepôr a toda e qualquer organização esportiva do país. O presidente deste órgão nomeado diretamente pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação, se transformava num ditador absoluto que se arrogava até o direito de transformar e inverter resultados ou, principalmente, de legislar de acordo com conveniências particulares a favor de clubes ou entidades. Um autoritarismo absoluto (SALDANHA, 2002, p. 11).

Com o pano de fundo autoritário, os interesses governamentais eram de popularização do esporte como o sentimento patriótico, moral e cívico, do anseio e da energia nacionalista e o poder disciplinador. O futebol não deveria mais ser propriedade de uma só classe, deveria pertencer a toda a nação. Este cenário contribuiu para uma ‘proletarização’ do esporte, principalmente, após os dois governos Vargas (1930-1945 e 1951-1954), aprofundada na década de 1960, a partir do Governo Juscelino Kubistchek (1955 a 1960) e com a ditadura militar (1964-1985).

Este esporte é o único verdadeiramente massificado no Brasil. Se a princípio era praticado somente pelas mais altas categorias das elites nacionais e de estrangeiros, pouco a pouco e inevitavelmente o futebol, ao se massificar, se democratizou e conseguiu os notáveis êxitos conhecidos. As elites se afastaram, os clubes ingleses se fecharam em seus jardins particulares e o povão, jogando nas ruas,

calçadas, campos de pelada, na cidade, na periferia e no campo, se tornou estrela de primeira grandeza no cenário internacional (SALDANHA, 2002, p. 10).

O futebol, assim como o samba e a capoeira, foram elementos centrais para a campanha governamental de construção de uma identidade nacional. Nessa perspectiva, a identidade do povo brasileiro foi sendo construída, ao longo do século XX, em torno de elementos que pudessem proporcionar um sentimento de unidade nacional. Gilberto Freyre (2010, p. 25) comenta que o: “desenvolvimento do futebol, não num esporte igual aos outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou-se possível a sublimação de vários daqueles elementos irracionais de nossa formação social e de cultura”. Pode-se afirmar que o futebol e o esporte em geral eram expressões de um projeto político ideológico presente nesta época: o nacional-desenvolvimentismo<sup>47</sup>.

Mais uma vez, Freyre apresenta a esfera de unidade e particularidade que o futebol expressa na cultura nacional:

Mas vá alguém estudar a fundo o jogo de Domingos ou a literatura de Machado que encontrará decerto nas raízes de cada um, dando-lhes autenticidade brasileira, um pouco de samba, um pouco de molecagem baiana e até um pouco de capoeiragem pernambucana ou malandragem carioca. Com esses resíduos é que o futebol brasileiro afastou-se do bem ordenado original britânico para se tornar dança cheia de surpresas irracionais e variações dionísicas que é (FREYRE, 2010, p. 25).

Outra reflexão interessante nos traz Braz (2013, p. 77), que apresenta o samba como práxis artístico-cultural que expressa “uma ‘questão cultural’

---

<sup>47</sup> O nacional-desenvolvimentismo no Brasil surgiu a partir da década de 1930 (Governo Vargas) e se caracterizou pela aliança entre o Estado e a burguesia nacional emergente que consistiu em iniciativas estatais de isenção fiscal ao setor privado, culminado no processo de industrialização. “O processo de industrialização via modelo de substituição de importações ganhou impulso em 1930 como forma de reação à crise econômica mundial de 1929. Esse projeto de industrialização começou sob impulso de iniciativas estatais, com políticas protecionistas, de empréstimos e isenções fiscais para investidores privados, que então alocavam seus capitais nos setores de bens de consumo não duráveis. Operou-se, desse modo, a articulação de um novo bloco de poder, com uma aliança entre o Estado e uma burguesia nacional emergente, sem, contudo, romper totalmente com as antigas classes dominantes, notadamente os latifundiários” (CASTELO, 2012, p. 619). Atingiu seu auge nos anos 1950-60 (Governo Juscelino Kubistchek), com a entrada das multinacionais e investimentos em setores de bens e consumo duráveis. Na ditadura militar (1964-1984), o capitalismo financeiro foi consolidado, a partir da instauração da autocracia burguesa que atuava na defesa de políticas nacionalistas de proteção econômica, tendo o Estado papel central para superação do subdesenvolvimento, capaz de conciliar interesses dos trabalhadores e da burguesia industrial. (CASTELO, 2012, p. 620).

inserida no âmbito das relações sociais que conformaram a formação social brasileira”. Por esse viés, como expressão da cultura nacional assimilada, pode-se dizer que aconteceu da mesma forma com o futebol em sua práxis cultural-esportiva.

Parafraseando o autor quando fala do samba, utilizo dos mesmos argumentos em relação ao futebol, que:

seu processo de formação abrange um complexo contraditório que envolve sua legitimação e institucionalização [...], incluindo o debate de sua gênese, desenvolvimento e consequências para a cultura brasileira [...] relacionando-se aos aspectos econômicos, sociais e políticos concernentes à sociedade Brasileira (BRAZ, 2013, p. 77).

O autor complementa:

Como produto histórico de uma determinada formação social, num período histórico também determinado e a partir de estratos de classe específicos, talvez seja possível sustentar que o samba [*aqui no caso, o futebol*] exprime uma síntese dialética entre dois fenômenos que mantêm relações de complementaridade e determinação recíproca: a “questão social” e a questão cultural. Tais questões (a “social” e a cultural), e o samba [*o futebol*] como forma de expressão delas, resultam dos antagonismos sociais que estão no cerne da dinâmica contraditória do capital – de como, especificadamente, ela se estruturou no Brasil a partir de um particular processo de trabalho – em suas variadas camadas historicamente formadas entre nós, originando um amálgama de tipos sociais bem característicos de relações capitalistas que aqui combinaram com elementos remanescentes das relações de trabalho prevalecentes na Colônia e no Império, centradas no trabalho escravo dos negros (BRAZ, 2013, p. 78, grifos nosso).

Na transição de um modo de produção escravista para um modo de produção capitalista<sup>48</sup>, existe uma ligação direta com as transformações que marcaram o desenvolvimento do futebol brasileiro. Transformações essas que

---

<sup>48</sup> Theodoro (2005, p. 26-27) afirma que: “de acordo com os dados disponíveis, no começo do século XX, 92% dos trabalhadores industriais na cidade de São Paulo eram estrangeiros, sobretudo de origem italiana (KOWARIC, op. cit., p. 92). No Rio de Janeiro, então capital do país e a cidade de maior importância econômica, a participação de estrangeiros na indústria representava quase a metade da mão-de-obra ali ocupada. Contudo, diferentemente do que se passou em São Paulo, eram principalmente os portugueses (destacando-se os açorianos) e os espanhóis que compunham a maioria da mão-de-obra migrante no Rio (PRADO JÚNIOR, 1945). As duas cidades (sobretudo São Paulo) sofreram importantes mudanças com industrialização nascente e a chegada em massa de um contingente de mão-de-obra de origem europeia atraída pela própria atividade industrial. Observa-se, com o desenvolvimento do comércio e da indústria, o nascimento de um proletariado e também de uma classe média urbana (COSTA, 1983, p. 424-429; GORENDER, 1978, p. 451-465). Mas os trabalhadores negros não tiveram oportunidade de engrossar as fileiras daqueles grupos”

emergem do futebol como “questão cultural” e que infligem no trabalhador, no negro e na mulher marcas das diversas expressões da “questão social”.

### 1.2.1. Os operários da bola: Os negros, “mulatos” e brancos pobres

Em dias de futebol, quando os ingleses que fundaram o Bangu<sup>49</sup> iam jogar no campo improvisado no jardim da fábrica, um gramado amplo de grama inglesa,

os operários ficavam para ver, muitos brancos, mulatos, pretos, com vontade de também dar seu pontapé na bola. Bastava a bola ir fora, e ela ia fora de quando em quando, eles corriam atrás dela, como garotos atrás de um balão de São João (FILHO, 2010, p. 32).

Tornou-se comum no Bangu, por ser um time de fábrica, um desses garotos que corriam atrás da bola entrar no jogo, pois o escrete não tinha tantos mestres ingleses assim e precisavam completar a equipe, diferente dos times do Paissandu, do Rio Cricket, do Fluminense no Rio de Janeiro ou do Paulistano em São Paulo. Para entrar no Fluminense<sup>50</sup> (ou no Paulistano), os jogadores tinham que ser

homens feitos, chefes de firmas, empregados de categoria de grandes casas, filho de papai rico, educados na Europa, habituados a gastar. Era uma vida pesada. Quem não tivesse boa renda, boa mesada, bom ordenado, não aguentava o repuxo (FILHO, 2010, p. 34).

Para o operário, somente no seu “tempo livre” do trabalho lhe era permitido jogar.

No domingo dava seus pontapés na bola, corria em campo molhando a camisa, na segunda-feira cedinho, quando o portão da fábrica abria, lá estava ele. Ia para os teares como os outros operários, trabalhava,

---

<sup>49</sup> “A Companhia Progresso Industrial do Brasil, uma fábrica de tecidos, brasileira, de capitais portugueses, mandara buscar mestres na Inglaterra. Os mestres ingleses fundaram o *The Bangu Athletic Club* (FILHO, 2010, p. 29)”.

<sup>50</sup> “Não se tratava de querer branco legítimo. Ninguém do Fluminense pensava em termos de cor, de raça. Se Joaquim Prado, winger-left do Paulistano, quer dizer, extrema esquerda, preto, do ramo preto da família Prado, se transferisse para o Rio, seria recebido de braços abertos pelo Fluminense. Joaquim Prado era preto, mas era de família ilustre, rico, vivia nas melhores rodas (FILHO, 2010, p. 36)”.

só parava na hora do almoço, para voltar, depois até às quatro horas (FILHO, 2010, p. 34).

O autor ainda revela que tudo isso na verdade expressava,

no fundo, a luta de classes, sem ninguém dar por isso, é claro. Todos levando a coisa mais para a rivalidade entre o clube do subúrbio e o clube da cidade. Rivalidade que se acentuava de um lado só, do lado do clube do subúrbio. O Clube do subúrbio se afastando, ficando cada vez mais longe, querendo até se separar. Separar por quê? Porque se sentia outro clube, outra gente (FILHO, 2010, p. 43).

Era evidente, portanto, a distinção, no seio do futebol, entre os clubes da alta burguesia e do clube dos trabalhadores, operários da bola, negros, mulatos e brancos pobres.

O que distinguia o Bangu do Botafogo, do Fluminense, era o operário. O Bangu, clube fábrica, botava os operários no time em pé de igualdade com os mestres ingleses. O Botafogo e o Fluminense, não, nem brincando, só gente fina. Foi a primeira distinção que se fez, entre clube grande e pequeno, um, o clube dos grandes, o outro, o clube dos pequenos (FILHO, 2010, p. 43).

Mas esse fato social era percebido pelos operários, e causava também indignação:

O Bangu sentiu isso antes de qualquer outro clube. E não se conformou logo. Teve suas revoltas, invadindo campo depois do jogo, jogando pedras no trem, ficando com a taça. E também querendo jogar só com clube pequeno, de operário, de subúrbio (FILHO, 2010, p. 43).

Mas, em relação aos demais operários que não jogavam futebol, parecia existir um princípio de cisão na classe, principalmente naqueles que buscavam, na organização classista sindical, melhorias nas condições de trabalho nas fábricas. Os dirigentes sindicais tinham uma visão pessimista do conjunto dos operários, em decorrência de uma suposta apatia, passividade e falta de ação dos mesmos. Dessa forma, “defendendo um modelo de organização classista baseado na experiência compartilhada por muitos deles na Europa, criticavam o comportamento servil que atribuíam a muitos dos trabalhadores da cidade, que estariam conformados frente aos ‘sofrimentos do trabalho rude e da vida miserável’” (PEREIRA, 2000, p. 256).

Segundo um jornal operário, a “classe dos tecelões” seria em 1908 a “mais explorada, a que mais horas trabalha e uma das que menos ganham”. Em uma visita feita no ano seguinte à Companhia Progresso Industrial, alguns militantes acumulavam argumentos contra as opiniões dos jornalistas que viviam “incensando a benemerência dos senhores de Bangu”, colhendo uma impressão completamente diversa. “Soubemos que o operário mais ágil não conseguia mais de 5\$, que se trabalhava das 6 horas da manhã às 5 horas da tarde e que o aluguel das casas era de 45\$ por mês”, relatavam ao jornal *A Voz do Trabalhador*. Já na fábrica Carioca, no mesmo ano, os diretores resolviam rebaixar o ordenado de quase todos os operários, o que voltaria a se repetir em 1913. Confrontando o salário em 1914 de um tecelão com seus gastos mensais, outro articulista concluía que “o ordenado não dá absolutamente para as despesas” – sendo cerca de 90\$000, contra 110\$000 gastos a cada mês. Mesmo vindo de lideranças libertárias interessadas em evidenciar as contradições entre a benemerência dos diretores da fábrica e a situação dos operários, esses números evidenciavam as péssimas condições de sobrevivência desses trabalhadores – que na cabeça de muitos dos diretores da companhia, pareciam ter na recreação esportiva uma de suas grandes compensações (PEREIRA, 2000, p. 263).

Este trecho evidencia o processo de pauperização dos tecelões e a tensão capital-trabalho no contexto da luta de classes. Tecendo laços e identidades entre trabalhadores e patrões, o esporte teria, para muitos, o poder de dissolver as diferenças e contradições que os separavam, criando entre eles uma imagem fraterna e amigável. Viam, portanto, no futebol e em outras práticas culturais instrumentos de alienação, dominação e cooptação de parte da classe trabalhadora (PEREIRA, 2000, p. 264).

Em meio ao esforço para levar aos operários cariocas um modelo de luta revolucionária que tinha na Europa o seu paradigma, o futebol transformou-se, junto com outras atividades como a dança e o carnaval, em um dos principais alvos dos militantes de diferentes tendências. Ao afastar os trabalhadores das atividades promovidas pelos sindicatos e associações de classe, essas práticas teriam para eles um forte potencial alienante (PEREIRA, 2000, p. 256).

Esse elemento é importante porque, embora fruto da preocupação de dirigentes sindicais, o Estado utilizou desse elemento político para garantir a coesão social e a conformação da classe trabalhadora, ao longo de diversos governos. No entanto, o próprio movimento sindical demorou a perceber o esporte como campo de disputas hegemônica.

Mas o futebol ainda não era o que viria a se tornar. De acordo com Filho (2010, p. 47-49), naquela época, o remo era o esporte mais importante e valorizado. Os jornais davam mais destaque. Era considerado mais másculo, traduzido nos corpos atléticos que a modalidade proporcionava. O autor complementa que “o Futebol tinha, para o remador, uma delicadeza de *ballet*. Jogadores correndo atrás de uma bola, levantando a perna, dando saltinhos”. O cenário das regatas contribuía para o desfile da elite burguesa. Clube de Remo era um clube fechado para homens, enquanto o futebol era mais social e familiar. Continha em si um aspecto lúdico que encantava as crianças:

Por isso as crianças gostavam tanto de futebol. As ruas transformavam em campo de futebol. Nas ruas dos bairros chiques a bola era de pelica, de gomos coloridos, nas ruas de bairros pobres, a bola era de meia. Uma meia velha, da irmã casada, da mãe, papel amassado e enrolado com cordão, até tomar a forma de uma bola. Certos garotos, principalmente os moleques, os pretinhos, filhos da cozinheira, sabia fazer bolas de meia, redondinhas, que saltavam. [...] O futebol se vulgarizava, se alastrava como uma praga. Qualquer moleque, qualquer preto podia jogar futebol. No meio das ruas, nos terrenos baldios, onde se atirava lixo, nos capinzais (FILHO, 2010, p. 49-50).

Um fato marcante nesta breve história do futebol foi a ascensão do Vasco da Gama Clube de Regatas à primeira divisão do Campeonato Carioca. De início, o Vasco da Gama não deixou preocupados os clubes da elite: o Fluminense, Botafogo, América e Flamengo. O Vasco, com seus negros, mulatos, brancos pobres, a maioria analfabetos, treinando em campo de terra batida, na Rua Morais e Silva, não ofereciam perigo aos grandes campeões do Rio de Janeiro, que treinavam em seus estádios e campos gramados. Os jogadores cruzmaltinos eram:

Os pobres das peladas e dos clubes pequenos, brancos, mulatos e pretos, dando nos times dos grandes clubes, só de brancos, de gente fina, de sociedade. Por causa do português. Se não fosse o português, como é que aqueles jogadores que não tinham feito coisa alguma, podia fazer alguma coisa? Muitos sem saber ler nem escrever, mal assinando o nome, sem emprego, sem nada. O português é que lhes dava tudo: casa, comida, roupa lavada e engomada. Eles comiam do bom e do melhor. Café com leite de manhã cedo, ovos com presunto, gemada, depois do individual, almoçam e jantavam no “Filhos do Céu” (FILHO, 2010, p. 122).

O Vasco acabou ganhando o campeonato de 1923, mesmo ano em que ascendeu à primeira divisão quase invicto, com apenas uma derrota, onde todos os outros clubes se uniram para impedir esse feito. Em um Vasco x Flamengo, aconteceu brigas, invasão de campo, tudo para impedir a vitória vascaína. Conseguiram vencer essa partida, mas não o campeonato.

A ilusão durou pouco, os clubes finos, de sociedade, como se dizia, estavam diante de um fato consumado. Não se ganhava campeonato só com times de brancos. Um time de brancos, mulatos e pretos era o campeão da cidade. Contra esse time, os times de brancos não tinham podido fazer nada. Desaparecera a vantagem de ser de boa família, de ser estudante, de ser branco. O Rapaz de boa família, o estudante, o branco, tinha de competir, em igualdade de condições, com o pé-rapado, quase analfabeto, o mulato e o preto para ver quem jogava melhor. Era uma verdadeira revolução que se operava no futebol brasileiro. Restava saber qual a reação dos grandes clubes (FILHO, 2010, p. 122).

Os grandes clubes, dos brancos e ricos, ignoraram o título do Vasco, deixaram a Liga Metropolitana e criaram a Associação Metropolitana de Esporte Amador (AMEA). “A reação dos clubes foi tremenda. Tinha começado naquele Vasco e Flamengo, das pás de remo, dos tamancos, das résteas de cebola, das cabeças de negro, dos morteiros” (FILHO, 2010, p. 131).

O amadorismo foi a grande saída e triunfo. Futebol era, definitivamente, coisa para os de bem com a vida<sup>51</sup>. Para um clube fazer parte dela, os jogadores tinham que trabalhar ou estudar, e claro, serem alfabetizados. “Se não trabalhassem seriam cortados. Se trabalhassem e ganhassem pouco, uma quantia que não bastasse para a vida que levavam, seriam cortados. E se trabalhassem, e se ganhassem bastante, ainda teriam de passar pela prova terrível do bê-á-bá” (FILHO, 2010, p. 131).

Para ficar entre os grandes, com auxílio dos comerciantes portugueses, o Vasco arrumou emprego para todos os jogadores e garantiu o ensino para aqueles que precisavam, e, em 1925, entrou para a AMEA. “Mas um grande clube embranquecia mulatos e pretos. Jogando e torcendo pelo Vasco, os mulatos e pretos ficavam à vontade como se fossem brancos. Os mulatos e

---

<sup>51</sup> O Bangu foi convidado para participar da AMEA, apesar de ter um time repleto de operários. No entanto, o Bangu nunca havia ganhado um título e não representava uma ameaça como o Vasco da Gama. E ainda demonstrava que a AMEA não era assim “tão contra” os negros e pobres.

pretos do São Cristóvão sentiam-se mais mulatos e pretos” (FILHO, 2010, p. 153).

Com o passar dos anos, a fase do amadorismo foi dando lugar ao profissionalismo, principalmente aos grandes que poderiam contar com os bons jogadores que se destacavam. Ainda melhor se fosse branco, “mulato ou preto, só grande jogador”. Enquanto o Fluminense ainda resistia, o Flamengo viu na aproximação do povo a oportunidade de se popularizar. E para isso, “não podia deixar o preto de fora. Escolhendo Fausto, Leônidas e Domingos, já escolhidos pelo povo, como ídolos. Fazendo sua transfusão de popularidade” (FILHO, 2010, p. 209).

Em meados de 1930, o esporte alça a uma nova dimensão social, com o profissionalismo que tornou estreita “a relação entre política e futebol; houve uma maior aproximação entre dirigentes esportivos e políticos; as autoridades governamentais passaram a se preocupar a definição de uma política nacional para o futebol” (SANTOS, 2011, p. 33). Alguns fatos marcaram o processo de profissionalização do futebol, como a inclusão da profissão de jogador futebol na Legislação Social e Trabalhista em 1931, reconhecida pela Confederação Brasileira de Desporto (CBD) (PRONI, 2000).

Após boa participação nas primeiras Copas do Mundo de Futebol (1930, 1934 e 1938) e do hiato que ficou no período da 2ª Guerra Mundial, o Brasil preparava a Copa do Mundo.

O Estádio Municipal crescia. Estaria pronto para o campeonato do mundo de 50. Ia ser, longe, o maior estádio que já se construía na face da Terra. Para exaltar o amor brasileiro pelo futebol. A paixão de um povo (FILHO, 2010, p. 280).

A organização de uma Copa do Mundo na década de 1950 colocava o Brasil no cenário político internacional, enquanto aprofundava o projeto ideopolítico de relacionar o futebol como identidade nacional. Já em vésperas de voltar ao seu segundo mandato presidencial, Getúlio Vargas desempenhou um papel decisivo nos bastidores para esse feito.

Nesse contexto, o Brasil precisava de um novo ídolo. E melhor seria se este tivesse uma identificação com o povo, coroando a conquista de um campeonato inédito e esperado. Mas as coisas não saíram como planejado.

O campeonato do mundo de 50, em vez de glorificar um novo ídolo do futebol brasileiro, que segundo todas as probabilidades, seria outro mulato ou preto, à imagem e semelhança de Arthur Friedenreich e Leônidas da Silva, o que fez foi reavivar um racismo ainda não de todo extinto<sup>52</sup> (FILHO, 2010, p. 280).

A final da Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 1950 foi um momento emblemático para a história recente do país. Conhecido como *Maracanazo*, esse momento é retratado como um grande espetáculo, até então jamais visto.

Entrando em campo viram o que os olhos humanos ainda não tinham contemplado a maior multidão que já fora a um jogo de futebol, duzentas e vinte mil pessoas que cá de baixo pareciam esfarelar-se. Era assustadora aquela massa humana que se comprimia no Maracanã. Dependia deles, só deles, que aquelas duzentas e vinte mil pessoas vivessem o dia mais feliz ou mais desgraçado de suas vidas. E não só aquelas duzentas e vinte mil pessoas que tinham conseguido entrar no Maracanã. Não havia um brasileiro lá fora, no Rio, em São Paulo, em Minas, no Rio Grande, na Bahia, em Pernambuco, em qualquer Estado ou Território do Brasil, que não tivesse ao pé de um rádio, para ver, também, como os ouvidos, o Brasil ser campeão do mundo (FILHO, 2010, p. 284).

Relatado como uma grande tragédia, a perda do campeonato teve grande repercussão e impacto nacional. Rodrigues, (1999, p. 50) chega a dizer que “– o escrete brasileiro implica todos nós e cada um de nós. Afinal, ele traduz uma projeção de nossos defeitos e de nossas qualidades. Em 50, houve mais que o revês de onze sujeitos, houve o fracasso do homem brasileiro”. Se o futebol reflete dialeticamente a sociedade brasileira, a perda da Copa do Mundo no Brasil revelou o racismo latente, camuflado e muitas vezes negado, presente nela.

Quando Mr. Reader deu o apito final, o Maracanã transformou-se no maior velório da face da Terra. Todo mundo queria ir embora, desaparecer. Muitos não tinham mais forças para um passo, para um gesto. Ouviam-se gritos de viúvas sicilianas. Poucos eram os que não choravam. Os que não choravam deixavam-se ficar numa cadeira numerada, num degrau da arquibancada, num canto da geral, a cabeça sobre o peito, largados. Ou então esbravejavam, batendo no

---

<sup>52</sup> E sabemos hoje, longe de se extinguir.

peito, apontando para o campo. Uns acusavam Flávio Costa. Mas quase todos se viraram contra os pretos do escrete. [...] E vinham as acusações do brasileiro contra os brasileiros. [...] – A verdade é que somos uma sub-raça. Uma raça de mestiços. Uma raça inferior. Na hora de aguentar o pior, a gente se borrava todo. [...] Assim três pretos foram escolhidos como bodes expiatórios: Barbosa, Juvenal e Bigode (FILHO, 2010, p. 289-290).

É inevitável, portanto, notar que, ao longo da primeira metade do século XX, a questão racial foi determinante para o desenvolvimento do futebol brasileiro. Após 63 anos, há, entre os saudosistas<sup>53</sup>, quem ainda culpe Barbosa, Juvenal e Bigode, três negros que pagaram perpetuamente por essa derrota. Nos dias de hoje, as expressões da questão racial continuam presentes em todas as esferas da vida social.

O mito da “democracia racial brasileira” se desconstrói na medida em que se evidenciam dados e pesquisas que revelam que os ganhos menores que os negros possuem em relação ao branco no mundo do trabalho, nas polêmicas em torno das cotas raciais para acesso ao ensino superior, na exposição concreta de casos de racismo nas redes sociais e na luta concreta para reversão desse quadro de injustiça social.

A questão racial no Brasil do século XXI expõe essa grande ferida, também no futebol. O 2º Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro (2015) apresenta denúncias dos 27 casos de racismo envolvendo jogadores de futebol brasileiros no Brasil e no mundo no ano de 2015. Os dados estão detalhados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Incidentes raciais no futebol brasileiro. Data, caso e ocorrência no ano de 2015.

<b>DATA</b>	<b>CASO</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
<b>21/01/2015</b>	Aranha, Goleiro, Santos F.C (Não prestou queixa)	Sofre insultos racistas por parte dos torcedores após entrar na justiça por problemas trabalhistas.
<b>23/01/2015</b>	Douglas Costa, Atleta, F.K. Shakhtar - Donetsk /Ucrânia (Não prestou queixa)	Após postar foto em sua rede social com a camisa do Grêmio, recebeu comentários racistas por parte dos torcedores.

<sup>53</sup> “Há quem ache que o futebol do passado é que era bom. De quando em quando a gente se esbarra com um saudosista. Todos brancos, nenhum preto. Foi uma coisa que me intrigou a princípio. Porque o saudosista era sempre branco? O saudosista sempre branco, nunca preto, dava para desconfiar. E depois, a época de ouro, escolhida pelo saudosista, era uma época que podia-se se chamar de branca. Os jogadores claros, bem brancos, havia até louros nos times, ia-se ver: inglês ou alemão. Poucos morenos. Os mulatos e pretos, uma raridade, um aqui, outro ali, perdiam-se, nem chamavam atenção” (FILHO, 2010, p. 29).

<b>14/02/2015</b>	Vitinho, Atleta, S.C. Internacional (Não prestou queixa)	Em jogo do campeonato gaúcho, torcedor adversário imitou um macaco para ofender o atleta, ato foi flagrado por um repórter.
<b>19/02/2015</b>	Robério Epaminondas, Preparador de Goleiros, S.C. Lucena (Agressor pagou fiança e foi indiciado)	O preparador de goleiros do Lucena, Robério Epaminondas foi xingado de macaco por um torcedor do Santa Cruz.
<b>22/02/2015</b>	Érico Araújo, Segurança, S.C. Internacional (Não prestou queixa e torcedor foi liberado)	Torcedor foi preso por injúria racial contra um segurança do Internacional, em um jogo do campeonato gaúcho.
<b>22/02/2015</b>	Júnior Paraíba, Atleta, URT - União Recreativa dos Trabalhadores (Não registrou queixa e pegou um jogo de suspensão pelo TJD por dar causa a erro grosseiro ou sentimento pessoal)	Em jogo do Campeonato Mineiro, atleta acusou árbitro de chama-lo de macaco.
<b>25/02/2015</b>	Robinho, Atleta, C.E. Naviraiense (clubes absolvido por falta de provas)	Em jogo do Campeonato Sul-Mato-Grossense, atleta denunciou injúria racial por parte dos torcedores do Corumbaense.
<b>11/03/2015</b>	Arouca, Atleta, S.E. Palmeiras (Não prestou queixa)	Torcedor santista posta "Chupa preto safado, fica nesse time aí de segunda!", contra o jogador em sua rede social.
<b>15/03/2015</b>	Vitinho, Atleta, S.C., S.C. (Não prestou queixa)	Em jogo do Campeonato gaúcho, Vitinho denunciou à imprensa, ofensas racistas (macaco) e a sua mãe por parte de torcedores adversários.
<b>01/04/2015:</b>	Elias, Atleta do Corinthians	Em jogo da Libertadores da América, Elias declarou que recebeu ofensas racistas de Gonzalez, jogador uruguaio.
<b>28/03/2015</b>	Caso Alberto, zagueiro, Interporto F.C. (Guaraí foi multado pelo TJD)	Em jogo de Campeonato Tocantinense torcedores ofenderam o zagueiro.
<b>01/04/2015</b>	Caso Fabrício, Atleta. Após abertura de inquérito para investigar denúncia de ofensas racistas, o TJD absolveu o clube.	Vídeo-denúncia acusou o clube de insultar de forma racista o jogador Fabrício, em jogo de campeonato gaúcho.
<b>19/04/2015:</b>	Francisco Amaral, Atleta. Beltrão F.C. (O torcedor foi preso, pagou fiança e foi liberado para responder em liberdade por injúria racial).	Em jogo do Campeonato Paraense, um torcedor do Pato Branco chamou o volante Amaral de "macaco" durante a partida e foi preso pela Polícia Militar.
<b>19/04/2015</b>	Hélio Geraldo, Coordenador Técnico, Bandeirante E.C. (O caso não foi levado adiante. O Delegado disse que foi tudo um mal entendido).	O coordenador técnico do Bandeirante, Hélio Geraldo, alegou ter sofrido ofensas racistas do árbitro Éderson Martins Deodato.
<b>20/04/2015</b>	Jemerson, Atleta, C. Atlético-MG Internet. (Não prestou queixa).	Em uma foto postada ao lado do atacante Lucas Pratto, em uma rede social, um usuário fez comentários racistas, ofendendo Jemerson.
<b>28/04/2015</b>	Luis Paulo Oliveira, Atleta, C. Esportivo Bento Gonçalves Divisão de Acesso Gaúcho - Nova Prata x Esportivo. (Sem confirmação do	O jogador afirmou em seu perfil no Facebook ter sido vítima de injúria racial durante a partida entre Nova Prata x Esportivo. As agressões

	desdobramento do caso)	verbais teriam partido de um torcedor idoso do clube adversário presente na tela de proteção do campo. Mesmo o atleta tendo informado ao árbitro da partida, o caso não foi relatado na súmula do jogo.
<b>03/05/2015</b>	Torcedor Gremista, Grêmio FBPA (TJD-RS considerou o vídeo insuficiente para denunciar o Grêmio por injúria racial).	Em clássico, final do campeonato gaúcho, torcedor gremista é flagrado em suposta imitação de macaco a torcida colorado.
<b>13/05/2015</b>	Eduardo Costa, Atleta, Avaí F.C. (O jogador foi penalizado pelo STJD com cinco partidas de suspensão pelo soco O ato de racismo não foi julgado).	Em clássico catarinense na Copa do Brasil, o atleta acusa o técnico Argel Fucks de chamá-lo de macaco nojento. Eduardo Costa desferiu um soco no rosto do treinador.
<b>20/05/2015</b>	Panda, Atleta, Treze F. C. (A Federação Paraibana de Futebol afastou por tempo indeterminado o auxiliar de arbitragem, até que os fatos sejam apurados – Não foi encontrado decisão definitiva).	Wm jogo do campeonato paraibano, o gerente de futebol do Treze, Joba Barbosa (Panda), e jogadores do rival Botafogo-PB acusaram o auxiliar de arbitragem Sousa Júnior de ter cometido injúria racial contra Panda.
<b>28/06/2015</b>	Vítima não identificada (O Londrina Esporte Clube foi absolvido em julgamento do STJD das supostas acusações de racismo).	Em jogo da série C, do campeonato brasileiro, torcedor do Londrina é flagrado imitando macaco em direção a jogador do Brasil de Pelotas.
<b>12/07/2015</b>	Miullen, Atleta, S.C. Corinthians Paulista (Torcedor acusado de proferir insultos racistas foi detido, interrogado e liberado).	Em jogo da Taça BH Sub-17, torcedor do Guaxupé é detido acusado de chamar atacante Miullen, do Corinthians, de "macaco".
<b>15/07/2015</b>	Funcionária do Inter, S.C. Internacional. (Boletim de Ocorrência registrado).	Mulher que trabalhava na orientação do público afirmou ter sido agredida com a frase: "Suas negrinhas, vocês não deveriam estar aqui", por torcedor colorado, em jogo da Libertadores.
<b>25/07/2015</b>	Rhayner, Atleta, E.C. Vitória (Caso não foi adiante, ninguém prestou queixa e sem registro de ocorrência).	Em jogo da série B do campeonato Brasileiro, alegando ter visualizado gestos racistas, o jogador Rhayner, atleta do Vitória, faz gestos obscenos para torcida do Náutico.
<b>06/09/2015</b>	Fred Nelson, Dirigente, C. Andraus (O TJD-PR condenou dirigente do Andraus, por 660 dias e multa de aproximadamente R\$ 60 mil, pela confusão na partida. Suposto caso de racismo não foi julgado).	Em jogo da Taça FPF (Federação Paranaense de Futebol), após muita confusão e discussão, o dirigente disse ter sido ofendido pelo árbitro com as seguintes palavras: "Sai daqui, seu preto, macaco".
<b>13/09/2015</b>	Jogadores do Corinthians, S.C. Corinthians Paulista. Internet. (Sem registro de ocorrência e sem identificação do agressor).	Os jogadores do Corinthians (Wagner Love, Gil, Elias e Malcon) foram ofendidos via Twitter por internauta.
<b>16/09/2015</b>	Brinner, Atleta. Macaé E.F.C. (registrou Boletim de Ocorrência e árbitro registrou em súmula. Não foi encontrado informações sobre o julgamento do STJD).	Em jogo do Campeonato Brasileiro, Série B, zagueiro Brinner, do Macaé, acusa torcedores do Bragantino de proferir xingamentos racistas.
<b>27/09/2015</b>	Diego Lima, Atleta, Central S.C. (Sem registro de ocorrência).	Em Rede Social, o atleta Diego Lima, do Central, diz ter sido vítima de injúria

		racial pelos torcedores do Lajeadense. Árbitro relatou o episódio em súmula.
<b>01/10/2015</b>	Sebastião Fernandes, Arbitragem (bandeira) (Torcedora foi identificada, Boletim de Ocorrência registrado).	Em jogo da Série A da Liga Josefense/SC, o bandeirinha alega que sofreu uma injúria racial de uma torcedora do Americano.
<b>03/10/2015</b>	Caio Blois, Jornalista, ESPN Internet. (Sem registro de ocorrência).	Usuários do Twitter denunciaram Caio Blois de utilizar termos racistas em suas postagens mais antigas (entre 2011 e 2014) contra a torcida do Flamengo.
<b>03/10/2015</b>	Kanu, Atleta, E.C. Vitória. Internet. (Sem registro de ocorrência e sem identificação do agressor).	Internauta escreveu um comentário racista contra o zagueiro Kanu, do Vitória, no Facebook.
<b>14/10/2015</b>	Allano, Atleta, Cruzeiro E.C. Internet. (Sem registro de ocorrência e sem identificação do agressor).	Internauta publicou em seu perfil no Facebook ofensas racistas onde dizia: "Allano não comeu banana. Tá fraco".
<b>18/10/2015</b>	Cassiano, Atleta, Gwangju F.C. (Coréia do Sul). Internet. (Atleta se manifestou em rede social que levaria o caso adiante. Não foi encontrado maiores informações)	O atleta Cassiano foi vítima de insultos racistas por um internauta brasileiro em sua conta no Instagram.
<b>18/10/2015</b>	Adriano, Atleta, Figueirense-MG. (Atleta registrou Boletim de Ocorrência, contudo a Polícia Militar não identificou o agressor).	Em jogo do Campeonato Mineiro –. O atleta informou que um torcedor do Formiga o chamou de "macaco" e "crioulo". Adriano falou com o árbitro, que parou o jogo, chamou a PM e registrou o incidente em súmula.
<b>01/11/2015</b>	Michel Bastos, Atleta, São Paulo F.C. Internet. (Jogador entrou com uma queixa no DECREDI - Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância - contra a torcedora que foi identificada e denunciada por injúria racial. Processo segue em andamento).	O atleta Michel Bastos postou uma mensagem em que é chamado "de macaco" por um de seus seguidores no Instagram.
<b>07/11/2015</b>	Dante, Atleta, Wolfsburg (Alemanha). Internet. (Sem registro de ocorrência e sem identificação do agressor).	O zagueiro Dante, do Wolfsburg, foi alvo de ataques racistas nas redes sociais acusado de ter "entregado" a Copa de 2014 para a Alemanha.

Fonte: 2º Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro (2015). Elaboração própria.

O quadro acima revela o quanto o racismo está impregnado na cultura brasileira, da mesma forma que o patriarcado e o machismo. O futebol, parte dessa formação social, expressa cotidianamente essas expressões da "questão social".

### 1.2.2. Futebol é lugar de mulher?

Percebe-se que, ao descrever a história do futebol no Brasil, trata-se, na verdade, da história do futebol masculino, já que as mulheres pouco aparecem na literatura acerca da história do futebol no país. Se no início do século XX, a participação política, cultural e social da mulher nos diversos âmbitos e espaços públicos da sociedade era consideravelmente restrita, revelando um contexto sócio histórico de uma determinada época, a gênese da participação das mulheres nos esportes, que são considerados “essencialmente masculinos”, revelam traços ainda mais carregados de machismo.

A primeira participação, mais simbólica do que significativa, de mulheres em um evento esportivo foi nos Jogos Olímpicos de 1900, em Paris, o 2º da Era Moderna (cerca de 2% do total de atletas). A “invasão” em um território de domínio masculino não se deu sem protestos e críticas, inclusive e principalmente do seu criador, Barão Pierre de Coubertin.

O Barão expressa sua insatisfação com a participação das mulheres, que, para ele, corrompiam o esporte, transformando-o em uma mera cópia imperfeita, afirmando que as mulheres de nada aproveitariam das benesses do esporte nem para o encanto, nem mesmo para a saúde. Nesse sentido, apontava que a relação que as mulheres deveriam ter com o esporte deveria ser somente para tomar parte nos prazeres do seu marido e no cuidado na educação física de seus filhos, ressaltando, portanto, o papel que deveria ter a mulher, segundo sua concepção: de boa esposa e boa mãe.

Dessa forma, ainda que “incipiente, a participação das mulheres no futebol representava uma transgressão ao hegemonicamente aceito como constitutivo da identidade feminina que tinha na imagem da mãe grande aceitabilidade” (GOELLNER, 2005, p. 147). Se esse contexto já era bem evidente com relação aos esportes olímpicos, no futebol a opressão é mais acentuada e visível.

Um exemplo dessa realidade escancara essa situação marcante de machismo. Em 1940, foi realizada uma partida de futebol “entre senhoritas”, o fato causou repercussão no mundo esportivo, com matéria na edição de abril da revista Educação Física e na imprensa, no jornal Folha da Manhã. Na matéria do jornal paulistano, se reconhecia 10 equipes de futebol feminino em

plena atividade naquele momento. Claro que essa repercussão despertou o apoio de alguns e a ira de outros, que viam a ameaça que a prática esportiva do futebol poderia causar nos bons costumes e no papel social da mulher (FRANZINI, 2005, p. 321).

A prática do futebol trazia outras nuances que reforçavam a crítica da participação da mulher no esporte, como a questão da masculinização:

Partindo das teorizações pós-estruturalistas, esse olhar sobre os gêneros, inaugurado pela historiadora norte-americana Joan Scott, rompe significativamente com a noção de que exista um único jeito masculino ou feminino de ser. A masculinização das mulheres pelo futebol, portanto, só pode ser compreendida a partir de uma representação essencialista dos gêneros que não permite visualizar as multiplicidades que cada um dos dois pólos contém. Representa, ainda, admitir ser o futebol um esporte masculino e que, quando jogado pelas mulheres, deve se realizar de forma a evitar que sejam transpostos alguns limites culturalmente construídos e identificados como inerentes a cada gênero. Assim, se o futebol não pode masculinizar deve, no sentido inverso, reforçar sua feminilização. Nesse contexto, feminizar as mulheres é, sobretudo, feminizar a aparência e o uso dos seus corpos. É também construir uma narrativa que ressalta a beleza, a graciosidade e a sensualidade como seus maiores atributos, reforçando, portanto, uma representação hegemônica de feminilidade (GOELLNER, 2005, p. 148).

Em abril 1941, através do já comentado Decreto-lei 3.199, o Conselho Nacional de Desportos baixou uma deliberação às entidades desportivas do país sobre a prática de desporto pelas mulheres. O documento instituiu, em seu artigo 54, que "às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza", que incluía além do futebol, o tênis, o voleibol e o críquete, além de restrições de práticas a outros esportes. (BRASIL, 1965 apud FARIA JÚNIOR, 1995, p. 23).

Somente em 1981, quarenta anos depois, o Conselho Nacional de Desporto revogou essa lei.

Depois do cerceamento vivido no início dos anos 40, o futebol feminino no Brasil limitou-se a manifestações esparsas ao longo do tempo, sem chegar sequer a esboçar a constituição de um novo centro irradiador, ou mesmo minimamente estruturado. Isto não significa que tal perspectiva não incomodasse os defensores da moral e dos bons costumes de plantão, uma vez que, logo no início da ditadura militar, o CND proibiu às mulheres "a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, *rugby*, halterofilismo e *baseball*". A proibição só veio a ser revogada na década de 1980, e se fez acompanhar da criação de

departamentos de futebol feminino em vários clubes do país, bem como do surgimento de equipes como a do Radar, do Rio de Janeiro (FRANZINI, 2005, p. 326).

Assim, ao longo do século XX, o futebol se constituiu como um esporte hegemonicamente masculino no Brasil. Tanto a mídia quanto a ciência se encontravam a serviço de provar a perspectiva antinatural da prática do futebol feminino e o perigo que essa prática representava ao *status quo*.

Ainda que as mulheres brasileiras tenham praticado o futebol já nos primórdios do século XX, é evidente que essa participação foi significativamente menor que a dos homens, inclusive porque os decretos oficiais da interdição a determinadas modalidades impossibilitaram, por exemplo, que os clubes esportivos investissem em políticas de inclusão das mulheres nos esportes. Esse movimento terá seu início apenas no final da década de 70, quando se estabelecem novas bases para a organização do esporte no país, fazendo com que, em 1979, fosse revogada a deliberação do Conselho Nacional de Desportos que vedava a prática do futebol e do futebol de salão pelas mulheres (GOELLNER, 2005, p. 147).

Mesmo após a revogação da proibição, o preconceito persistiu. Coube às mulheres enfrentar as suspeitas acerca de sua sexualidade, devido aos traços de “masculinização” e/ou de espetacularização e erotização de seus corpos.

Nos dias atuais, a mulher ainda é representada de maneira fetichizada no universo masculino do futebol, tendo a mídia como veículo privilegiado para a produção e reprodução da catarse machista. Essa afirmação encontra materialidade no jogo de futebol das “Coelhinhos da Playboy<sup>54</sup>”, na eleição das “musas do Brasileirão<sup>55</sup>”, na elevação das torcedoras em celebridades instantâneas da Copa do Mundo de Futebol<sup>56</sup> e nos episódios como as das bandeirinhas massacradas pelos seus erros no apito, mas veneradas pela beleza estética<sup>57</sup>. Dois casos ilustram bem essa afirmação.

<sup>54</sup> Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/planeta-atlantida-2013/platb/2013/07/08/o-dia-que-as-coelhinhos-entraram-em-campo/>. Acesso em: 09/09/2015.

<sup>55</sup> Disponível em: <http://esportes.r7.com/futebol/fotos/musas-do-brasileirao-mostram-seus-atributos-para-conquistar-votos-18122014>. Acesso em: 09/09/2015.

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.mktmais.com/2011/08/case-de-marketing-efeito-axe-larissa.html#.Vkh4XLerRD8>. Acesso em: 09/09/2015.

<sup>57</sup> Disponível em: <http://estadiovip.com.br/68733/injustamente-prejudicada-caso-da-bandeirinha-fernanda-colombo-saiu-do-controle>. Acesso em: 10/11/2015. Outros casos semelhantes já aconteceram, como é o caso da também bandeirinha Ana Paula Oliveira, em 2007.

O mais expressivo foi a da paraguaia Larissa Riquelme, que foi considerada Musa da Copa do Mundo de Futebol na África do Sul, após as redes de televisão e as redes sociais 'viralizarem' sua imagem torcendo nos jogos com um celular entre os seios. Após a fama repentina, diversas empresas, entre elas uma de telefonia móvel, fecharam contrato com a torcedora para ações de marketing.

Também houve o caso da bandeirinha Fernanda Colombo, que assinalou um impedimento inexistente de Alisson do Cruzeiro. O jogo terminou com a vitória do Atlético Mineiro em cima do Cruzeiro, por 2 a 1. O caso teve uma grande repercussão na mídia, principalmente em torno de sua beleza, gerando uma onda de comentários machistas que não poderia ser melhor sintetizada que pela fala do diretor de futebol do Cruzeiro, Alexandre Mattos: "Se ela é bonitinha, que vá posar na *Playboy*. No futebol tem que ser boa de serviço". A auxiliar teve fotos íntimas divulgadas que não eram nem dela e foi punida pela CBF por dois jogos pelo erro de arbitragem.

O apelo à beleza das jogadoras e a erotização de seus corpos tem como um dos pilares de sustentação o argumento de que, se as moças forem atraentes, atrairão público aos estádios e, portanto, ampliarão os recursos captados com os jogos, propagandas, produtos e serviços a girar em torno da modalidade. Atrairão, sobretudo, patrocinadores, cuja ausência é comumente apontada pela mídia esportiva como um dos grandes problemas do futebol feminino no Brasil. O custo e a falta de patrocínio são os maiores empecilhos do esporte (GOELLNER, 2005, p. 147-148).

Essas práticas escancaram a erotização do corpo da mulher ao determinar um papel social restrito ao de "objeto sexual" em um espaço "exclusivo" do exercício do machismo. Já no universo feminino, o futebol apresenta uma realidade cruelmente alimentada por machismos e sexismos, associados à masculinização e homossexualidade ou erotização das mulheres esportistas.

Enfim, em se tratando de um país como o Brasil, onde o futebol é discursivamente incorporado à identidade nacional, torna-se necessário pensar, o quanto este ainda é, para as mulheres, um espaço não apenas a conquistar, mas, sobretudo, a ressignificar alguns dos sentidos que a ele estão incorporados de forma a afirmar que esse espaço é também seu. Um espaço de sociabilidade e de exercício de liberdades (GOELLNER, 2005, p. 150).

Não é surpresa que a prática de futebol feminino, no Brasil, tem crescido exponencialmente nos últimos trinta anos. Após a liberação da prática do futebol pelas mulheres, a CBF foi a entidade de administração esportiva que ficou responsável por difundir-la e organizá-la. Porém, enquanto o futebol masculino foi se tornando cada vez mais um negócio lucrativo, o fato de o futebol feminino não ser um “bom produto” o fez ficar relegado ao segundo plano. Mesmo com os bons resultados que a seleção brasileira de futebol feminino conquistou mundo afora<sup>58</sup>, a CBF não organizou campeonatos e torneios periódicos para que houvesse continuidade no trabalho nos clubes, com as principais jogadoras precisando recorrer a clubes estrangeiros para se manter no futebol.

Em 2011, no primeiro ano do Governo Dilma, o Ministério do Esporte cria a Secretaria Nacional de Futebol Profissional e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte (SNFDDT/ME), que, dentre outras funções, fica responsável por fomentar o futebol feminino.

Criada pelo Decreto nº 7.529, de 21/07/2011, a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDT, sucedeu à Assessoria Especial de Futebol, vinculada à Secretaria Executiva do Ministério do Esporte. A existência de uma estrutura dedicada exclusivamente ao futebol criou o espaço institucional necessário à formulação e à implementação de políticas que contribuem para o pleno desenvolvimento do futebol no Brasil. Segundo um entendimento amplo da organização do futebol no país, os dois Departamentos têm atuação complementar e sinérgica: o desenvolvimento do futebol profissional não está restrito às potencialidades localizadas dentro de campo; ao contrário, abrange toda uma cadeia produtiva que inclui atores diversos como os clubes, federações, atletas e seus agentes, empresas licenciadas, empresas de comunicação, patrocinadores, consumidores e alcança ainda a defesa dos direitos do torcedor, visto que o respeito a tais direitos é condição essencial para que o futebol possa desenvolver-se plenamente como modalidade esportiva e como cadeia produtiva (SNFDDT/ME, 2014, p. 08).

Além de nomear como coordenadora a ex-jogadora Michael Jackson, que foi da Seleção Brasileira de Futebol Feminino, o Estado viabilizou a

---

<sup>58</sup> A Seleção Brasileira de Futebol Feminina teve seu primeiro jogo em 1986 e foi 6 vezes campeã da Copa América (1991, 1995, 1998, 2003, 2010 e 2014), 3 vezes dos Jogos PanAmericanos (2003, 2007 e 2015), 2 vezes campeã dos Jogos Mundiais Militares (2011 e 2015), 5 vezes campeã do torneio Internacional de Futebol Feminino (2009, 2011, 2012, 2013 e 2014), Vice-campeã da Copa do Mundo de Futebol Feminino (2007) e 2 vezes vice-campeã dos Jogos Olímpicos (2004 e 2008).

realização de três Copas Libertadores da América de Futebol Feminino no Brasil e do Campeonato Brasileiro em 2013, que não ocorria desde 2001, e contou com o apoio do Ministério do Esporte e o aporte de 10 milhões de reais da Caixa Econômica Federal <sup>59</sup>.

Desta forma, o Estado, através do Governo Federal e com parcela do fundo público, assume, para si, o fomento do desenvolvimento do futebol feminino, ao passo que a CBF recebe as benesses do direito de imagem e dos patrocinadores<sup>60</sup>. O futebol entra na era do negócio, se transforma em mercadoria e fetiche e contribui determinantemente para o desenvolvimento do capital.

Em novembro de 2016, Emily Lima foi confirmada como a primeira técnica mulher da Seleção Brasileira Feminina. O que deveria ser comprovação que outros tempos – menos machistas - estavam chegando, acaba por reafirmar a necessidade de organização e luta das mulheres por reconhecimento no futebol. Em setembro de 2017, mesmo com o apoio total das jogadoras e sem ter participado de nenhuma competição oficial, Emily é demitida<sup>61</sup>. Motivo: ser mulher. Algo que alguns dirigentes da CBF nunca engoliram e na primeira oportunidade exerceram o poder que possuem.

Do começo do século passado aos dias de hoje, a participação das mulheres no futebol não alterou significativamente o quadro de desigualdade de gênero, permanecendo o viés machista que marca o esporte. No entanto, o cenário é outro. As conquistas do feminismo por direitos e contra o preconceito encontram no futebol uma trincheira de embate que, aos poucos, vai sendo vencida. Se não for na perspectiva da universalização do direito promovida pelo Estado, a aceitação da mulher no futebol fica refém da capacidade que este tem, de conseguir se inserir na esfera do consumo. O futebol feminino no

---

<sup>59</sup> Disponível no site oficial do Ministério do Esporte: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/futebol-feminino> Acesso em: 26/07/2015.

<sup>60</sup> Essa aliança entre o público e o privado será melhor entendido no 3º capítulo, onde se analisa essa relação materializada na organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, no Brasil.

<sup>61</sup> Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/elasnoataque/emily-lima-demitida-selecao-feminina/> Acesso em set. de 2017.

Brasil, sob responsabilidade da CBF, ainda não se tem apresentado um negócio rentável, motivo pelo qual essa entidade não investe no mesmo.

O Estado tem realizado ações que buscam o fomento do futebol feminino. Mas essa é somente mais uma das faces do futebol que representam as unidades dialéticas que compõe o esporte no mundo contemporâneo.

O esporte é, portanto, fenômeno social repleto das contradições e tensões da sociedade em que foi gerado. Compreender a dialética que envolve esse fenômeno permite com que se apreenda com maior criticidade as expressões da “questão social” inerentes ao mesmo.

### **1.3. A dialética do esporte: faces do futebol no mundo contemporâneo**

Nelson Rodrigues, cronista e jornalista, buscou compreender o futebol como metáfora do Brasil e do brasileiro. Nacionalista e patriótico, acreditava ser o povo brasileiro único. Para ele,

(...) o brasileiro não se parece com ninguém, nem com os sul-americanos. Repito: o brasileiro é uma nova experiência humana. O homem do Brasil entra na história com um elemento inédito, revolucionário e criador: a molecagem (RODRIGUES, 1999, p. 80-81).

Dizia que o Brasil era a autêntica “pátria em chuteiras”<sup>62</sup>.

Meus Deus, não sejamos cegos. O escrete tem outras dimensões vitais decisivas. Por exemplo: – o gol contra a Inglaterra. Um lance perfeito, irretocável. Tostão driblou três ingleses. E naquele instante Tostão driblava por nós, Pelé enganava por nós, Jairzinho marcava por nós. Portanto, e aqui vai o óbvio: – o escrete realiza o brasileiro e o compensa de velhas humilhações jamais cicatrizadas. Não posso olhar sem uma compassiva ironia os que negam qualquer relação entre o escrete e a pátria (...). Pois o escrete não é outra coisa senão a pátria. Se não é a pátria, que fazem as bandeiras, sim, as bandeiras, que pendem das janelas? (...) E o hino? Por que tocam o hino diante do escrete perfilado? E ainda mais: – por que o escrete está vestido de verde e amarelo (RODRIGUES, 1999, p. 151-152).

---

<sup>62</sup> Uma questão interessante é que o Ministério do Esporte, em 2013, republicou pela editora Nova Fronteira uma nova edição do livro. Justamente quando as tensões em torno da legitimidade da realização da Copa 2014 no Brasil se encontra questionada mediante vários estudos, movimentos sociais e manifestações, tais como as Jornadas de Junho, de onde saiu a expressão “Não vai ter Copa”. Esse tema será objeto de maior desenvolvimento no 3º Capítulo.

Diante disso, o cronista criticava veementemente quando, no brasileiro, abatia o que ele chamou de “complexo de vira-latas”.

(...) desde 50 que o nosso futebol tem pudor de acreditar em si mesmo. A derrota frente aos uruguaios, na última batalha, ainda faz sofrer, na cara e na alma, qualquer brasileiro. Foi uma humilhação nacional que nada, absolutamente nada, pode curar. (...) Por ‘complexo de vira-latas’, entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do mundo. Isso em todos os setores e, sobretudo, no futebol (RODRIGUES, 2002, p. 222).

Rodrigues (1999, p.52) continua: “Eu vos digo: – o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo”.

Nos anos que se seguiram, o “complexo de vira-latas” foi sendo abandonado na medida em que o Brasil foi se transformando na “Pátria em chuteiras”. A seleção brasileira de futebol masculino conquistou cinco títulos mundiais. O país alçou o maior ídolo do esporte, negro, coroadado como atleta do século, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, uma das personalidades mais conhecidas mundialmente.

Passado mais de um século de desenvolvimento do futebol, o contexto no qual o esporte, como um todo, está inserido em pleno século XX, traz novo e/ou renovados determinantes. Radicado no modo de produção capitalista, não obstante, o esporte não apresenta uma só face, e assim, como os demais fenômenos sociais, o futebol expõe seu “par dialético”.

No mundo contemporâneo, o futebol se transformou em espetáculo e se mundializou; dominou espaços, tempos e atitudes das diferentes classes sociais em cada recanto do planeta, alçando uma ilusória sensação de promotor da paz social. De simples modalidade esportiva, hoje movimenta uma intensa e complexa cadeia econômica, onde se aprofundam as relações de exploração, corrupção, concentração de riquezas e conseqüentemente o aumento da desigualdade social; também se insere populações na sociedade de consumo e na fetichização da mercadoria, contribuindo para a *alienação* das respectivas classes em disputa.

Não surpreende que atrás dos holofotes, 84% dos jogadores de futebol profissionais ganham, no máximo, de um a dois salários mínimos.

Os salários de jogadores no Brasil são baixos se considerarmos os sonhos de mobilidade social e econômica dos jovens, em sua maioria oriundos das camadas populares e médias. A pirâmide salarial dos jogadores profissionais no Brasil não mudou muito nos últimos oito anos. Os dados divulgados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 1999 indicavam que 51,6% dos jogadores recebiam até um salário mínimo, e 33,2% até dois salários mínimos; se somados esses percentuais 912 podemos pensar que 84,8% dos jogadores recebiam salários até dois salários mínimos; acima de dez salários mínimos apenas 5,2% (PRONI, 2000). O ano de 2003, por exemplo, revela a seguinte distribuição: 82,41% recebem entre um e dois salários mínimos, 2,05% entre 10 e 20 e apenas 3,57% acima de 20 salários mínimos (HELAL, 1997; HELAL; SOARES; SALLES, 2005). Os dados disponibilizados em 2009 pela CBF mostram que 84% dos jogadores, de todas as divisões do futebol profissional no Brasil, recebem salários até 1.000,00 reais, 13% recebem entre 1000 e 9000 reais e apenas 3% recebem acima de 9000 reais por mês (SOARES, et. al. 2011, p. 911 e 912).

A situação de trabalho dos atletas jogadores de futebol, em sua maioria, evidencia o contraste social brasileiro, onde apenas 3% de todo o universo desses trabalhadores da bola ascenderam socialmente. Sem contar com as condições de trabalho a que são submetidos. Em 2013, um conjunto de jogadores de futebol no Brasil se reuniu e criou o Bom Senso Futebol Clube. Esses jogadores decidiram formar um movimento para reivindicar melhoria das condições de trabalho da totalidade dos futebolistas, inclusive dos outros 97%, a partir de uma ampla reestruturação do futebol brasileiro.

Liderados por jogadores e ex-jogadores de clubes de expressão, da Série A e Série B, tais como Paulo André, então zagueiro do Corinthians (Figura 1) e Alex, meio-campo do Coritiba (Figura 2), conseguiram 300 adesões nos primeiros meses, chegando a 800 apoiadores em um ano. Representando cerca de 16 mil jogadores profissionais do país, o Bom Senso Futebol Clube lançou manifestos e obteve bom espaço na mídia e o apoio da opinião pública.

Em reportagem para a Revista Carta Capital<sup>63</sup>, Paulo André falou a respeito dos motivos que levaram a se organizarem pelo Bom Senso Futebol Clube:

São dois fatores importantes. O primeiro é que realmente há uma necessidade de mudança, todo mundo cansado, irritado, machucado, prevendo um 2014 pior e um 2015 também. A segunda contribuição foram as manifestações de junho, que nos incentivaram e nos deram coragem para nos movimentarmos. Então, quem não acreditava, concluiu que era possível fazer. Quem nunca tinha visto uma ação assim, falou: “Pô, que legal fazer isso. É pelo bem do país, pelo bem do futebol, vamos nessa” (ANDRÉ, 2013).

Suas principais reivindicações foram condensadas em 5 pontos e publicadas no “Dossiê do Futebol Brasileiro (BOM SENSO, 2014):

1) O direito de 30 dias de férias, direito trabalhista consolidado nas Leis de Trabalho, não eram usufruídas pelos jogadores, afetando a saúde e integridade física dos mesmos (BOM SENSO, 2014);

2) Período de pré-temporada adequada, considerando a especificidade do trabalho de jogador que envolve preparação física e psicológica para enfrentar a temporada. No dossiê (BOM SENSO, 2014), os signatários apontam excessos de jogos, o que também influencia o próximo ponto;

3) O calendário conta com, no máximo, sete jogos a cada período de trinta dias;

4) Implantação do Fair Play Financeiro, com o objetivo de introduzir saúde e transparência financeira nos clubes, afim de viabilizar o futebol brasileiro a longo prazo (BOM SENSO, 2014). Essa reivindicação provocou uma reunião com a presidenta Dilma e a formulação do MP nº 671, que posteriormente resultou na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, PROFUT, Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, que tratava de gestão temerária dos clubes de futebol, tratando de obrigações trabalhistas e tributárias, mandato de 4 anos e uma recondução e punição para dirigente com gestão irregular, autonomia do conselho fiscal; redução das dívidas dos clubes; transparência nas contas dos

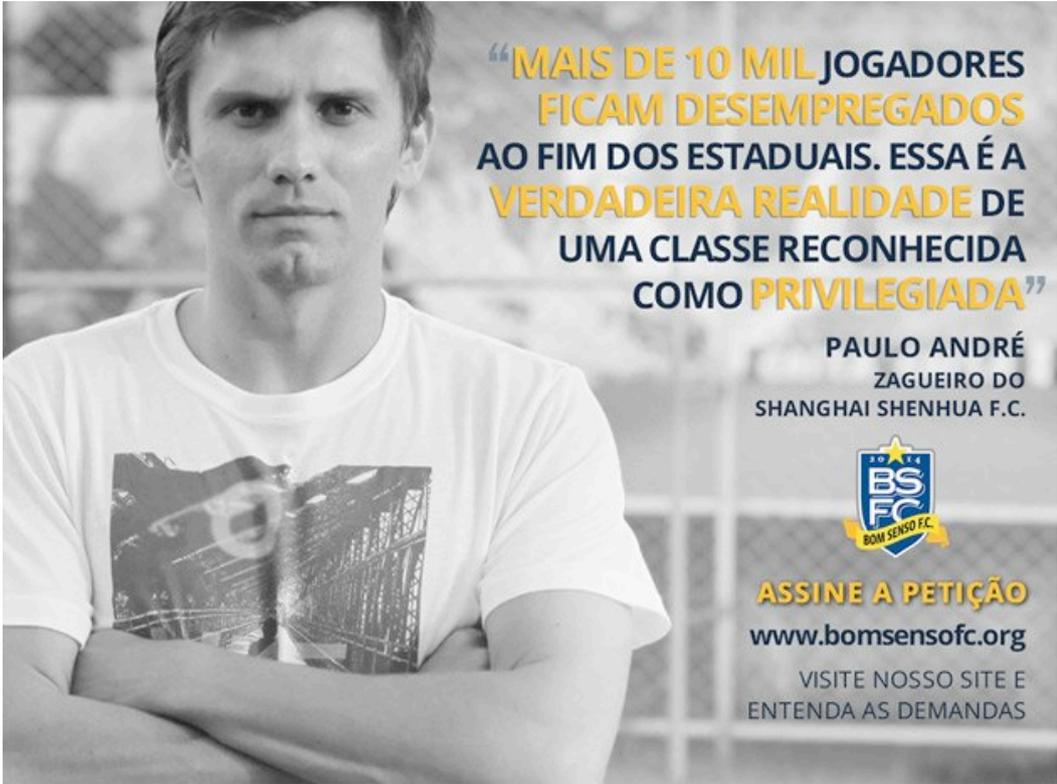
---

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cforam-as-manifestacoes-de-junho-que-nos-deram-coragem201d-7601.html>. Acesso em: 26 de jul. 2017.

clubes; cumprimento dos contratos; investimento na formação de atletas e no futebol feminino; apoio a outros esportes para além do futebol (FARIAS, 2015, p. 49);

5) Democratização do Conselho Técnico das competições e das entidades de administração do futebol, com a participação de atletas, treinadores e executivos (BOM SENSO, 2014).

Figura 1 – Paulo André, Bom Senso Futebol Clube.



**“MAIS DE 10 MIL JOGADORES  
FICAM DESEMPREGADOS  
AO FIM DOS ESTADUAIS. ESSA É A  
VERDADEIRA REALIDADE DE  
UMA CLASSE RECONHECIDA  
COMO PRIVILEGIADA”**

PAULO ANDRÉ  
ZAGUEIRO DO  
SHANGHAI SHENHUA F.C.



**ASSINE A PETIÇÃO**  
[www.bomsensofc.org](http://www.bomsensofc.org)  
VISITE NOSSO SITE E  
ENTENDA AS DEMANDAS

Figura 2 – Alex, Bom Senso Futebol Clube.



**“A MAIORIA DOS JOGADORES  
É A FAVOR DE UMA  
REDUÇÃO SALARIAL  
DESDE QUE HAJA ESSE  
EQUILÍBRIO NO ORÇAMENTO,  
ISTO É, DESDE QUE EXISTA  
FAIR PLAY FINANCEIRO.”**

**ALEX**  
MEIO-CAMPISTA DO CORITIBA F.C.



**ASSINE A PETIÇÃO**  
[www.bomsensofc.org](http://www.bomsensofc.org)  
VISITE NOSSO SITE E  
ENTENDA AS DEMANDAS

Vivendo de contratos precários sem os direitos trabalhistas garantidos, expressões da “questão social”, tal como o racismo, permanecem em evidência entre torcedores, dirigentes e outros atletas.

Na glória, as virtudes masculinas ou da raça são enaltecidas; na derrota, a falta de fibra ou raça – e, portanto, a falta de masculinidade ou de sentimentos de amor à nação – são acionadas como justificativas. O futebol é visto dessa forma pelas lentes nacionais e lido como um fenômeno cultural popular que representa um Brasil imenso, generoso e tropical, fruto da miscigenação pacífica das diferentes etnias, produzindo um povo criativo, genial e artístico; além disso, mais um local de forjar masculinidades (SANTORO & SOARES, 2009, p. 13-14).

Dos terrenos baldios, quadras, campos de várzea, o futebol (e o esporte) se apresenta, no senso comum, como uma importante forma de enfrentamento da “questão social”. Com seu teor salvacionista, “ser jogador de futebol quando crescer” povoa o imaginário infantil, principalmente dos meninos. Não é à toa que “o futebol, em nosso país, funciona como uma dessas instituições que reforçam os elos de pertencimento, afirmando virtudes e os valores masculinos expressos no corpo dos jogadores” (SANTORO & SOARES, 2009, p. 13).

A tensão entre o local e o global, embora possa existir, principalmente quando as negociações de jogadores entre clubes se dá em escala global, observamos, para além dos conflitos e queixas da perda de sentimentos identitários e dos nossos jogadores para outros mercados, a existência de um processo de pluri-identificação no qual os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos fornecem os jogadores de futebol para diferentes mercados. Quando o jogador conquista o mercado do futebol europeu, os sentimentos ou orgulho da identidade nacional passam a ter na figura do atleta a imagem do sucesso, no caso do Brasil, de seu futebol e do povo. Além disso, os brasileiros passam a identificar-se com o clube estrangeiro em que atua seu ídolo. Assim, podemos dizer que a narrativa da identidade nacional ainda subsiste no futebol globalizado, na diáspora escolhida pelos atletas que representam seis povos no mercado milionário da Europa (SANTORO & SOARES, 2009, p. 24-25).

O futebol transmutado em mercadoria movimenta bilhões de dólares em transações de jogadores, em publicidade, *merchandising*, direitos de televisão para exibição dos campeonatos e dezenas de produtos relacionados. Uma grande cadeia econômica se desenvolve em torno do esporte, onde a produção e reprodução do capital ganha terreno.

Irrrompe a construção e consolidação de uma indústria do esporte e do entretenimento, guiadas pelo signo mercadológico, que almejam explorar até limites inesgotáveis os predicados e estimacões esportivas presentes no senso comum, bem como ditar padrões culturais (esportivos), difundidos a partir dos meios de comunicação, sobretudo a televisão. A intensificação da exploração midiática do esporte acaba por torná-lo um espetáculo extremamente atraente e utilitário aos objetivos econômico-corporativos desses meios comunicacionais. A indústria encarregada de produzir artigos esportivos agiganta-se e consolida-se no meio corporativo. Tal “conquista” é incentivada pela captação das mentes em torno da criação mistificada da figura do *ser esportivo* (ATHAYDE et. al., 2016, p. 493).

Segue, portanto, o que diz Mézaros (2011, p. 100) sobre o modo capitalista de produção: “com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para expansão e movido pela acumulação”. Esse processo de acumulação, segundo Netto e Braz (2016, p. 137) caracteriza-se pelo desenvolvimento da reprodução ampliada, ou seja, “a acumulação, é evidente que, na relação capital/trabalho, a condição dos portadores da mercadoria força de trabalho torna-se progressivamente mais vulnerabilizada (basta pensar, aqui, nos processos de pauperização). E a

análise teórica e histórica da acumulação revela [...] que é inteiramente legítimo mencionar uma lei geral da acumulação capitalista”.

Com efeito, desde a constituição da base urbano-industrial da sociedade capitalista, o que tem resultado da acumulação é, simultaneamente, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza. Da dinâmica do MPC — ou, se se quiser, da sua lógica — resulta que o avanço da acumulação polarize, de um lado, uma gigantesca massa de valores e, de outro, uma imensa concentração de pobreza. Independentemente das características particulares das economias nacionais, em todos os espaços em que se desenvolveu e se desenvolve a acumulação capitalista, o resultado é essa polarização riqueza/pobreza; evidentemente, a consideração de ambas (riqueza e pobreza sociais) deve ser contextualizada historicamente — entretanto, mesmo com essa contextualização, o que resulta da acumulação capitalista é a polarização mencionada. [...] Entretanto, mesmo considerando tudo isso [que entre 1867, quando Marx formula teoricamente as tendências da sociedade capitalista, e 2015, quando o capitalismo, experimentando grandes transformações, revela que as fronteiras entre a riqueza e a pobreza se alteram muito, mostrando grandes diferenças nas várias economias nacionais], o que permanece como fato e processo constitutivos e inelimináveis da acumulação capitalista são a perdurabilidade do exército industrial de reserva e a polarização — maior ou menor, mas sempre constatável — entre uma riqueza social que pode se expandir exponencialmente e uma pobreza social que não para de produzir uma enorme massa de homens e mulheres cujo acesso aos bens necessários à vida é extremamente restrito” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 137-139).

A forma histórica da produção é também a forma de sua reprodução: a produção capitalista determina a forma capitalista da sua reprodução – o MPC particulariza-se historicamente por uma reprodução peculiar, que se torna compreensível quando se leva em conta a acumulação de capital. Sem acumulação de capital, o MPC não existiria (NETTO e BRAZ, 2012, p. 137-138).

A típica forma da reprodução no MPC é a reprodução ampliada. Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala de sua produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc.) (NETTO e BRAZ, 2012, p. 138).

Penna (2013) consegue captar a participação do esporte na acumulação do capital:

O papel exercido pelo fenômeno esportivo contemporâneo, ou melhor, pela sua forma mais avançada, a qual se expressa na e pela expansão do mercado esportivo mundial, se faz presente, sob inúmeras formas, na atual fase do capitalismo. É dentro desta lógica que identificamos o fenômeno esportivo contemporâneo integrado à manutenção de relações sociais cada vez mais alienadas e hedonistas, sob as quais se forjam as contradições e a irracionalidade humana que tanto têm contribuído com o processo de produção e reprodução capitalista (PENNA, 2013, p. 210).

Todo esse caminho se constitui num processo de mercantilização do esporte, principalmente na dimensão da sua espetacularização. Vale destacar que “a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliação em larga escala” (HARVEY, 2004, p. 125).

Proni (2004, p. 01) aponta que “a mercantilização e a espetacularização dos torneios transformaram o esporte de alto nível numa atividade profissional orientada para satisfazer a próspera indústria do entretenimento”.

Irrompe a construção e consolidação de uma indústria do esporte e do entretenimento, guiadas pelo signo mercadológico, que almejam explorar até limites inesgotáveis os predicados e estimacões esportivas presentes no senso comum, bem como ditar padrões culturais (esportivos), difundidos a partir dos meios de comunicação, sobretudo a televisão<sup>4</sup>. A intensificação da exploração midiática do esporte acaba por torná-lo um espetáculo extremamente atraente e utilitário aos objetivos econômico-corporativos desses meios comunicacionais. A indústria encarregada de produzir artigos esportivos agiganta-se e consolida-se no meio corporativo. Tal “conquista” é incentivada pela captação das mentes em torno da criação mistificada da figura do *ser esportivo* (ATHAYDE et. al., 2016, p. 493).

A FIFA possui o monopólio da propriedade da Copa do Mundo de Futebol, espécie de *commodities* com capacidade de negociabilidade global, que mobiliza a concorrência entre as nações/cidades que pleiteiam destaque no cenário mundial (HARVEY, 2006; MASCARENHAS, 2010).

Nesse cenário, países como o Brasil, de grande mercado consumidor do futebol, representa um território potencial para a criação de um novo padrão de acumulação do capital. Ocorre que “o que tem resultado da acumulação é, *simultaneamente*, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” (NETTO e BRAZ, 2012, p.137).

A mercadoria, inebriada pelo feitiço do brasileiro pelo futebol, encontra campo favorável para o desenvolvimento da partida, enquanto os trabalhadores, enfeitiçados, festejam a possibilidade de sediar esses grandes eventos esportivos.

Para garantir e legitimar a participação do Estado, em sua versão neoliberal<sup>64</sup>, no fenômeno cultural esportivo foi sendo estruturada historicamente uma série de ordenamentos jurídicos e legais que representavam os interesses da disputa hegemônica, resultante da tensão capital x trabalho, ora como parte da reivindicação como direito e necessidade humana (resistência cultural ou política), ora como utilização funcional aos interesses do Estado (patrióticos ou de legitimidade governamental) ou do Mercado (como mercadoria e negócio).

Mitos desconstruídos, não existe “solução” para a “questão social” nas bases do modelo capitalista, pois a “questão social” além de ser parte constitutiva e expressão desse modo de produção social, também é funcional e imprescindível para a própria reprodução do capital.

O Futebol, presente no cotidiano do brasileiro, se tornou um elemento cultural de composição da identidade nacional e de integração social, bem como se expressa na dimensão do esporte como espaço de acumulação capitalista, exploradas pelas entidades de administração do esporte, empresários e clubes de futebol.

---

<sup>64</sup> Para além ser um projeto *utópico* de “realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo, Harvey (2012, p. 27) acredita que o que predominou na neoliberalização foi “um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”.

## **CAPÍTULO 2 - O Estado Social Brasileiro e a subsunção das políticas sociais de esporte e lazer aos Megaeventos**

O esporte e lazer são premissas constitucionais, direitos de cada cidadão e dever do Estado. Mas o que significa isso? Como se constituiu o direito, como forma jurídica, que dá sustentação ao Estado? Como o Estado, como forma política, (não) age na materialização dos direitos? O que o advento dos Megaeventos Esportivos, como fenômeno contemporâneo, nos ajuda a compreender essa questão?

Neste segundo capítulo, busca-se demonstrar o esporte e lazer enquanto direito assegurado na Constituição Federal, o papel desempenhado pelas políticas sociais de esporte e lazer e dos Megaeventos Esportivos, especialmente a Copa 2014, na sua consecução e na configuração do Estado Social Brasileiro.

Mais uma vez, precisamos buscar na história, mesmo que brevemente, as raízes que fundamentam o desenvolvimento do Estado e do capitalismo no século XXI. A mudança do modo de produção feudal para o atual proporcionou a superação do “trabalho servil” para o “trabalho assalariado”, pautada numa suposta “livre iniciativa”.

Netto (2008, p.19) explica que essa tal “livre iniciativa” é tão impossível, que Adam Smith, um dos mais importantes teóricos liberais de meados do século XVII, teve que construir uma mitologia (a teoria da mão invisível) para explicar isso: “no mercado, cada um vai buscando a realização dos seus objetivos singulares e particulares no ‘bem comum’”.

A ruptura burguesa dos laços da dependência feudal dava a cada indivíduo o direito da “livre iniciativa”. Já não é mais a condição de nascimento – servo ou proprietário fundiário – que determina o seu destino. É a sua atividade enquanto sujeito que determina seu destino. E a sua atividade é regida – pensam os teóricos liberais e com razão – pelo cálculo egoísta: você fará aquilo que te der ganhos. Esse é um paradigma não do homem, mas do indivíduo burguês livre. Se a sociedade civil é um espaço onde cada um vai buscar seu interesse, como preservar a ideia do “bem comum”? É impossível! (NETTO, 2008, p. 18-19).

Segundo o autor, esse mito é desconstruído com a “experiência da Revolução Americana, a consolidação da Revolução Inglesa e, muito

especialmente, com a Revolução Francesa”, e é apontada por uma importante descoberta de Hegel, já no século XIX. Segundo o filósofo, a “sociedade civil deixada a si mesma, só conduz à barbárie”, sendo a sociedade civil o “reino da miséria física e moral” (NETTO, 2008, p.19).

Com isso, Hegel está dizendo: aquela *mão invisível* é puro mito; não existe. A sociedade civil não pode ser nenhum veículo de universalização da racionalidade que, em si mesma, possa conduzir ao “bem comum” e introduzir o princípio da racionalidade universal que é o Estado. A família e a sociedade civil não são capazes de assegurar a preservação daquilo que é humano e universal. É o Estado que deve fazê-lo. Na teoria política hegeliana, portanto, o Estado é o princípio que introduz a racionalidade na vida social e mais: ele é a universalização dos interesses humanos” (NETTO, 2008, p. 18-19).

Netto (2008) considera esta uma grande descoberta, mas, segundo o autor, uma segunda descoberta seria ainda mais reveladora da relação Estado e Sociedade Civil e viria de Marx, a partir de impasse que teve, quando, ainda jovem, era editor da “Gazeta Renana”.

## **2.1. Estado social e a crítica do direito**

Na ocasião, Marx se posicionou a favor dos camponeses que foram levados ao tribunal pela seguinte situação: durante gerações, os camponeses catavam as sobras das lenhas para se aquecerem e para cozinharem, um direito consuetudinário, no entanto, uma nova lei do Governo prussiano (Dieta Renana) passou a considerar essa coleta um furto.

Sob o contexto de crescimento do “pauperismo rural” e de busca incessante pela sobrevivência e pela adequação a essa nova realidade, ocorre na região um aumento do furto da madeira, matéria-prima muito procurada. O advento da Dieta Renana trata-se, portanto, “de punir a apropriação ilegal de madeira e outros produtos florestais por parte dos camponeses pauperizados em massa, na medida em que essa apropriação não visa mais somente o consumo imediato de madeira, mas à venda dela como mercadoria” (BENSAID, 2017, p. 16).

O dilema vem precisamente do fato de que a integração da madeira no circuito de criação de valor comercial torna seu valor de uso e seu valor de troca indissociáveis. O desafio da nova legislação é fazer valer o direito de propriedade, distinguindo com rigor os títulos de propriedade dos títulos de necessidade, a economia de troca da economia de subsistência. Em consequência, a evolução do dispositivo de sanções penais institucionaliza novas formas de delinquência e criminalidade social (BENSAID, 2017, p. 17).

O avanço da mudança do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista causava uma série de transformações na vida cotidiana das pessoas. A atividade rural responsável pelo sustento de gerações começa a sinalizar um rebaixamento das condições gerais de sobrevivência, obrigando, pouco a pouco, o reordenamento dessas atividades e, quando não, o abandono dos camponeses dessas terras e o conseqüente enfileiramento nas portas das fábricas, em aglomerados urbanos, para a busca de postos de trabalho assalariado.

A lei colocava na mesma régua de medida de punição os que colhiam “galhos secos” caídos para suprir as condições básicas de sobrevivência e os que efetivamente furtavam a madeira retirando-as da propriedade e, portanto, pertencente ao proprietário.

Como pano de fundo, além de diferenciar o primeiro caso do segundo, Marx empreende uma crítica ao direito de propriedade. Ao mesmo tempo, “apoia-se no direito consuetudinário para criticar o endurecimento do direito de apropriação privada e as restrições dos direitos populares que são seu corolário obrigatório” e o “direito consuetudinário da pobreza” que atenda as necessidades básicas. Marx não cai nas “ambigüidades dos costumes e da tradição” que buscam legitimar os privilégios, travestidos de “direitos consuetudinários da nobreza” que são “costumes contrários ao conceito de direitos razoáveis” (BENSAID, 2017, p. 16).

No entanto, Karl Marx, jovem hegeliano, não possuía a totalidade dos alicerces para a crítica das razões do Estado em promulgar essa lei que penalizava tanta gente, logo quem deveria agir pelo “bem comum” e ser “o princípio racionalizador” da sociedade civil (NETTO, 2008, p. 21).

As bases hegelianas não permitiam que Marx encontrasse a fundamentação para a superação desse impasse. Insatisfeito, nos meses

seguintes, Marx voltou à Hegel e à filosofia alemã, se aprofundou nos estudos da teoria econômica clássica inglesa e buscou as experiências e formulações acerca da revolução francesa e dos socialistas utópicos. A empreitada resultou numa crítica radical de Hegel (MARX, 2005), devido ao seu traço mistificador e que acaba constituindo as bases para a formulação de sua crítica da economia política.

Hegel havia defendido que é através da racionalidade do Estado universalizador que posso entender a sociedade civil e atribuir-lhe racionalidade. Marx dirá: está errado. Hegel, em sua formulação, troca a posição do objeto pela do sujeito. Na verdade, só é possível compreender o Estado com a compreensão da sociedade civil. O Estado expressa a sociedade civil. Pensa Marx: a universalidade que Hegel vê no Estado é uma falsa universalidade. Para usar os termos de Marx, é uma universalidade alienada. Porém, Marx, nesse período, não sabia nada sobre sociedade civil. Ele percebe que tem alguma coisa enviesada em Hegel, porém ainda não dispõe de todo o arsenal categorial para precisar. Porém, já tem clareza de uma coisa: não é o Estado que fornece a chave para a compreensão da sociedade civil, ao contrário, é a sociedade civil que fornece a chave para a compreensão do Estado que aí está (NETTO, 2008, p. 21).

Marx descobre “a especial natureza de classe do Estado Moderno”, e, que, apesar de possuir funções universalizantes, o núcleo de sua natureza é classista:

O executivo do Estado moderno é o comitê que gere os interesses comuns da burguesia [...] É esse poder executivo que funciona como guardião dos interesses gerais da burguesia [...] nada expressa melhor o papel do Estado como preservador dos interesses gerais do capital do que as políticas sociais (NETTO, 2008, p.22-23).

Mas é claro que esses interesses gerais da burguesia não são garantidos de forma absoluta, pois os interesses gerais do proletariado, classe antagônica à burguesia, exerce determinada tensão geradora de conflitos. Dessa forma, Pereira (2009, p. 89) apresenta duas principais formas de regulação econômica e social, capaz de mediar os conflitos resultantes da tensão capital-trabalho: a coerção e a política, “como instrumento de consenso, negociação e entendimento entre as partes conflitantes, usados nas democracias ou nos Estados ampliados”.

A autora completa que:

A pura coerção expressa a falência da política, pois, além de ser antidemocrática e incapaz de obter a completa subjugação dos oprimidos – seu principal objetivo - impede o desenvolvimento de relações construtivas [...] Ao se rejeitar a pura coerção como forma de regulação, resta, como alternativa, o uso legítimo da política. A vantagem da política em relação à simples coerção é que a primeira possibilita o exercício de procedimentos democráticos, uma vez que, no processo de resolução de conflitos, as partes envolvidas não cogitam em eliminar a vida do opositor. É certo que a política também contém a possibilidade de coerção porque pauta-se por regras e prevê penalidades aplicadas pelo Estado contra quem as infringe. Mas, essa possibilidade tem que estar circunscrita aos limites das leis legitimadas pela sociedade e de princípios irrevogáveis previamente fixados. Da mesma forma, o poder coercitivo do Estado, além de lhe ser delegado pela sociedade, deve ser controlado por ela. É o que se chama de controle democrático (dos cidadãos sobre o Estado) (PEREIRA, 2009, 89-90).

Na Europa Ocidental, o desenvolvimento dos Estados Nacionais, como expressão da sociedade civil, atua na regulação das relações de produção. Em 1929, a grande crise provocou mudanças significativas no papel do Estado interventor, que passou a ser “um ativo indutor das políticas keynesiano fordistas” (BOSCHETTI, 2016, p. 24). A autora complementa que a

intervenção estatal passou a ser crucial na definição de normas e regras e na garantia de fundo público necessários ao surgimento e desenvolvimento de amplas políticas sociais, que passaram a constituir novos sistemas de proteção social, antes inexistentes sob essa forma e designação (BOSCHETTI, 2016, p. 24).

É nesse sentido que Boschetti (2016, p. 23) apresenta o termo “Estado Social” para se referir “à regulação estatal das relações econômicas e sociais no capitalismo, que têm nas políticas sociais uma determinação central”. Na citação abaixo, a autora explica como o Estado Social apresenta uma “feição” social no limite de sua própria natureza capitalista.

designar de “Estado social” a regulação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista, e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais. Trata-se, ao contrário, de tentar lhe atribuir uma designação ou caracterização para demonstrar que o fato de assumir uma “feição” social por meio de direitos implementados pelas políticas sociais não retira do Estado sua natureza capitalista e nem faz dele uma instância neutra de produção de bem-estar (BOSCHETTI, 2016, p. 24).

Neste estudo, corroboramos com a autora, no entendimento de não fetichizar a garantia de direitos pelas políticas sociais como capazes de enfrentarem as contradições estruturais do capitalismo, tampouco de superarem as relações de produção baseadas na exploração próprias deste modelo, além de compreender que as políticas sociais são necessárias para a manutenção da própria ordem metabólica do capital, sendo funcional a ele.

Significa reafirmar que as políticas sociais são conquistas civilizatórias que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, mas instituíram sistemas de direitos e deveres que, combinados com a instituição de tributação mais progressiva e ampliação do fundo público, alteraram o padrão de desigualdade entre as classes sociais, sobretudo a partir de sua expansão na segunda metade do século XX. Alterar o padrão de desigualdade não significa superar a desigualdade, mas provocar a redução das distâncias entre rendimentos e acesso aos bens e serviços entre as classes (BOSCHETTI, 2016, p. 25).

Os Estados Sociais se configuram a partir de sistemas de proteção social, que se expressam de maneira diferente em cada território nacional e são resultados da tensão capital-trabalho, ou seja, resultados do processo de disputa hegemônica que envolve o conjunto das conquistas das lutas sociais e as concessões das frações de classe burguesas.

O que configura a existência de um sistema de proteção social é o conjunto organizado, coerente, sistemático, planejado de diversas políticas sociais, financiado pelo fundo público e que garante proteção social por meio de amplos direitos, bens e serviços sociais, nas áreas de emprego, saúde, previdência, habitação, assistência social, educação, transporte, entre outros bens e serviços públicos. Tem como premissa o reconhecimento legal de direitos e a garantia de condições necessárias ao exercício do dever estatal para garanti-los (BOSCHETTI, 2016, p. 27).

Na perspectiva marxista, como a de Mandel (1982, 1990) e Gough (1982), “o sistema de proteção social que se erigiu na forma de Estado social capitalista assegura a reprodução ampliada do capital” (BOSCHETTI, 2016, p. 28).

O reconhecimento dos direitos sociais e, sobretudo, sua universalização nos sistemas de proteção social capitalista, seja em forma de bens e serviços, seja em forma de prestações sociais monetárias, possibilitou a melhoria das condições de vida, certa redução das desigualdades sociais e certa distribuição do fundo público. Mas, certamente, não desmercantilizou as relações sociais,

que continuam regidas pelas relações capitalistas fundadas na produção socializada e na apropriação privada de seus resultados. O que se denomina aqui de Estado social capitalista, portanto, é o Estado que, no capitalismo tardio (Mandel, 1982), assume importante papel na regulação das relações econômicas e sociais, tendo por base a constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista, assentado em políticas sociais destinadas a assegurar trabalho, educação, saúde, previdência, habitação, transporte e assistência social (BOSCHETTI, 2016, p. 28).

Ao rol de políticas que compõe um sistema de proteção social de natureza capitalista, citadas pela autora, cabe acrescentar o lazer e o esporte circunscritos a essa dimensão do lazer. A problematização do direito ao esporte e o lazer é objeto central desta pesquisa, e, portanto, cabe dizer que “temos aqui alguns elementos que autorizam a formulação de uma ideia crítica do direito, que permita denunciar o “fetichismo da norma” e se oponha à teoria normativista para a qual o direito aparece somente como um conjunto de normas garantido pelo poder coercitivo do Estado” (NAVES, 2012, p. 11).

Nesse sentido, cabe ao Estado garantir o esporte e lazer como direitos, mesmo que a compreensão dessa importância ainda não tenha alcançado determinados setores sociais, ainda que limitada à regulação capitalista. Analisar, portanto, a configuração e abrangência das políticas de esporte e lazer, compreendendo os aspectos de gestão e de controle social democrático, bem como da configuração do financiamento e do gasto, pode permitir que se verifique a fragilidade ou fortaleza de cada política na materialização desse direito.

Se o Brasil reivindica, na sua normatização jurídica e expressa na carta magna, ser um Estado democrático de Direito, o cidadão brasileiro, coberto por esse sistema de proteção social, se configura como sujeito de direito. Segundo Naves (2012, p. 12), “a emergência da categoria de sujeito de direito vai possibilitar, então, que o homem circule no mercado como mercadoria, ou melhor, como proprietário que oferece a si mesmo no mercado”, onde “o direito põe o homem em termos de propriedade, ele aparece ao mesmo tempo na condição de sujeito e objeto de si mesmo, isto é, na condição de proprietário que aliena a si próprio” (NAVES, 2012 p. 12).

O direito faz funcionar, assim, as categorias da liberdade e da igualdade, já que o homem não poderia dispor de si se não fosse livre – a liberdade é essa disposição de si como mercadoria – nem poderia celebrar um contrato – esse acordo de vontades – com outro homem se ambos não estivessem em uma condição de equivalência formal (caso contrário, haveria a sujeição da vontade de um pelo do outro) (NAVES, 2012 p. 12-13).

Naves (2012) traz a reflexão dos limites emancipatórios do Estado de direito, que, apesar de serem bandeiras necessárias e progressistas da classe trabalhadora, como horizonte imediato em tempos de contrarreformas e retiradas de direitos, ainda estão sob os marcos de uma sociedade burguesa e, portanto, injusta e desigual, em razão do próprio modo de produção capitalista.

No prefácio do livro *Socialismo Jurídico* de Friedrich Engels e Karl Kautsky (2012), publicação esta que nasceu em resposta à ilusão jurídica no cerne da luta de classe intensamente divulgada por Menger, que empreendeu críticas a Marx e seus estudos, e ainda reivindicava que o socialismo poderia surgir a partir de pequenas reformas de âmbito jurídico.

As ideias de Menger tiveram relativa influência nos sindicatos e outras organizações representativas da classe trabalhadora.

Não é de surpreender, portanto, que a classe operária, na luta contra a burguesia, ou permanecesse dentro do campo do direito, formulando reivindicações de igualdade, ou construísse projetos utópicos de sociedade, em uma apenas aparente recusa do campo jurídico-político (NAVES, 2012 p. 13).

Engels e Kautsky (2012, p. 21) apresentam a necessidade da classe trabalhadora “despojada da propriedade dos meios de produção no curso da transformação do modo de produção feudal em modo de produção capitalista e continuamente reproduzida pelo mecanismo deste último na situação hereditária de privação de propriedade – romper com a ilusão jurídica, pois esta não pode exprimir plenamente a própria condição de vida, “todas as representações dos homens – jurídicas, políticas, filosóficas, religiosas etc. – derivam, em última instância, de suas condições econômicas de vida, de seu modo de produzir e trocar os produtos”, e destaca que “à privação da propriedade só podia corresponder à ausência de ilusões na mente dos

trabalhadores”. A concepção materialista da história de Marx é o método que vai ajudar a classe trabalhadora nesse caminho.

O que os autores marxistas (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 47) buscam mostrar é que ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora precisa, “pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de reivindicações jurídicas”, para que não fique apartado do terreno do direito, também precisa recusar o campo jurídico no sentido da não consolidação do mesmo.

Isso naturalmente não significa que os socialistas renunciem a propor determinadas reivindicações jurídicas. [...] As reivindicações resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando essa classe conquista o poder político e suas reivindicações alcançam validade universal sob a forma de leis. Toda classe em luta precisa, pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de reivindicações jurídicas (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 47).

Combatendo a posição meramente reformista de socialismo jurídico de Menger, Naves (2012 p. 15) aponta que “as reivindicações jurídicas do proletariado devem conter um elemento desestabilizador que ‘perturbe` a quietude do domínio da ideologia jurídica. Pois os conteúdos de certas reivindicações jurídicas são incompatíveis com direito burguês, revela os seus limites e demonstra a necessidade da sua abolição”.

É preciso deixar claro que:

A luta jurídica representa uma vantagem burguesa em cima do proletariado, “ora, a isso se contrapõe todo o esforço dos aparelhos de Estado burgueses, que se encaminha no sentido de encerrar a existência da classe operária e suas lutas no estrito terreno jurídico, ali onde a luta já está, por antecipação, ganha pela burguesia, uma vez que o funcionamento do direito implica obrigatoriamente a reprodução das relações sociais burguesas (NAVES, 2012, p. 14).

Em tempos como os atuais, as condições para uma transformação revolucionária não estão dadas. O cenário de retiradas de direitos e contrarreformas avança a passos largos (BEHRING, 2003). A luta jurídica alça uma posição de importância, principalmente no sentido educativo de suprir as necessidades humanas básicas e garantir que o processo possibilite a dotar a classe trabalhadora das “armas” da crítica (MARX, 2005).

A velha polêmica entre reforma ou revolução na esquerda é bem confrontada por Prado JR, quando apresenta não como formas excludentes, mas sim complementares. O autor brasileiro diz que a

Revolução em seu sentido real e profundo, significa processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (PRADO JR., 1978, p. 11).

O direito ao esporte, como reivindicação jurídica, a compor o conjunto de direitos sociais, cujas políticas públicas visam a garantir, em perspectiva universal, às necessidades humanas mais básicas e a luta para um Estado Social forte em detrimento da financeirização e privatização do Estado, apresenta um horizonte necessário frente ao cenário de retirada de direitos e contrarreformas apresentadas pelo neoliberalismo. Não é o acesso ao direito em si, mas o processo indissociável de luta por esses direitos que podem criar os elementos desestabilizadores da própria ideologia jurídica, criando as condições pré-revolucionárias para a superação do modo de produção capitalista para o socialista.

## **2.2. Esporte, Lazer e Estado Social**

Pode parecer estranho a colocação do esporte como objeto destacado em uma discussão sobre a configuração do Estado Social Brasileiro. Outros objetos parecem mais caros aos interesses e necessidades do cidadão brasileiro e, portanto, aparenta que o esporte não seja merecedor de atenção estatal.

Em qualquer consulta pública para tal fim, provavelmente seriam eleitas como prioridades a saúde, a educação, o trabalho, a moradia, a segurança, o transporte público etc. Já no debate cotidiano de qualquer trabalhador ou trabalhadora, não faltariam alusões ao bem-estar e à qualidade de vida, esfera das condições subjetivas que dotam de sentido e significado a vida humana,

para além das condições objetivas de vida e sem a qual se (sobre)vive à margem da dignidade.

No entanto, também não se pode desconsiderar que o fenômeno esportivo está presente no cotidiano do brasileiro.

Não é de todo equivocada a afirmação de que o esporte é um dos fenômenos mais expressivos da atualidade. Sem dúvida, o esporte faz parte hoje, de uma ou de outra forma, da vida da maioria das pessoas em todo o mundo. Tão rápido e tão 'ferozmente' quanto o capitalismo o esporte expandiu-se pelo mundo todo e tornou-se a expressão hegemônica no âmbito da cultura corporal de movimento. Hoje ele é, em praticamente todas as sociedades, uma das práticas sociais que reúne a unanimidade quanto à sua legitimidade social (BRACHT, 1997, p. 09).

Nesse sentido, a citação de Valter Bracht desvela a importância que o esporte detém na atualidade, bem como sua legitimidade social. Diversos autores, tais como Athayde (2014), Assis de Oliveira (2009) e Bracht (1997), delinearão a gênese e o desenvolvimento do esporte, desvendando seu caráter polissêmico. Não é intenção deste estudo refazer esses percursos, mas brevemente referenciá-los como ponto de partida.

Segundo Bracht (1997, p. 14), o esporte é um fenômeno moderno surgido a partir do século XVIII, cujas características são próprias da sociedade vigente: "competição, rendimento físico-técnico, record, racionalização e cientificação do treinamento". Bracht chegou a essa definição, ao ter como base os estudos de Dunning (1979) e Guttman (1979) que identificam e caracterizam o esporte como produto das novas condições de vida que o processo de industrialização ocasionou na Europa Ocidental, especialmente na Inglaterra, berço da Revolução Industrial. Em Eichberg (1979) e Rigauer (1969)<sup>65</sup>, o autor identifica como as características do capitalismo se incrustam no desenvolvimento do esporte.

E complementa, "este fenômeno esportivo, com estas características, tomou como de assalto o mundo da cultura corporal de movimento, tornando-se sua expressão hegemônica, ou seja, a cultura corporal de movimento esportivizou-se" (BRACHT, 1997, p. 15).

---

<sup>65</sup> EICHBERG, H. **Der Weg des Sports in die industrielle Zivilisation**. Baden-Baden: Nomos, 1979. RIGAUER, B. **Sport und Arbeit**. Münster: Lit Verlag, 1981 (P. edição, Suhrkamp, 1969).

Seguindo um percurso compreensivo semelhante, Assis de Oliveira (2009) acredita que há de comum pelo menos quatro pontos convergentes nos diferentes textos de Elias (1992b)<sup>66</sup>, Bourdieu (1983)<sup>67</sup> e Bracht (1997)<sup>68</sup>, que abordam o surgimento do esporte moderno.

O primeiro é o de que o esporte moderno surge na Inglaterra a partir do século XVIII. O segundo é o de que ele surge da transformação de alguns jogos populares. O terceiro menciona o fato de que as *public schools* têm um papel fundamental nesse processo. E, por último, a compreensão de que, da Inglaterra, o esporte se espalha por todo o mundo e se torna a principal expressão da cultura corporal e das ocupações de lazer (OLIVEIRA, 2009, p. 85).

Oliveira (2009) também busca Dunning (1992)<sup>69</sup> para explicar que o fenômeno esportivo que se desenvolve nesse período se deve a condições específicas diferentes das observadas nas formações sociais anteriores, e que se caracterizam por ter instituídos: Estados Nacionais; meios de comunicação e transporte avançados; organização e unificação de regras; identificação com a cultura corporal esportiva para além do território local; e destaca ainda a inter-relação de três aspectos que dotam de significado o esporte. (1) O esporte como meio de criação de excitação agradável; (2) como meio de identificação coletiva e (3) como fonte decisiva de proporcionar sentido na vida das pessoas.

Alguns fatores levaram o esporte a se destacar perante a cultura corporal e se incorporar no cotidiano da vida moderna:

- A proliferação do esporte em outras camadas sociais, em função do surgimento de novas escolas para as classes médias e da redução da jornada de trabalho para as classes trabalhadoras;
- A formação de clubes esportivos por pessoas interessadas como espectadoras ou executantes;
- A uniformização de regras, necessidade de regulamentação para além do nível local, gerada pelo estabelecimento das “trocas” esportivas entre instituições escolares, regiões, clubes, etc.;

<sup>66</sup> ELIAS, Norbert. A gênese do desporto: um problema sociológico. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992b, p. 187-221.

<sup>67</sup> BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

<sup>68</sup> BRACHT, V. **Sociologia Crítica do Esporte: Uma introdução**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1997.

<sup>69</sup> DUNNING, Eric. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992, p. 299-325.

- A criação de clubes regionais a partir dos clubes locais e, depois, a criação das associações nacionais;
- A eficiência do esporte no direcionamento da violência, funcionando como um meio extremamente econômico para a mobilização, ocupação e controle dos adolescentes;
- A universalização da Instituição Esportiva, através dos Jogos Olímpicos, veiculando a idéia do esporte como promotor do internacionalismo e da paz;
- A idéia da igualdade de chances de vitória na rivalidade entre indivíduos, princípio fundamental do liberalismo (OLIVEIRA, 2009, p. 88).

O esporte, ao se legitimar na cultura humana a partir das características apresentadas, aparece como demanda popular e também desperta o interesse do Estado em mediá-lo. Segundo Mandel (1982), no capitalismo, o Estado cumpre a (1) função básica de garantir suas condições gerais de produção (expansão, circulação e acumulação); a (2) função de reprimir e coagir qualquer ameaça à função básica; e a (3) função de integração, garantindo a coesão social, a partir da aceitação da ideologia dominante.

1. criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; 2. reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário; 3. integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração)” (MANDEL, 1982, p. 333-334).

A função integradora do Estado (MANDEL, 1982, p. 334) encontra, no esporte, um potencial aliado. Chama a atenção do Estado, principalmente a dimensão do alto-rendimento/performance do que na sua dimensão de participação/lazer. Um dos motivos, segundo Bracht (1997) e Assis de Oliveira (2009), é a possibilidade de instrumentalizá-lo politicamente.

Bracht (1997, p. 70) aponta quais os interesses que movem o Estado a se relacionar com as organizações esportivas que institucionalizaram o esporte: “‘integração nacional’, ‘educação cívica’, ‘preservação da saúde da população’, ‘melhoria da qualidade de vida’, ‘oferecimento de oportunidades de lazer’ etc.”.

Desta maneira, ao se relacionar com o esporte, em sua dimensão social hegemônica, esporte-performance/esporte-espetáculo, além da função integradora, o Estado afiança a garantia das condições gerais de produção e reprodução do capital:

Por isso, o esporte será objeto de atenção do Estado em função de sua maior ou menor contribuição nesse processo: seja via promoção da reprodução da força de trabalho seja provocando efeito estabilizador como atenuador de tensões sociais. A localização das prioridades do Estado, se no âmbito do esporte de lazer ou no de alto rendimento ou espetáculo, pode ser um indicador dos motivos ou dos "serviços" (benefícios) que o Estado espera do esporte. Um Estado que privilegia em grande medida o esporte de alto rendimento ou espetáculo, certamente não espera com isso melhorar significativamente o nível de saúde de sua população (BRACHT, 1997, p. 72).

Oliveira (2009, p. 96-97) entende que isso ocorre devido a determinadas características do esporte, quais sejam:

- 1) O esporte é uma atividade de fácil compreensão. O resultado é imprevisível, mas é anunciado imediatamente após o encerramento do evento;
- 2) Possui elementos de tensão, adequando-se aos meios de comunicação e à indústria cultural do entretenimento;
- 3) Possibilita a identificação com um coletivo;
- 4) Cria um mundo dentro do mundo, permitindo efeitos compensatórios em relação à realidade adversa;
- 5) Permite a comparação através das medidas, fornecendo uma dimensão política ao mecanismo de identificação coletiva;
- 6) Não possui função de conhecimento. Do jeito como é tratado não possui uma linguagem criadora de significados, não produz o novo. Ele é um espelho da concepção de valores existentes. Não coloca a sociedade atual em risco.

O mesmo autor avança na caracterização do fenômeno esportivo. Mas há alguns questionamentos quanto ao item 4 e 6. Ao entender o esporte como palco das disputas hegemônicas, é factual que as relações de hegemonia apontam para um caráter conservador que contribui para a manutenção do *status quo*. No entanto, ao mesmo tempo em que o esporte 'cria um mundo dentro de um mundo, permitindo efeitos compensatórios em relação à realidade adversa', a prática vivenciada pode proporcionar uma experiência que faça o sujeito questionar essa realidade e, por conseguinte, fortalecer uma perspectiva contra-hegemônica da sociedade existente. Nesse sentido, a

partida em si pode não possuir função de conhecimento, mas o fenômeno esportivo perpassa o momento da fruição. Considerando a totalidade do fenômeno, pode-se notar a (re)construção de significados e, portanto, a dotação de função de conhecimento.

Oliveira (2009, p. 95-96) aponta também que:

O esporte é caracterizado pela concorrência, pelo rendimento e pela competição, que são os “motores” da sociedade contemporânea, capitalista. Ele ritualiza bem, com a vantagem de mobilizar sentimentos de paixão, todo o processo social de afunilamento e exclusão onde, no início, no ponto zero, todos são iguais e, no processo, os competentes vão se estabelecendo. Na lógica dominante do esporte, a vitória é a meta. E para identificar o vencedor é necessário comparar objetivamente. E para ser o melhor é preciso selecionar bem, promover a adequada especialização e definir processos para maximizar o rendimento.

Pelo que foi discutido, o esporte-performance e o esporte-espetáculo são as dimensões privilegiadas pelo Estado, no sentido de garantir suas funções. No entanto, não se pode desconsiderar que o esporte-participação ou de lazer, objeto central das políticas sociais de esporte e lazer, materializadas em programas e projetos socioesportivos, também são úteis à função integradora do Estado.

A luta para efetivação de políticas sociais que visem à universalização do direito ao esporte e lazer constituem uma bandeira progressista e objeto de conquistas sociais importantes, principalmente no contexto atual de perda de direitos. Mas a *utopia* da luta pela garantia de direitos não substitui a necessidade de superação da ordem do capital, promotora de todo o quadro de injustiça social já demonstrada no capítulo anterior.

### **2.2.1 O Esporte e o Lazer na Configuração do Estado Social Brasileiro**

Um marco importante na configuração do Estado Social Brasileiro é a Constituição de 1988, onde o esporte aparece como direito<sup>70</sup> individual e dever

---

<sup>70</sup> Conforme análise de Athayde (2014, p. 99 e p. 100), “um dos primeiros documentos internacionais a reconhecer o esporte como um direito de todos foi a ‘Carta Internacional de Educação Física e Esportes’, em 1978, publicada em 1979 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O referido documento seria resultado de um movimento intelectual que reuniu acadêmicos, pesquisadores e profissionais ligados ao esporte em escala internacional. Segundo Tubino (2002), tal movimento teria como

do Estado. A Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, representou um marco histórico na consecução de vários interesses presentes na classe trabalhadora, ainda que contenha em si interesses de outras frações de classe. Instituiu por exemplo, a democracia participativa, para além da apenas representativa, pressionando o Estado a ter uma nova relação com a sociedade civil e a constituir mecanismos de participação da população na elaboração, bem como no controle social das políticas públicas e sociais.

Em seu artigo 1º, parágrafo único, evoca que: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição”, que, desta forma, tenta romper com o passado autocrático recente de Ditadura Militar inaugurado em 1964 com a deposição do presidente João Goulart.

O escrito constitucional que coloca o esporte como direito está no artigo 217, da Seção III da Ordem Social, expressa que:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

- I. A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações quanto a sua organização e funcionamento;
- II. A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;
- III. O tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;
- IV. A proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional; [...]

[...] § 3º O poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

No texto, o esporte aparece com duas adjetivações: formal e não formal. Somente na Lei Pelé (nº 9615/1998)<sup>71</sup>, essa distinção vai ser caracterizada nos dois primeiros parágrafos de seu 1º artigo: “§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática

---

fonte originária as críticas ao esporte de rendimento, iniciadas na década de 1960, que culminaram com o Manifesto Mundial do Esporte no ano de 1968. A carta expedida pela referida Organização, logo em seu art. 1º, interpreta o esporte como um direito de todos, reconhecendo a existência de outras expressões esportivas para além do alto rendimento e do espetáculo”.

<sup>71</sup> A Lei Pelé substituiu a Lei Zico (Lei nº. 8.672/93), já carregada da perspectiva neoliberal que hegemonizou as políticas desse período.

desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto; § 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes”. Logo em seguida, é detalhada as três manifestações do esporte de acordo com este marco legal:

I - Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - Desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - De modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - De modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

Essa classificação em três manifestações é criticada por Bracht (1997), que compreende o esporte a partir de duas manifestações: 1) O esporte participação ou de lazer; 2) o esporte de rendimento, ou melhor, esporte-performance e esporte-espetáculo. Para o autor, o esporte possui uma dimensão educativa nestas duas manifestações, tanto no esporte-performance quanto no esporte-lazer. O que ocorre é que a perspectiva do esporte-performance/espetáculo acaba por ser hegemônica e a servir de referência para o esporte-lazer, exercendo uma função educativa de manutenção do status quo e de reprodução social do capital tanto em ambientes escolares quanto não escolares.

Nota-se que o esporte aparece como direito de cada um e não explicitamente como direito social. Nesse sentido, Athayde (2014) desenvolve a argumentação de que o esporte é uma necessidade humana intermediária, ou seja, necessita de ação estatal e políticas públicas para a consecução dos direitos sociais.

Na Constituição Federal (1988), “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (Artigo 6º da CF, 1988).” Como visto, o lazer aparece como direito social, no entanto, não há desdobramentos acerca deste direito no documento. Ele aparece de forma subentendida em textos de outros direitos sociais como o trabalho, no que se refere às políticas de tempo, tais como limites da jornada de trabalho de 8 horas diárias e/ou 44 horas semanais, descanso semanal, férias remuneradas, entre outras que potencializam esse tempo liberado do trabalho para usufruto da esfera do lazer. O lazer também aparece com destaque no parágrafo 3º do artigo 217, onde está prescrito que “O poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. É aí onde está o reconhecimento da esfera do lazer.

Se o esporte aparece como direito individual na Constituição de 1988, pode-se afirmar que o esporte, enquanto manifestação de lazer, seria um direito social e, portanto, necessidade humana. Pode, como diria Marx (1983), não ser uma “necessidade do estômago”, mas certamente é “uma necessidade da fantasia”.

Para Marx (1983, p. 45), “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada a coisa”.

Athayde (2014, p. 25) entende que “a garantia do acesso ao esporte como uma necessidade intermediária [seria] capaz de cooperar na consecução dos direitos de cidadania”. Entretanto, esporte na dimensão da performance/espetáculo, pode se configurar como lazer apenas aos espectadores, já que para os sujeitos que o produzem, vendem sua força de trabalho para os “donos do meio de produção” que reduzem esse fenômeno cultural à esfera de mercadoria (ATHAYDE, 2014, p. 25).

De acordo, Assis de Oliveira (2009, p. 86) atenta para a inter-relação entre as duas manifestações do esporte, na sua perspectiva de totalidade e contradição. “Como as organizações que dominam o esporte-espetáculo

buscam incorporar as demais manifestações para não perder o poder de determinar as formas legítimas de prática, há certa dificuldade em reconhecer uma autonomia entre as diferentes dimensões”. Para o autor, essa expressão se dá:

Por meio de regras sociais que exigem autocontrole, o esporte estaria expressando a civilização de jogos de competição e a restrição de violência. O esporte estaria circunscrito às ocupações de lazer, aquelas que autorizam ou permitem a fluência livre de impulsos, afetos e emoções, num quadro imaginário especialmente criado, diferindo das rotinas públicas ou privadas em que as pessoas demonstram (ou precisam demonstrar) perfeito domínio dos seus estados de espírito (ASSIS DE OLIVEIRA, 2009, p. 86).

Apresentada a dimensão multifacetada e polissêmica do esporte e voltando a questão da relação entre Estado e esporte, Athayde (2014, p. 93) desvela que um “dos grandes desafios, não só para a compreensão geral do esporte, mas para a própria prática esportiva, inclusive aquela impulsionada por políticas públicas, é resgatar a sua condição de produção humana, passível de mudanças e transformações”.

Sustentado pela legislação esportiva, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, assim que assumiu seu mandato em 2003, criou o Ministério do Esporte. As três Secretarias Nacionais deste órgão, obedeceram às três manifestações dispostas na Lei Pelé (1998): 1) Desporto de rendimento: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); 2) Desporto educacional: Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE); 3) Desporto de participação: Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL)<sup>72</sup>.

Cada qual visava atender a respectiva manifestação e apesar de a própria Lei Pelé (1998) explicitar a priorização do orçamento e fundo público para o Esporte Educacional, o que acontece na realidade é que outra lei, a Lei Agnelo Piva (2001), possibilita que um significativo montante de recursos públicos seja gerenciado pelas entidades de administração do desporto, que representam os interesses privados do esporte. Como o esporte de

---

<sup>72</sup> Atualmente, existe uma nova configuração das Secretarias Nacionais do Ministério do Esporte. A SNDEL e SNEE se fundiram e formaram a Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS). A SNEAR permanece e foi criada a Secretaria Nacional do Futebol. Em 2006, foi criado excepcionalmente a Secretaria Extraordinária do Pan 2007 (SEPAN), extinta em 2008.

performance e de espetáculo é gerido por essas entidades, o Ministério do Esporte se torna o gerenciador desses interesses.

Em sintonia com o grande capital e com a evolução do processo de mercantilização da vida humana, o campo conservador opera na lógica econômico-corporativa, dentro de uma visão empresarial, amenizada por eufemismos como: espírito olímpico, *fair-play*, responsabilidade social etc. Em síntese, compreendem o esporte como um grande produto ou uma lucrativa mercadoria, visão presente nos discursos frívolos de sujeitos influentes na construção da política esportiva nacional (ATHAYDE, 2014, p. 24).

Se a Constituição Cidadã representou um avanço nas conquistas do esporte como direito, as “contrarreformas” na legislação da área esportiva (Lei Pelé, Lei Agnelo-Piva - Nº 10.264/2001, Estatuto do Torcedor - Lei 10.671/2003, Lei de Incentivo ao Esporte – nº 11.438/2006, Timemania - Lei nº 11.345/2006, art. 4), representaram um retrocesso na garantia de direitos nessa área. Behring (2003) aponta que, se as “reformas” apresentam retrocesso (regressividade) de direitos da classe trabalhadora, na verdade são “contrarreformas” que caracterizam o avanço dos interesses do capital, instituídos pelo ideal neoliberal.

Segundo Athayde, a “*política esportiva do Governo Lula (2003-2010)* – reproduz muitas das características da sociedade brasileira descrita por Francisco de Oliveira, tais como: mescla entre atributos arcaicos e modernos; desigualdades de acesso a direitos; discrepâncias de poder; hegemonia das determinações econômicas sobre as dimensões sociais e políticas” (ATHAYDE, 2014, p. 22).

Conquanto o Estado brasileiro sempre tenha aportado recursos para o esporte, é notório o crescimento acentuado desse montante nos últimos anos<sup>73</sup>. Com a futura realização no país dos *megaeventos esportivos*, a quantidade de recursos públicos vinculados ao esporte tende a crescer abruptamente. Segundo dados dos portais da transparência do Governo Federal, construídos especificamente para acompanhamento e controle social do gasto público na promoção desses grandes eventos esportivos, há uma estimativa de gastos na

---

<sup>73</sup> Em nota de rodapé, Athayde (2014, p. 26) apresenta dados recolhidos do sistema SIGA Brasil, onde mostra que, em 2004, “foram destinados R\$ 530,14 milhões à função orçamentária ‘Desporto e Lazer’, já no ano de 2010, esse montante alcançou 1.601,69 milhões”. Esses valores foram corrigidos pelo IGP-DI. No capítulo 3, vamos discutir essas estimativas, ao partir de uma análise pormenorizada do financiamento e do fundo público relativo à Copa 2014.

ordem de R\$ 25,89 bilhões com a Copa do Mundo de 2014 e R\$ 12,5 bilhões com os Jogos Olímpicos de 2016 (ATHAYDE, 2014, p. 26).

O crescimento do investimento financeiro no esporte não se restringe a uma preocupação da esfera do mercado, mas faz-se, crescentemente, presente dentro do âmbito estatal, impactando no orçamento e financiamento público (ATHAYDE, 2014, p. 26).

### **2.2.2 Pressupostos fundamentais para garantir o esporte como direito**

O esporte é direito individual e dever do Estado. E o esporte, enquanto manifestação do lazer, é direito social. O que fazer para que haja uma democratização do acesso ao esporte e lazer como direitos? Como pensar em políticas públicas e sociais que garantam esse acesso e usufruto? Que características devem ter essas políticas? Para responder essas perguntas, acredita-se ser de fundamental importância realizar dois debates importantes que tem como eixo fundante a questão do universalismo e crítica à perspectiva da justiça social/emancipação política.

Como já foi demonstrada anteriormente, a política esportiva dos Governos Dilma/Lula, respeitando algumas especificidades e conjunturas, é reflexo do projeto político deste governo de coalização, sem romper com a política econômica neoliberal. Dessa forma, os princípios básicos da política econômica foram mantidos: “o tripé defendido pelo Consenso de Washington (Superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante)” (CASTELO, 2012, p. 614). Já a política social, em comparação com os governos anteriores, dotou-se de musculatura e importância, tanto na retórica governista, quanto na reformulação e abrangência. No entanto, as políticas sociais mantiveram uma lógica de focalização no combate a extrema pobreza, sem de fato, seguir rumo à universalização das políticas sociais para a garantia dos direitos sociais.

O debate sobre políticas sociais universais perpassa por entender que existem necessidades humanas das quais todas as pessoas do mundo deveriam ter acesso. Como já mencionado, o esporte como necessidade humana intermediária poderia contribuir com a consecução dos direitos de

cidadania, e o esporte como lazer fundamental para preencher as necessidades da fantasia.

Nas políticas de proteção social existe uma resistência por parte do ideário do projeto neoliberal que aponta para a ineficiência do universalismo, pela incapacidade de se garantir a todas as pessoas esses direitos. Desta forma, tornou-se hegemônico, a partir da década de 1980, o paradigma focalizador ou seletivo. Combinando a introdução de mecanismos de mercado, a focalização e a descentralização, o Estado fazia a “gestão da pobreza”, concentrando, nesta fração de classe, políticas temporárias e compensatórias.

Com o enfraquecimento desta perspectiva teórica, os organismos internacionais trataram de repaginar as orientações neoliberais pelas vestes do Universalismo Básico. Se na focalização a questão a ser resolvida era a pobreza, com o Universalismo Básico pretende-se proporcionar a “coesão social” e combater a “desigualdade”.

Observando as políticas de esporte e lazer no âmbito federal, temos dois principais programas sociais<sup>74</sup>: o Programa Segundo Tempo (PST), um programa social de oferta de atividades esportivas e pedagógicas no contra turno escolar para alunos de 7 a 17 anos e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que, no âmbito do Lazer Comunitário, ofertava atividades sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos) artísticas, esportivas e culturais para crianças, jovens, adultos e idosos.

O PELC, em seu desenho conceitual, demonstra um caráter mais universalizante que o PST, mas este era tratado como o “carro chefe” do Ministério do Esporte. Essa questão se deu porque o PELC era uma política formulada pelos quadros do PT, a partir de experiências municipais exitosas, garantido pelo único espaço petista dentro do ME, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL).

Já o PST, da Secretaria Nacional de Esporte Escolar (SNEE), foi formulado pelos quadros do PCdoB, que detinham o controle de todos os

---

<sup>74</sup> Cita-se apenas os dois pela dimensão e importância que estes programas protagonizaram nas políticas de esporte e lazer na esfera federal do ano que foi criado o Ministério do Esporte, em 2003 até o ano de 2016, que compreende o desenvolvimento desta pesquisa. Ao longo desse tempo, houve mudanças e desdobramentos no interior desses programas.

outros espaços do Ministério do Esporte, inclusive o cargo máximo. O PST apresenta condicionalidades e seletividade: as crianças e os jovens devem obrigatoriamente estar matriculados em rede de ensino formal e atender a uma faixa etária específica. Quanto aos serviços e bens oferecidos, o PELC é universal e o PST focalizado. Nas diretrizes dos dois programas, existe a intenção de priorização as regiões de maior vulnerabilidade social, no entanto isso não é um critério de avaliação.

Se no primeiro momento<sup>75</sup>, os programas sociais de esporte e lazer, especialmente o PST, tinham papel relevante no conjunto da política de esporte, cabia à dimensão do esporte-performance ou de rendimento, a posição privilegiada de destaque. Um dos principais motivos, sem dúvida, é o potencial econômico da cadeia produtiva.

Recentemente, acompanhamos um aumento da proeminência do esporte na agenda pública brasileira. No entanto, esse crescimento da atenção dedicada ao fenômeno esportivo não fortalece a perspectiva de garanti-lo como direito, pois é corolário do recrudescimento, seja pelo Estado, seja pelos representantes do grande capital, da funcionalidade ideopolítica do esporte e, mais efusivamente, da supervalorização de sua dimensão econômica (ATHAYDE, 2014, p. 25).

Essa afirmação pode ser verificada quando se analisa os demais projetos do Ministério do Esporte. Os que merecem destaque são: Bolsa-Atleta, Plano Brasil Medalha e o Programa Atleta na Escola. Todos esses projetos, programas e planos apontam para a perspectiva do resultado esportivo, ao invés da democratização do acesso à prática esportiva, e possui a seletividade como característica radical fundamentada na questão meritocrática.

Diante disso, vale abrir um pequeno debate acerca dos fundamentos da meritocracia onde estão alicerçadas essas políticas esportivas. Segundo a perspectiva meritocrática, “enquanto que as desigualdades de nascimento e de herança são injustas, a igualdade de oportunidades estabelece desigualdades justas, ao abrir a todos a competição pelos diplomas e pelas posições sociais” (DUBET, 2008, p. 19). Também privilegia “a igualdade das oportunidades e a valorização do mérito são consubstanciais às sociedades democráticas, porque

---

<sup>75</sup> Primeira Gestão do Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006).

permitem conciliar dois princípios fundamentais: de um lado, o da igualdade entre indivíduos; do outro o da divisão do trabalho necessário a todas as sociedades modernas” (DUBET, 2008, p. 19).

O mérito está alicerçado aos valores da sociedade moderna, quase não questionado, apresenta-se como o estandarte da defesa da igualdade de oportunidades.

Selecionar social e profissionalmente os indivíduos pelo mérito (e não pelo sexo, etnia, origem social) se converteu na expressão da igualdade de direitos na competição social”. Só que ele não é um valor comprometido com a igualdade e sim com a eficiência ou com a diferenciação. “O princípio do mérito debilita a construção de uma sociedade mais igualitária e desta forma deveria subordinar o princípio do mérito ao de igualdade e não ao contrário, sobre a pena de agudizar mais ainda a desigualdade (PUYOL, 2007, p. 170).

A meritocracia é um sistema social baseado na “aristocracia do talento” e não em alguma forma de justiça social democrática ou igualitária. Consiste em distribuir trabalhos, posições e recompensas sociais e econômicas de acordo com as qualidades e qualificações individuais, para que as pessoas com maiores aptidões e habilidades possam obter os trabalhos e posições de maior importância e prestígio social.

A atual meritocracia aparenta representar uma alternativa mais justa do que suas antecessoras, como as fundamentadas em castas ou origem social, iludindo, ao garantir que qualquer indivíduo possa alcançar as maiores recompensas sociais, a partir da sua própria capacidade. No entanto, a meritocracia não busca o fim das hierarquias sociais, mas sim instaurar um novo modelo de ascender a elas (PUYOL, 2007, p. 170).

Puyol (2007, p. 170) exemplifica, através do romance de ficção de M. Young, “The Rise of Meritocracy”, escrito em 1958, que a utopia meritocrática não é uma maior justiça social e sim uma sociedade com enormes desigualdades de benefícios e prêmios vinculados aos trabalhos, cuja justificativa provém de uma necessidade de gerar incentivos e garantir a eficiência da produtividade laboral, e ainda, não elimina os privilégios herdados ao assegurar aos seus descendentes o pertencimento às elites sociais por meio da herança genética.

Segundo Puyol (2007, p. 171), entre os paradoxos da meritocracia, enfrenta-se mais uma dificuldade: não sabemos como medi-la. O julgamento de quem é o candidato mais capaz se esbarra pela falta de imparcialidade dos avaliadores ou “detentores desse poder” (valor de mérito com valor de liberdade de contratação).

Também, em relação ao valor pago ao trabalho realizado muitas vezes não se dá pela meritocracia.

El mérito existe, pero es residual: en numerosas ocasiones, no es la aportación individual, las capacidades y el esfuerzo de las personas, sino los movimientos y los factores externos y una determinada estructura social los que deciden quién debe recibir qué por su trabajo (PUYOL, 2007, p. 175).

Além de não se poder “nivelar o terreno de jogo” e da “objetividade e neutralidade” na medição do mérito pessoal, a meritocracia embasa sua bondade moral na imparcialidade dos procedimentos de seleção dos candidatos na competição social, mas não discute a injustiça na desigualdade de resultados que produz (PUYOL, 2007, p. 178).

Estamos así muy lejos de interpretar la igualdad de oportunidades como un principio que diga que no sólo nos importa tener una oportunidad igual de competir a partir del mérito, sino también cómo se trata a las personas para poder alcanzar ese objetivo social [...] No siempre coinciden los intereses de la competición con los intereses morales de sus participantes. Estos últimos deberían ser prioritarios a aquéllos y no a la inversa (PUYOL, 2007, p. 184).

A questão é que o debate da meritocracia e justiça social, em Puyol (2007), se mantém sob os marcos do capitalismo e não discute a impossibilidade de que haja verdadeiramente “*igualdade distributiva, social e individual de oportunidades*”. A democratização do acesso ao esporte e lazer, rompe com a perspectiva meritocrática, contribui com novas oportunidades de aprender e permanecer na prática corporal e esportiva, ampliando o seu repertório; contribui para a emancipação política, mas esbarra-se na perspectiva dos limites do direito liberal. A emancipação humana, que garantirá a todos segundo suas possibilidades e para todos segundo suas necessidades,

só poderá se materializar num outro marco societário, de superação ao capitalismo.

No entanto, o que se vê é o fortalecimento do acesso ao esporte apenas para uma pequena parcela, focalizado àqueles que possuem altas habilidades. Somente quando o sujeito consegue índices de competitividade internacional e alcança nível de excelência é que consegue ter acesso a determinados programas, como o bolsa-atleta. Vale ressaltar que o processo de ensino-aprendizagem das modalidades individuais e coletivas se dá de forma diferenciada de acordo com as oportunidades educativas desde a infância. Perpassa pela complexidade e diversidade do repertório motor apreendido ao longo das fases da vida e de múltiplas determinações na formação do sujeito atleta. Esse modelo chega a interferir na própria Educação física escolar que deveria garantir a apreensão crítica da totalidade do acúmulo acerca da cultura corporal construída pela humanidade ao longo da história (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

O esporte escolar é, então, incorporado ao sistema esportivo nacional, cabendo à escola e ao componente curricular Educação Física, o papel de alicerce, sobre o qual funcionaria toda a superestrutura do esporte de rendimento. A representação usual do sistema passou a ser uma pirâmide cuja base larga seria o esporte escolar, a partir do qual se dariam as sucessivas seleções e afunilamentos para uma ponta estreita com lugar para poucos, o esporte de rendimento. Essa compreensão seletiva permanece inalterada. Mas uma série de acontecimentos combinados foi promovendo, paulatinamente, uma deformação na pirâmide, moldando uma outra construção, com base e ponta de tamanhos mais aproximados que antes, não pelo aumento do número de praticantes no esporte de rendimento, mas pela diminuição proporcional de praticantes na base (OLIVEIRA, 2009, p. 18-19).

A política esportiva não chega à base da pirâmide, sendo a detecção de talentos e formação de atletas corolário de um sistema esportivo extremamente seletivo. A institucionalização desse modelo de política esportiva acabou por ocasionar o acesso apenas a uma pequena parcela que alcança o topo de excelência esportiva.

Considerando o esporte como direito individual e o lazer como direito social, se a população brasileira tivesse acesso universal à prática esportiva, especialmente no âmbito do lazer, iria proporcionar um enriquecimento geral da

cultura corporal de todos que, inevitavelmente, iria repercutir quantitativa e qualitativamente no quadro geral de atletas de alto nível.

Quanto mais pessoas praticarem, maior será o nível de complexidade da prática corporal. No âmbito do lazer, as pessoas podem atingir degraus cada vez maiores de performance, vide a ampliação de práticas corporais que a população em geral começou a praticar como brincadeira, tais como o *slackline* (corda bamba), *le parkour*, skate, corrida de rua, malabares, e que hoje, por praticarem muitas horas semanais, chegaram à excelência. E com o processo de esportivização dessas práticas, chegaram inclusive a se profissionalizar.

Isso demonstra como a perspectiva meritocrática é falaciosa, primeiro por ter dificuldade de mensurar o merecimento; segundo, por não avaliar a “igualdade de oportunidades” de todo o processo; em terceiro, porque não assegura a “igualdade de condições” e; principalmente, em quarto, porque não discute que a superação necessária a esse modelo social possui a desigualdade em seu âmago. Se o esporte é uma necessidade humana, necessidade da fantasia, que preenche de sentido e significado a vida humana, a negação desse direito e a sua transformação em mero negócio, em mera mercadoria empobrece a produção cultural e, ao menos, a possibilidade de emancipação política da classe trabalhadora.

Dentro de um contexto de intensas transformações societárias e mutações no mundo do trabalho, as atividades sociais dos homens passaram a ser progressivamente mediadas por um mundo de coisas (produtos) e as próprias atividades foram crescentemente coisificadas como mercadorias. O esporte não ficou imune à mercantilização, uma vez que sua consolidação no interior da formação social capitalista teve como consequência a absorção dos axiomas culturais e ideológicos pertencentes à ordem social hegemônica. Por outro lado, Rouyer (1977) aponta para a possibilidade de um desporto democrático como elemento das necessidades humanas, individuais e sociais, sendo um fator importante de humanização e de educação (ATHAYDE, 2014, p. 46).

A democratização do acesso ao esporte e lazer, como direitos de cidadania, e sua contraposição a sua mercantilização, se alia às reivindicações da classe trabalhadora, como mediação no processo de construção dos alicerces de uma nova sociedade que supere o modo de produção capitalista e almeje a emancipação humana.

### **2.3 O Brasil é o Time da “Virada “Conservadora”?: As políticas sociais de esporte e lazer em Tempos de Megaeventos**

Este item pretende realizar uma reflexão sobre a condição das políticas sociais de esporte e lazer no contexto de realização de Megaeventos Esportivos no país. A entrada dos Megaeventos como pauta recorrente na agenda pública brasileira deve-se a uma estratégia de acumulação do capital em detrimento da democratização do acesso ao esporte e lazer como direitos constitucionais.

Em 2007, tivemos a realização do Pan-Americano Rio 2007<sup>76</sup>, na cidade do Rio de Janeiro. Este foi o principal evento esportivo que ocorreu no Brasil, desde o Pan de 1963, em São Paulo, e a Copa do Mundo de 1950.

De acordo com o Ministério do Esporte (ME), enquanto grande espetáculo esportivo, o PAN 2007 seria capaz de colocar o Rio de Janeiro e o Brasil no grande circuito turístico, revitalizar espaços e equipamentos de lazer, modernizar o sistema de transporte, reforçar a segurança, além de investir no campo da habitação, a partir da Vila Olímpica. Já a Prefeitura do Rio de Janeiro afirmou que destinaria investimentos diretos em obras, pagamento dos direitos de transmissão dos Jogos à Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA), realização de eventos preparatórios e contratação de consultorias internacionais, além de investir indiretamente, a partir de ações para valorização dos terrenos onde foram construídos os equipamentos esportivos e a infraestrutura urbana, tais como os terrenos do Estádio Olímpico João Havelange e da Vila Pan-americana.

Todas as esferas participantes exultaram em divulgar o grande legado que seria deixado pelo Pan 2007, com programas de inclusão social, educação e geração de trabalho e renda que seriam desenvolvidos graças ao trabalho conjunto de diversos ministérios.

---

<sup>76</sup> O Ministério do Esporte tratou o Pan como política pública e criou, por Decreto Presidencial, uma Secretaria Especial do Pan-Americano Rio 2007 (SEPAN), na função de coordenar as ações de mais 16 Ministérios, de diversas estatais e da Presidência da República, além de atuar como interlocutora entre o Executivo federal e o Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos (CO-RIO) e as demais esferas de governo envolvidas na organização do evento.

O Pan Rio 2007 foi maciçamente financiado com recursos públicos num pacto federativo entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal, que aportaram respectivamente R\$ 1,8 bilhão, R\$ 1 bilhão e R\$ 1,2 bilhão. Contas que, após muitos impasses, foram aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). No entanto, inúmeras são as promessas que não foram cumpridas, tais como a despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas, melhoria na mobilidade urbana, e até os equipamentos esportivos, como o velódromo<sup>77</sup>, que será destruído para se erguer outro<sup>78</sup> para as Olimpíadas de 2016 e, ainda, o Estádio Olímpico João Havelange, interditado no ano de 2013, por problemas estruturais.

Somente uma tarefa anunciada foi cumprida: o de colocar o Brasil na rota dos Megaeventos Esportivos. Jogos Mundiais Militares 2010 no Rio de Janeiro, Copa das Confederações da FIFA em 2013, Jogos Escolares Mundiais 2013 (Gimnasíade), Copa do Mundo da FIFA em 2014, Copa América de Futebol 2015, Olimpíadas Rio 2016, Universíade 2019 estão entre os principais Megaeventos elencados, dentre outros. Na contramão da priorização do esporte e lazer como direitos sociais, “os megaeventos esportivos passaram a constituir o princípio organizador da agenda de esporte e lazer do país” (MASCARENHAS et. al., 2012, p. 16).

Mas como, de repente, os Megaeventos Esportivos passaram a esta condição? Qual o contexto político brasileiro em Tempos de Megaeventos? Quais os interesses e intenções que se escondem nos “vestiários” e não são revelados ao grande público? Como a população brasileira tem se posicionado frente à realização desses Megaeventos? Essas questões serão discutidas a seguir.

### **2.3.1 Meu Brasil Brasileiro: Neodesenvolvimentismo em campo?**

A história recente do país foi marcada pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal. Após 3 tentativas frustradas

---

<sup>77</sup> Que custou 18 milhões de reais e que, segundo a empresa que o projetou, necessitaria apenas de mais 17 milhões para se adaptar aos padrões olímpicos (valores não corrigidos).

<sup>78</sup> A construção desse novo velódromo irá custar aos cofres públicos cerca de 400 milhões de reais (valores não corrigidos), confirmando a tese de estratégia de acumulação do capital, numa notável lógica destrutiva.

(1989,1994 e 1998), Luís Inácio Lula da Silva consegue se eleger Presidente da República Federativa do Brasil, cuja posse foi em 2003.

Apesar das concessões visíveis na carta programática e na aliança realizada já no período eleitoral, a expectativa era que o governo viesse a atender às demandas e interesses da classe trabalhadora. Rompendo, mesmo que de forma lenta, com a agenda neoliberal implementada e fortalecida nos Governos de Fernando Collor de Mello (1989-1992), Itamar Franco (1992-1993) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002).

Neste mesmo contexto, na última década, o projeto neoliberal mostrou sinais de esgotamento<sup>79</sup> no Brasil e nos demais países de capitalismo tardio que adotaram o receituário do Consenso de Washington<sup>80</sup>. De toda forma, isso não significou a retirada do neoliberalismo de campo, muito menos das contrarreformas engendradas pelo Estado, mas pode-se dizer que houve deslocamentos sutis em torno dessas orientações (BEHRING, 2013, p. 01).

O caminho seguido pelos Governos Lula-Dilma para garantir a “governabilidade” de seus mandatos e garantir um projeto de poder evidenciado pela cúpula do PT foi a de aliança com o Bloco de Poder institucionalizado, ao mesmo tempo em que implementava políticas sociais que viessem a superar a extrema miséria da população brasileira mais pobre. A intenção foi de atender às necessidades da base da pirâmide social sem prejudicar o topo. E mais do que isso, garantir com que o topo dessa pirâmide mantivesse e incrementasse seus ganhos e privilégios.

---

<sup>79</sup> Meszáros (2002, p. 799) aponta que a crise estrutural do capital se manifesta porque “a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema”. A crise mundial de 2008, expoente mais recente da crise estrutural do capital nos mostra que o neoliberalismo não é mais capaz de disfarçar a queda tendencial da taxa de lucro e os excessos da especulação do capital financeiro. O resgate financeiro de grandes bancos pelo Estado é a prova cabal que o ideário neoliberal de Estado mínimo não se sustenta, principalmente quando a intervenção do Estado é necessária à superação da crise.

<sup>80</sup> “O Consenso [neoliberal] de Washington é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, com rígidos programas de ajustes estruturais. Resumidamente, as suas regras básicas são: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (‘ajustes de preços’), fim da inflação (‘estabilidade macroeconômica’) e privatização.” [...] “Os ‘grandes arquitetos’ do Consenso [neoliberal] de Washington são os senhores da economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da economia internacional e tem meios de ditar formulação de políticas e estruturação do pensamento e a opinião” (CHOMSKY, 1999, p. 10).

Esse projeto ideopolítico foi chamado de “neodesenvolvimentismo”. Trata-se de uma proposta pautada na ideia de garantir o desenvolvimento econômico a partir do investimento social, com o intento de se afastar do ideário neoliberal<sup>81</sup> que marcou os governos anteriores, principalmente após os impactos mais nocivos dessa política, a partir da década de 1990, que desencadearam em uma crise estrutural do capital, em 2008/2009.

Existem três principais correntes do novo desenvolvimentismo. Segundo Castelo (2012), a primeira, originariamente de berço do PSDB:

Pode ser chamada de macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo (Bresser Pereira e Gala, 2010). “A ideia básica apresentada é a primazia do mercado e seus mecanismos de produção da riqueza, com uma atuação reguladora do Estado nas falhas de mercado, especialmente nas políticas cambiais e de juros, com destaque para a promoção das exportações (CASTELO, 2012, p. 629).

A segunda corrente, chamada de pós-keynesiana:

Assemelha-se muito à primeira, sustentando o papel do Estado como redutor das incertezas do ambiente econômico para favorecer as tomadas de decisão de investimento do setor privado, variável responsável em larga medida pelo crescimento econômico. Cabe ressaltar que tanto a primeira quanto a segunda corrente advogam a tese da aliança do Estado com o mercado (leia-se o empresariado industrial) contra os rentistas, como se essa contraposição radical entre as frações da burguesia existisse em tempos de acelerada fusão dos diferentes ramos do capital (agrícola, bancário, comercial, industrial e rentista). Fala-se novamente em uma coalização nacional entre burguesia industrial nacional, burocracia estatal, setores médios e trabalhadores, com hegemonia dos primeiros dois grupos sobre os demais (CASTELO, 2012, p. 629).

---

<sup>81</sup> A doutrina neoliberal foi uma “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995, p. 9). Cabrero complementa e afirma que “O moderno Leviatã (Estado absoluto e centralizador - Hobbes) é ineficaz e gastador, estatizando as liberdades, burocratizando a economia e gerando inflação. A solução seria reduzir drasticamente a intervenção do Estado na economia e que as forças do livre mercado tenham plena liberdade de atuação, implicando, por um lado, na redução dos serviços sociais ao mínimo necessário, desviando esse recursos para potencializar a função de acumulação, e por outra, favorecer relações sociais de produção mais claramente liberais que potencializem a disciplina laboral e a ética do trabalho, para a qual a livre demissão, a redução dos salários reais (entre eles o salário social) e a mudanças de modelos são necessárias, tratando de reduzir o poder de negociação sindical e as demandas democráticas consolidadas nas últimas décadas (CABRERO, 1982, p.33-34). O capitalismo viveu anos de crescimento econômico e inflação baixa, logo após o período da Segunda Guerra Mundial. Esses anos “dourados” seguiram-se até 1973, onde se aprofundou um período de crise marcado pela “estagflação”: estagnação econômica e inflação. Desta forma, os entusiastas do neoliberalismo ganharam força na pretensão de “voltar a um mítico mercado que regule as relações econômicas e políticas de acordo com os puros critérios da oferta e da demanda” (CABRERO, 1982, p. 32).

A última corrente advogada pelo PT é a social-desenvolvimentista:

Cujas propostas estão assentadas na afirmação do mercado interno via ampliação do consumo de massa. O Estado tem um peso maior nas propostas dessa corrente no que nas duas precedentes, e as políticas macroeconômicas devem ser subordinadas às de desenvolvimento (CASTELO, 2012, p. 629).

As três correntes indicariam um novo momento de desenvolvimento vivido no Brasil, o pós-neoliberalismo:

Segundo o bloco ideológico novo desenvolvimentista, o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social - o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo - e, no limite, por apontar para o rompimento como neoliberalismo ou o subdesenvolvimento (CASTELO, 2012, p. 615).

É possível notar que ocorreram mudanças de fato, mas não se pode falar em ruptura com o neoliberalismo, “se houve *uma mexida no ponteiro* que poderia indicar um sentido reformista em aspecto das políticas em curso, não houve uma ruptura com elementos centrais daquela agenda, seja no campo da política econômica seja *destacadamente* no campo da política social (BEHRING, 2013, p. 2)”.

Para Moraes e Saad Filho (2011, p. 508), o Governo Lula e Dilma mantiveram a política macroeconômica do neoliberalismo sustentada pelo tripé composto por uma política monetária determinada pelas metas de inflação, câmbio flutuante e uma política fiscal, visando manter um superávit primário que compensasse o déficit nominal das contas públicas.

O tripé macroeconômico é também associado às contrarreformas institucionais do início dos anos 1990, “que resultaram em forte liberalização comercial, desregulamentação financeira, uma crescente abertura da conta de capitais e outras reformas microeconômicas coerentes com o suposto da eficiência intrínseca dos mercados” (MORAIS; SAAD FILHO, 2011, p. 508).

Nesse sentido, Behring (2013, p. 2) desmonta a tese de que vivemos um período “neodesenvolvimentista”, ao analisar os processos reais por detrás das tendências em curso.

Mas como para nós aqui o mais importante são os processos, vejamos o que nos mostra o estudo de Gonçalves com um consistente volume de dados. Diferente do desenvolvimentismo, o caminho adotado no Brasil de hoje segue um viés pró mineração e agropecuária, em detrimento da indústria de transformação. Este processo tem sido estimulado pela liberalização comercial, cujas porteiiras não foram protegidas e reguladas após a mudança de governo, o que implicou no aumento das importações de produtos manufaturados. Há uma forte reprimarização das exportações (crescimento do peso dos bens primários de 25,5%, em 2002, para 38,5%, em 2010), com implicações no comércio exterior brasileiro, mais dependente das *commodities*, enquanto o nacional desenvolvimentismo esforçou-se na diversificação da economia e industrialização, conforme nos mostra precisamente Ianni (2004). [...] Outro aspecto é que temos um incremento da dependência tecnológica e não da autonomia, haja vista o incremento das importações de produtos e serviços intensivos em tecnologia. Quanto à origem da propriedade, está em curso um intenso processo de desnacionalização, com aumento das remessas de lucros ao exterior (BEHRING, 2013, p. 8).

Pois, se houve de fato um aumento expressivo de empregos de baixa remuneração (até 1,5 salário mínimo), proporcionando “nítida redução da pobreza extrema e absoluta, ou pauperização absoluta<sup>82</sup>”, por outro lado, a concentração de renda e de riqueza continuou altíssima (BEHRING, 2013, p. 4).

A economia política singular da era Lula e que tem continuidade com Dilma, tem impactos materiais intensos sobre a vida dos que estavam em condição de pobreza extrema e absoluta, mesmo que não pela via dos direitos universais. Esta última via implicaria em efetivas reformas. Contudo, cabe chamar a atenção de que a política em curso favorece largamente os ricos, com atenção especial ao agronegócio e ao capital portador de juros, além de atrair capital estrangeiro para o novo “Eldorado brasileiro” (BEHRING, 2013, p. 2).

As políticas sociais mantiveram uma lógica de focalização no combate à extrema pobreza, sem, de fato, seguir rumo à universalização das políticas sociais para a garantia dos direitos sociais.

---

<sup>82</sup> Esse processo é ocasionado pela queda de desemprego, na formalização do emprego (70% das vagas abertas), aumento do salário mínimo e expansão de crédito combinados com programas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Previdência Social (BEHRING, 2013, p. 4-5).

Sobre a política social, além do problema do financiamento [...], observamos uma lógica que a preside, que segue na contramão da universalização social-democrata: trata-se de focalização com forte seletividade, de baixo custo, e que se torna abrangente, em função do tamanho da desigualdade social do Brasil (BEHRING, 2013, p. 10).

O “neodesenvolvimentismo” aclamado não rompe com o trinômio articulado do “ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização<sup>83</sup>” (BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p. 156). Pelas características destacadas até este momento, podemos afirmar que, de certa forma, a Política Nacional de Esporte é expressão desse pretenso e frágil projeto “neodesenvolvimentista” da era Lula-Dilma.

### **2.3.2. Brasil é o time da “virada conservadora”?**

Ao longo dos três mandatos de Lula e Dilma, pode-se afirmar que não houve uma linearidade no desenvolvimento das políticas de esporte e lazer engendradas pelo Ministério do Esporte. A medida provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003, criou o Ministério do Esporte com a missão de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais do cidadão, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”.

Passados dez anos da criação do ME, o que se vê são elementos que retratam, após um início que indicava políticas sociais universalizantes, uma virada conservadora com forte viés na focalização das políticas sociais. As três Conferências Nacionais de Esporte podem ilustrar bem essa afirmação.

A I Conferência Nacional de Esporte foi em 2004, no segundo ano do Governo Lula, e teve como tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”. E além das Propostas de Ação aprovadas, teve como objetivo a formulação e aprovação de uma Política Nacional de Esporte (2004), adesão à Carta de

---

<sup>83</sup> A descentralização estabelece-se “não como partilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídicos-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social” (BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p. 156).

Brasília (20 de junho de 2004) e a aprovação de uma resolução para a criação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Os princípios da Política Nacional de Esporte (2004) são:

- Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social;
- Do Esporte e Lazer como direito de cada um e dever do Estado;
- Da universalização e inclusão social;
- Da democratização da gestão e da Política Social.

A Carta de Brasília (2004) expressa o espírito que perpassou toda a I Conferência, discorrendo

Com entusiasmo sobre o momento histórico no qual a I CNE é possível retificar as Políticas de Lazer que vem sendo implementadas desde 2003 e reúnem resumidamente os principais pontos aprovados na I CNE, quais sejam: a proposta de criação de um Sistema Nacional do Esporte, de uma Política Nacional do Esporte, da Lei de incentivo ao Esporte e de espaços para o Controle Social do Esporte” (CASTELLAN, 2010, p. 88-89).

A II Conferência Nacional do Esporte ocorreu dois anos depois, em 2006, e tinha como tema: “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, a partir da discussão de 4 eixos: “Eixo I: Estrutura: Organização, agentes e competências; Eixo II: Recursos Humanos e Formação, Eixo III: Gestão e Controle Social, Eixo IV: Financiamento”.

O texto das propostas aprovadas na plenária final da II Conferência Nacional do Esporte (Ministério do Esporte, 2009), consolida o esporte e o lazer como direitos sociais e guia-se pelo princípio da democratização e inclusão social. Expressa como valor a acessibilidade, democratização, intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações do campo. O documento reforça a necessidade de consolidação da Política Nacional do Esporte, que conforme visto no capítulo anterior tem forte viés progressista defendendo, entre outras coisas, a superação do modelo piramidal de investimento em esporte, onde os recursos são sempre depositados visando apenas fortalecer o esporte em sua dimensão de rendimento, subjugando as outras formas de práticas esportivas à sua lógica (CASTELLAN, 2010, p. 100).

Na Carta de Brasília (2006), os signatários afirmam que as principais decisões tomadas foram envolver o setor esportivo na campanha para uma

rápida aprovação do Projeto da Lei de Incentivo ao Esporte e lançar as bases para a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Identificamos, em cada um dos eixos, as principais necessidades do setor e apontamos, em nossas resoluções finais, diferentes ações para superá-las – colaborando, de forma objetiva, para a construção de um sistema que esteja à altura do grande desafio que temos pela frente: fazer com que o esporte seja, efetivamente, uma questão de Estado e um direito de todos os brasileiros (CARTA DE BRASÍLIA, 2006, p. 01).

Apesar de ter sido determinado em resolução que as Conferências aconteceriam de 2 em 2 anos, somente em 2010 foi realizada a III Conferência Nacional de Esporte. Nesse meio tempo, o Brasil já havia realizado o Pan 2007 no Rio de Janeiro e já havia a confirmação da realização, em terras brasileiras, da Copa do Mundo em 2014 (candidato desde 2003, a FIFA ratificou o Brasil como país-sede em outubro de 2007) e dos Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos, no Rio em 2016 (Em 7 de setembro de 2007 oficializou sua candidatura e em outubro de 2009 houve a confirmação do pleito pelo COI).

A disponibilização de documentos bases, chamados de Coletânea da III Conferência Nacional de esporte, reuniu o conjunto de sistematizações realizadas, desde a primeira Conferência, constituindo-se em um rico material que disponibilizava o acúmulo dos últimos anos. Castellan (2010, p. 104), em sua análise sobre as conferências, realiza essa ponderação:

De fato, ao ler os documentos não resta dúvida de que a I CNE influenciou diversos documentos e mesmo o tema da conferência posterior. A questão a ser levantada, a partir da análise do Orçamento executado pela União é se as deliberações se transformaram em projetos e programas, se elas foram relevantes para a aplicação de recursos do Governo Federal ou se sua influência não saiu do plano simbólico, tendo se configurado mesmo como isca, para atrair a atenção de alguns setores do campo esportivo.

Confirmando o redirecionamento das prioridades da Política Nacional de Esporte, a III Conferência teve como tema: “Por um time chamado Brasil; Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Essa terceira Conferência, ignorou o acúmulo das duas últimas,

bem como se esqueceu da construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

A determinação de trazer eventos de tamanha proporção e de visibilidade internacional para o Brasil não tem base nas deliberações nas duas primeiras Conferências Nacionais e nem na Política Nacional do Esporte, os três documentos que deveriam balizar o Plano Plurianual de 2008 a 2011, e conseqüentemente as ações do Executivo para o esporte e lazer (Brasil, 2004) (Brasil, 2005) (Brasil, 2006). Também no próprio PPA do período em que o governo assumiu o compromisso internacional de sediar os eventos (PPA 2004/2007) não há nenhuma menção sobre receber eventos esportivos de tamanha importância. (CASTELLAN, 2010, p. 132).

A terceira Conferência sacramentou a mudança de rumo no sentido de priorização dos Megaeventos, ao passo que se tornou um mecanismo de participação popular esquecida no início do Governo Dilma (2011).

Após diversas crises que atingiram os ex-ministros Agnelo Queiroz<sup>84</sup> e Orlando Silva<sup>85</sup> de denúncias de irregularidades no PST, o ME passou, em 2011, para o comando de Aldo Rebelo, velho 'cacique' do PCdoB, que promoveu significativa reestruturação, quando assumiu o Ministério do Esporte de 'porteira fechada', trabalhando seus programas sociais a partir de uma única secretaria: A Secretaria Nacional de Esporte, Lazer, Cultura e Educação Inclusiva (SNELIS).

Em 2015, primeiro ano do segundo mandato da presidenta Dilma, o Ministério foi entregue ao PRB (Partido Republicano do Brasil), que manteve organograma dos programas da pasta e uma tendência que já vinha acontecendo em relação aos dois principais programas sociais do ME, o PST e o PELC: a escassez do fundo público no financiamento de seus núcleos. Os estudos de Athayde (2014), Mascarenhas (2014) e Castellan (2010) confirmam essa afirmação. Sem contar que o conjunto de dispositivos e marco legais, que também se somam ao financiamento do esporte de alto rendimento em detrimento ao esporte educacional e de participação, e que deveria ser

---

<sup>84</sup> Primeiro Ministro de Estado de seu partido, ao sair do Ministério do Esporte para ser candidato pelo PCdoB a senador pelo Distrito Federal em 2006, obteve votação expressiva, mas não se elegeu, ficando atrás de Joaquim Roriz (PMDB). Em 2008, se desfilou e foi para o PT, onde foi eleito Governador do Distrito Federal em 2010.

<sup>85</sup> Orlando Silva, ex-presidente da UNE, tornou-se ministro em 2006, após saída de Agnelo Queiroz. Teve seu nome envolvido em denúncias de desvios de verbas no Programa Segundo Tempo. Teve sua renúncia anunciada em 2011.

“fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos”, o que vai contra o Capítulo II, inciso VIII, da Lei Pelé<sup>86</sup>. Pode-se afirmar, portanto, que a legislação esportiva posterior à Constituição Federal (Lei Pelé, a Lei Agnelo/Piva<sup>87</sup>, A Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, Lei da Timemania, entre outras) vão na direção das contrarreformas do Estado, que favorece o mercado e não garante os direitos sociais para toda a população.

A política real é a de redirecionar (e atenção, não diminuir!) o fundo público com um pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital, diminuindo sua alocação e impacto junto às demandas do trabalho, ainda que isso implique em desproteção e barbarização da vida social, considerando que este é um mundo onde não há emprego para todos, donde decorre a perversa associação entre a perda de direitos e a criminalização da pobreza (BEHRING, 2009, p. 46).

O que aqui se chama de “virada conservadora” no campo do esporte e lazer, representa as oscilações em torno da disputa hegemônica (capital x trabalho) pela hegemonia, com bons avanços na formulação e construção de programas sociais que pudessem garantir o acesso ao esporte e lazer como direitos sociais, mas que com o avanço da coalizão do bloco no poder com os grandes oligopólios do esporte, os Megaeventos tornaram-se a estratégia acertada para os interesses de acumulação do capital. Mascarenhas (2012) atenta para a formação desse bloco:

Como vimos, esta coalizão transcende ao poder estatal, aglutinando interesses das entidades de administração do esporte e empresariais. Delineia-se, assim, o que estamos definindo como bloco olímpico, ou seja, o bloco de poder inerente à organização dos Jogos Rio 2016. Na teoria do Estado, mais especificamente na obra de Poulantzas (2000), a noção de bloco de poder permite identificar o favorecimento dos interesses econômicos de uma ou mais frações da classe dominante em detrimento de outras frações, considerando tanto sua ação política como a posição particular que ocupa no processo de produção num momento e situação determinados. Assim, o Estado se constitui como agente organizador da hegemonia de dadas frações de classe no seio do bloco de poder (MASCARENHAS et. al., 2012, p. 16).

---

<sup>86</sup> A Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998) substituiu a Lei Zico (Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993).

<sup>87</sup> A Lei Agnelo/Piva (Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001) destina 2% da arrecadação bruta das loterias federais sejam repassadas para o COB, uma entidade privada de organização esportiva.

O Bloco de poder, composto pela FIFA e seus parceiros comerciais, compartilha da mesma lógica e do mesmo fenômeno que o chamado pelos autores acima de Bloco Olímpico. Se no início do governo Lula, havia ainda uma disputa pelas relações de hegemonia, com importantes avanços na formulação e construção de programas sociais que pudessem garantir o acesso ao esporte e lazer como direitos sociais (muito mais no PELC que no PST), o avanço da coalizão de um bloco no poder com os grandes oligopólios do esporte aponta a tese da “virada conservadora”.

Mas a análise levantada demonstra que não houve o rompimento da política neoliberal para a efetivação de uma política neodesenvolvimentista, assim como, por mais que tenha ocorrido tensões de hegemonia no interior da política esportiva e de lazer, em nenhum momento a perspectiva contra hegemônica esteve próximo de determinar os rumos de alteração da política econômica e mesmo da política social de esporte e lazer e do Ministério do Esporte. Apesar de conquistas importantes, como a Rede CEDES e o Programa Esporte e Lazer, outros programas seguiam a lógica neoliberal das políticas sociais: a privatização, a focalização e a descentralização. Desta forma, também, desmonta-se a tese da “virada conservadora”, que apesar dos pequenos “deslocamentos” de rota na primeira gestão do governo, permaneceram no mesmo “rio neoliberal” em curso.

### **2.3.3 Os Megaeventos esportivos no centro da política de esporte**

Não podemos falar do Brasil sem inseri-lo no contexto mundial. Afinal, o neodesenvolvimentismo pretendido pelos governos petistas almejavam uma nova alocação do Brasil no cenário internacional. A política externa voltava seus olhos ao hemisfério sul e aos países de economia emergente, onde o Brasil poderia assumir posição de liderança aos seus pares. O país, ao mesmo tempo que se legitimava como porta-voz dos países de capitalismo dependente, também atuava como subimperialista continental. Foi assim no BRICS e no MERCOSUL, respectivamente.

O conjunto de ações econômicas e políticas postulavam o protagonismo brasileiro de questões como o combate a fome ao meio ambiente. Nesse período, o país comandou as forças de segurança e “paz” no Haiti. Demandou, com relativa força, a democratização do Conselho de Segurança da ONU, com a tentativa de assegurar um assento no conselho permanente nas Nações Unidas, assim como, passou a concorrer nas competições interurbanas em busca dos Megaeventos que poderiam agregar valor a essa nova condição emergente que almejava o país. Em pleno século XXI, em meio ao processo de mundialização do capital, o país representava as condições adequadas à consequente necessidade de expansão do capital.

Essa necessidade se torna evidente em períodos de crise do capital. As crises no capitalismo possuem caráter estrutural, porque estão inseridas no próprio modo de produção capitalista que ciclicamente apresenta, cada vez mais, profundas crises de superprodução e superacumulação. Na década de 1980, os países desenvolvidos enfrentam uma crise chamada de reestruturação produtiva, onde “Reduz-se a disposição dos Estados de bem-estar para manter políticas sociais universais e gratuitas, ainda mais face ao aumento significativo de imigrantes” (FERREIRA, 2014, p.07).

Neste cenário que se hegemoniza o modelo neoliberal, já testado no Chile, com Pinochet, e fortalecido na Grã-Bretanha, pela “Dama de Ferro” Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos da América, pelo presidente Ronald Reagan.

[...] os investimentos públicos tornam-se cada vez mais pontuais e exclusivistas, politicamente mais bem-recebidos pelos segmentos de alta renda, em detrimento dos programas sociais estruturais. A economia mundial se financeiriza e se endivida, consolidando um modelo que iria estourar décadas depois, na crise de 2008. A disputa por investimentos torna-se acirrada. No âmbito urbanístico, parques industriais e equipamentos (como estações de trem) tornam-se obsoletos. Os centros urbanos popularizam-se e absorvem milhares de imigrantes; o desemprego bate forte e a crise nas cidades se instaura. A palavra “renovação” urbana soa como música para enfrentar uma situação social que não agrada nem às elites nem aos governantes. O modelo de bem-estar social começa a se esfacelar, dando lugar ao “combate” à chamada “degradação urbana” (FERREIRA, 2014, p.7-8).

Os governos precisavam encontrar solução para combater essa degradação urbana, com projetos que propiciassem a renovação da cidade. As grandes cidades “globais” se inserem num contexto de concorrência para atrair os Megaeventos, com o discurso embutido de atrair investimentos e de acelerar a regeneração urbana. Paris foi berço desse novo modelo.

Paradoxalmente, foi um governo socialista, do francês Mitterand, que inaugurou o que se tornaria uma “solução” para essas áreas: transformá-las por meio da construção de grandes equipamentos culturais (museus, óperas e afins), símbolos arquitetônicos que aquecem o mercado imobiliário e da construção civil, dão um lustre “moderno” à figura do governante, dinamizam o turismo e revigoram o chamado “marketing da cidade”, ao preço de uma forte valorização e elitização. A ideia difundida era a de que os gastos concentrados – muito menores do que políticas sociais em grande escala – gerariam uma “imagem positiva” da cidade, capaz de atrair os fluxos do novo capital financeiro (FERREIRA, 2017, p. 08).

A concorrência intercidades é reflexo de uma nova lógica de se pensar a cidade que começa, então, a tomar forma.

No lugar do ‘interesse comum’, ter-se-ia se entronizado o reconhecimento (da legitimidade) da multiplicidade de interesses. A razão teria cedido o lugar à negociação, enquanto norma geral se apagaria em benefício de acordos caso a caso. O neurbanismo privilegia a negociação e o compromisso em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução *ad hoc* em detrimento da norma (VAINER, 2011, p.12-13).

Na lógica do mercado, a cidade seria o grande local, “a grande empresa” onde se facilitaria os negócios do grande capital. E seguindo essa lógica, “já que a cidade é uma empresa, como tal deve ser conduzida. Por conseguinte, há de ser entregue, sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócios: os empresários capitalistas. As parcerias público-privadas são a nova senha também das cidades” (VAINER, 2011, p.13).

Todo léxico empresarial invade a gestão pública, legitimada por uma aparente capacidade “meritocrática” em gerir empreendimentos de “sucesso”. É a tal da “eficiência”, “eficácia” e “efetividade” a serviço de transformar as cidades em grandes balcões de negócios.

A transposição de conceitos e métodos do planejamento estratégico empresarial, nascido na Harvard Business School, conduziu rapidamente a que cidades fossem, elas também, pensadas como empresas, em competição umas com as outras. 'As grandes cidades são as multinacionais do século XXI', anunciaram os consultores catalães no texto oficial da II Conferência Habitat, realizada em Istambul, em 1996 (VAINER, 2011, p.13).

Nesse âmbito, os Megaeventos são produtos valorizados a serem expostos nas prateleiras. Grandes feiras e exposições, majestosos festivais de música e megaeventos esportivos buscam atingir novos mercados, seja pelo interesse de um produto padronizado de caráter geral, seja pelo interesse de produtos específicos que alcance novos nichos de acumulação.

Não é por acaso que Megaeventos Esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, representam o "Filet mignon" desse segmento, pois além de se referirem ao fenômeno esportivo *per se*, e, portanto, mexer com a dimensão da paixão humana, possuem o acúmulo de disseminação cultural, cujo evento atravessou um século e que se espalhou com capilaridade na maioria dos Estados Nações do globo terrestre.

Percebeu-se então que grandes eventos, sobretudo os esportivos, que movem paixões nacionais, tinham a grande "qualidade" de serem popularmente aceitos. A ideia era associar esses eventos às obras de requalificação urbana desejadas. Assim, ao redor de um grande estádio, de um pavilhão de exposições, começaram a ser erguidos centros de negócios, bairros de alto padrão etc. Operações casadas em que governantes e investidores saíam ganhando, com a vantagem do apoio popular. A Copa do Mundo da Fifa e os Jogos Olímpicos do COI, os megaeventos mais importantes nesse cardápio, passaram a ser disputados ferozmente pelas cidades do mundo (FERREIRA, 2014, p. 09).

A título de ilustração, as principais entidades de administração do esporte que organizam estes dois espetáculos, a Federação Internacional do Futebol (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI), possuem mais países filiados a suas instituições do que a Organização das Nações Unidas (ONU). Tal fato demonstra o poder que exerce o esporte na modernidade. Esse poder carrega, em si, a locomotiva de uma poderosa indústria que envolve o próprio sistema financeiro, a grande mídia e as multinacionais que patrocinam e divulgam o esporte como próprio modelo de sucesso do capitalismo. Um estilo

de vida. Mais que a própria prática em si, a indústria do esporte busca, cada vez mais, consumidores do esporte.

A FIFA<sup>88</sup> divulgou que a Copa do Mundo de 2014 obteve uma audiência mundial de 3,2 bilhões de espectadores, sendo que, destes, 280 milhões de pessoas assistiram online pela internet. Como estratégia de expansão de mercados, a entidade máxima do futebol estabeleceu um rodízio para a escolha entre os países-sedes do evento. Em 2002, tivemos a Copa na Ásia, com dois países como sede, no Japão e na Coreia do Sul; 2006 na Europa, com Alemanha recebendo as partidas; o continente africano recebeu a Copa de 2010 na África do Sul; e em 2014, foi a vez do Brasil e da América do Sul. A estratégia de levar a Copa para a Rússia, em 2018, e para o Catar, em 2022, revela também como parte dessa estratégia, ao apostar no revezamento entre países com tradição no esporte e outros com grande mercado inexplorado.

Recente estudo capitaneado pelo Ministério do Esporte, o Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE, 2015) demonstra que 45,1% da população brasileira não praticou esporte nem atividade física no ano de 2013. O IBGE (2017) também fez um estudo<sup>89</sup> intitulado Práticas de Esporte e Atividade Física, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), e constatou que, considerando apenas a população acima de 15 anos, apenas 37,9% dos brasileiros praticaram alguma atividade física ou esporte, ou seja, 62,1% são sedentários.

Para a indústria esportiva é mais importante fidelizar um consumidor do que incentivar a prática esportiva como estilo de vida. Esse apartamento entre

---

<sup>88</sup> Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2015/12/fifa-divulga-numeros-de-audiencia-da-copa-de-2014-mais-de-1-bi-na-final.html> Acesso em: 10 de jun. 2017.

<sup>89</sup> “O Suplemento de Práticas de Esporte e Atividade Física da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015 investigou as pessoas moradoras de 15 anos ou mais de idade, em seu tempo livre, no período de referência de 365 dias (de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015), com o objetivo de mensurar aquelas que praticaram algum esporte ou atividade física no período considerado, bem como a sua percepção quanto a isso. [...] A pesquisa permitiu identificar o tipo de esporte ou atividade física realizado; sua motivação; o local onde era praticado; a frequência; a duração; e a participação em competições, entre outros aspectos relacionados. Para as pessoas que informaram não realizar qualquer esporte, perguntou-se o motivo de não o fazerem, bem como se o haviam praticado anteriormente, caso em que buscou-se conhecer a modalidade do esporte então praticado; a idade em que deixaram de praticá-lo; e a causa de sua interrupção” (IBGE, 2017).

o que se consome e o que se vive é mais um aspecto das grandes metrópoles. O capital se apropria da cidade, e em seu interior, do próprio esporte.

O repertório da mercantilização urbana distribuído por agências multilaterais e consultores internacionais não é muito variado: competição interurbana, marketing de cidade, favores e benefícios aos capitais globais, parceria público-privadas e gestão empresarial da cidade. Grandes projetos com forte apelo simbólico (grandes museus, por exemplo), megaeventos esportivos e exposições internacionais compõem com monótona regularidade em estratégias que, paradoxalmente, não se cansam de proclamar sua originalidade e criatividade. Mas, sem dúvida, trata-se de negócio, e não de arte, quando se constroem novos e majestosos museus. Assim como se trata de negócio, e não de esporte, quando se organizam Jogos Olímpicos e Copas do Mundo de Futebol (VAINER, 2011, p.14).

Acontece que a cidade pensada desta maneira impacta a vida das pessoas que nela moram. Uma das principais consequências da falada modernidade urbana é a gentrificação. Gentrificação é o nome que se dá ao processo higienista de aburguesamento de determinados territórios da cidade. A conclusão de obras de regeneração urbana, de mobilidade, infraestrutura, construção de equipamentos esportivos, entre outras, é acompanhada da valorização, por meio de especulação imobiliária das áreas “regeneradas”, expulsando os moradores mais pobres, seja pela alta dos preços das condições gerais de moradia daquele lugar (aluguel, supermercado, transporte, serviços), seja por remoção acordada ou “compulsória”<sup>90</sup> de todos e de tudo aquilo que esteja no caminho para a concretização do projeto precisa ser retirado, isso inclui pessoas, moradias e construções.

Nesse contexto, a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 aporta no Brasil, prometendo trazer melhorias e investimentos para as cidades sedes, além de deixar um legado esportivo, ou seja, proporcionando que as cidades hospedeiras da Copa se tornem cidades esportivas, conectadas com o mundo e com o bem-estar das pessoas. Então, a promessa se firma em torno da garantia que a Copa do Mundo vai proporcionar ao Brasil e, principalmente, às 12 cidades-sedes, a democratização do acesso ao direito ao esporte e com ele uma série de benefícios.

---

<sup>90</sup> No capítulo 3, será falado sobre esse processo ocorrido especificamente na Copa do Mundo de Futebol 2014.

Dessa forma, o próximo capítulo inicia-se com a pergunta: A Copa do Mundo é nossa? A pergunta, parodiada da canção a “Taça do Mundo é Nossa”, busca a reflexão acerca dos sentidos e significados da realização e organização desse Megaevento, e se isso efetivamente se reverte como um ganho aos brasileiros e brasileiras, a ponto de dizer com convicção: Essa Copa é Nossa! Para tanto, segue-se à análise.

## **CAPÍTULO 3 – A Pátria de Chuteiras e as Ações Governamentais para a Copa**

Este capítulo apresenta uma análise sobre as Ações do Governo Brasileiro para a Copa FIFA 2014, a partir da configuração e abrangência da política de esporte e lazer acerca do financiamento e participação do Fundo Público para a concretização da Copa do Mundo e suas relações com o esporte e lazer como direito em tempos de realização de uma série de Megaeventos Esportivos no país. A Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014, um Megaevento Esportivo, foi realizado em 12 cidades-sedes, em território brasileiro. O Brasil, conhecido mundialmente como o País do Futebol, em tempos de Copa do Mundo, a publicidade governamental reforça o sentimento nacional e se transforma na Pátria de Chuteiras!

### **3.1. A Copa do Mundo é nossa?**

“A taça do mundo é nossa<sup>91</sup>  
Com brasileiro não há quem possa  
Êh eta esquadrão de ouro  
É bom no samba, é bom no couro”

(“A Taça do Mundo é Nossa”, Mauro Müller, Maugeri Sobrinho e Victor Dagô)

É com certa dose de ufanismo e ansiedade, que o brasileiro fala da Copa do Mundo. Resgatando o que foi problematizado no primeiro capítulo, não se trata de um mero evento, se trata de uma paixão que se renova a cada 4 anos. A Copa do Mundo de Futebol FIFA é, para o brasileiro, chamada de “Copa do Mundo”. Não precisa especificar o esporte, muito menos a instituição. A seleção brasileira, a camisa canarinho, os jogadores, a própria bandeira nacional, todos estes elementos convertem-se na própria “pátria de chuteiras”.

A transformação do time da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em “seleção brasileira”, ou simplesmente em “Brasil”, envolve um processo de investimento simbólico realizado ao longo de algumas décadas e cuja atualização ocorre, de forma mais intensa,

---

<sup>91</sup> “A Taça do Mundo é Nossa” é a música-tema da conquista da Copa do Mundo de Futebol FIFA de 1958 realizada na Suécia. Composta por Mauro Müller, Maugeri Sobrinho e Victor Dagô, a canção refletia uma espécie de “redenção” aos brasileiros após a traumática derrota de 1950 em terras brasileiras.

nos períodos que antecedem às copas ou competições equivalentes. A cada quatro anos, uma nova leva de brasileiros aprende que o time da CBF é o Brasil e é instigada a torcer por ele. A força do time da CBF – apresentado, acreditado e vivido – como a seleção brasileira deriva do fato de que os brasileiros – se não todos, a grande maioria deles – são envolvidos emocionalmente com ele. O Brasil não é o único país no qual um time de futebol foi alçado a símbolo da nação, mas o fato de que não tenhamos um histórico belicoso, de onde a nação pinça boa parte de seus heróis e narrativas épicas, faz do time da CBF uma unanimidade ou quase (DAMO; OLIVEN, 2013, p. 20).

O “quase” apresentado pelos autores revela algo importante. Em meio a essa “quase” unanimidade, aparecem, num viés contra-hegemônico, posições contestadoras dessa condição. Na primeira metade do século XX, alguns sindicatos questionavam a inserção dos trabalhadores nos times de futebol da fábrica, como forma de cooptação dos patrões<sup>92</sup>. O posterior fortalecimento da relação Estado e Esporte fez com que, ao passo que a ideologia dominante encontrasse no Futebol campo fértil para sua disseminação, era nesse mesmo campo contraditório que a ideologia antagônica, no caso do Brasil à esquerda, engendrou seus protestos e contestações.

Partimos do pressuposto de que o futebol, assim como outros fenômenos sociais de grande abrangência, tornou-se um espaço de ampla interlocução política. Capaz de atrair a atenção de milhões de espectadores e consumidores, o esporte se mostrou, especialmente no contexto da ditadura, um ambiente altamente propício para a reprodução das tensões ideológicas presentes no imaginário político brasileiro. Além de favorecer a disseminação das ideologias governamentais, sobretudo pela veiculação da seleção brasileira via propaganda oficial, o universo do futebol também possibilitou que as ideologias da esquerda fossem publicizadas, mesmo que individualmente, por meio das atitudes dos jogadores simpatizantes do ideário progressista disseminado na juventude do país (COUTO, 2010, p. 2-3).

Como exemplos, Couto (2010) busca na época de recrudescimento da ditadura militar (1970-1978) como isso ocorria. Após a conquista do tricampeonato mundial de 1970, a intervenção militar na comissão técnica campeã ficou marcada pela aliança entre o futebol-arte e a “modernização” do treinamento esportivo. Zagallo, técnico do escrete campeão, voltou para o seu clube, o Botafogo, com grande legitimidade, símbolo “de organização e eficiência, “marcas substanciais incorporadas pelo novo futebol brasileiro”.

---

<sup>92</sup> Como já vimos no capítulo 1, através de Filho (2010).

Ao buscar impor a mesma linha no clube carioca, entrou em conflito com o jogador Afonsinho, que usava barba e cabelos grandes, bem fora dos “padrões” aceitáveis. Zagallo, então, o proibiu de treinar. O referido autor considera que “Afonsinho suscitou no técnico os sinais do autoritarismo de coloração verde oliva por ele incorporados durante a epopéia mexicana: o jogador ficaria proibido de treinar com seus companheiros enquanto não se apresentasse com a aparência ‘adequada’” (COUTO, 2010, p. 4).

Com a liberdade atacada, Afonsinho confrontou o treinador. A questão logo se tornou uma questão disciplinar, passando para a alçada da diretoria do clube, atraindo, dessa forma, a atenção de grande parte da imprensa esportiva do país. A atitude contestatória desafiava não apenas a autoridade do treinador do Botafogo, mas toda a ordem que se instaurava no futebol brasileiro naqueles tempos.

Ao longo da década de 1970, a invasão dos militares no cenário futebolístico introduziu e incentivou uma variada gama de práticas autoritárias que se desenvolveram desde o comando da seleção brasileira até as concentrações dos clubes. Tais ações, aliadas ao processo de modernização da Educação Física, inspiraram transformações radicais no cotidiano das equipes: a partir de então, os modelos de treinamento físico e técnico, a medicina esportiva, a nutrição e a preparação psicológica deveriam somar esforços para a formação e a “manutenção” do “atleta de futebol”. Paralelamente à especialização dos profissionais ligados ao futebol, o crescente enrijecimento das regras disciplinares, que invadiam a rotina de trabalho e até a vida privada do jogador, encontrava respaldo nos discursos oficiais e, sobretudo, em grande parte da imprensa, legitimando, de fato, a cristalização do ethos autoritário no futebol brasileiro (COUTO, 2010, p. 4-5).

O autor sintetiza bem o cenário da época: “o clube ganhava feições de quartel, o jogador de futebol assumia a fisionomia de soldado (COUTO, 2010, p. 4)”. Proibido, por esse episódio, por meio da Lei do Passe, de se transferir para outro clube, o jogador lutou na justiça pela “Lei do Passe Livre”, tendo logrado vitória. O caso o alçou como uma figura de referência da esquerda no futebol e para fora dele. Afonsinho passou a representar a rebeldia contra o poder dominante (cartolas, clubes e governo), e posteriormente se insere em lutas mais amplas.

No entanto, o ambiente do futebol permaneceu hegemonicamente conservador, as entidades de organização do esporte se fortaleceram

economicamente e mantiveram o monopólio dos poderes iminentes da paixão do futebol. E é justamente alicerçada nessa mescla entre sentimento e razão que se encontra no Brasil o cenário propício para o “negócio da china”: a organização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil.

Sediar uma copa do mundo de futebol é muito diferente de participar dela. A constatação, um tanto óbvia, precisa ser tratada com atenção pois a diferença pressupõe modalidades distintas de engajamento do Estado-nação, com implicações econômicas, políticas e culturais muito diferentes. Em linhas gerais pode-se dizer que a participação na copa implica a mobilização da nação, enquanto comunidade de sentimento que se projeta no time que a representa, ao passo que a realização do evento compromete o Estado, parceiro da FIFA na organização da competição (DAMO; OLIVEN, 2013, p. 20).

Quando, em outubro de 2007, o Brasil foi anunciado como país sede da Copa do Mundo de Futebol, grande parcela do povo brasileiro se entusiasmou junto. A mídia transmitiu ao vivo a decisão da cúpula da FIFA. Abraçados e chorando estavam, lado a lado, o ex-presidente Lula; o ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; do Distrito Federal, José Roberto Arruda; do Goiás, Alcides Rodrigues; de Minas Gerais, Aécio Neves; de São Paulo, José Serra e mais 5 governadores, que entravam na disputa para que suas capitais fossem sedes do evento. Também estavam o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, celebridades, como o escritor Paulo Coelho, e os ex-jogadores campeões mundiais, Romário e Dunga.

Desde que o Brasil apresentou sua candidatura para sede da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, o ex-presidente Lula (2003-2010) mostrou-se como um entusiasta desta empreitada. Lula aliou sua política de governo, com pretensões “neodesenvolvimentistas” e de reposicionamento do país no cenário internacional, com o inegável carisma popular (de flerte demagógico e populista) de se apresentar para a população como um operário simples, torcedor do futebol brasileiro. Posicionamento que ficava evidente na figura do presidente-torcedor, que se utilizou do futebol como metáfora nos discursos oficiais e como recurso linguístico para se aproximar das camadas mais populares. Lula “assumia-se mais torcedor do que presidente. Além de ter produzido identificação popular, este tipo de discurso, opinativo e apaixonado, teve também implicações na esfera da ação política, sobretudo, quando

observamos os programas e ações de seu governo no setor esportivo” (MASCARENHAS; SILVA; SANTOS, 2014, p. 508-509).

Foi com a determinação de um torcedor apaixonado que Lula pautou as ações de seu governo para o setor esportivo, com destaque para a transformação do Estado em principal parceiro das entidades de administração do futebol no país. Tal parceria ficou evidente, principalmente, a partir da retomada do diálogo com a CBF quando da organização do amistoso da Seleção Brasileira no Haiti, realizado em 2004, e da decisão de sediar a Copa do Mundo FIFA 2014, anunciada em 2007 (MASCARENHAS; SILVA; SANTOS, 2014, p 509).

No discurso oficial, no dia que o Brasil foi escolhido como país sede da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, Lula (2007) atenta para a responsabilidade de se organizar uma Copa do Mundo, mas também da envergadura da conquista que colocava o Brasil nos holofotes do mundo:

Eu dizia ao presidente Blatter, antes de começar esta reunião, que o fato de o Brasil ter sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014 era motivo de muita alegria e de muita festa mas, sobretudo, era motivo para que nós regressássemos ao Brasil sabendo o que está pesando nas nossas costas: muito mais responsabilidade do que quando nós chegamos aqui. Realizar uma Copa do Mundo é uma tarefa imensa, é uma tarefa, eu diria, incomensurável, mas se o Brasil já foi capaz de realizar uma, em 1950, quando eu tinha apenas quatro anos e seis meses de idade, imagine o que o Brasil não pode fazer quando eu já terei 69 anos de idade. Portanto, poderemos fazer essa Copa do Mundo.<sup>93</sup>

O Brasil é o país que mais conquistou a Copa do Mundo. Após 5 tentativas frustradas (1930, 1934, 1938, 1950 e 1954), a Seleção Brasileira conquistou logo um bicampeonato (1958 na Suécia e 1962 no Chile), para depois ser derrotado, em 1966, na Inglaterra, e conquistar de vez o mundo, em 1970 no México, se tornando efetivamente uma potência no esporte reconhecido mundialmente. Nos anos de 1974, 1978, 1982, 1986 e 1990, foram cinco edições em que o escrete canarinho não logrou levar o título de melhor futebol do mundo. Os anos de 1994, nos EUA, e 2002, no Japão e na

---

<sup>93</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. Zurique-Suíça, 30 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/30-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-anuncio-do-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-de-2014>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.

Coréia, completam a galeria de taças da seleção de futebol que mais acumulou conquistas. Mas não obteve mais sucesso nas edições de 1998, na França, 2006 na Alemanha, 2010 na África do Sul e 2014 no Brasil.

Em 1950, foi a primeira e única vez que o Brasil havia organizado uma Copa do Mundo. Para o evento, foi construído o até então maior e mais importante Estádio do Futebol do Mundo, um Coliseu do Esporte moderno, com capacidade para 200 mil torcedores: o Maracanã. A final, entre Uruguai e Brasil teve como marca oficial 199.854 torcedores, recorde de pessoas em uma partida da Copa do Mundo em todas as edições. O envolvimento da população, movido pela paixão pelo esporte, foi grande. E os jogos disputados ocorreram com os Estádios Lotados. Na ocasião, foram seis as cidades sedes: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2014, a FIFA elegeu 12 cidades sedes: Brasília (DF), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Belo Horizonte (BH), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Recife (PE), Natal (RN), Fortaleza (CE). Essas cidades foram escolhidas de um grupo de 18 cidades candidatas: Campo Grande (MS), Goiânia (GO), Florianópolis (SC), Rio Branco (AC) e Belém (PA). Anteriormente, quatro outras cidades tinham demonstrado interesse em sediar os jogos da Copa do Mundo: Campinas (SP), João Pessoa (PB) e Teresina (PI), que foram eliminadas em um primeiro momento, e Maceió (AL), que acabou por desistir de se candidatar.

Esse panorama demonstra bem a concorrência intercidades. Cidades ávidas para que o evento pudesse trazer consigo investimentos e ainda se reafirmarem enquanto referências mundiais e locais. Cada cidade sede colocou em sua candidatura o compromisso de organizar o evento nos moldes que a FIFA determinava, dispondo de recursos, apoio logístico e, inclusive, sustentação legal e jurídica para o bom desenvolvimento do mesmo. Essa pactuação se materializou na Matriz de Responsabilidades, com o objetivo de definir as responsabilidades dos signatários (União, Estados e municípios) para a execução de medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização para a Copa das Confederações FIFA 2013 e para a Copa do Mundo FIFA 2014. As áreas que compuseram a Matriz de Responsabilidades foram:

aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios, segurança, telecomunicações e turismo.

Além das cidades sedes, algumas cidades abrigaram os Centros de Treinamento de Seleções (CTS), que funcionaram como “quartéis gerais” de cada uma das 32 seleções nacionais que disputaram a Copa do Mundo. Os CTS reuniram um conjunto de equipamentos (Campos de futebol, vestiários, academia de ginástica, área de lazer, etc.) e serviços (hospedagem, hotelaria, alimentação, logística) que garantiu conforto, segurança e praticidade às equipes. O estado que teve a maior concentração de CTS foi São Paulo, com 15 equipes, quase metade das seleções participantes. Em segundo lugar, vem o Rio de Janeiro com 4 seleções, em seguida com 3 equipes cada uma, os estados de Minas Gerais e da Bahia. Paraná e Espírito Santo receberam duas delegações cada e Rio Grande do Sul, Alagoas e Sergipe uma cada. O quadro abaixo permite uma melhor visualização da distribuição dos CTS, pelas cidades e Estados brasileiros.

Quadro 2 – Centro de Treinamento de Seleções, por Cidades e Estados.

<b>Seleção nacional</b>	<b>Cidade do CTS</b>	<b>Estado do CTS</b>
Equador	Viamão	RS
Coreia do Sul	Foz do Iguaçu	PR
Espanha	Curitiba	
Brasil	Teresópolis	RJ
Holanda	Rio de Janeiro	
Inglaterra	Rio de Janeiro (RJ)	
Itália	Mangaratiba (RJ)	
Argentina	Vespasiano	MG
Chile	Belo Horizonte (MG)	
Uruguai	Sete Lagoas (MG)	
Estados Unidos	São Paulo	SP
Honduras	Porto Feliz	
México	Santos	
Costa Rica	Santos	
Colômbia	Cotia	
Irã	Guarulhos	
Japão	Itu	
Bélgica	Mogi das Cruzes	
Bósnia e Herzegovina	Guarujá	
Portugal	Campinas	
França	Ribeirão Preto	
Rússia	Itu	
Argélia	Sorocaba	
Costa do Marfim	Águas de Lindoia	
Nigéria	Campinas	
Austrália	Vitória	ES

Camarões		
Suíça	Porto Seguro	BA
Alemanha	Santa de Cruz de Cabralia	
Croácia	Mata de São João	
Grécia	Aracaju	SE
Gana	Maceió	AL

**Fonte:** Elaboração própria.

Com a eleição da Copa 2014 no Brasil, com a definição das cidades-sedes e dos Centro de Treinamento de Seleções, da mascote Fuleco<sup>94</sup> e demais produtos registrados pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), o evento se encaminhava para sua realização. A “franquia” conquistada pelo Governo brasileiro agora precisava dar materialidade aos compromissos firmados para a execução da competição. Afinal, a Copa do Mundo é de quem e para quem?

Quais as relações que estão para além da aparência? Para além da ponta do iceberg? Qual o papel do governo brasileiro nesse processo? Qual a configuração e abrangência dos direitos e benefícios dessas ações governamentais para a população brasileira? Qual a configuração do financiamento e dos gastos? A análise do Programa Copa 2014, que se refere às “Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014”, oferecem algumas respostas.

### **3.2. Programa Copa 2014: Análise das Ações do Governo Brasileiro**

No discurso governamental oficial, nas palavras do então Ministro Orlando Silva, para além do fator esportivo, os Megaeventos “são reconhecidamente uma oportunidade para catalisar planos de investimentos que tenham por objetivo melhorar a infraestrutura e as condições de vida da sociedade (SILVA, 2011. p.3)”.

O ministro complementa:

<sup>94</sup> Os brasileiros tiveram a oportunidade de eleger, a partir de uma “votação” no site da FIFA, o mascote oficial da Copa, um simpático tatu-bola, a partir de uma lista tríplice: Fuleco (mescla das palavras futebol e ecologia, Zuzeco (junção de azul e ecologia) e Amijubi (amizade e júbilo). Os fonemas dos nomes disponibilizados causaram “estranheza”. Fuleco foi o nome ganhador. O mascote foi muito utilizado pelos grafiteiros em protestos contra a Copa.

A Copa do Mundo é, portanto, mais do que organizar jogos de futebol. O país acolheu essa tarefa compreendendo seu caráter estratégico para consolidar uma perspectiva de crescimento econômico de longo prazo, tendo como ponto de partida o bom momento econômico que o país atravessa. Além do investimento em infraestrutura, os grandes eventos esportivos fortalecem a imagem do país no cenário externo. Essa perspectiva era bastante diferente em 1950, quando organizamos nossa primeira Copa. Naquele momento nem sequer havia transmissão televisiva. E aos olhos do mundo não havia uma identificação tão forte entre Brasil e futebol. Pelo menos essa percepção não era disseminada, como é hoje. Teremos a oportunidade de promover nossa cultura e diversidade quando a atenção de 30 bilhões de espectadores (audiência acumulada) estará voltada para nós. Um espaço gigantesco a ser preenchido de forma organizada para reafirmarmos a imagem de um país vibrante, democrático, e que dá passos largos em busca de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. (SILVA, 2011, p. 3-4).

Interessante notar os argumentos que o Governo Brasileiro levanta para justificar uma participação efetiva na realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014: 1. O evento esportivo em si; 2. Investimentos em infraestrutura; 3. Fortalecimento da imagem do país; 4. Promoção da nossa cultura e diversidade (turismo); 5. No âmbito das relações internacionais, mostrar-se um país democrático que combina desenvolvimento social justo e ambientalmente sustentável.

O Governo Brasileiro quer levar a crer que a realização da Copa 2014 trará para o país um legado de desenvolvimento urbano e social. Para tanto, o Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Esporte, lança o **Programa Copa 2014**, que conjuga e articula todas as iniciativas governamentais em torno da realização desse evento e que trata das **Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014**. Percebe-se, portanto, que visto o caráter contraditório, não é simples compreender essas ações como políticas públicas, que dirá políticas sociais.

Segundo a definição de Pereira (2008, p. 95), uma política pública deveria ter um caráter público, sob-responsabilidade de uma autoridade pública e sob controle da sociedade, que vise concretizar direitos sociais, guiando-se pelo princípio de interesse comum e da soberania popular e que se destine à satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada.

O Programa Copa 2014 não atende esses quesitos, mas de fato é uma política estatal pública, que no discurso apresenta atender interesses públicos,

mas, na essência, “joga” pelos interesses privados. Dessa forma, pretende-se analisar o desenho institucional do Programa Copa 2014: Ações do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014, parte de: 1. Garantias Governamentais; 2. Marcos legais; 3. Fundo Público e Financiamento da Copa do Mundo: Gastos Orçamentários, Gastos Tributários e Matriz de Responsabilidade com as cidades sedes.

### **3.2.1 Configuração e Abrangência dos direitos e benefícios**

Para verificarmos o aspecto da “**Configuração e abrangência dos direitos e benefícios**”, observando como indicador “a natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados” e o indicador “Abrangência”, nos termos de Boschetti (2009), analisaremos a questão das Garantias Governamentais e marcos regulatórios legais.

As **Garantias Governamentais** foram os compromissos ratificados do Governo Brasileiro assumido para assegurar serviços e isenções para garantir a plena execução da organização da Copa. São 11 as Garantias Governamentais:

**1. Permissões para Entrada e Saída do País** – “sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, dispõe sobre os vistos de entrada e as permissões de saída do país para os membros das delegações da FIFA e de seus parceiros comerciais e operacionais, bem como espectadores portando ingressos, que deverão ser incondicionalmente concedidos” (BRASIL, 2011, p.7). Nenhuma alteração da legislação do país precisou ser realizada, pois já está contemplada no Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980).

**2. Permissões de Trabalho** – “sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, dispõe sobre emissão incondicionada de permissões de trabalho para estrangeiros, bem como sobre a suspensão de qualquer legislação brasileira que possa restringir aos membros das delegações da FIFA e de seus parceiros comerciais e operacionais de exercerem suas atividades relacionadas à Copa” (BRASIL, 2011a, p.7).

Para o cumprimento dessa garantia, foi promulgada a Lei Geral da Copa, ou seja, já nessa segunda garantia, o país abre mão de sua legislação local de forma incondicional para beneficiar a FIFA e seus parceiros comerciais, mas ainda restam 9 garantias.

**3. Direitos Alfandegários e Impostos** – “sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, dispõe sobre a garantia de que importação e exportação de bens, necessárias para a organização da Copa, serão permitidas e estarão isentas dos impostos cobrados por autoridades federais, estaduais ou locais ou por quaisquer outras autoridades ou órgãos no Brasil” (BRASIL, 2011a, p.9). Para atendimento desta garantia, foi elaborada uma legislação específica, a Lei 12.350/2010<sup>95</sup>.

**4. Isenção Geral de Impostos para a FIFA** – “sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, dispõe sobre a concessão de isenção geral de impostos à FIFA e seus parceiros comerciais e operacionais. Para cumprimento integral desta garantia, foi elaborada legislação específica, a Lei 12.350/2010” (BRASIL, 2011a, p. 9).

Essas duas últimas garantias apresentam um claro desrespeito ao dinheiro público do país e à indústria nacional, já que isenções de impostos incidem diretamente na composição geral do orçamento público da União e interno em consequência no orçamento das políticas sociais, como será discutido no capítulo 4.

**5. Segurança e Proteção** – “sob responsabilidade do Ministério da Justiça, assegura à FIFA que todas as providências necessárias serão tomadas no que se diz respeito à garantia de segurança da Copa, bem como das pessoas com ela envolvidas” (BRASIL, 2011a, p. 9).

Respaldados legalmente na Constituição Federal, no Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003) e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990). O aparato repressor do Estado fica a serviço dessa entidade privada, outra clara violação da soberania popular.

**6. Bancos e Câmbio** – “sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, assegura a irrestrita entrada e saída de moedas estrangeiras do Brasil, assim

---

<sup>95</sup> Essa Lei está detalhada no Quadro 3, mais abaixo no texto.

como a troca e conversão irrestritas destas moedas para dólares dos Estados Unidos, Euros ou Francos Suíços, para a FIFA e seus parceiros comerciais e operacionais” (BRASIL, 2011a, p. 9).

Legislação contemplada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.568/2008, pelo Decreto 42.820/1957, e pela Lei 9.069/1995.

**7. Procedimentos de Imigração, Alfândega e Check-In** – “sob responsabilidade dos Ministérios da Fazenda, Justiça e Defesa, assegura tratamento prioritário no que se diz respeito aos procedimentos de Imigração, Alfândega e Check-In a membros e dirigentes da FIFA, das confederações e associações da FIFA, dirigentes de jogos e às equipes” (BRASIL, 2011a, p. 9).

Legislação contemplada pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), e regulamentada pelos Ministérios das Relações Exteriores e do Trabalho e Emprego (via Conselho Nacional de Imigração) junto à Polícia Federal para atender a agilidade requerida. Para uma instituição como a FIFA, acusada internacionalmente de corrupção e evasão de divisas<sup>96</sup>, é no mínimo suspeito essas duas últimas garantias estarem entre as 11.

**8. Proteção e Exploração de Direitos Comerciais** – “sob responsabilidade dos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Cultura e da Ciência e Tecnologia. Trata-se de direitos comerciais relacionados aos eventos, inclusive no que se diz respeito ao registro de marcas, “marketing de emboscada”, propriedade intelectual, entre outros” (BRASIL, 2011a, p.9). Outra garantia contemplada na Lei Geral da Copa.

**9. Hinos e Bandeiras Nacionais** – “sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, assegura que os hinos e as bandeiras nacionais de todos os países participantes das competições serão reproduzidos e hasteadas antes de cada jogo dos quais participem” (BRASIL, 2011a, p.9). Contemplada na Lei 9.615/98 (Lei Pelé) e em suas alterações.

---

<sup>96</sup> A origem e desenvolvimento da FIFA e da CBF, organizações de administração do futebol, serão alvo de problematização no próximo capítulo, inclusive o envolvimento da entidade e de seus principais dirigentes em uma complexa rede de corrupção.

**10. Indenização** – “sob responsabilidade da Advocacia Geral da União (AGU), assegura todas as providências necessárias no sentido do Brasil garantir indenização à FIFA decorrentes de todos os eventos relacionados à organização e realização da Copa” (BRASIL, 2011a, p .9).

Contemplada na Lei Geral da Copa. Outra excecência, pois caso o evento desse prejuízo, o Governo Brasileiro teria que indenizar a FIFA. No entanto, a FIFA fica isenta de pagar qualquer indenização, imposto ou parte dos lucros advindo da Copa. É seguramente o público jogando a favor do privado.

**11. Telecomunicações e Tecnologia da Informação** – “Sob responsabilidade do Ministério das Comunicações, assegura que será disponibilizada à FIFA e demais usuários uma rede de infraestrutura de telecomunicações que atenda aos requisitos da FIFA e que esteja de acordo com as mais avançadas tecnologias da área.”

Apesar de contemplada na Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997), necessitam de diligências junto ao Ministério das Comunicações e à ANATEL para a homologação de equipamentos, licenciamentos de uso de espectro e outras ações na área de telecomunicações.

Matias e Mascarenhas (2017, p. 92) atentam que a tomada dos megaeventos na agenda pública brasileira provocou a concretização de uma reestruturação do Ministério do Esporte (ME), por meio do Decreto nº 7.529 de 2011 que estabeleceu a fusão das secretarias que desenvolviam os programas sociais (PST e PELC/VS) do ME, o que originou a Secretaria Nacional de Esporte Lazer e Inclusão Social (SNELIS).

Esse reordenamento foi necessário para garantir espaço institucional para a criação da Secretaria Nacional do Futebol e Direitos do Torcedor (SNFDT), que além de ficar responsável pelas ações ligadas ao Estatuto do torcedor e abrigar o setor responsável pela Lei de Incentivo ao Esporte, assumiu a tarefa de criar uma estrutura específica para organizar a Copa do Mundo de Futebol 2014.

Essa estrutura foi revogada em 07 de agosto de 2012, pelo decreto 7.784, e foram criadas a Autoridade Pública de Governança do Futebol –

APFUT<sup>97</sup> ligada à SNFDT e a Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos, respondendo à Secretaria Executiva do ME com as seguintes funções:

- I - Assessorar e apoiar o Secretário-Executivo no planejamento e coordenação dos grandes eventos esportivos;
- II - Assessorar a Secretaria-Executiva na realização dos projetos relacionados à organização dos grandes eventos esportivos;
- III - Auxiliar na integração entre órgãos públicos e privados em todas as esferas governamentais envolvidos com os grandes eventos esportivos;
- IV - Estruturar e coordenar o funcionamento de grupos temáticos relacionados à realização dos grandes eventos esportivos;
- V - Propor e fomentar estudos, pesquisas e inovações voltados para a realização dos grandes eventos esportivos;
- VI - Estimular a realização de eventos nacionais e internacionais, ligados ao esporte;
- VII - Estimular setores da indústria, comércio e serviços voltados aos grandes eventos esportivos;
- VIII - Estimular parcerias entre entidades governamentais e agentes privados buscando garantir legados esportivos; e
- IX - Contribuir para assegurar a conformidade das ações às normas governamentais brasileiras e às exigências das organizações esportivas supervisoras dos eventos.

Em 2016, essa Assessoria Extraordinária foi revogada pelo Decreto nº 8.829 que, posteriormente, foi substituída pela Decreto nº 8.782, de 1º de junho de 2016, e, em seguida, pelo Decreto nº 8.829, de agosto de 2016. Dessa forma, as ações relacionadas a megaeventos ficaram diluídas nas demais assessorias especiais, como a de Integração Institucional e a Secretaria Executiva no ME.

Paralelamente ao reordenamento institucional do Ministério do Esporte, o Governo Federal criou o Comitê Gestor da Copa FIFA 2014 (CGCOPA), cuja atribuição era estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como supervisionar os trabalhos do grupo executivo (GECOPA).

---

<sup>97</sup> “tem por finalidade fiscalizar e disciplinar o cumprimento das condições de manutenção no Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, instituído pela Lei 13.155, de 04 de agosto de 2015”.

O advento da Copa para o Brasil e o conseqüente cumprimento das Garantias Governamentais levou uma reordenação do regime jurídico, produzindo, na dimensão administrativa, uma “institucionalidade amigável à FIFA, em que foram criadas instâncias específicas e privilegiadas de negociação e foram previstas inúmeras facilidades na tramitação dos processos de licenciamento dos parceiros-FIFA” (CAFRUNE, 2016, p. 233).

Cafrune aponta que o impacto não se deu somente em nível federal, mas repercutiu nos Estados e Municípios, levando também a um reordenamento no regime jurídico, na dimensão econômica, onde

Os investimentos em obras de grande impacto urbanístico foram financiados por gastos públicos diretos, isenções a particulares, endividamento público, doações de imóveis e transferência de índices construtivos gratuitos”. E também na dimensão política, onde “a legislação aprovada evidenciou a adesão dos gestores ao modelo de planejamento urbano empreendedorista (CAFRUNE, 2016, p. 233).

No quadro abaixo, foi disposto o marco legal em âmbito federal, seguido da sua caracterização, no intuito de problematizar as conseqüências concretas advindas dessa nova legislação.

Quadro 3 – Marco legal e caracterização.

<b>Marco legal</b>	<b>Caracterização</b>
Decreto Presidencial de 14 de janeiro de 2010, alterado pelos Decretos Presidenciais de 07 de abril de 2010, de 06 de setembro de 2010 e de 26 de julho de 2011	Fica instituído o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 - CGCOPA, cuja atribuição é estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como supervisionar os trabalhos do grupo executivo – GECOPA.
Medida Provisória 496/2010, que resultou na Lei 12.348 <sup>98</sup> sancionada pelo Presidente da República em 15 de dezembro de 2010	Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União e sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União; transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ.
Medida Provisória 497/2010, que resultou na	Dispõem sobre medidas tributárias referentes à realização, no

<sup>98</sup> Altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.711, de 20 de novembro de 1998, 11.483, de 31 de maio de 2007, 9.702, de 17 de novembro de 1998, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 9.469, de 10 de julho de 1997; e dá outras providências.

<p>Lei 12.350<sup>99</sup>, em 20 de dezembro de 2010. Alterada pela Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014<sup>100</sup>. Decreto nº 7.319/2010</p>	<p>Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.</p>
<p>Decreto nº 7.578/2011</p>	<p>Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol – RECOPA, de que tratam os artigos. 17 a 21 da Lei no 12.350, de 20 de dezembro de 2010. (Redação dada pelo Decreto nº 7.525, de 2011).</p>
<p>Decreto nº 7.525/2011</p>	<p>Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.</p>
<p>Lei Geral da Copa, <u>Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012.</u></p>	<p>Altera para RECOPA a sigla do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol, a que se refere o Decreto no 7.319, de 28 de setembro de 2011.</p>
	<p>Trata de medida legislativa específica voltada para a Copa, e terá como objetivo regulamentar todas as questões previstas nas Garantias Governamentais que não se referem à matéria tributária. Assim, o Projeto de Lei Geral aborda questões relativas à emissão de vistos, permissões de trabalho, limites de exploração e proteção de direitos comerciais, responsabilidades da União (responsabilidade civil), preços de ingressos, bem como questões relativas ao limite da responsabilidade da União de indenizar a FIFA em caso de sinistros durante a Copa.</p>

**Fonte:** Elaboração própria.

O primeiro Marco Legal, 12.348/2010, instituiu o Comitê Gestor da Copa, responsável de articular e conduzir todas as atividades governamentais referentes à Copa do Mundo FIFA 2014, abrangendo todas as medidas necessárias à preparação e à realização da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, possuindo as seguintes funções:

1. Estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano a que se refere o inciso I;

<sup>99</sup> altera as Leis nºs 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.887, de 18 de junho de 2004, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010, os Decretos-Leis nos 37, de 18 de novembro de 1966, e 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga dispositivos das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

<sup>100</sup> Altera pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, que altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

2. Discriminar as ações do Orçamento Geral da União vinculadas às atividades governamentais relacionadas à Copa do Mundo FIFA 2014;
3. Coordenar e aprovar as atividades governamentais referentes à Copa do Mundo FIFA 2014 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração federal direta e indireta ou financiadas com recursos da União, inclusive mediante patrocínio, incentivos fiscais, subsídios, subvenções e operações de crédito;
4. Acompanhar a execução das atividades de que trata o inciso IV.
5. As atividades governamentais referentes à Copa do Mundo FIFA 2014 abrangem todas as medidas necessárias à preparação e à realização das competições e eventos correlatos, inclusive as concernentes à Copa das Confederações FIFA de 2013.

A promulgação dessa lei decorre de uma ação pública, cuja coerção afeta indiretamente o cidadão, fruto de uma reforma institucional e administrativa do poder público, definindo regras e normas para uma atribuição conjunta e articulada de diversos entes públicos (PEREIRA, 2009, p. 100).

Já o segundo Marco Legal, Medida Provisória 496/2010, que resultou na Lei 12.348/2010 e altera os limites de endividamento em operações de crédito para obras de infraestrutura, que estejam diretamente vinculados aos planos estratégicos da Copa do Mundo FIFA 2014 ou Jogos Olímpicos Rio 2016, foi uma decisão pública que não incita confrontos de interesses “aparentes”, pois não há clareza sobre quem paga os custos com essa decisão.

Essa legislação afeta, em conjunto com outras legislações estaduais e municipais, no que se refere à questão urbana e à sua força normativa, ao impactar o regime jurídico urbanístico, por meio de revogação ou derrogação às normas protetivas ao direito à moradia.

Isso porque permitiu e incentivou a mudança de usos de territórios urbanos ocupados por população de baixa renda, bem como financiou ações que previam remoções. Assim, as alterações promovidas sob justificativa da Copa constituíram uma contradição à proteção ao direito à moradia e impactaram negativamente o regime jurídico urbanístico” (CAFRUNE, 2016, p. 233-234).

Parte do discurso de legados sociais, as obras de infraestrutura garantiriam empregos e contribuiriam (acelerariam) para um processo de regeneração urbana que atenderiam demandas e necessidades sociais. No entanto, Harvey (2005, p. 176) explica que se trata:

de um processo de empreendedorismo urbano no âmbito da concorrência interurbana no capitalismo avançado, pois a valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para o consumo (estádios esportivos, centros de convecção, shopping centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tornaram facetas proeminentes das estratégias de regeneração urbana (HARVEY, 2005, p. 176).

Também, nessa lógica, estão as construções e reformas dos Estádios de Futebol garantidos pelo terceiro Marco Legal, na Lei 12.350/2010, substitutiva da Medida Provisória 497/2010 que, além disso, trata da isenção e desoneração tributária (de importações, de pessoas jurídica e de pessoas físicas) para a FIFA, suas subsidiárias e parceiros comerciais. Os pontos são tantos que só detalhando cada aspecto da lei, se poderia ter ideia da materialidade dos benefícios que uma entidade privada (e com ela dezenas de outras entidades privadas) teve e continua tendo, de forma legal. A Lei:

1. Promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas;
2. Ficam ainda concedidas, nos termos da lei, limites e condições estabelecidos em ato do Poder Executivo, isenção de tributos federais incidentes nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização da Copa, bem como fica concedida à FIFA isenção, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa, de determinados tributos federais (IRRF, IOF, Contribuições Sociais, PIS/PASEP Importação, COFINS Importação, dentre outros);
3. Cria o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa) que serão utilizados nas partidas oficiais da Copa, localizados em cidades-sede ou entorno e já contemplados com a mesma desoneração pelos municípios.

Aqui, se revela o interesse do capital, capitaneado pela FIFA (junto com suas subsidiárias e parceiros comerciais), sendo explicitamente beneficiado, enquanto os interesses da classe trabalhadora são os mais atingidos, mesmo que os membros dessa classe não tomem consciência disso.

No quarto Marco Legal, a Lei Geral da Copa é bem ampla e trata de diversas questões, tais como: 1. Disposições preliminares; 2. Da proteção e

exploração de direitos comerciais, que se dividem em: a) Da Proteção Especial aos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados aos Eventos; b) Das Áreas de Restrição Comercial e Vias de Acesso, c) Da Captação de Imagens ou Sons, Radiodifusão e Acesso aos Locais Oficiais de Competição e d) Das Sanções Cíveis; 3. Dos vistos de entrada e permissões de trabalho; 4. Da responsabilidade civil; 5. Da venda de ingressos; 6. Das condições de acesso e permanência nos locais oficiais de competição; 7. Das campanhas sociais nas competições; 8. Disposições Penais; 9. Disposições permanentes e 10. Disposições finais, que incluem a questão da indenização, do trabalho voluntário, da garantia gratuita de segurança, saúde e serviços médicos, vigilância sanitária e alfândega e imigração.

Aqui, o Estado obriga e proíbe, e a coerção é máxima. As liberdades individuais ficam-se limitadas e os interesses pessoais se transformam por decreto. Uma ilustração do impacto e das restrições da Lei Geral da Copa, tratou-se da exigência da FIFA ao Governo Federal às cidades sede a demarcação do Território FIFA, que estabeleceu um perímetro socioespacial no entorno dos Estádios e das Fans Fests<sup>101</sup>, em que se restringiu qualquer atividade comercial e a publicidade nesses territórios por quem não fosse autorizado pela FIFA, que, em conjunto com seus parceiros comerciais, controlaram inclusive vias de acesso de moradores e comerciantes locais. Os Territórios FIFA se configuraram como Zonas de Exclusão da FIFA ou Áreas de Restrição Comercial (ANCOP, 2014, p. 53).

Matias e Mascarenhas (2017, p. 93-94) apresentam outro exemplo de concessão do Estado brasileiro, onde a Lei Geral da Copa, para favorecer acordo da FIFA e a AB InBEV<sup>102</sup>, suprimiu o artigo do Estatuto do Torcedor que condicionava a permanência do torcedor dentro dos estádios, a não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou possíveis de gerar atos de violência.

Os autores ainda apontam que:

---

<sup>101</sup> As Fan Fests se configurava em uma estrutura de lazer para que os torcedores, principalmente aqueles que não conseguiram comprar os ingressos, pudessem ver em telão aos jogos da Copa do Mundo. O espaço contou com stands de patrocinadores, palcos e shows de música, bares etc.

<sup>102</sup> A Anheuser-Busch InBev é uma multinacional de bebidas e cervejas, formada pela fusão da belga Interbrew e da brasileira Ambev.

Outra medida questionável adotada pelo governo foi a adoção do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) no setor público, aprovado em 2011 pelo Congresso Nacional. O RDC flexibiliza a Lei nº 8.666/93, nos processos de licitações e licenciamento das obras para os megaeventos esportivos, o que pode acarretar ainda mais fragilidade na execução e fiscalização do uso dos recursos públicos. A esse conjunto de legislações ainda contam com leis estaduais próprias para os megaeventos, sejam leis de segurança, sejam leis de isenções, sejam leis de restrição territorial, enfim, rasgam a Constituição Federal de 1988 em favor das entidades esportivas e as megacorporações associadas. Portanto, o preço para sediar os megaeventos é alto, inclusive sendo necessário curvar a legislação nacional aos interesses dos proprietários destes negócios (MATIAS e MASCARENHAS, 2017, p. 94).

Esse conjunto de ações no âmbito da legislação, visando beneficiar um pequeno grupo privado em detrimento do interesse público, já deveria ser, por si só, argumento para que o judiciário e os órgãos de fiscalização se posicionassem quanto à improbidade dessas ações. Mas enquanto esse tipo de questão não é alvo de problematização nos ambientes comuns das cidades, o discurso levado à população, com forte apoio da grande mídia, é o de que benefícios de toda ordem irão chegar para todos.

Mesmo que o pequeno grupo privado que se beneficia dessas mudanças no marco regulatório fosse de histórico ilibado e interessado do bem comum, as concessões já seriam altíssimas e impertinentes; são, contudo, ainda mais graves em se tratando da FIFA e de seus apoiadores, cuja falta de transparência e número de acusações de corrupção já são marcas incontestes dessas entidades.

Ainda, analisando o aspecto da “**Configuração e abrangência dos direitos e benefícios**”, observando como indicador: “Critérios de acesso e permanência: Formas e mecanismo de articulação com outras políticas sociais”, percebemos que existe um trato intersetorial entre os diversos órgãos governamentais, com determinação de obrigações e responsabilidades bem claras, expressas em lei. No entanto, como critério de acesso e permanência, trata-se de uma política de âmbito restrito, altamente seletivo e extremamente focalizado.

As Ações do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 visam garantir, quase que exclusivamente, os interesses privados da FIFA e

suas subsidiadas e parceiros comerciais, e não assegurar ao povo brasileiro o acesso ao esporte e lazer como direito social.

### **3.3. Fundo Público e Financiamento da Copa de 2014**

O Fundo Público é um aspecto muito importante na análise das políticas sociais e se realiza, de acordo com Behring (2017, p.02), pelo “conjunto de recursos que o Estado mobiliza, que extrai da sociedade, na forma de taxas, contribuições, impostos, etc.”, ou seja, da mais-valia socialmente produzida para o desempenho de suas múltiplas funções, sendo, portanto, parte do trabalho excedente e do trabalho necessário, transformado em lucro, juro ou renda de terra (BEHRING, 2010; SALVADOR, 2012)

O fundo público não é gerido de forma técnica e imparcial como se busca aparentar. Ao contrário, o Estado é disputado de forma intensa para a garantia das condições gerais de produção e administração de suas crises e, portanto, o Fundo Público é alvo de disputas e conflitos e expressa a “contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção” (BEHRING, 2016, p. 02).

No capitalismo contemporâneo, o fundo público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas, sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica (SALVADOR, 2012, p. 05).

Salvador (2012, p. 05) também aponta que na sociedade capitalista “ocorre uma disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal”. Conforme observado pelo mesmo autor, o orçamento público estatal é a forma mais visível do Fundo Público<sup>103</sup>, e, em âmbito federal, os recursos que o compõe são definidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo legislativo federal.

---

<sup>103</sup> Segundo Behring (2017, p. 03) o orçamento público “é um dos instrumentos centrais de gestão do fundo público, mas que não se confunde com o mesmo”.

A principal expressão do fundo público na sociedade capitalista é o orçamento público, que deve ser considerado elemento importante para compreender a política social, pois é uma peça técnica que vai além da sua estruturação contábil, refletindo a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como a definição de quem vai arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários. O dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país (SALVADOR, 2012, p. 41).

Por esse viés, não é difícil compreender que “o orçamento público é um espaço de luta política, com as diferentes forças da sociedade, buscando inserir seus interesses. Os interesses dentro do Estado Capitalista são privados e, a partir da década de 1980, há um domínio hegemônico do capital financeiro” (SALVADOR, 2012, p. 05).

Nesse sentido, Behring (2017, p. 02) enfatiza que: “nessa condição de destruição de forças produtivas comandada pela lógica do valor, da qual faz parte a punção do fundo público para o processo de acumulação, as restrições à democracia e aos direitos tendem a crescer, em compasso com os processos de expropriação e pauperização absoluta e relativa de grandes contingentes da classe trabalhadora”.

É nesse sentido que Salvador (2010) afirma que o fundo público participa indiretamente da reprodução geral do capital, cumprindo quatro funções nesse aspecto:

- 1) Como fonte importante para a realização do investimento capitalista. No capitalismo contemporâneo, o fundo público comparece por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção, que viabilizam, como visto anteriormente, a reprodução do capital.
- 2) Como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição. Além disso, é a força de trabalho a responsável direta, no capitalismo, pela criação do valor.
- 3) Por meio das funções indiretas do Estado, que no capitalismo atual garante vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas.
- 4) No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da

dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas (SALVADOR, 2010, p. 622).

Um fator importante a ser considerado na discussão sobre o fundo público reside nas contradições do capitalismo, que “vai requisitar suas causas contrariantes, no âmbito da contradição entre abundância e queda da taxa de lucros” (BEHRING, 2016, p. 5).

Para os autores marxistas Baran e Sweezy (1978), a lei da tendência de queda da taxa de lucro em Marx estaria obsoleta e a lei do excedente crescente a substituiria. Behring (2017, p. 04), ao analisar cuidadosamente este estudo compreende que “para eles o excedente é ‘a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção’ (BARAN e SWEEZY, 1978, p. 19), contrapondo-se à ideia tradicional de mais-valia como lucro, juros e renda da terra” e critica:

...ao fazerem a revisão de um pilar fundamental da teoria social de Marx – a lei do valor e, decorrente dela, a tendência de queda da taxa de lucros, em que pese o crescimento da abundância - não compreendem a natureza paradoxal e contraditória do excedente econômico. Recusam a tendência de queda da taxa de lucro, um móvel decisivo das contradições do capitalismo e que vai requisitar suas causas contrariantes, parte delas operadas pelo fundo público, no âmbito da contradição entre abundância e queda da taxa de lucros. De forma que ficamos com o problema distributivo do excedente, não enquanto mais valia socialmente produzida e em seguida repartida, mas numa apreensão ampla e imprecisa que revela o capital buscando nichos de valorização, mas não as razões mais profundas de sua busca desesperada, incansável e destrutiva (BEHRING, 2017, p. 4).

Dessa forma, a autora apreende que o excedente não pode se confundir com fundo público, sendo ele mobilizado de forma intensiva para conter a estagnação crônica, expressa na crise de superprodução e superacumulação, que portanto, confirmam a atualidade explicativa da lei da tendência da queda da taxa de lucro (BEHRING, 2016, p. 05).

Com o desenvolvimento do capitalismo, o fundo público se torna estratégico para o Estado burguês na garantia de seus interesses, como explica Behring nessa passagem:

Primeiro, de que a mudança de qualidade da presença do fundo público no capitalismo após a Segunda Guerra Mundial é a expressão da maturidade do capitalismo e das formas que assumem suas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, implicando em um novo padrão de financiamento público. Essa tese de Oliveira nos parece indiscutível e se constitui num fundamento da nossa própria reflexão. Segundo, e daí decorrente, a caracterização de que o fundo público passa a ser um componente estruturante, *ex ante* e *ex post*, segundo Oliveira (1998), ou in flux do capitalismo, em Behring (2010 e 2012). Esse entendimento é fundamental para compreender o quanto se tornou estratégica a direção do Estado burguês pelos vários capitais para operar uma nova repartição do butim, na ironia marxiana. O butim é o fundo público, um mix de mais valia (trabalho excedente) e de trabalho necessário – a ser repartido majoritariamente em favor dos segmentos hegemônicos (BEHRING, 2016, p. 06).

Entre os segmentos hegemônicos, está o capital portador de juros que “realiza a punção de grande parte do fundo público por meio da dívida dos Estados nacionais, de entes subnacionais, e de empresas estatais”. A autora, corroborando no entendimento dialético, aponta que “o fundo público é também central para os trabalhadores, tendo em vista se apropriarem do que deles foi extraído ou expropriado, no sentido de sua reprodução social imediata” (BEHRING, 2016, p. 07).

A autora, neste caso, se alinha a Oliveira (1998), quando “mostra que a luta de classes e seus segmentos incide sobre a dinâmica do fundo público, seja de sua formação – com o conflito tributário -, seja de sua alocação, com o conflito distributivo, a exemplo das disputas de vida e morte em torno dos orçamentos públicos (BEHRING, 2016, p. 6-7)”.

Levando essa discussão para o objeto deste estudo, a parte do fundo público deslocado para o esporte é disputado ferrenhamente pelos segmentos esportivos, como parte da luta de classes, seguindo as premissas - repartidas majoritariamente em favor dos segmentos hegemônicos - apontadas na citação anterior, por Behring (2016, p. 07).

### **3.3.1 Configuração do financiamento e dos gastos: Esporte e Lazer, Megaeventos e Copa do Mundo**

A compreensão do Fundo Público perpassa por analisar a “Configuração do financiamento e gasto”, no caso do Esporte e Lazer e também da Copa do Mundo 2014. Para tanto, foram traçados indicadores que permitem apreender o

movimento de tensão entre capital e trabalho na disputa pelo fundo público, quais sejam: (1) Identificar, no seu contexto histórico e social, as “Fontes do financiamento” e (2) revelar o “Direcionamento dos gastos” e a “Magnitude dos gastos”.

Ainda são embrionários os estudos acerca de Financiamento e Fundo público nas análises das políticas de esporte e lazer no Brasil. Estudos importantes e de referência, como Linhales (1996), Bracht (1997), Manhães (2002) e Castellani Filho (2007) ignoram ou citam *en passant* o tema do financiamento e do Fundo Público. Posteriormente, Boudens (2007) e Veronez (2007) publicam estudos importantes acerca da temática. Após 2010, ocorreu um salto qualitativo nos estudos com as publicações de Almeida e Marchi Júnior (2010) e de membros do grupo de pesquisa AVANTE (FEF-UnB), como Athayde (2011 e 2015), Athayde et. al. (2015), Mascarenhas (2016), Teixeira (2016) e Matias e Mascarenhas (2017), e ainda, Carneiro e Mascarenhas (2017), que produziram o relatório da pesquisa: “O financiamento do esporte: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma”, que tratou de iniciativa inédita de mapear, identificar e analisar a totalidade da matriz do financiamento do esporte e lazer no Brasil, em âmbito federal. Cabe salientar a importância que buscaram claramente referência nos estudos de Boschetti (2009), Fagnani (2009), Behring (2010), Salvador (2010; 2012; 2014), Salvador e Teixeira (2010; 2012) e Teixeira (2012).

Diante dessa nova e abrangente bibliografia, pretende-se entender o panorama do financiamento e a configuração do fundo público do esporte, buscando avançar no entendimento do financiamento e do gasto público no que concerne à Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

Neste sentido, Mascarenhas (2016, p. 963) desenvolve algumas importantes mediações:

No que se refere ao esporte e sua organização mais recente no Brasil, esta dupla função do fundo público se evidencia, de um lado, pelo financiamento das políticas esportivas que, sob o discurso da inclusão social, de modo restritivo e focalizado, tornam o esporte acessível às chamadas populações de risco e, de outro, pelas garantias governamentais que visam assegurar as condições para a realização dos grandes eventos esportivos, em especial, a Copa do Mundo FIFA 2014 (Copa do Mundo 2014) e os Jogos Olímpicos de

Verão e Jogos Paraolímpicos de 2016 (Jogos Rio 2016). Além de produzir uma agenda voltada para o objetivo de elevar o país à condição de potência esportiva, tais eventos têm alavancado a cadeia produtiva do esporte e mobilizado significativos investimentos governamentais, com impacto em diversos setores da economia (MASCARENHAS 2016, p. 963).

Em estudo de pós-doutorado, Mascarenhas (2016, p. 965) deteve-se em percurso desbravador na Educação Física, a “identificar a magnitude e direcionamento dos gastos orçamentários com o esporte na esfera federal”. Ao investigar o ordenamento legal do esporte no Brasil, o autor verificou que, além do orçamento público, outras fontes compunham a base do financiamento público do esporte no país.

Para melhor visualização, o Fundo Público do esporte foi caracterizado em três tipos de fontes que representam receitas significativas para o setor: (1) Fontes Orçamentárias, “cujos recursos transitam pelo orçamento federal: recursos ordinários do orçamento federal; contribuições sobre concursos prognósticos”; (2) Fontes Extraorçamentárias, “cujos recursos não transitam pelo orçamento federal, sendo repassados diretamente às entidades esportivas: repasses sobre concursos de prognósticos; patrocínios dos órgãos e entidades da administração federal; contribuição sobre salários e sobre as transferências de atletas profissionais pagos pelas entidades de prática esportiva para a assistência social e educacional da categoria”; e (3) Fontes indiretas:

aquelas cujos recursos são provenientes de desoneração tributária: patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas no apoio direto ao esporte a título de isenção fiscal; desoneração das entidades esportivas sem fins lucrativos; isenção de impostos na importação de equipamentos e materiais esportivos; isenção de impostos nas importações de bens recebidos como premiação em evento esportivo realizado no exterior ou de bens para serem consumidos, distribuídos ou utilizados em evento esportivo no país; desonerações voltadas à realização dos grandes eventos esportivos (MASCARENHAS, 2016, p. 965).

Inspirado em Mascarenhas (2016), apresenta-se o quadro abaixo com a relação entre as fontes de financiamento público e seu correspondente na função Desporto e Lazer.

Quadro 4 – Fontes Orçamentárias e Fontes de Financiamento da Função Desporto e Lazer.

<b>Fontes Orçamentárias</b>	<b>Fontes de Financiamento da Função Desporto e Lazer</b>
Fontes orçamentárias, aquelas cujos recursos transitam pelo orçamento federal:	Recursos ordinários do orçamento federal; Contribuições sobre concursos de prognósticos;
Fontes extra orçamentárias, aquelas cujos recursos não transitam pelo orçamento federal, sendo repassados diretamente às entidades esportivas:	Repasses sobre concursos prognósticos; Patrocínios dos órgãos e entidades da administração federal; Contribuição sobre salários de atletas profissionais; Contribuição sobre as transferências de atletas profissionais;
Fontes indiretas, aquelas cujos recursos são provenientes de desoneração tributária:	Patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas no apoio direto ao esporte a título de isenção fiscal; Desoneração das entidades esportivas sem fins lucrativos; Isenção de impostos na importação de equipamentos e materiais esportivos; Isenção de impostos nas importações de bens recebidos como premiação em evento esportivo realizado no exterior ou de bens para serem consumidos, distribuídos ou utilizados em evento esportivo no país; Desonerações voltadas à realização da Copa do Mundo.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir do texto de MASCARENHAS (2016).

Mascarenhas (2016, p. 964), após identificar que o esporte conta com variadas fontes de recursos, realiza sua pesquisa com foco nos “gastos com o esporte à execução do orçamento”. E detalha que o Orçamento Geral da União (OGU) é constituído por três peças: (1) o Orçamento Fiscal, “que se refere aos três poderes e órgãos de administração direta e indireta”; (2) o Orçamento da Seguridade Social, “que envolve todas as entidades e órgãos a ela vinculados, além de fundos e fundações” e; (3) o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais (OIEEF), que são gerenciados pelos conselhos das empresas e não pela administração direta. O que dificulta a transparência e o acompanhamento da execução do orçamento, que não é “contabilizado nas despesas correntes do governo” (MASCARENHAS, 2016, p. 966).

Por essa razão e referenciado em Salvador (2015), Mascarenhas (2016, p. 966) trabalhou com “dados das duas primeiras peças - ou seja, dados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)”, para realizar as análises

orçamentárias, referentes ao orçamento da União. Para a realização de sua análise acerca da execução orçamentária do esporte pelo Governo Federal, ele utilizou dados do SIGA BRASIL, compreendendo o período de 2001 a 2012, produzindo “uma série histórica envolvendo os dois últimos anos do governo FHC, atravessando todo o governo Lula (2003-2010) e avançando os dois primeiros anos do governo Dilma (2011-2012)”.

Para dialogar com esse estudo, optou-se, utilizando-se da mesma metodologia, por atualizar a análise para os últimos dois anos do primeiro mandato do Governo Dilma (2013-2014) e os dois primeiros anos do segundo mandato da presidenta (2015-2016<sup>104</sup>). Considerando que no Orçamento Federal os recursos com a Copa do Mundo começam a aparecer em 2010, optou-se por centrar-se na série histórica 2010-2016.

Para este estudo, foi realizada a coleta de dados primários sobre Orçamento Geral da União e da função do Desporto e Lazer e demais subfunções correlatas, no Siga Brasil<sup>105</sup>. Para identificar o esporte no orçamento, buscou-se a classificação funcional-programática, por meio da função “Desporto e Lazer” e as subfunções “Desporto de Rendimento”, “Desporto Comunitário”, “Lazer” e, dessa forma, pôde-se observar as despesas executadas integralmente pelo órgão<sup>106</sup> responsável pela política de esporte e os demais órgãos que, eventualmente, possam ter despesas executadas por meio das subfunções.

---

<sup>104</sup> A presidenta Dilma Rousseff iniciou o segundo mandato, enfrentando uma crise política seguida de uma crise econômica. Em 2 de dezembro de 2015, foi aceito por Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, a denúncia por crime de responsabilidade, que resultou na cassação do seu mandato, no dia 31 de agosto de 2016. Apesar dos ritos processuais terem sido cumpridos, houve, na realidade, um golpe parlamentar, com sustentação de boa parte do empresariado, parte do judiciário e da grande mídia, por enquadrarem como crime de responsabilidade a aprovação de créditos suplementares sem aprovação prévia do congresso e as “pedaladas fiscais” que, simplificando, consistem em manobras financeiras para destinar ao ano seguinte parte do orçamento. Cabe dizer que ambas as práticas eram “comuns”, desde a implantação da Nova República (1989) e com anuência do Tribunal de Contas da União que sempre aprovou as contas anteriores e que mudou de postura no ano de 2016, rejeitando as contas de 2015.

<sup>105</sup> O portal SIGA BRASIL é um sistema de informações sobre o Orçamento Público Federal hospedado no site do senado, onde estão presentes bases de dados com amplo acesso. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>

<sup>106</sup> “Ministério do Esporte e Turismo (MET) no governo FHC e Ministério do Esporte (ME) no governo Lula. Já no governo Dilma, a execução coube ao ME e Autoridade Pública Olímpica (APO), que passou a compartilhar com o ME ações relativas à organização dos Jogos Rio 2016 (MASCARENHAS, 2016, p. 967)”.

A classificação institucional é a mais antiga das classificações das despesas orçamentárias. Sua finalidade principal é evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa, isto é, os órgãos que gastam os recursos conforme a programação orçamentária. Ocorre que nem todas as despesas relativas ao esporte são alocadas em “Desporto e Lazer”, isto porque as subfunções “Desporto de Rendimento”, “Desporto Comunitário” e “Lazer” não se vinculam, exclusivamente, a esta função. Podem ser agregadas também a outras grandes áreas, como aconteceu a partir de 2005, quando parte dos recursos vinculados às funções “Educação”, “Direitos da Cidadania”, “Defesa Nacional” e “Cultura”, respectivamente, executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação (FNDE), Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Cultura (MINC), somaram-se ao orçamento do esporte [...] O que estamos denominando “orçamento do esporte” ou “execução orçamentária do esporte” corresponde a totalização da execução orçamentária da função “desporto e lazer” somada às subfunções “desporto de rendimento”, “desporto comunitário” e “lazer”, mesmo que os recursos inscritos nestas subfunções tenha sido proveniente de outros órgãos (MASCARENHAS, 2016, p. 967).

Na primeira tabela, compara-se o Orçamento do Desporto e Lazer (B) com o Orçamento Geral da União (A), trazendo a porcentagem do primeiro sobre o segundo (B/A), a fim de perceber a participação do Esporte e Lazer na totalidade do Orçamento Federal e se esse montante é suficiente para a garantir a democratização do acesso do Esporte e Lazer como direitos.

Tabela 1 – Orçamento Geral da União e Orçamento da Função Desporto e Lazer de 2010 a 2016.

Dados em bilhões de reais corrigidos para preços de junho de 2017 pelo IGP-DI.

<b>Ano</b>	<b>Orçamento Geral da União (A)</b>	<b>Orçamento do Desporto e Lazer (B)</b>	<b>Porcentagem (B/A)</b>
2010	2.227,2	1,69	0,076
2011	2.290,6	1,89	0,082
2012	2.349,2	1,53	0,065
2013	2.313,0	1,42	0,061
2014	2.673,7	2,29	0,085
2015	2.621,9	2,26	0,087
2016	2.667,5	1,99	0,075

Fonte: SIGA BRASIL, Elaboração própria.

Para um direito de cidadania, afeto à satisfação das necessidades humanas, de acordo com Athayde et. al. (2014), o esporte e lazer cumpre papel irrisório na participação do fundo público. O papel do Estado em garantir direitos fica seriamente comprometido, quando não se possui previsão e

execução orçamentária para o desenvolvimento de políticas sociais capazes que contribuir para a democratização do acesso ao esporte e lazer.

Nos anos de 2010 a 2013, o Orçamento do Desporto e Lazer variou de 0,04 a 0,05% do Orçamento Geral da União, enquanto que, no período de 2014 a 2016, percebe-se um acréscimo significativo, passando a variar de 0,07 a 0,08%. Isso significa que, a partir de 2014, houve uma maior participação da função Desporto e Lazer no Orçamento Geral da União, mas que a área representa ainda muito pouco no contexto geral. Fica claro que essa maior participação se deveu aos Megaeventos, especialmente aos Jogos Olímpicos, como melhor visualizado na Tabela 3.

A título de comparação, uma das grandes reivindicações aprovadas na 1º Conferência Nacional de Esporte foi de que o Esporte alcançasse participação de pelo menos 1% do Orçamento Geral da União, o que significaria 22,9 bilhões de reais no Orçamento do Desporto em Lazer no ano de 2014, ano de realização da Copa do Mundo. Esse valor é 1.170 vezes maior que montante executado, muito distante da reivindicação da Conferência Nacional. Contudo, se confrontado com os 45,11% da participação no Orçamento para o pagamento de juros e amortização e rolagem da dívida pública, que foi de 1 trilhão e 206 bilhões, percebe-se que o país detém riquezas que são escoadas para o capital financeiro e que deixam de ir para a garantia das necessidades humanas de brasileiros que vivem neste país tão desigual: “o serviço da dívida compromete uma parcela importante dos orçamentos da seguridade social e fiscal, seja na forma de juros e encargos da dívida como no pagamento de amortização da dívida para o setor financeiro da economia”. (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p.18).

De maneira que a despesa que mais compromete as contas públicas brasileira são as despesas financeiras referentes ao pagamento de juros e amortização da dívida. O dilema do orçamento público no Brasil não se encontra na dicotomia despesas de investimento versus custeio. Ambas são fundamentais e necessárias para o desenvolvimento econômico e social do país. A questão central é se o Brasil vai continuar refém dos rentistas do capital financeiro ou vai priorizar a construção de um sistema de proteção social, com expansão de investimentos. As despesas com saúde e educação estão abaixo dos padrões internacionais dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Assim como nos últimos anos não foram priorizadas no orçamento público,

as despesas e os investimentos necessários para universalização das políticas sociais (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 16).

Não bastasse as questões de magnitude, essa questão ainda se resvala na priorização da utilização destes recursos em setores já privilegiados pelos recursos públicos, pela abrangência focalizada e elitista em que se apresenta o setor esportivo e a dimensão do esporte negócio, como será demonstrado mais a frente no âmbito do direcionamento do fundo público,

Para um detalhamento mais assertivo acerca do direcionamento dos gastos com esporte e lazer, busca-se os Planos Plurianuais dos Governos Federais. Como o foco deste estudo é o direito ao esporte e lazer no contexto dos Megaeventos esportivos, mais especificadamente a Copa, o PPA a ser referenciado é principalmente o PPA 2012-2015, que cobre justamente o período que abarca as Ações do Governo Brasileiro para a Copa. Mas é claro que o PPA anterior (2008 a 2011) e o posterior (2016-2018) também são importantes para o entendimento do objeto em si.

No PPA 2012-2015, está presente o “Programa Temático Esporte e Grandes Eventos”, que abarca todas as ações do órgão responsável pela execução das políticas de esporte e lazer, o Ministério do Esporte. Conforme aponta Mascarenhas (2016, p.973), soma-se às críticas de outros setores à mudança empreendida por esse novo PPA, que, no caso do esporte, agregou todos os seus programas em apenas um, que além de descrever de forma genérica seus objetivos, abandonou o sistema de acompanhamento de metas e indicadores de desempenho que existia desde 2000. Segundo o autor, esse novo modelo dificulta o controle dos gastos federais e propõe, diante do exposto, tomar como chave interpretativa dos PPAs anteriores, o programa temático “Esporte e Grandes Eventos” e o “Programa de gestão e manutenção do ME”, conforme demonstrado no quadro 5, disposto logo abaixo.

Quadro 5 – Comparação entre as ações governamentais voltadas ao esporte consignadas nos PPAs, 2008-2011 e 2012-2015.

PPA 2012-2015	PPA 2008-2011
Programa Temático Esporte e Grandes Eventos Objetivos:	<b>Sem correspondência</b> <b>Programas Finalísticos:</b>
Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	- Proteção e promoção dos povos indígenas; - Inclusão social pelo esporte; - Esporte e Lazer da Cidade; - Vivência e iniciação esportiva educacional – Segundo Tempo.
Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.	- Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão.
Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo 2014 e eventos a ela relacionados.	- Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão.
Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.	- Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão.
Programa de gestão e manutenção do ME.	- Gestão das políticas de esporte e lazer; - Apoio administrativo; - Operações especiais.

**Fontes:** PPA 2008-2011; PPA 2012-2015 (Elaboração de Carneiro e Mascarenhas, 2017, Quadro 3, p. 58. Adaptação nossa).

Após estudo minucioso de Mascarenhas (2015) e Carneiro e Mascarenhas (2017), foram propostas categorias de análise do orçamento federal do esporte, sendo Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (EELIS), Esporte de Alto Rendimento (EAR) e Grandes Eventos (GE), correspondentes aos objetivos do programa temático “Esporte e Grandes Eventos”: A categoria GESTÃO foi retirada do “Programa de gestão e manutenção do ME”. Mascarenhas explica que “as categorias EELIS e EAR guardam correspondência também com o desenho institucional do ME, tomando emprestado na nomenclatura de duas de suas secretarias, a Secretaria Nacional Esporte, Educação Lazer e Inclusão Social (SNEELIS) e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR)”. Uma quinta categoria, INFRAESTRUTURA (IFETT) surgiu *a posteriori*, ao ser constatado significativo “volume de gastos dispersos nos vários programas para a construção de equipamentos esportivos” (MASCARENHAS, 2016, p. 973).

Segue-se, neste estudo, o mesmo entendimento categorial proposto por Mascarenhas, buscando avançar na delimitação dos gastos públicos relativos à Copa do Mundo e às demais relações destes com as outras ações governamentais, inferindo apenas uma pequena mudança na denominação da categoria Grandes Eventos (GE) para Megaeventos (MGE), de modo a alinhar a nomenclatura do termo já utilizado ao longo do trabalho.

Carneiro e Mascarenhas (2016) apresentam tabela<sup>107</sup> que dispõe sobre o direcionamento dos gastos totais<sup>108</sup> com o esporte e lazer, seguindo a classificação proposta que contribui na compreensão do quadro geral. Os autores demonstram nesta série histórica que existe um determinado padrão na direção dos gastos públicos e que permite engendrar um conjunto de reflexões acerca do destino do mesmo e quais os sujeitos coletivos que se privilegiam desse modelo de financiamento público do esporte e lazer, em prejuízo à garantia do esporte e lazer como direito.

Tabela 2 - Direcionamento do gasto com esporte – Série 2010-2015.

(Valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de 2015 em R\$ milhões e %)

Ano	EAR		EELIS		Infraestrutura		Grandes Eventos		Gestão		Total	Média %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
<b>2010</b>	707,65	21,3	725,18	21,8	740,69	22,3	933,08	28,1	215,61	6,5	<b>3322,21</b>	<b>19,9</b>
<b>2011</b>	780,14	19,1	737,71	18,1	1625,87	39,8	673,82	16,5	265,29	6,5	<b>4082,83</b>	<b>19,9</b>
<b>2012</b>	698,42	39,2	531,76	29,8	80,52	4,5	142,40	8,0	330,32	18,5	<b>1783,42</b>	<b>17,49</b>
<b>2013</b>	959,09	43,2	504,52	22,7	122,72	5,5	435,61	19,6	198,76	9,0	<b>2220,70</b>	<b>19,41</b>
<b>2014</b>	1008,88	36,1	586,65	21,0	0,45	0,0	961,69	34,4	238,09	8,5	<b>2795,76</b>	<b>19,5</b>
<b>2015</b>	948,55	34,7	550,66	20,1	9,15	0,3	1005,3	36,7	222,69	8,1	<b>2736,35</b>	<b>19,57</b>
<b>Total Média</b>	<b>5102,73</b>	<b>32,3</b>	<b>3636,48</b>	<b>22,3</b>	<b>2579,4</b>	<b>12,1</b>	<b>4151,9</b>	<b>23,9</b>	<b>1470,76</b>	<b>9,5</b>	<b>16941,27</b>	<b>19,30</b>

**Fonte:** SIGA Brasil; E-SIC; Relatórios de repasses de recursos públicos as entidades esportivas; Relatórios contábeis da FAAP e FENAPAF; Demonstrativos de gastos tributários da Receita Federal; e Ministério do Esporte.

Elaboração Carneiro e Mascarenhas (2017, p. 61).

<sup>107</sup> Optou-se por utilizar dados secundários, retirados de estudo de Carneiro e Mascarenhas (2017). Para se chegar os números orçamentários, os autores utilizaram o indicador “liquidado” com valores corrigidos pelo IGP-DI de 2015.

<sup>108</sup> Os gastos totais com o esporte e lazer compreendem as três fontes de financiamento para o esporte, a orçamentária, a extra-orçamentária e as indiretas.

Percebe-se na Tabela 2 que o EAR teve um crescimento na participação do Orçamento do Esporte, com pico em 2013, ao representar cerca de 43,19% de todo o orçamento, mas representando 32,5% na média da série histórica analisada. Já a EELIS, mantém uma média de 22,25% de participação no orçamento, com único pico que se difere dos demais em 2012, com 29,82%, menos pelo recurso próprio, que teve queda em relação aos anos anteriores e mais pela queda abrupta do orçamento em Infraestrutura e Megaeventos, o que também influenciou a porcentagem de participação da categoria Gestão neste ano, com 18,52%, enquanto que a média da série histórica fica em 19,30%.

A EELIS compreende, principalmente, os programas sociais (PELC e PST) que visam a democratização do acesso à prática esportiva e de lazer. Segundo Athayde (2014, p. 642), a Constituição Federal de 1988, “em seu artigo nº 217 - introduziu a exigência de que os recursos públicos fossem direcionados prioritariamente ao desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento, invertendo, ao menos no texto constitucional, o polo historicamente privilegiado pelo investimento estatal” (ATHAYDE, 2014, p. 642).

Apesar disso, “as mudanças significativas no ordenamento jurídico-legal, dotadas da capacidade para modificar o padrão de financiamento público para o esporte, são recentes, sendo promovidas no período posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988” (ATHAYDE, 2014, p. 642), o que acaba por retirar recursos financeiros destes programas sociais e alocar ao EAR, aos Megaeventos e à Infraestrutura. Isso reforça a constatação de Mascarenhas (2016, p. 974): “quanto mais se investe em Infraestrutura e Grandes Eventos, na proporção inversa, menor é a participação dos gastos com EAR e EELIS”.

Chama atenção a mudança no padrão de financiamento em Infraestrutura. Em estudo anterior, Mascarenhas (2016, p. 975) detectou que

No governo FHC (2001-2002) sua participação chegou perto dos 70%, enquanto nos governos Lula e Dilma (2003-2011) registrou uma média próxima de 50%. Foi, de longe, a categoria de gasto que mais consumiu recursos do orçamento do esporte, comprimida apenas nos anos de 2006, 2007 e 2010, quando se elevaram os gastos com Grandes Eventos. Diante deste quadro, é importante advertir que os gastos com Infraestrutura estão, quase sempre, lastreados em

recursos provenientes de emendas parlamentares. Para se ter uma ideia, em 2009, 58% do orçamento do esporte, o correspondente a R\$ 880 milhões, vieram de emendas parlamentares. Nos anos de 2010 e 2011 os montantes foram de R\$ 710 milhões e R\$ 1,03 bilhões, respectivamente, o equivalente a 37% e 43% da execução orçamentária do setor.

Só que, a partir do ano de 2012, os recursos ligados à Infraestrutura diminuiriam progressivamente. Cabe investigar se nos próximos anos essa mudança de padrão se confirma e, ainda, quais os motivos para isso.

Os gastos com EAR e EELIS abrangem, quase que exclusivamente, as ações relativas à execução da atividade fim, isto é, dos programas voltados à vivência e prática esportiva propriamente dita (MASCARENHAS, 2016, p. 974), o que impede os programas sociais da categoria EELIS possuírem um caráter mais universal é, portanto, o limitado orçamento destinado a eles.

A chegada dos Megaeventos Esportivos na agenda pública governamental coincidiu com uma diminuição significativa da participação da infraestrutura nos últimos três anos e o acréscimo da EAR no mesmo período. Ao corrigir o valor orçamentário do esporte e lazer, percebe-se uma variação entre eles, no qual não dá para se determinar um único padrão. Em 2010 (28,1%) e 2011 (16,5%), o orçamento foi influenciado diretamente pelos recursos oriundos do Ministério da Defesa para os Jogos Mundiais militares. Em 2012 (8,0%), o orçamento do DL despenca, se recuperando em 2013 (19,6%) e atingindo seu ápice em 2014 (34,4) e 2015 (36,7), impactados pela Copa do Mundo, mas, principalmente pela Olimpíadas Rio 2016, como pode se perceber na tabela 3, mais abaixo.

Ao mesmo tempo, o Orçamento Geral destinado ao esporte e lazer caiu em relação ao ano de 2010. No entanto, “o crescimento do investimento financeiro no esporte não se restringe a uma preocupação da esfera do mercado, mas faz-se crescentemente presente dentro do âmbito estatal, impactando no orçamento e financiamento público” (ATHAYDE, 2014, p. 26).

O direcionamento desta pequena parcela orçamentária que cabe ao esporte e lazer neste “latifúndio” do fundo público, deixa claro que são opções políticas, influenciadas por grupos de pressão e reflete a correlação de forças sociais e políticas, perpassada por relações de hegemonia. Salvador e Teixeira

(2014) corroboram com esse pensamento, ao afirmar que a “decisão sobre os objetivos de gastos do Estado e a fonte dos recursos para financiá-lo não é somente econômica, mas principalmente são escolhas políticas. [...] Os gastos orçamentários definem a direção e a forma de ação do Estado nas suas prioridades de políticas públicas” (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p.17).

Após apontar o padrão do direcionamento dos gastos totais do esporte e lazer, segue-se estudo com dados primários com o qual pretende-se compreender o total gasto no Orçamento da União com Megaeventos e com a Copa do Mundo. Para tanto, foi selecionado as ações orçamentárias correspondente a cada tipo de megaeventos, conforme demonstrado na legenda abaixo.

No quadro abaixo, segue a legenda para interpretação do quadro subsequente, que possui a lista de todas as ações utilizadas no levantamento do orçamento de megaeventos de 2010 a 2016, por ano.

Não foram considerados os recursos executados em prol da realização dos Jogos Pan e Para Pan-Americanos de 2007, em razão do recorte temporal-metodológico deste trabalho. Também não constam na seleção de ações que compõem este orçamento de megaeventos, as despesas com o preparo de atletas de alto rendimento (mesmo que voltados para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016) e o funcionamento de categorias de base esportivas, bem como as despesas com infraestrutura voltadas ao esporte (de alto rendimento ou não) que não estivessem ligadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, Copa do Mundo, Jogos Mundiais Militares e Jogos Indígenas.

Quadro 6 – Código e ações orçamentárias selecionadas para compor o orçamento de Megaeventos de 2010 a 2016.

**Legenda**

Copa do Mundo	
Grandes Eventos	
Olímpiadas	
Eventos Esportivos de Alto-Rendimento	
Jogos Indígenas	
Jogos Militares	

Ano	Ação Orçamentária
2010	00DS – Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Cíveis e Militares e Guardas Municipais dos Entes Federativos que Sediarão os Jogos Olímpicos de 2016

	00F6 – Participação da União no Capital – empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. – Brasil 2016
	11ZO – Construção da Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares
	11ZP – Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares
	11ZQ – Implantação da Infraestrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares
	126V – Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor
	128X – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20CI – Segurança para os V Jogos Mundiais Militares
	20D8 – Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20DB – Apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014
	20EE – Gestão e Administração da Autoridade Olímpica – APO
	2360 – Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento
	2494 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas
	2500 – Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento
	7P52 – concessão de Bolsa Olímpica para Policiais Civis, Militares e Bombeiros
2011	00DS – Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Civis e Militares e Guardas Municipais dos Entes Federativos que Sediarão os Jogos Olímpicos de 2016
	00F6 – Participação da União no Capital – empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. – Brasil 2016
	11ZO – Construção da Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares
	11ZP – Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares
	11ZQ – Implantação da Infraestrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares
	126V – Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor
	128X – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	12OM – Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014
	20CI – Segurança para os V Jogos Mundiais Militares
	20D8 – Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20DB – Apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014
	20EE – Gestão e Administração da Autoridade Olímpica – APO
	2360 – Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento
	2494 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas
	2500 – Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento
2012 e 2013	11ZO – Construção da Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares
	11ZP – Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares
	11ZQ – Implantação da Infraestrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares
	126V – Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor
	128X – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	12OM – Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014
	14KP – Adequação da Infraestrutura Turística Pública Para os Grandes Eventos Esportivos
	14LJ – Fortalecimento das Instituições de Defesa Civil e de Corpos de Bombeiros para Grande Eventos
	14SY – Apoio à Realização de Grande Eventos
	14TQ – Implantação de Infraestrutura Para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20CI – Segurança para os V Jogos Mundiais Militares
	20D8 – Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20DB – Apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014
	20EE – Gestão e Administração da Autoridade Olímpica – APO
	20SL – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	2494 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas
	2500 – Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento
2014	11ZP – Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares
	11ZQ – Implantação da Infraestrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares

	126V – Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor
	128X – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	12OM – Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014
	14KP – Adequação da Infraestrutura Turística Pública Para os Grandes Eventos Esportivos
	14LJ – Fortalecimento das Instituições de Defesa Civil e de Corpos de Bombeiros para Grande Eventos
	14SY – Apoio à Realização de Grande Eventos
	14TQ – Implantação de Infraestrutura Para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20CI – Segurança para os V Jogos Mundiais Militares
	20D8 – Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20DB – Apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014
	20EE – Gestão e Administração da Autoridade Olímpica – APO
	20SL – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
2015	11ZQ – Implantação da Infraestrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares
	126V – Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor
	128X – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	12OM – Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014
	14KP – Adequação da Infraestrutura Turística Pública Para os Grandes Eventos Esportivos
	14LJ – Fortalecimento das Instituições de Defesa Civil e de Corpos de Bombeiros para Grande Eventos
	14SY – Apoio à Realização de Grande Eventos
	14TQ – Implantação de Infraestrutura Para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20D8 – Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20DB – Apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014
	20EE – Gestão e Administração da Autoridade Olímpica – APO
	20SL – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	211Z - Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle da Dopagem
	214A- Ações de Inteligência Voltadas à Realização de Grandes Eventos
2016	11ZQ – Implantação da Infraestrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares
	126V – Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor
	128X – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	12OM – Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014
	14KP – Adequação da Infraestrutura Turística Pública Para os Grandes Eventos Esportivos
	14LJ – Fortalecimento das Instituições de Defesa Civil e de Corpos de Bombeiros para Grande Eventos
	14SY – Apoio à Realização de Grande Eventos
	14TQ – Implantação de Infraestrutura Para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20D8 – Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	20DB – Apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014
	20EE – Gestão e Administração da Autoridade Olímpica – APO
	20SL – Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
	211Z - Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle da Dopagem
	214A- Ações de Inteligência Voltadas à Realização de Grandes Eventos
	216I - Promoção da Cultura Brasileira nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos

**Fonte:** PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015.  
Elaboração Própria.

Com a legenda explicativa, pode-se compreender agora os gastos orçamentários do esporte e lazer e compará-los com os gastos orçamentários

com os Megaeventos e, por sua vez, com os gastos orçamentário Copa do Mundo 2014.

Tabela 3 - Orçamento do DL agregando todas as funções e subfunções, Orçamento dos MGE agregando a Função DL e a Função DN, e o Orçamento da CM.

Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.

Orçamento Desporto e Lazer (A)				Orçamento Megaeventos (B)		Orç. Copa do Mundo (C)
Ano	Função DL	Outras Funções	Total ODL	Função DN	Total OMGE	
2010	1.060,19	630,66	1.690,85	27,41	670,7	13,3
2011	1.017,09	869,97	1.887,06	413,14	888,2	89,1
2012	1.117,91	409,79	1527,7	22,52	433,7	156,3
2013	1.103,65	313,85	1417,5	275,77	661,2	66,4
2014	1.995,31	289,92	2.285,23	349,62	1.586,90	94,7
2015	2.205,11	52,98	2.258,09	241	1.524,10	35,1
2016	1.890,68	98,54	1.989,22	375,12	1.488,50	30,2
Total	<b>10.389,94</b>	<b>2665,7</b>		<b>1704,58</b>		
<b>Total geral</b>			<b>13.055,65</b>		<b>7253,3</b>	<b>485,1</b>

Fonte: SIGA Brasil.

Elaboração própria. (O= Orçamento; DL=Desporto e Lazer; MGE=Megaeventos; DN=Defesa Nacional)

E com base nos números dessa tabela acima, estão calculadas as variações da tabela abaixo.

Tabela 4 - Variação do Desporto e Lazer, Megaeventos e Copa do Mundo (Série 2011-2016).

ANO	DESPORTO E LAZER	MEGAEVENTOS	COPA DO MUNDO
2011	11,6%	32,4%	569,9%
2012	-19,0%	- 51,2%	75,5%
2013	-7,2%	52,5%	-57,5%
2014	61,2%	140%	42,6%
2015	-1,2%	- 4%	-62,9%
2016	-11,9%	- 2,3%	-14,0%

Fonte: SIGA Brasil.

Elaboração própria.

A tabela 3 é esclarecedora quanto à participação dos megaeventos no Orçamento do Esporte e Lazer. A partir de 2010, percebe-se um significativo aumento percentual, onde os dois principais eventos (Jogos Olímpicos/Paraolímpicos 2016 e Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014) abocanham cada vez mais o Orçamento do

Desporto e Lazer. Na série histórica de 2010 cerca de 55,55% nos recursos orçamentários do Desporto e Lazer são utilizados pelos Megaeventos, com especial evidência para o ano de 2014 (ano de Copa do Mundo e de pleno investimento nas Olimpíadas), onde consome 69,44% dos recursos do setor. O que também chama atenção na Tabela 3 é que do total orçamentário para os megaeventos, somente 6,7% foi para a Copa do Mundo, sendo assim, os Jogos Olímpicos foram o evento que mais punçaram recursos do esporte e lazer.

Vale um destaque sobre a participação dos recursos orçamentários provenientes do Ministério da Defesa para os Jogos Mundiais Militares de 2010, que, mesmo após o grande evento, continuou a aportar recursos para o esporte e lazer, principalmente<sup>109</sup> através da ação orçamentária “Apoio à Realização de Grandes Eventos” e a ação orçamentária “Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional”.

A primeira ação envolve mais diretamente o fortalecimento de ações ligadas à defesa do território e do patrimônio nacionais, enfrentamento de terrorismo e apoio à segurança pública. Ou seja, as realizações dos Megaeventos contribuíram como justificativa para que as forças de segurança pudessem se aparelhar e se preparar em casos emergenciais de contingência e para cumprir a função repressiva do Estado. O aumento da força e intensidade da repressão das manifestações populares foi visível nesse período<sup>110</sup>.

A segunda ação envolve duas linhas de atuação, uma sobre um programa social esportivo para crianças e adolescentes, chamado de Programa Forças no Esporte (PROFESP), que envolve forças de segurança e programas sociais de esportes, com elementos ricos para análises acerca dos interesses, das concepções e dos objetivos que podem estar por detrás dessa relação, tais como: o uso do esporte para mitigação das expressões da

---

<sup>109</sup> O Ministério da Defesa também disponibilizou recursos orçamentários para mais duas ações que envolvem o aparelhamento e serviços das Forças Armadas, com justificativa a se preparar para a atuação nos grandes eventos esportivos: A ação “14T6 - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)” e a ação “15KP - Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas”.

<sup>110</sup> Essa discussão voltará à tona no próximo capítulo, na abordagem acerca das Jornadas de Junho 2013.

questão social, como a violência e a pobreza. Esta segunda ação não entra na conta dos Megaeventos, mas no orçamento de outras funções (Defesa Nacional) com o Esporte e Lazer.

Estudo de Guirra (2014) e Guirra e Castellani (2015) explicam como se deu o posicionamento estratégico do esporte militar no contexto dos megaeventos e principalmente a serviço da Agenda Rio 2016.

Em julho de 2011, foi realizada, em solo brasileiro, a V edição dos Jogos Mundiais Militares, um megaevento esportivo que, durante os 09 dias de sua realização transformou a cidade do Rio de Janeiro na capital mundial do esporte militar, trazendo para tanto uma grandiosa estrutura que contou com números impressionantes, como a presença de 110 países, 6.000 atletas, que disputaram 459 medalhas de ouro, 459 de prata e 503 de bronze, 2.000 delegados e árbitros, e 1.706 oficiais. Somada a esses números, os Jogos ainda puderam contar com uma força de trabalho de 25.735 pessoas, sendo 2.267 voluntários, 17.952 militares de apoio, 4.647 terceirizados e 724 envolvidos nas operações do evento, superando em números os Jogos Pan-americanos – Rio 2007 (GUIRRA; CASTELLANI FILHO, 2015, p. 03).

Os autores apresentam discurso do então ministro do Esporte Aldo Rebelo (2011-2015), que não por acaso virou Ministro da Defesa (2015-2016), demonstrando o compromisso do Governo Federal, através do Ministério do Esporte e do Ministério da Defesa, em garantir por meio do orçamento federal o curso da Agenda de Megaeventos.

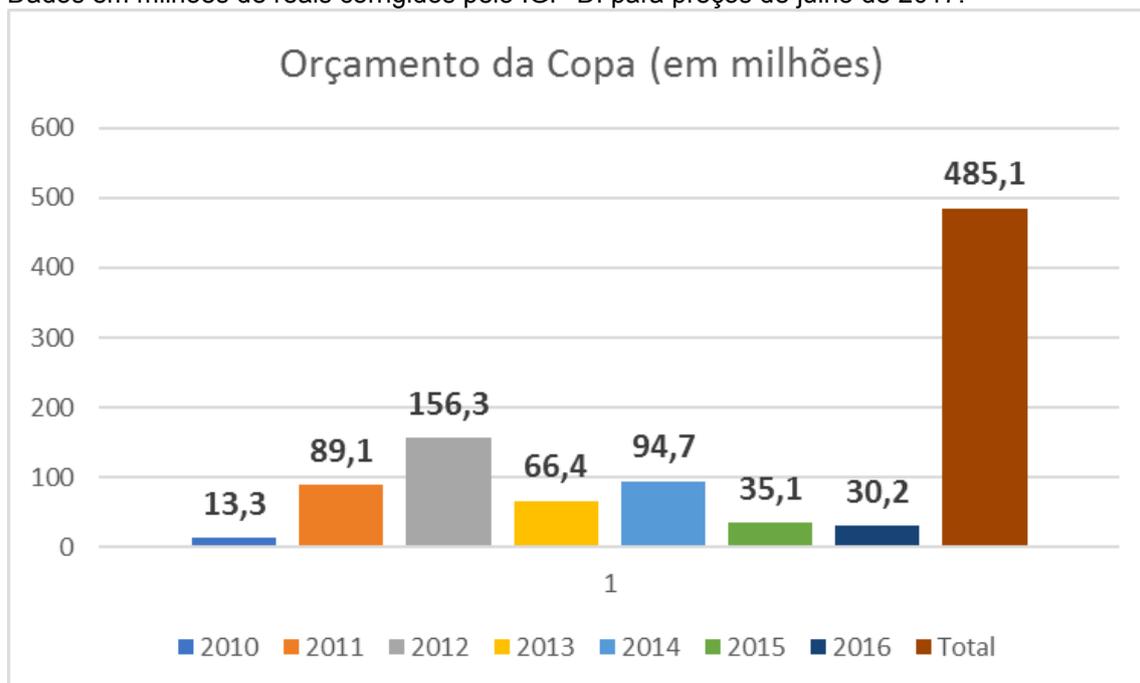
Para o Governo Federal, principal financiador dos Jogos, a liberação de um investimento na casa de R\$ 1,5 bi, ínfimo, se comparado aos valores investidos com a Copa do Mundo FIFA - 2014 e com os Jogos Olímpicos em 2016, significou o cumprimento da parte a ele destinada, confirmada na própria fala do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, em solenidade de assinatura de um protocolo de intenções para a utilização da Escola Superior de Educação Física do Exército, como sede de treinamento dos atletas brasileiros para os Jogos de 2016, no Rio, quando afirmou que para garantir o sucesso dos Jogos Militares e das outras grandes competições que viriam logo a seguir, o governo federal precisava fazer a sua parte, ou seja, entrar “[...] com a parte mais importante, que são os recursos. Não tem como a prefeitura e o governo do estado assegurar o êxito de um evento desse porte, sem os recursos federais. Muitas vezes não estaremos presentes nos eventos relacionados à preparação dos Jogos, mas na hora de resolver os problemas o governo federal estará sempre ao lado da prefeitura e do governo do estado (GUIRRA; CASTELLANI FILHO, 2015, p. 03).

Os Megaeventos também realizam a punção no Ministério da Defesa, primeiramente com a realização dos Jogos Mundiais Militares, e após 2013, com a preparação de atletas para os Megaeventos, investimentos de infraestrutura, e ações de apoio aos Megaeventos, mas preferencialmente às Olimpíadas. E são as Olimpíadas que acabam por se destacar na punção do Orçamento público na série história de 2010 a 2016, já que a Copa do Mundo representa em média somente 8,92 % do total do Orçamento destinado para os Megaeventos.

Na próxima tabela, coloca-se a intenção de verificar ano a ano os gastos orçamentários com a Copa.

Gráfico 1 – Orçamento da Copa.

Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.



Três principais ações marcaram o gasto orçamentário da Copa do Mundo: as ações (1) código 20DB, “Apoio e Realização da Copa do Mundo”, mas focado no âmbito da gestão e apoio logístico; (2) código 120M, “Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014”, visando o aparelhamento das instituições e formação da segurança pública e a ação (3) código 126V, “Controle de acesso e monitoramento dos estádios de futebol para segurança do torcedor”, que está mais ligada à infraestrutura, com aporte

de tecnologia aos Estádios para melhoria de logística e segurança do torcedor nos espetáculos esportivos ligados ao Futebol, ou seja, diretamente ligada às exigências da FIFA para a Copa do Mundo.

Quadro 7 – Ações Orçamentárias que compõe os Gastos Orçamentário com a Copa do Mundo, a partir da Ação Orçamentária seguida da sua descrição.

<b>Ações Orçamentárias escolhidos para compor os Gastos Orçamentário com a Copa do Mundo 2014</b>	
<b>Ação Orçamentária</b>	<b>Descrição</b>
<b>20DB Apoio e Realização da Copa do Mundo</b>	Apoio às ações necessárias para promoção, preparação, organização, realização e legado da Copa do Mundo FIFA 2014 e Copa das Confederações FIFA 2013, tais como: ações especiais de promoção e de participação em eventos internacionais para a divulgação do Brasil como país sede da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como eventos e campanhas nacionais; realização e atualização de estudos, levantamentos e pesquisas de dados e informações (quantitativos e qualitativos), com vistas a subsidiar a organização a Copa do Mundo 2014; contratação de serviços especializados de consultoria; criação, implantação e gestão de sistema de monitoramento das ações relativas à organização da Copa do Mundo FIFA 2014, com abrangência nas três esferas de Governo; apoio às ações de inteligência e segurança pública; aquisição/locação de equipamentos e serviços de manutenção de instalações esportivas; despesas diversas com outros serviços necessários. Visando, dessa forma, coordenar e acompanhar a preparação do Brasil para a Copa do Mundo FIFA 2014.
<b>126V Controle de acesso e monitoramento dos estádios de futebol para segurança do torcedor</b>	Execução da política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos esportivos, por meio da modernização de processos e procedimentos estabelecidos no estatuto de defesa dos direitos do torcedor, de forma a proporcionar o desenvolvimento de sistema integrado de segurança, conforto, higiene e acessibilidade nos estádios de futebol, bem como o apoio ao funcionamento dos Juizados Especiais do Torcedor; coordenação da implantação do sistema de defesa dos direitos do torcedor, por meio de parcerias com o poder público regional e a sociedade civil organizada; realização de diagnóstico e estudos técnicos para subsidiar ações de fortalecimento do sistema de defesa dos direitos do torcedor.
<b>120M Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014</b>	Aparelhamento das instituições de segurança pública (órgãos policiais, corpos de bombeiros militares, estrutura e tecnologia de segurança pública e reestruturação e modernização da perícia forense). Educação e valorização profissional (instrução e capacitação dos profissionais de segurança pública). Polícia comunitária e atendimento ao turista (ações de policiamento comunitário e ao turista). Segurança aeroportuária e polícia de imigração (inteligência e prevenção ao terrorismo, polícia de imigração, policiamento em áreas de fronteiras e segurança aeroportuária).

Fonte: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2016/cadastro-de-aco-es-1/2035.pdf>

Outra ação orçamentária, de código 20Jo, que trata da “Promoção da Defesa dos direitos do torcedor e do apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino”, não foi considerada como parte do escopo que foi escolhido para compor os gastos orçamentários com a Copa do Mundo, pois são relativas à gestão e ao desenvolvimento do espetáculo esportivo, com ações ligadas ao papel de torcedor-consumidor e também ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino. Essa ação, apesar de tratar de futebol, e que dificilmente aconteceria se a Copa não estivesse na agenda política, fica restrito ao desenvolvimento das práticas esportivas, gestão (Programa de Desenvolvimento dos Clubes de Futebol profissional), aprimoramento do calendário e o desenvolvimento do futebol feminino, conforme quadro abaixo:

Quadro 8 – Ação Orçamentária que trata do desenvolvimento do futebol e promoção de direito do torcedor e que não foi escolhido para compor a base de análise dos gastos orçamentários com a Copa do Mundo 2014.

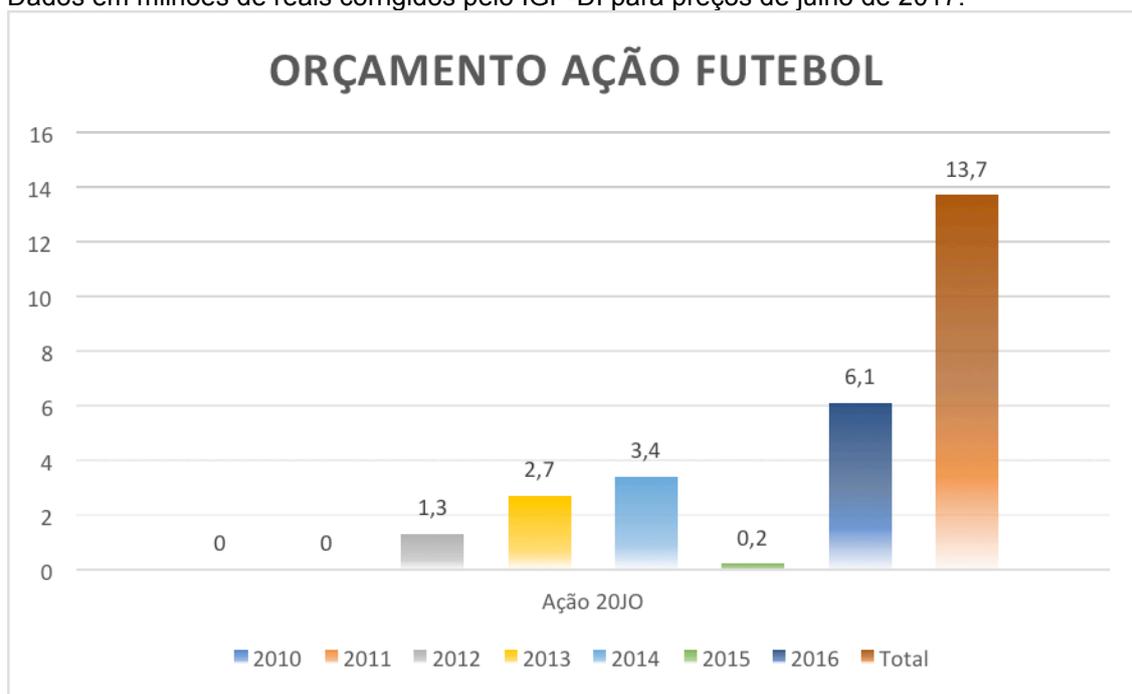
<b>Ação Orçamentária do Futebol</b>	<b>Descrição</b>
20JO Promoção da Defesa dos direitos do torcedor e apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino	Implantação do Programa de Desenvolvimento dos Clubes de Futebol Profissional, por meio da adesão dessas entidades a contratos de desempenho focados na melhoria de sua gestão e governança, possibilitando o aumento da participação da cadeia produtiva do futebol no PIB nacional; incentivo à racionalização do calendário do futebol, promovendo esforços de coordenação junto às entidades para que todos os clubes tenham anualmente pelo menos 10 meses ocupados com atividades de competição; contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino no cenário nacional especialmente por incentivo à realização de competições estaduais e regionais; realização de estudos sobre o futebol profissional feminino e masculino, com objetivo de contribuir para o aprimoramento de sua gestão e para o desenvolvimento de sua cadeia produtiva.

Fonte: Elaboração própria.

Essa ação orçamentária iniciou-se em 2012 e, em 5 anos, somou 13,7 milhões, valor irrisório considerando o desafio a que se pretende a ação, vinculada a uma Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, conforme pode-se verificar na tabela abaixo:

Gráfico 2 – Orçamento ação Futebol.

Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.



**Fonte:** SIGA Brasil  
Elaboração própria.

Não tem sentido uma secretaria específica para o futebol, a não ser para regular e preservar a gestão desse patrimônio cultural brasileiro a partir dos interesses do esporte como direito e também do desenvolvimento do futebol feminino para a superação de práticas misóginas e machistas. No entanto, não se percebe essa perspectiva ou intenção nos 5 anos, desde que foi criada.

Para além da Fonte Orçamentária, existem as duas outras fontes anteriormente mencionadas, extra-orçamentárias e indiretas. Não foram identificados recursos extra-orçamentários na organização e realização da Copa do Mundo. Estudo de Carneiro e Mascarenhas (2017) analisaram as subfontes que originaram recursos para o gasto extra-orçamentário para o Esporte e Lazer: (1) Repasse sobre concursos prognósticos e loterias para entidades esportivas; (2) Patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais e (3) Contribuição sobre salário e transferência de atletas. Juntas, essas três subfontes foram responsáveis por cerca de 4,6 bilhões de reais, conforme se vê na tabela abaixo.

Tabela 5 – Fonte Extra-Orçamentária - Série 2010-2015.

Dados em milhões de reais, corrigidos pelo IGP-DI para preços de 2015 e posteriormente corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.

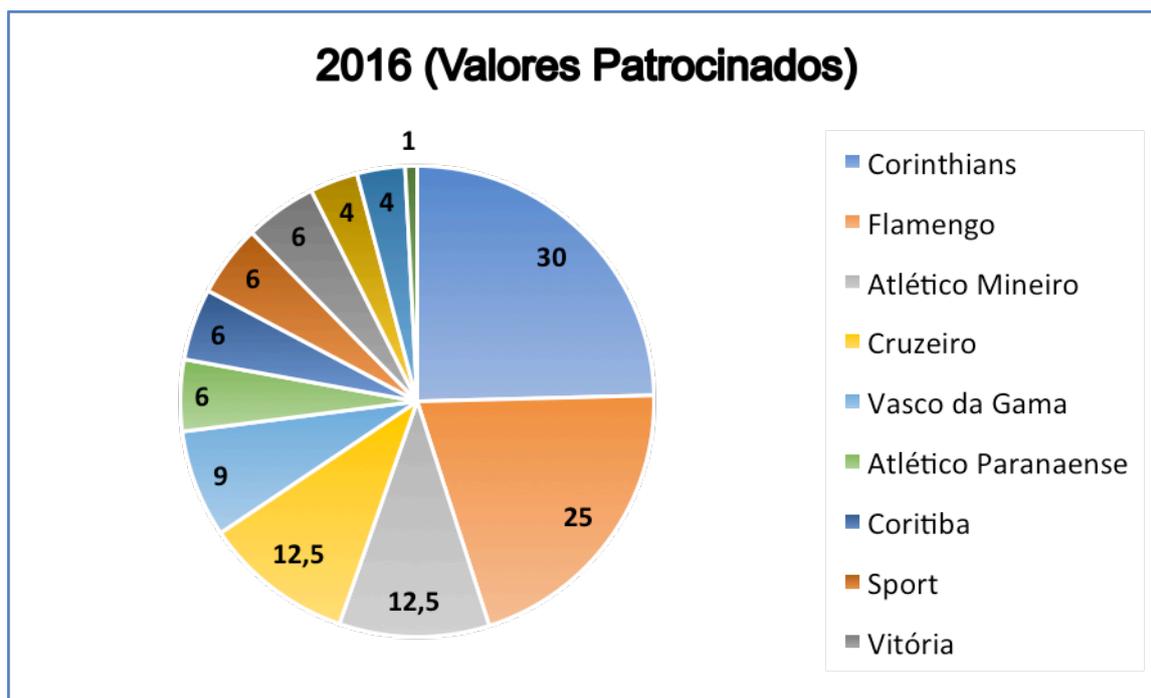
<b>Fonte Extraorçamentária do Desporto e Lazer</b>							
<b>Subfonte</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Total</b>
Repasse sobre concursos prognósticos e loterias para entidades esportivas	323,5	327,5	373,2	418,7	523,1	518,3	2484,3
Patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais	267,5	323,9	306,5	456,7	624,3	550,0	2529,0
Contribuição sobre salário e transferência de atletas	15,1	10,1	4,9	6,2	6,4	6,4	49,2
<b>Total</b>	<b>606,2</b>	<b>661,5</b>	<b>684,6</b>	<b>881,7</b>	<b>1153,8</b>	<b>1074,8</b>	<b>5062,5</b>

**Fonte:** Carneiro e Mascarenhas, 2017.

Parcela de dinheiro público extra-orçamentário é direcionada ao desenvolvimento do mundo do futebol espetáculo, como, por exemplo, o jogo lotérico Timemania, concurso de prognóstico destinado à garantia de receita de entidades desportivas de futebol e para o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, instituído pela Lei n. 11.345/2006 e alterada pela Lei n. 11.505/2007.

O Decreto n. 6.555/2008 regulamenta o patrocínio esportivo pelos órgãos e entidades da administração federal, o que possibilita que as estatais públicas sejam responsáveis por boa parte dos recursos de patrocínio que vão ao esporte profissional, especialmente o esporte olímpico e o futebol. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, começou a patrocinar clubes de futebol profissional em 2012, e hoje é a maior patrocinadora do futebol brasileiro. Já totalizam 26 equipes de ponta que contaram com o patrocínio máster da Caixa. Em 2016, foram 12 times de futebol, totalizando 122 milhões de reais.

Gráfico 3 – Valores patrocinados pela Caixa aos clubes de futebol do Brasil (2016).

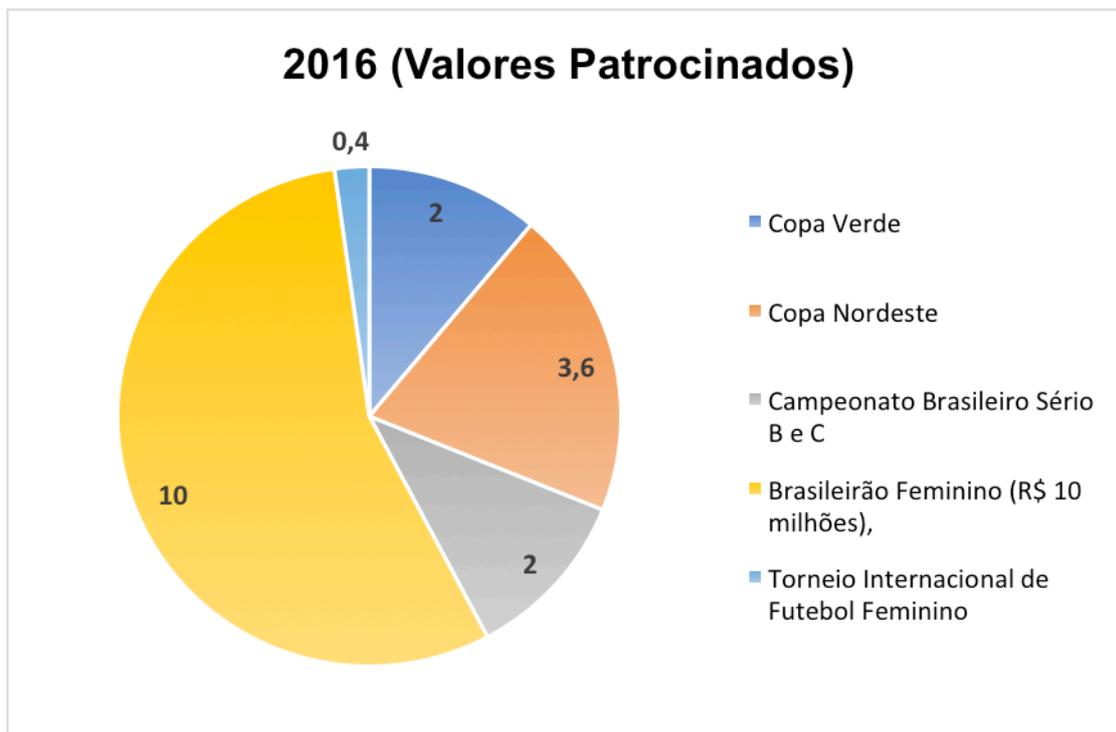


Fonte: <http://www.caixa.gov.br/esportes/Paginas/default.aspx#>

Elaboração própria.

No mesmo ano, a Caixa Econômica Federal patrocinou os seguintes campeonatos: Copa Verde (R\$ 2 milhões) disputada por clubes do Norte, Centro-Oeste e do Espírito Santo, Copa do Nordeste (R\$ 3,6 milhões), Brasileirão Feminino (R\$ 10 milhões), Torneio Internacional de Futebol Feminino (R\$ 400 mil), principal torneio internacional das Américas e o Campeonato Brasileiro Séries B e C (R\$ 2 milhões).

Gráfico 4 – Valores patrocinados pela Caixa aos clubes de futebol do Brasil (2016).



Fonte: <http://www.caixa.gov.br/esportes/Paginas/default.aspx#>

Elaboração própria.

Outra iniciativa governamental em prol do futebol foi o PROFUT (Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro), instituído pela lei 13.155, de 4 de agosto de 2015. Os clubes de futebol profissional acumulam, ao longo das décadas, diversas dívidas com a União, devido à falta de transparência, inadimplência e sonegação fiscal destes com o pagamento de tributos relativos a questões trabalhistas, previdenciárias, transações comerciais, obras de infraestruturas, entre outras. O PROFUT<sup>111</sup> proporcionou o parcelamento de débitos na Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e no Banco Central do Brasil, no Ministério do Trabalho e Emprego, como as dívidas do FGTS (Fundo de

<sup>111</sup> “Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis n<sup>os</sup> 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis n<sup>os</sup> 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória n<sup>o</sup> 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências” (BRASIL, Lei 13155/2015).

Garantia por Tempo de Serviço), além de perdoar cerca de 30% das dívidas fiscais estimadas em torno de R\$ 5,5 bilhões de aproximadamente 137 clubes e entidades de administração do futebol. Para a fiscalização e cumprimento das exigências e contrapartidas previstas no PROFUT, foi criada Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT), pela Lei nº 13.155/2015 e regulamentada pelo Decreto nº 8.642 de 19 de janeiro de 2016.

Quanto à fonte indireta, existem duas ligadas ao futebol, a Lei de Incentivo ao Esporte e os Gastos Tributários estimados pela Receita Federal. A Lei nº. 11.438/2006, alterada pela Lei n. 11.472/2007, conhecida como “Lei de Incentivo ao Esporte”, dispõe sobre benefícios fiscais às pessoas físicas e jurídicas que apoiarem atividades ligadas ao esporte e lazer e seguem “as mesmas medidas de incentivos fiscais implementadas para a cultura: Lei Rouanet (Lei nº. 8.313/1991) e Lei do Audiovisual (Lei nº. 8.685/1993).

A Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) (Lei nº. 11.438/2006) é uma forma simplificada de uso dos recursos do fundo público, uma vez que estes não seguem os “trâmites e controles orçamentários estabelecidos, sendo executados diretamente por organizações não governamentais ou entes governamentais fora da esfera federal. Além disso, tais recursos não se submetem a eventuais contingenciamentos de despesa pelo Poder Executivo” (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2013, p. 2).

A legislação em vigor autoriza as pessoas físicas a descontar até 6% do imposto devido, e as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, até 1% 97(MATIAS E MASCARENHAS, p. 100).

Estudo de Matias e Mascarenhas (2015, p. 104) demonstra que “somente os clubes de futebol profissional detêm 8% de todo o recurso captado [...] os seis clubes de futebol que mais se beneficiaram no período analisado” foram, em ordem decrescente: São Paulo/SP, Araxá/MG, América/MG, Criciúma/SC, Atlético/MG e Osasco/SP.

Em agosto de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.438, mais conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), que autoriza a dedução do Imposto de Renda (IR) por pessoas físicas e jurídicas, limitada a um percentual, para doações e patrocínios a projetos desportivos e paradesportivos. A Lei tinha validade de 2007 a 2015. Em 2015, a presidenta Dilma expediu a Medida Provisória 671/2015 que prorrogou até 2022 a validade da Lei. O Projeto de Lei do Senado (PLS 278/2015) está em tramitação e altera a LIE, estendendo sua

duração até 2025, e prevê aumentar o total de dedução do imposto devido, bem como aumentar as exigências para proponentes e beneficiários.

O Gasto Tributário é uma discussão importante de ser feita, porque é a parte invisível do Fundo público. É o dinheiro que deixa de ser arrecadado pelos Tributos e, por conseguinte, deixa de compor o Orçamento Geral da União.

A dimensão do financiamento indireto permite analisar as implicações das desonerações tributárias concedidas pelo governo, em especial, no contexto de crise do capital, no financiamento das políticas sociais, pois implica no aumento da participação do setor privado na oferta das políticas sociais e na ausência do controle democrático dessas medidas. Para compreender o financiamento indireto das políticas sociais é importante compreender o conceito de gasto tributário. (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 23).

Tomando os valores estimados de bases efetivas pela Receita, para o ano de 2014, o Gasto Tributário foi de 257 bilhões de reais em valores de 2014. Corrigindo esse total pelo IGP-DI, de julho de 2017, esse valor equivale à 301,7 bilhões de reais. Esse montante que deixou de ser arrecadado pelo Governo Federal, significa 11,26% do Orçamento Geral da União, de 2 bilhões e 673 milhões de reais, igualmente corrigido.

O valor de 301 milhões representa também mais de 20% das despesas primárias do Orçamento, sendo quase 3 vezes o Orçamento da Saúde e 3 vezes o Orçamento da Educação. A renúncia fiscal alcança praticamente 300 vezes o Orçamento da Função Desporto e Lazer. E chega a 22,38% da arrecadação tributária do exercício financeiro de 2014. Salvador e Teixeira (2014, p.23) investigaram o período de 2004 a 2012 e demonstraram “o aumento substancial de renúncias tributárias: na área de saúde saltou de R\$ 5,2 bilhões (2004) para R\$ 16,3 bilhões (2012), na educação a evolução foi de 337,5% (de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 7,0 bilhões), e na assistência social, a renúncia tributária cresceu 78,3%, passando de R\$ 2,3 bilhões (2004) para R\$ 4,1 bilhões (2012).

A isenção fiscal é uma fonte indireta de financiamento, ou seja, onde comumente grandes empresas deixam de recolher percentual dos seus impostos, deduzindo do que precisam pagar à Receita Federal, estadual, distrital ou municipal para determinada ação, projeto, programa ou política

específica. As desonerações tributárias e incentivos fiscais constituem-se num “conjunto de medidas legais de financiamento público não orçamentário de políticas públicas (econômicas e sociais)” (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 23), para garantir, na maioria das vezes, benefícios ao capital.

No Brasil o governo vem adotando, desde 2008, entre outras medidas, para socorrer o capital durante a crise, um conjunto de desonerações tributárias que afetam o financiamento do orçamento da seguridade social. A título de exemplo, em 2009, ocorreu uma perda de R\$ 21,5 bilhões na arrecadação tributária devido às desonerações concedidas a diversos setores econômicos. Sendo que os tributos que mais contribuíram para esta queda de arrecadação foram a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a contribuição social para o PIS/Pasep, que são fontes importantes no financiamento da seguridade social brasileira, respondendo por 49% do declínio da arrecadação tributária, em 2009. (SALVADOR, 2010a); (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 23).

As políticas de isenção fiscal acabam por diminuir a receita do Orçamento Público e, conseqüentemente, as receitas que possuem destinação orçamentária pré-definida, tal como Educação, Saúde, Previdência etc., se inserindo “no processo de desresponsabilização do Estado para o financiamento e execução das políticas sociais que garantem direitos de cidadania (MATIAS et. al., 2016, p. 96).

Essa base de financiamento é mais difícil de se identificar e analisar, pois cada lei específica possui uma regulamentação própria e um portal de transparência exclusivo para análise e controle social.

Matias et. al (2016, p. 96) apontam que um dos motivos apontados “pelo governo Lula para justificar a criação do Ministério do Esporte (ME) foi o financiamento restrito para o setor esportivo. Conforme análise governamental, tal limitação orçamentária devia-se, entre outros fatores, à inexistência de uma política de financiamento que garantisse a diversificação de recursos, inclusive, aqueles oriundos de isenção fiscal.” Para a Copa do Mundo, a isenção fiscal foi garantida pela elaboração de leis específicas, a fim de criar uma “bolha de isenção fiscal” que compreendesse a totalidade dos interesses da FIFA, especialmente a Lei 12.350/2010 e a Lei 12663/2012 – a Lei Geral da Copa. Acordado no processo de eleição como país sede, nos termos das Garantias Governamentais, foram garantidas importação e exportação de bens isentos de

impostos federais, estaduais ou locais e a concessão de isenção geral de impostos à FIFA e seus parceiros comerciais e operacionais.

Essas duas últimas garantias apresentam um flagrante desrespeito ao dinheiro público do país, vide o restrito número de beneficiados que compõe o Bloco de poder da Copa 2014, já que isenções de impostos incidem diretamente em menos receita na composição geral do orçamento público da União, o que incide no orçamento das políticas sociais e na garantia de direitos.

As escolhas das empresas e das pessoas físicas se pautam não pelo interesse coletivo, mas individual. A preocupação é com a ampliação do capital econômico e não com o atendimento das necessidades da população de acesso aos bens esportivos. O que é coerente com a lógica das leis de incentivo, afinal, quem define as prioridades não é o Estado, ainda que o recurso utilizado seja público, a deliberação e as escolhas são de responsabilidade das empresas (MATIAS, et. al. 2016, p. 106).

A FIFA logrou isenção de qualquer tributo referente às atividades próprias que estejam vinculadas à realização e/ou à organização da Copa 2014 e os demais eventos derivativos deste. A Lei n. 12.350/2010 concede isenção sobre: IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte); IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros); IRPJ (Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas); CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); PIS e PIS-Importação (Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço); COFINS e COFINS-Importação (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); CONDECINE (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional); e CIDE-ROYALTIES (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico).

A entidade enviou para a Receita Federal brasileira uma lista de pessoas físicas e jurídicas, que diretamente iriam prestar serviços para o desenvolvimento de atividades relacionadas à Copa das Confederações 2013 e para a Copa do Mundo 2014.

Abaixo, segue a lista dos Contribuintes Habilitados aos Benefícios da Lei nº 12.350 de 2010, relativos à Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 e demais eventos relacionados.

Quadro 9 – Contribuintes Habilitados aos Benefícios da Lei nº 12.350/2010. IN RFB nº 1.211/2011.

<b>Habilitadas<sup>112</sup></b>	
1	FIFA World Cup Brazil Assessoria Ltda.
2	Eventos: Copa das Confederações Fifa 2013 e Copa do Mundo Fifa 2014 e correlatos
3	HBS Brasil Ltda.
4	Federation Internationale de Football Association FIFA
5	Match Hospitality Serviços Ltda.
6	Match Serviços de Eventos Ltda.
7	BE Projetos Especiais SPE Ltda.
8	DOMINIQUE BERNARD BOYER
9	KOICHIRO KATO <sup>113</sup>
10	JAY CREIGHTON NEUHAUS <sup>114</sup>

Apesar da Instrução Normativa RFB nº 1.211, de 24 de novembro de 2011, ter sido revogada pelo Art. 25, na Instrução Normativa RFB nº 1289, de 04 de setembro de 2012, em parágrafo único determinam que permaneçam válidas as habilitações concedidas na Instrução Normativa anterior, para fins de gozo dos benefícios fiscais relativos à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. A nova normativa de 2012 amplia essas habilitações, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Quadro 10 – Contribuintes Habilitados aos Benefícios da Lei nº 12.350/2010. IN RFB nº 1.289/2012.

<b>Habilitadas<sup>115</sup></b>	
1	2014 FIFA WORLD CUP VENDA DE INGRESSOS LTDA.
2	COPA DO MUNDO FIFA 2014 – COMITÊ ORGANIZADOR BRASILEIRO LTDA.
3	MATCH SERVICES AG
4	MATCH HOSPITALITY AG
5	EVENTO: SORTEIO FINAL DA COPA DO MUNDO BRASIL 2014 <sup>116</sup>
6	EVENTO: 1st FIFA WORLD BROADCASTER MEETING
7	TELEBRÁS COPA S/A
8	EVENTO: 2st FIFA WORLD BROADCASTER MEETING
9	SA GL EVENTS SERVICES – PAÍS: FRANÇA
10	MATCH HOSPITALITY AG – PAÍS: SUIÇA
11	MATCH SERVICES AG – PAÍS: SUIÇA
12	FEDERAZIONE ITALIANA GIUOCO CALCIO – F.I.G.C.

<sup>112</sup> Conforme IN RFB nº 1.211/2011. Estabelece procedimentos necessários para habilitação ao gozo dos benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010. Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36794&visao=anotado>  
Acesso em: 21 de jul. 2016. Revogado(a) pelo(a) Instrução Normativa IN RFB nº 1.289/2012.

<sup>113</sup> Chefe do Departamento de Competições da FIFA.

<sup>114</sup> *Marketing Event Management*.

<sup>115</sup> Conforme IN RFB nº 1.289/2012. IN RFB nº 1.289/2012. Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=38560>  
Acesso em: 21 de jul. 2016.

<sup>116</sup> \* Revogado pelo ADE DRF/RJ2 nº 130/2013. Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=44728&visao=anotado>  
Acesso em: 21 de jul. 2016.

13	SA GL EVENTS SERVICES – LEI Nº. 12.350/2010
14	EVENTO: SORTEIO FINAL DA COPA DO MUNDO BRASIL 2014
15	ASOCIACION URUGUAYA DE FUTBOL
16	INFRONT HOSPITALITY MANAGEMENT AG
17	HBS 2014 LTD.
18	EVENTO: FIFA FAN FESTS
19	EVENTO: 64th FIFA CONGRESS (64º CONGRESSO FIFA)
20	MEDIA PRODUCCION
21	EVENTO: FOOTBALL FOR HOPE FESTIVAL 2014
22	HBS 2014 AG – PAÍS: SUIÇA
23	FIFA TICKETING AG – PAÍS: SUIÇA
24	DEUTSCHER FUBBAL BUND EV
25	JAPAN FOOTBALL ASSOCIATION
26	FOOTBALL FEDERATION AUSTRALIA LIMITED
27	REAL FEDERACION ESPAÑOLA DE FÚTBOL
28	UNITED STATES SOCCER FEDERATION INC
29	KOREA FOOTBALL ASSOCIATION
30	UNIVISION COMMUNICATIONS INC – EXCLUSIVAMENTE PARA OPERAR NO COMÉRCIO EXTERIOR'
31	FOOTBALL FEDERATION AUSTRALIA LIMITED
32	REAL FEDERACION ESPAÑOLA DE FÚTBOL
33	UNITED STATES SOCCER FEDERATION INC
34	KOREA FOOTBALL ASSOCIATION
35	UNIVISION COMMUNICATIONS INC – EXCLUSIVAMENTE PARA OPERAR NO COMÉRCIO EXTERIOR
36	SWISS FOOTBALL ASSOCIATION
37	ROYAL NETHERLANDS FOOTBALL ASSOCIATION
38	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL
39	FEDERACIÓN COSTARRICENSE DE FÚTBOL
40	THE FOOTBAL ASSOCIATION LIMITED
41	DUFRY SOUTH AMERICA INVESTMENTS S.A. - EXCLUSIVAMENTE PARA OPERAR NO COMÉRCIO EXTERIOR
42	ESPN PRODUCTIONS INC. - EXCLUSIVAMENTE PARA OPERAR NO COMÉRCIO EXTERIOR
43	AGGREKO INTERNATIONAL PROJECTS LIMITED - EXCLUSIVAMENTE PARA OPERAR NO COMÉRCIO EXTERIOR
44	INFRONT HOSPITALITY MANAGEMENT AG
45	CONTINENTAL REIFEN DEUTSCHLAND GMBH - EXCLUSIVAMENTE PARA OPERAR NO COMÉRCIO EXTERIOR
46	HELLENIC FOOTBALL FEDERATION -
47	ALL RUSSIAN PUBLIC ORGANIZATION – FOOTBALL UNION OF RUSSIA
48	FIFA TRAVEL GMBH – PAÍS: SUIÇA
49	TAITTINGER CCVC - EXCLUSIVAMENTE PARA OPERAR NO COMÉRCIO EXTERIOR
50	UNION ROYALE BELGE DES SOCIETES DE FOOTBALL
51	FEDERACION MEXICANA DE FUTBOL ASOCIACION, A.C.
52	FOOTBALL FEDERATION OF BOSNIA AND HERZEGOVINA
53	FEDERACION NACIONAL AUTONOMA DE FUTBOL DE HONDURAS – FENAFUTH
54	FEDERATION CAMEROUNAISE DE FOOTBALL (FECAFOTT)
55	C.S.M PROJETOS ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS SPE LTDA
56	ZDF ZWEITES DEUTSCHES FERNSEHEN - EXCLUSIVAMENTE PARA OPERAR NO COMÉRCIO EXTERIOR
57	CROATIAN FOOTBALL FEDERATION
58	FEDERATION FRANCAISE DE FOOTBALL

A Instrução Normativa da RFB nº 1.289 de 2012 também habilitou e o Guia Aduaneiro da Receita Federal<sup>117</sup> regulamentou operadores logísticos para prestarem serviços logísticos, realizar importações e despachos aduaneiros com benefícios fiscais para os fins de sua participação na Copa do Mundo de 2014, conforme determina a Lei 12.350 de 2010.

Quadro 11 – Contribuintes Habilitados aos Benefícios da Lei nº 12.350/2010. IN RFB nº 1.289/2012.

<b>Habilitada</b> <sup>118</sup>	
<b>1</b>	PODIUM GLOBAL SPORTS LOGISTICS SA.
<b>Contratantes</b>	
<b>1.1</b>	JAPAN FOOTBALL ASSOCIATION
<b>1.2</b>	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL
<b>1.3</b>	UNITED STATES SOCCER FEDERATION INC
<b>1.4</b>	KOREA FOOTBALL ASSOCIATION
<b>1.5</b>	SWISS FOOTBALL ASSOCIATION (SUIÇA)
<b>1.6</b>	THE FOOTBAL ASSOCIATION LIMITED – (INGLATERRA)
<b>1.7</b>	HELLENIC FOOTBALL FEDERATION - (GRÉCIA)
<b>1.8</b>	UNION ROYALE BELGE DES SOCIETES DE FOOTBALL
<b>1.9</b>	FOOTBALL FEDERATION OF BOSNIA AND HERZEGOVINA
<b>Habilitada</b>	
<b>2</b>	WAIVER LOGÍSTICA BRASIL LTDA.
<b>Contratantes</b>	
<b>2.1</b>	ROYAL NETHERLANDS FOOTBALL ASSOCIATION - (HOLANDA)
<b>2.2</b>	DEUTSCHER FUBBAL BUND EV – (ALEMANHA)
<b>2.3</b>	FEDERACION MEXICANA DE FUTBOL ASOCIACION, A.C. - (MÉXICO)

O Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (DGT) da Receita Federal é o documento no qual se estima a perda de arrecadação decorrente da concessão de benefícios de natureza tributária (gastos tributários), a renúncia é calculada com base em dados efetivos numa série de 5 anos.

Na tabela a seguir, demonstra-se que o total de arrecadação do Governo Federal, por meio de tributos federais, na série histórica de 2010 a 2015, chegou a 7 trilhões e 443 bilhões, enquanto o Gasto Tributário para esse mesmo período foi de 1 trilhão e 511 bilhões de reais, cerca de 20,38%.

<sup>117</sup> Disponível em:

[http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/Legislacao/Ins/2014/IN1461/GuiaAduaneiro\\_CopaMundoFifa2014.pdf](http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/Legislacao/Ins/2014/IN1461/GuiaAduaneiro_CopaMundoFifa2014.pdf). Acesso em: 21 de jul. de 2016.

<sup>118</sup> Operador Logístico – Art. 8º- A - IN RFB nº 1.289/2012. Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=38560>  
Acesso em: 21 de jul. de 2016.

Tabela 6 – Arrecadação tributária, gasto tributário e relação percentual de 2010 a 2015.

Dados em bilhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação total</b>	<b>Gasto Tributário Total</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>2010</b>	823	178,5	21,7
<b>2011</b>	1304,9	211,9	16,24
<b>2012</b>	1300,9	239,2	18,39
<b>2013</b>	1359,8	276	20,3
<b>2014</b>	1348	301,7	22,38
<b>2015</b>	1307,3	304,1	23,26
<b>Total</b>	<b>7443,9</b>	<b>1511,4</b>	<b>20,38</b>

**Fonte:** Elaboração própria. Demonstrativo dos Gastos Tributários da Receita Federal e Demonstrativo dos Gastos Tributários: Estimativas das Bases Efetivas.

No documento DGT, foi possível discriminar todos os Gastos Tributários da função esporte e lazer. Considerando a série histórica de 2010 a 2016, o montante mais significativo foram os GT da Olimpíada, que chegaram a quase 3 bilhões e 300 milhões.

Dois outras ações remetiam à Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, a ação Copa do Mundo que abarcava tudo relativo à “Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo FIFA (2014)” e a RECOPA, Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol, ou seja, gastos mais ligados à infraestrutura deste Megaevento. Somadas, as duas ações totalizaram pouco mais de 481 milhões de reais, cerca de 12.74% dos gastos totais com Megaeventos.

Tabela 7<sup>119</sup> – Gastos tributários com Eventos Esportivos, culturais e científicos e com Desporto  
 Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017

<b>Gastos Tributários</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Total</b>
Copa do Mundo	0	0	4,4	30,4	110,81	52,08	0	<b>197,69</b>
Equipamentos Desportivos	0	0	271,6	0,005	0	0,22	0,03	<b>271,89</b>
Entidades Sem Fins Lucrativos (Recreativos)	271,8	278	0,02	254,43	258,04	208,3	198,22	<b>1468,71</b>
Evento Esportivo, Cultural e Científico	0	0	0,01	0,14	0,32	0,16	0,05	<b>0,69</b>
Incentivo ao Desporto	102,6	276,2	227,2	231	234,6	230,2	218,99	<b>1520,76</b>
Olimpíada	0	0	128,4	82,26	11,28	505,58	2465,36	<b>3294,46</b>
RECOPA	0	0	72,8	201,46	9,33	0	0	<b>283,55</b>
<b>Total</b>	<b>374,4</b>	<b>554,1</b>	<b>704,4</b>	<b>799,7</b>	<b>725,96</b>	<b>996,55</b>	<b>2882,64</b>	<b>7037,75</b>

**Fonte:** Elaboração própria. Fonte: Elaboração própria. Demonstrativo dos Gastos Tributários da Receita Federal e Demonstrativo dos Gastos Tributários: Estimativas das Bases Efetivas.

Na Tabela abaixo, analisa-se a totalidade do Gasto Tributário do Desporto e Lazer, comparando-o com o GT Megaeventos, e este, por sua vez, com o GT Copa do Mundo. Os Gastos Tributários com os Megaeventos reúnem os gastos com Olimpíadas Rio 2016, com a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 e Copa das Confederações 2013. Já o GT Copa do Mundo reúne os gastos com a subfunção Copa do Mundo (Organização e Operacionalização) e com a RECOPA. Os Gastos totais com Megaeventos Esportivos representaram, nessa série histórica, cerca de 53,65% dos Gastos Tributários Totais, considerando que não houve Gastos tributários com Copa do Mundo e Olimpíadas em 2010 e 2011. De 2012 a 2016, os GT Megaeventos chegam a expressivos 61.80% dos GTs totais.

<sup>119</sup> Nas tabelas do DGT da Receita Federal, é recorrente aparecer a sigla “ni” no lugar dos valores de gasto tributário estimado, para representar que um gasto “não identificado”. Esse é um dos limites que o documento da Receita Federal possui para esse tipo de análise, já que para a consolidação do documento, a Receita vai em diversificadas fontes para calcular a estimativa, mas que nem sempre consegue um valor estimado. Para fins deste estudo, toda vez em que apareceu a sigla “ni” em algum item, o mesmo foi considerado inexistente.

Tabela 8 – Gastos Tributários com desporto e lazer, Megaeventos e Copa do Mundo de 2010 a 2015.

Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.

<b>Ano</b>	<b>GT Desporto e Lazer</b>	<b>GT Megaeventos</b>	<b>GT Copa do Mundo</b>
<b>2010</b>	533,6	0	0
<b>2011</b>	554,1	0	0
<b>2012</b>	576	77,2	77,2
<b>2013</b>	800	312,3	231,9
<b>2014</b>	725,7	235	120,1
<b>2015</b>	996,5	557,7	52,1
<b>2016</b>	2882,64	2465,36	0
<b>Total</b>	<b>7068,54</b>	<b>3647,56</b>	<b>481,24</b>

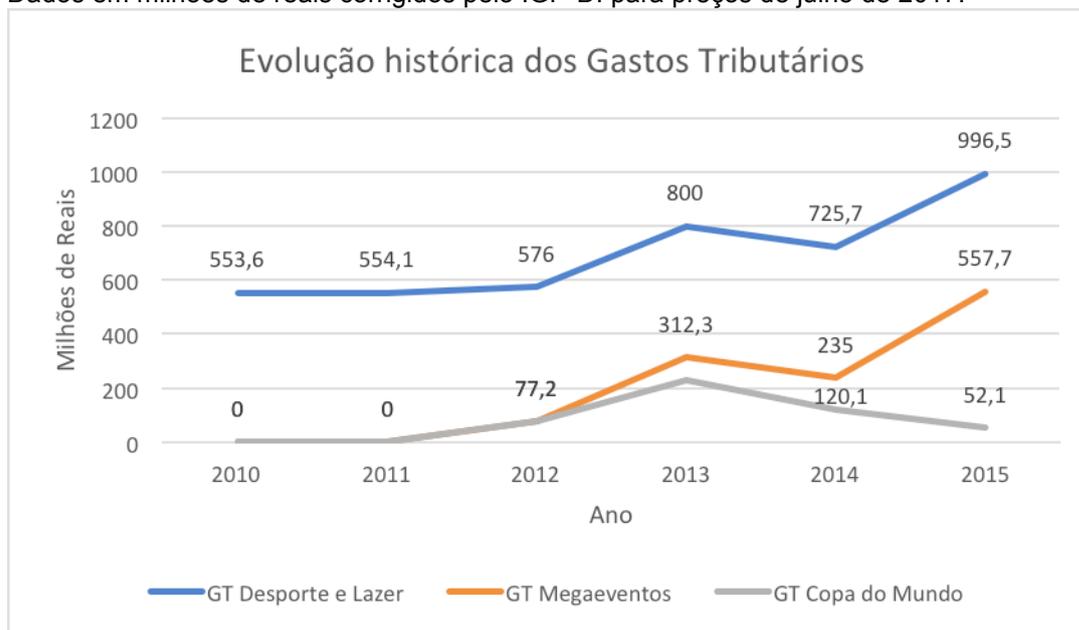
**Fonte:** Demonstrativo dos Gastos da Receita Federal e Demonstrativo dos Gastos Tributários: Estimativas das Bases Efetivas.  
Elaboração própria.

Percebe-se que, antes da Copa do Mundo, não houve Gastos Tributários com Megaeventos esportivos, ou seja, o Pan Rio 2007 e os Jogos Mundiais Militares não foram agraciados com fiscal, como foram as Olimpíadas 2016 e a Copa 2014, sendo a primeira amparada pela Lei 12.780/13 e a segunda pela Lei 12350/2010, e ainda, ambas pelo Decreto nº 8.463/2015.

No Gráfico abaixo, fica nítido que os Gastos Tributários com os Megaeventos acompanham a trajetória dos gastos Tributários da função Desporto e Lazer, isso se explica porque, quando o GT da Copa acaba em 2015, ano limite de vigor da Lei 12350/2010, aumenta os GTs com as Olimpíadas que vai se realizar em 2016 e a lei 12780/13 fica em vigor até 2017.

Gráfico 5 – Evolução histórica dos Gastos Tributários com Desporto e Lazer, Gastos Tributários com Megaeventos e Gastos Tributários com a Copa 2014.

Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.



**Fonte:** Elaboração própria. Demonstrativo dos Gastos Tributários da Receita Federal e Demonstrativo dos Gastos Tributários: Estimativas das Bases Efetivas.

A Próxima tabela permite visualizar a variação percentual dos gastos tributários com os GTs Megaeventos e o GT Desporto e Lazer. Como explicado anteriormente, não ocorreu Gastos Tributários com Megaeventos em 2010 e 2011, desta forma a variação com o Gasto Tributário com o Desporto e Lazer, nesses dois anos, foi respectivamente, 3,84% e 3,95%.

Com a aprovação da Lei de Incentivo Fiscal à FIFA e o COI e seus patrocinadores e apoiadores comerciais, houve um acréscimo de 38,98% de gastos tributários na função Desporto e Lazer. Esse aumento foi puxado pelos GTs Megaeventos que tiveram expressivos 304,53%, sendo somente a Copa do Mundo responsável pelo aumento desse montante em 197,93%.

Em 2014, houve uma diminuição de 9,29% dos GTs Desporto e Lazer, também influenciados pelo decréscimo de 24,53% do GTMGE e 47,78% do GTCOPA. O ano de 2015, já marca um acréscimo de gastos tributários de 37,32%, sendo que não houve GT pela Copa, o que resultou em menos 56,62% de Gasto Tributário. No entanto, por razão da Rio 2016, os GTs Megaeventos subiram 137%,32%.

A variação mais acentuada se deu em 2016, onde houve um aumento de 342,06% no GT Megaeventos (exclusivamente Olimpíadas) e que significou

uma variação positiva de 189,28% nos GTs Desporto e Lazer, mesmo não havendo mais gastos tributários com a Copa do Mundo.

Tabela 9 – Variação percentual dos gastos tributário com desporto e lazer, Megaeventos e Copa do Mundo de 2010 a 2015.

<b>ANO</b>	<b>DESPORTO E LAZER</b>	<b>MEGAEVENTOS</b>	<b>COPA DO MUNDO</b>
<b>2011</b>	3,84%	--	--
<b>2012</b>	3,95%	--	--
<b>2013</b>	38,89%	304,53%	197,93%
<b>2014</b>	-9,29%	-24,75%	-47,78%
<b>2015</b>	37,32%	137,32%	-56,62%
<b>2016</b>	189,28%	342,06%	--- <sup>120</sup>

**Fonte:** Elaboração própria. Demonstrativo dos Gastos Tributários da Receita Federal e Demonstrativo dos Gastos Tributários: Estimativas das Bases Efetivas.

Pelo documento da Receita Federal (DGT), é possível identificar os Gastos Tributários da Copa do Mundo por tributo e assim identificar, por exemplo, para onde iria o dinheiro caso não houvesse a renúncia fiscal. Por exemplo, a maior renúncia fiscal se deu pelo tributo COFINS (Contribuição para o financiamento da Seguridade Social), isso significa que somente a Copa do Mundo teve uma renúncia fiscal de 294 milhões de reais, valor este que deixou de ir para a Seguridade Social. A Seguridade social inclui as políticas sociais de saúde, assistência social e previdência.

As linhas gerais do projeto de uma seguridade social pública no Brasil estão nos princípios previstos no Art. 194 da Constituição de 1988. São eles: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BEHRING, 2016, p. 3).

No entanto, a perda de recursos para essa área compromete diretamente o(a) trabalhador(a). Neste atual momento, têm-se discutido uma contrarreforma da previdência que visa, entre outros elementos de retirada de direitos, aumento do tempo de contribuição, aumento da idade mínima para aposentadoria, perda de benefícios previdenciários como acúmulo de pensão e

<sup>120</sup> Em 2016, não houve mais gastos tributários com a Copa do Mundo.

aposentadoria, dentre inúmeras outras. O principal argumento dessa contrarreforma é que a previdência é deficitária, no entanto, estudos (ANFIP, 2015)<sup>121</sup> provam que não é bem assim. No caso da seguridade social, que compõe o orçamento da saúde, da previdência e da assistência social, considerando o ano de 2015, teve um superávit de R\$ 11,2 bilhões, o que faz com que os argumentos caem por terra. O que ocorre é que significativa parte que deveria ir para a Seguridade Social vai para outro lugar. No caso da Copa do Mundo, 294 milhões ficaram com lucro da FIFA e dos seus apoiadores.

Os tributos retiram do trabalhador parte do suor de seu trabalho e os transfere diretamente ao capital, pois “quem paga a maior parte da conta da seguridade social são os trabalhadores, com o desconto em folha, sendo que as contribuições sociais baseadas no lucro (CSLL) e faturamento das empresas (COFINS) acabam sendo transferidas para as mercadorias, onerando os consumidores”. Um dos limites da seguridade social é que ela tem um caráter regressivo “pois não transfere renda do capital para o trabalho (BOSCHETTI, 2006, p. 14)”.

Foram cerca de 2,11 milhões a desoneração com CSLL, mas com PIS (Programa de Integração Social) chegou a 63 milhões e 540 mil reais, segundo maior volume de renúncia tributária por conta da Copa 2014. O PIS é um tributo de viés social que financia o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades, de trabalhadores de órgãos públicos e de empresas privadas, ou seja, que compõe também a seguridade social. Assim com a Previdência Social que foi impactada com cerca de menos 4,97 milhões de reais por conta da Copa do Mundo.

Os demais tributos que foram alvo da renúncia fiscal da Copa do Mundo foram o II (Imposto sobre Importação) com quase 36 milhões, o IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), o IRRF (O Imposto sobre a Renda Retido na Fonte), IPI (Imposto sobre Produtos Importados) interno com 12,47 milhões e vinculado 16,94 milhões.

---

<sup>121</sup> [https://www.anfip.org.br/noticia.php?id\\_noticia=21914](https://www.anfip.org.br/noticia.php?id_noticia=21914)

Tabela 10 - Valores e percentuais dos gastos tributários com a Copa do Mundo por tributo de 2010 a 2015.

Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.

TRIBUTOS	2012		2013		2014		2015		Total
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
<b>II</b>	2,57	3,33	19,79	8,61	10,51	8,75	3,07	5,89	35,94
IRPF	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IRPJ	0,63	0,82	0,74	0,32	4,12	3,43	27,95	53,67	33,44
IRRF	0	0	0	0	0,42	0,35	11,55	22,17	11,96
IPI - Int.	1,36	1,77	7,98	3,47	1,92	1,6	1,2	2,31	12,47
IPI - Vinc.	3,89	5,04	9,15	3,98	3,91	3,25	0	0	16,94
IOF	0	0	0	0	2,57	2,14	0	0	2,57
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PIS	12,1	15,68	33,72	14,66	16,26	13,53	1,46	2,8	63,54
CSLL	0,34	0,44	0,28	0,12	1,49	1,24	0	0	2,11
COFINS	55,74	72,23	156,57	68,07	75,13	62,53	6,71	12,89	294,14
CIDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AFRM	0	0	1,78	0,78	0,37	0,31	0,14	0,27	2,29
CONDECINE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PREV.	0,53	0,69	0	0	3,45	2,87	0	0	3,97
<b>TOTAL</b>	<b>77,15</b>	<b>100</b>	<b>230,01</b>	<b>100</b>	<b>120,15</b>	<b>100</b>	<b>52,08</b>	<b>100</b>	<b>479,39</b>

Fonte: Elaboração própria. Fonte: Elaboração própria. Demonstrativo dos Gastos Tributários da Receita Federal e Demonstrativo dos Gastos Tributários: Estimativas das Bases Efetivas.

Na próxima tabela, apresenta-se o Gasto Total com a Função Desporto e Lazer (GTDL), considerando todas as fontes de financiamento do setor: a Orçamentária, a Extra-orçamentária e a indireta (Gasto Tributário). Os dados do Orçamento da Função Desporto e Lazer e do Gasto Tributários foram retirados das fontes primárias SIGA BRASIL e Demonstrativo de Estimativas de Gastos Tributários da Receita Federal, já os dados extra-orçamentários foram extraídos de fonte secundária (CARNEIRO e MASCARENHAS, 2017), com valores de 2015, mas atualizadas pelo IGP-DI aos valores de junho de 2017.

Tabela 11 – Fonte Orçamentária da função Desporto e Lazer, Fonte extra-orçamentária do desporto e lazer, fonte indireta (Gasto Tributário do Desporto e Lazer), série 2010 a 2015.

Dados em milhões de reais corrigidos para preços de junho de 2017 pelo IGP-DI.

<b>Ano</b>	<b>Orçamentária do Desporto e Lazer</b>	<b>Extra-orçamentário do Desporto e Lazer<sup>122</sup></b>	<b>Indireto (Gasto Tributário Desporto e Lazer)</b>	<b>Total Gasto Desporto e Lazer (TGDL)</b>
2010	1.690,85	606,2	533,6	1.844,89
2011	1.887,06	661,5	554,1	1.890,49
2012	1527,7	684,6	576	2.041,71
2013	1417,5	881,7	800	2.261,35
2014	2.285,23	1.153,8	725,7	3.450,81
2015	2.258,09	1.074,8	996,5	3.584,01
2016	1.989,22	-----	2.882,64	4.871,86
<b>Total</b>	<b>13.055,65</b>	<b>5.062,6</b>	<b>7.068,54</b>	<b>19.945,12</b>

**Fonte:** Elaboração própria. SIGA BRASIL; Demonstrativo dos Gastos Tributários da Receita Federal e Demonstrativo dos Gastos Tributários: Estimativas das Bases Efetivas; E-SIC; Relatórios de repasses de recursos públicos as entidades esportivas; Relatórios contábeis da FAAP e FENAPAF. Não foi logrado conseguir os gastos extra-orçamentários de desporto e lazer do ano de 2016.

O Total Gasto de Desporto e Lazer (TGDL) significa todo o montante de dinheiro público gasto por ano em ações e programas destinados ao Esporte e Lazer na esfera federal. No entanto, nem todo esse dinheiro vai para a prática do esporte e lazer em si ou para o que se aponta o objeto deste estudo, à democratização do acesso ao esporte e lazer.

Como conclui Matias et. al (2016, p. 106), “a renúncia fiscal para o esporte não significa a ‘segunda revolução’ para o setor, como disse o ex-Ministro do Esporte Agnelo Queiroz, mas se caracteriza, em verdade, como uma ‘contrarrevolução’”. Os autores compreendem que os Gastos Tributários com o Esporte e Lazer, “em sua essência, diminui a presença do Estado no desenvolvimento de políticas públicas, e na sua execução amplia os recursos para os atores que historicamente são privilegiados pelo Estado”.

Ainda, para finalizar o propósito de abarcar todas as fontes de financiamento da Copa do Mundo, foi sistematizado, a partir da última resolução do GECOPA da consolidação da Matriz de Responsabilidade (BRASIL, 2013b), a Tabela 3 “Matriz de Responsabilidade Consolidada” que

<sup>122</sup> Os valores dos gastos extra-orçamentários com esporte e lazer foram retirados de Relatório elaborado por Carneiro e Mascarenhas (2017) e, portanto, são dados secundários. A fim de equiparar com os dados primários levantados (Orçamento e Gastos Tributários), os valores foram corrigidos pelo DGP-DI de julho de 2017.

nos permite completar a análise do GDLT, ainda de forma mais completa e detalhada.

Tabela 12 – Matriz de Responsabilidade Consolidada (2014): áreas prioritárias de infraestrutura, fontes de financiamento e investimentos.

Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.

		<b>Invest. Global</b>	<b>Financ. Federal</b>	<b>Invest. Federal</b>	<b>Invest. Govern o Local</b>	<b>Invest. Iniciativa Privada</b>
<b>A</b>	<b>Mobilidade Urbana e Entorno (total)</b>	12522,16	6288,63	35,44	6198,09	0
<b>B</b>	<b>Estádio</b>	12029,42	5475,48	0	5676,37	877,57
<b>C</b>	<b>Aeroportos</b>	9011,88	0	3820,8	0	5191,1
<b>D</b>	<b>Portos</b>	857,62	0	848,59	9,04	0
<b>E</b>	<b>Telecomunicações</b>	549,99	0	549,99	0	0
<b>F</b>	<b>Segurança</b>	2579,48	0	2579,48	0	0
<b>G</b>	<b>Turismo</b>	247,23	222,41	0	24,68	0
<b>H</b>	<b>Instalações Comp. (Copa 2014)</b>	829,36	0	0	674,53	154,82
<b>I</b>	<b>Instalações Comp. (Copa 2013)</b>	287,12	0	0	287,12	0
	<b>Matriz Consolidada</b>	<b>38913,82</b>	<b>11764,54</b>	<b>8056,82</b>	<b>12869,4</b>	<b>6223,05</b>

Fonte: Elaboração própria. Matriz de Responsabilidade Consolidada, dezembro de 2014.

A Tabela acima demonstra as 9 áreas prioritárias de investimento na infraestrutura que compõe a Matriz de Responsabilidade, quais sejam: (a) Mobilidade urbana; (b) Estádios; (c) Aeroportos; (d) Portos; (e) Telecomunicações; (f) Segurança; (g) Turismo; (h) Instalações complementares (Copa das Confederações 2013); i) Instalações complementares (Copa do Mundo 2014).

Os valores da Matriz de Responsabilidade foram sendo atualizados no decorrer da organização da Copa do Mundo, com a primeira versão publicada em janeiro de 2010, e diversas versões em 2011, 2012, 2013 e 2014, até a consolidação dos valores no documento de dezembro de 2014. Não se pode afirmar, com o estudo realizado, se esses valores foram corrigidos pelo IGP, a cada vez em que foi atualizada, mas os indícios são que ocorreu apenas a soma dos valores sem essa correção, o que distorce o real custo da Copa 2014. Neste estudo, os valores da Matriz de Responsabilidade Consolidada de dezembro de 2014 foram corrigidos pelos valores IGP de julho de 2017. Para

se ter uma ideia, o documento de 2014 possui como Investimento Global de 27 bilhões e 120 milhões de reais. Corrigindo esse valor, pelo IGP, para julho de 2017, o valor chega a 38 bilhões e 913 milhões.

Com a Mobilidade Urbana, o Investimento Global previsto foi na casa dos 8 bilhões de reais, sendo que 6 bilhões e 288 milhões de reais foram de financiamento federal, a partir do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) pela RECOPA (Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol), apenas 35 milhões de investimento federal e um pouco mais de 3,6 bilhões de investimento dos Governos Locais. A iniciativa privada não aportou nenhum recurso em Mobilidade Urbana.

Os aeroportos entram num caso específico, dos 9011,88 milhões de investimento global, a iniciativa privada entra com um montante significativo, 5191 milhões de reais e 3820,8 milhões de investimentos do Governo Federal. Vale salientar, que esse dinheiro da iniciativa privada partiu de um projeto de privatização, que consiste na realização de leilão para a concessão por 30 anos dos principais aeroportos do país. Os aeroportos de Guarulhos (Cumbica), Campinas (Viracopos) e Brasília (JK) foram arrematados em fevereiro de 2012. E em novembro de 2013, foi a vez de Rio de Janeiro (Galeão) e Belo Horizonte (Minas Gerais). A privatização desses aeroportos foi consequência direta dessa agenda de megaeventos, numa clara ofensiva do capital perante projetos nacionais estruturantes. Em julho de 2017, o consórcio que administra o terminal aeroviário de Campinas, o Aeroporto Viracopos ensaia a devolução do mesmo para União, primeiro caso de devolução de aeroporto privatizado. A iniciativa privada, não sendo capaz de assumir os compromissos assumidos no projeto de licitação, devolve ao Estado para que esse injete dinheiro público e que posteriormente relicite em condições muito melhores ao capital, já que o novo modelo aprovado recentemente permite a não participação da INFRAERO (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) na “parceria”.

Nos Portos, tivemos um Investimento Global de 857,62 milhões de reais, sendo 848,59 milhões de reais de investimento do Governo Federal e 9,04 milhões de reais da iniciativa privada. E nos setores de Telecomunicações e

Segurança, todos os 549,99 milhões e 2,58 bilhões de reais investidos nos setores, respectivamente, foram de investimento do Governo Federal.

Os investimentos nas instalações complementares montadas na realização da Copa das Confederações 2013 foram de 287,12 milhões, custeados pelos Governos Locais que abrigaram as cidades sedes desse torneio teste. Com a Copa do Mundo, os gastos com as instalações complementares foram de 674,53 milhões dos Governos Locais das 12 cidades sedes e cerca de 154,82 pela iniciativa privada. Já o Turismo teve investimento global de 247,23 milhões, sendo 222,41 milhões do governo federal e 24,68 milhões de investimento dos Governos Locais. A promessa que haveria investimento da iniciativa privada no item relacionado ao turismo ficou somente na promessa.

Os Estádios da Copa 2014 custaram, entre reformas, construção e reconstrução, pouco mais 12 bilhões de reais, em valores corrigidos, com quase 5 bilhões e 475 milhões de reais em financiamento, via BNDES, e 5 bilhões e 676 milhões de reais de Investimento do Governo Local<sup>123</sup>. Houve também o investimento de 877 milhões de Investimento da iniciativa privada, mais especificadamente nos Estádios de Porto Alegre e Curitiba. Esse valor representa menos de 7% de todo o montante.

---

<sup>123</sup> Num olhar mais detalhado sobre os gastos com os Estádios, o Distrito Federal foi o único ente federativo (cidades-sedes) que não buscou financiamento federal para a construção do Estádio Nacional Mané Garrincha, bancando o custo total do mesmo: 1, 4 bilhão de reais, em compensação não gastou nem 45 milhões nos outros 7 setores. O que demonstra que a Copa 2014 não trouxe nenhum legado urbano para o Distrito Federal.

Tabela 13 – Matriz de Responsabilidade: Estádios, fontes de financiamento e investimentos.  
Dados em milhões de reais corrigidos pelo IGP-DI para preços de julho de 2017.

Cidade	Cidade Empreend. (Obra, projeto, gerenciamento e desapropriação)	Invest. Global	Financ. Federal	Invest. Federal	Invest. Gov. Local	Invest. Iniciat. Privada	% poder Público	% Iniciat. Privada
Belo Horizonte	Reforma e adaptação do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)	815,23	469,2	0	346,03	0	100	0
Brasília	Reforma do Estádio Nacional de Brasília	1646,05	0	0	1646,05	0	100	0
Cuiabá	Construção da Arena Multiuso Pantanal	699,57	396,35	0	291,49	0	98,32	0
Curitiba	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (reforma e ampliação do estádio)	459,22	153,9	0	0	305,33	33,51	66,49
Fortaleza	Reforma do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão)	608,31	412,42	0	195,89	0	100	0
Manaus	Reconstrução da Arena da Amazônia	774,76	469,2	0	305,56	0	100	0
Natal	Construção da Arena das Dunas	469,2	465,21	0	3,99	0	100	0
Porto Alegre	Reforma do Estádio Beira Rio	429,67	322,69	0	0	106,98	75,1	24,9
Recife	Construção da Arena Pernambuco	624,73	469,2	0	155,54	0	100	0
Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Mario Filho (Maracanã)	1231,64	469,2	0	762,44	0	100	0
Salvador	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	808,66	379,58	0	429,08	0	100	0
São Paulo	Construção do Estádio do Corinthians	1266,83	469,2	0	492,66	304,98	75,93	24,07
	<b>Total Estádios</b>	<b>9833,86</b>	<b>4476,12</b>	<b>0</b>	<b>4640,34</b>	<b>717,4</b>	<b>92,7</b>	<b>7,3</b>

Fonte: Elaboração própria. Matriz de Responsabilidade Consolidada, dezembro de 2014.

A tabela 15 refere-se ao gasto orçamentário do esporte com o gasto total (orçamentário, extra-orçamentário e indireto) com a organização e realização da Copa 2014. Para tanto, utilizamos a Matriz de Responsabilidade consolidada para confrontação desses dados.

Os gastos orçamentários com a Copa do Mundo envolveram programas de dois PPAs, o PPA de 2008 a 2011, que consiste nos três últimos anos do segundo mandato do Governo Lula e o primeiro ano no primeiro mandato do Governo Dilma, e o PPA de 2012 a 2015, que envolve os três primeiros anos do primeiro mandato do Governo Dilma e o primeiro ano do seu segundo mandato. No PPA 2008-2011, os gastos orçamentários estavam no Programa finalístico “Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão” e no segundo (PPA 2012-2015) estavam no Programa Temático “Esporte e Grandes Eventos” que tinha o objetivo de “coordenar, monitorar e fomentar os esforços

governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo 2014 e eventos a ela relacionados<sup>124</sup>”.

Com o Gasto Tributário foi considerado o gasto com Infraestrutura, toda renúncia envolvendo a RECOPA, e com “Organização e Operacionalização da Copa do Mundo FIFA 2014”, a ação nomeada pela receita de “Copa do mundo”. Na Matriz de Responsabilidade Consolidada também foi dividida em duas modalidades, uma que envolve toda a infraestrutura esportiva Infraestrutura esportiva permanente (Estádios) e temporária (Instalações Temporárias) e Infraestrutura urbana, os demais itens.

Tabela 14 – Direcionamento do gasto com Grandes Eventos esportivos por fonte e ação (Série 2004-2015).

Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de 2017 em R\$ milhões.

Fonte	Ação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Orçamentário	<b>Copa do Mundo 2014</b>	13,3	89,1	156,3	66,4	94,7	35,1	30,2	<b>485,1</b>
	<b>Total</b>								
Gasto Tributário	Infraestrutura para Copa do Mundo FIFA 2014	0,00	0,00	72,8	201,5	9,33	0,00	0	283,6
	Organização e Operacionalização da Copa do Mundo FIFA 2014	0,00	0,00	4,4	30,40	110,8	52,1	0	197,7
	<b>Total</b>								<b>481,3</b>
Matriz de Responsabilidade	Infraestrutura esportiva permanente e temporária								13145,9
	Infraestrutura urbana								25768,4
	<b>Total</b>								<b>38913,8</b>
<b>Total Gasto com a Copa 2014</b>									<b>39880,2</b>

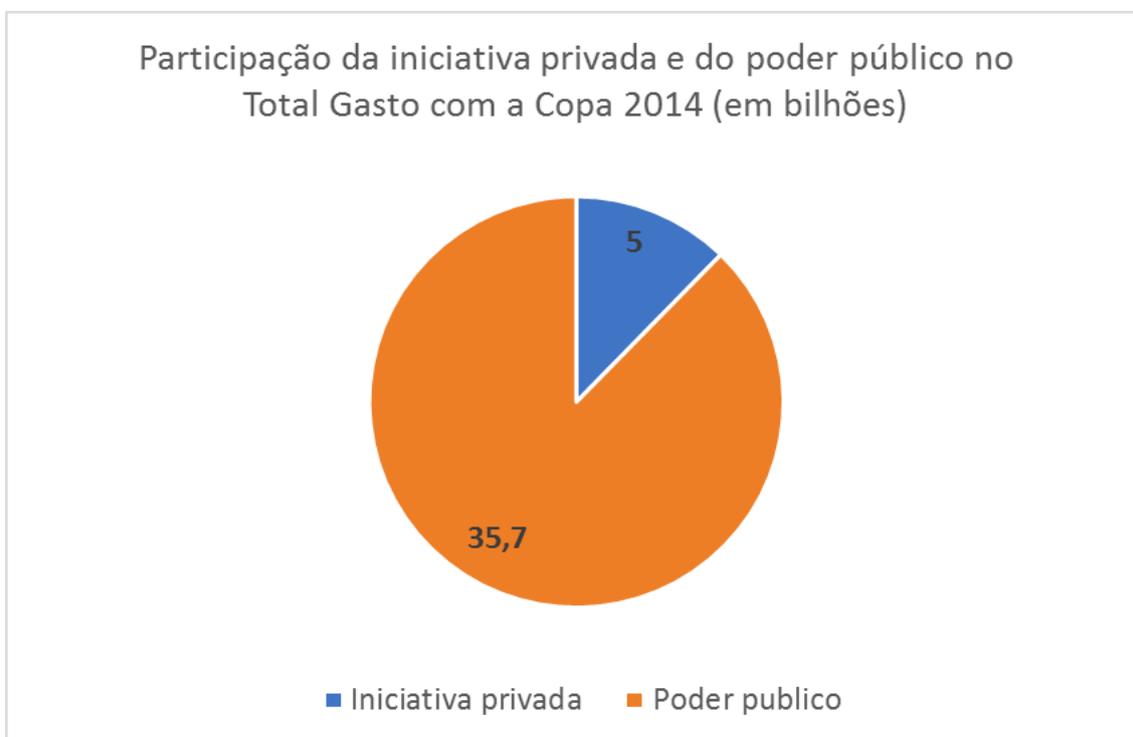
**Fonte:** SIGA Brasil; Demonstrativo dos Gastos Tributários da Receita Federal e Demonstrativo dos Gastos Tributários: Estimativas das Bases Efetivas; Matriz de Responsabilidade Consolidada, dezembro de 2014.

A Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 custou cerca de 40,8 bilhões de reais. Boa parte destes recursos, quase 26 bilhões, serviram para obras de infraestrutura urbana inseridas no discurso de regeneração urbana. No entanto, caberia analisar, em outro momento, qual parcela da população usufruiu e teve acesso a essas melhorias urbanas. Um total de 13 bilhões de reais foi gasto

<sup>124</sup> Disponível em: <http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/todo-ppa/metas-iniciativas.xhtml?jsessionid=rrF2lcxwnxGyPIKNvOkIIIRm5.undefined?objetivo=0686>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

com infraestrutura esportiva, enquanto que para o apoio, a organização e o operacionalização, os gastos ficaram em torno de 880,5 milhões de reais.

Gráfico 6 – Total Gasto com a Copa do Mundo e Total Gasto pela iniciativa privada com a Copa do Mundo.



**Fonte:** Matriz de Responsabilidade Consolidada, dezembro de 2014.  
Elaboração própria.

Fica evidente que a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, apesar do discurso inicial de autoridades governamentais e do alto escalão da FIFA, de que a iniciativa privada teria participação efetiva, foi majoritariamente financiada por recurso público, mais especificadamente 87,43%. A punção que esse megaevento realizou no fundo público foi significativo, considerando que se tratava de um evento privado, com lucros privados.

Desta maneira, cabe ainda compreender os interesses e conflitos dos diferentes grupos de pressão que atuaram em todo o processo histórico de organização da Copa do Mundo, afinal quais as formas de gestão e controle democrático dessas ações? Quais são os sujeitos e instituições e quais os interesses por detrás da realização da Copa FIFA 2014? O próximo capítulo pretende saturar ainda mais de determinações a totalidade dos aspectos que conformam esse Megaevento e a materialização do esporte e lazer como direitos.

## **CAPÍTULO 4 - Luta de Classes e Copa do Mundo 2014**

A realização da Copa do Mundo envolve, além das Ações Governamentais, como foi visto no capítulo anterior, as entidades de administração do futebol – tais como a FIFA, a CBF e a COL –, a sociedade civil organizada, que vai atuar no Controle Social e Democrático, e também os trabalhadores que vão atuar neste Megaevento.

Neste capítulo, pretendeu-se caracterizar os sujeitos que atuaram decisivamente no acontecimento social denominado Copa do Mundo, bem como se buscou compreender a relação entre esses diversos sujeitos, na maioria das vezes de ordem conflituosa, por se configurar interesses antagônicos a partir de suas perspectivas de classe, como expressões da Luta de Classes.

### **4.1 Gestão e Controle Social na Copa 2014**

A Gestão governamental para a Copa do Mundo buscou estruturar o Estado para se relacionar com a sociedade civil, principalmente as organizações de administração do futebol e seus patrocinadores que possuem a propriedade do evento e as empresas, na maior parte, empreiteiras, que garantirão a infraestrutura necessária para a realização do Megaevento. Essa Gestão governamental também busca legitimação de seus atos (sociedade política), a partir de um relacionamento com a sociedade civil organizada (movimentos sociais, universidades, trabalhadores e seus sindicatos). Quanto mais democrática é uma sociedade, maior é essa interlocução com a classe trabalhadora.

Jérome Valcke, então secretário-geral da FIFA e intermediário da entidade nos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, em declaração polêmica, expressa a compreensão da importância da democracia que a entidade que ele representa possui:

Eu vou dizer uma coisa que é maluca, mas menos democracia, às vezes, é melhor para organizar uma Copa. Quando você tem um chefe de estado forte, que pode decidir, como talvez Vladimir Putin na Rússia em

2018, é mais fácil para nós, organizadores, do que em um país como a Alemanha, onde você tem que negociar em várias esferas. A principal dificuldade que temos é quando entramos em um país com estrutura política dividida, como é no Brasil, com três níveis, federal, estadual e municipal<sup>125</sup>.

A tensão existente entre os interesses do mercado e os interesses dos trabalhadores reflete em acontecimentos sociais como a Copa. Compreender os sujeitos, as ações e os contextos que perpassam o evento permite uma leitura crítica e consciente do atual estágio de desenvolvimento do Brasil e do mundo.

Analisar a conjuntura, nada mais é do que

uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse. Nesse sentido, não há análise de conjuntura neutra, desinteressada: ela pode ser objetiva, mas estará sempre relacionada a uma visão do sentido e do rumo dos acontecimentos (SOUZA, 2005, p. 8).

Parte-se do entendimento de que as políticas públicas são espaços de disputa hegemônica entre projetos conservadores/neoliberais e projetos progressistas/democráticos (projetos estes que são complexos para uma simples nos processos sociais, aqui no caso a realização da Copa do Mundo FIFA 2014). Para tanto, pretende-se analisar a “**Gestão e controle social democrático**”, considerando os indicadores: “Relação entre as esferas governamentais” e “Relação entre Estado e organizações não-governamentais”.

A Gestão das Ações do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 é definida como Governança, esse termo já é muito criticado por trazer dois significados: o primeiro é que se trata de terminologia própria da esfera privada, do mercado, do empreendedorismo, e, em segundo, por se tratar das relações da gestão e condições de governabilidade para o cumprimento de objetivos em comum: Governo e Mercado. Cada um desses motivos revela uma questão contraditória. Se capital e trabalho estão em lados opostos e

---

<sup>125</sup> Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/04/valcke-menos-democracia-vezes-e-melhor-para-organizar-uma-copa.html>. Acesso em: 25 de março de 2015.

antagônicos no que se refere a interesses e necessidades, poderia o Governo, eleito pelo povo e que deveria então representar seus interesses, “jogar” descaradamente a favor do mercado? Bem, essa é a lógica capitalista que permeia a relação Estado e Sociedade Civil, no sentido Gramsciano de Estado ampliado (GRAMSCI, 2001) e, como diz Mandel (1982), o Estado é “parteiro do capital”.

Dessa forma, a estrutura de gestão, denominada de Governança, entende que:

Pela complexidade do evento e, em especial, com o objetivo de garantir a formação de um legado alinhado aos interesses estratégicos do país a partir da realização da Copa, foi criada uma estrutura de governança para articulação entre os entes federados, órgãos públicos e parceiros privados envolvidos e com o “Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA 2014” (COL). O objetivo da estrutura de governança é definir, desde o primeiro momento, o planejamento das ações, a função e as responsabilidades de cada ator envolvido, bem como os fluxos de informações, monitoramento de resultados e implementação de ações preventivas e corretivas. (BRASIL, 2011a, p.13).

Para tanto, foram criados o Comitê Gestor da Copa (do CGCOPA), com a finalidade de definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro, para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e também o Grupo Executivo da Copa para coordenar e consolidar as ações, estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico para Copa 2014 (BRASIL, 2011a, p. 13).

O Comitê Gestor da Copa (CGCOPA) é formado por dezesseis Ministérios e nove órgãos de assessoria da Presidência da República. O Comitê Gestor tem a missão institucional de definir, aprovar e supervisionar todas as ações necessárias à realização da Copa no Brasil em 2014 (BRASIL, 2011a, p. 15).

- I - Ministério do Esporte, que o coordenará;
- II - Advocacia-Geral da União;
- III - Casa Civil da Presidência da República;
- IV - Controladoria-Geral da União;
- V - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- VI - Ministério das Cidades;
- VII - Ministério da Ciência e Tecnologia;

VIII - Ministério das Comunicações;  
 IX - Ministério da Cultura;  
 X - Ministério da Defesa;  
 XI - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;  
 XII - Ministério da Fazenda;  
 XIII - Ministério da Justiça;  
 XIV - Ministério do Meio Ambiente;  
 XV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;  
 XVI - Ministério das Relações Exteriores;  
 XVII - Ministério da Saúde;  
 XVIII - Ministério do Trabalho e Emprego;  
 XIX - Ministério dos Transportes;  
 XX - Ministério do Turismo;  
 XXI - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;  
 XXII - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e  
 XXIII - Secretaria de Portos da Presidência da República;  
 Parágrafo único. O CGCOPA 2014 poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, para participar das reuniões, assim como fazer subdivisões por câmaras temáticas.  
 XXIV - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; e  
 XXV - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.  
 § 1º Os titulares dos órgãos referidos neste artigo poderão indicar representantes para atuação perante o CGCOP.

Vinculado ao CGCOPA, o Grupo Executivo da Copa (GECOPA), integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado, podendo outros órgãos participar das discussões de temas específicos mediante convite:

I - Ministério do Esporte, que o coordenará;  
 II - Casa Civil da Presidência da República;  
 III - Ministério das Cidades;  
 IV - Ministério da Fazenda;  
 V - Ministério da Justiça;  
 VI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;  
 VII - Ministério do Turismo; e  
 VIII - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (BRASIL, 2011a, p.16).

Ainda no modelo de governança, foram previstas Câmaras Temáticas, espaços para “discussão de políticas públicas e soluções técnicas, dos quais participam representantes do Governo Federal, das cidades-sede (estados e municípios) e, conforme a pertinência, representantes da sociedade civil ou de grupos setoriais. Foram definidas nove Câmaras Temáticas, com suas atribuições, sendo elas”:

**1 Infraestrutura:** definição de projetos e planos de operação relativos à infraestrutura necessária para a realização da Copa (Mobilidade Urbana, Portos, Aeroportos, Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Energia);

**2 Estádios:** definição dos planos de operação e gestão dos estádios e respectivos entornos para a realização da Copa e para sua sustentabilidade futura;

**3 Segurança:** definição das estratégias de segurança pública e de segurança institucional, contemplando tanto forças públicas como privadas;

**4 Saúde:** adequação na infraestrutura hospitalar, plano de operação para atendimento de emergência durante a Copa e plano de ações preventivas e contingenciais de saúde pública;

**5 Meio ambiente e sustentabilidade:** formulação de diretrizes e pactuação das políticas da Agenda de Meio Ambiente e Sustentabilidade; constituição de núcleos temáticos para formulação estratégica sobre os temas produção de produtos orgânicos e/ou sustentáveis, estruturação de parques e reservas, gestão de resíduos e oportunidades para a reciclagem, mudanças climáticas e licenciamento ambiental;

**6 Desenvolvimento turístico:** estruturação da oferta turística (atrativos, equipamentos e serviços turísticos), infraestrutura turística, qualificação profissional, promoção e apoio à comercialização, turismo sustentável e infância, e estrutura temporária para a Copa;

**7 Promoção comercial e tecnológica:** proposição de ações de promoção comercial que conduzam à ampliação de exportações, à atração e ao estímulo a investimentos, e utilização da Copa como plataforma de inovação tecnológica e promoção da imagem dos produtos brasileiros;

**8 Cultura, educação e ação social:** proposição de ações de manifestações artístico-culturais que reproduzam a diversidade cultural brasileira; desenvolvimento de ações de promoção do esporte como ferramenta de desenvolvimento educacional; realização de ações preventivas e de contingência relativas à melhora da coesão social do país;

**9 Transparência:** desenvolvimento de propostas de aprimoramento dos processos públicos e interações com órgãos de controle (federais, estaduais e municipais), harmonizando a necessidade de cumprimento de prazos e de controle público (BRASIL, 2011a, p. 18).

Pelo desenho organizacional de “Governança”<sup>126</sup>, temos, portanto, um grupo executivo, que coordena e consolida as ações, e um Comitê Gestor maior, para definir, aprovar e supervisionar as ações do plano estratégico. Esse modelo de gestão tem um caráter de descentralização das decisões e centralização na coordenação na relação entre os as esferas governamentais. O GECOPA e CGCOPA se relacionam com as cidades-sedes da COPA

<sup>126</sup> A escolha de Gestão denominada Governança, explicita uma lógica empresarial que revela o público “jogando” a favor dos interesses privados.

através de um instrumento chamado Matriz de Responsabilidades, que será posteriormente explicado.

A relação entre Estado e organizações não governamentais se dá principalmente entre o GECOPA/CGCOPA e o COL<sup>127</sup> (Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014) e entre o COL e as cidades-sedes da Copa, que é “sustentado formalmente pelos compromissos celebrados entre a FIFA e as cidades sede, denominados Acordo das Cidades-sede (“*Host City Agreements*”) e Acordo dos Estádios (“*Stadium Agreements*”) (BRASIL, 2011a)”.

No indicador “participação e controle social democrático”, podemos perceber dois aspectos relevantes. O primeiro é quanto à participação popular e os espaços públicos de participação. Os espaços públicos mais relevantes de participação direta são as Conferências Nacionais de Esporte e o Conselho Nacional de Esporte, mas antes é preciso ter o cuidado que Neves (2010, p. 50) apresenta:

No entanto, é importante ressaltar que embora esses espaços sejam frutos de lutas sociais, eles também correm o risco de serem despolitizados, esvaziado de seu conteúdo político, seja pela ofensiva neoliberal, seja pela herança de uma relação entre Estado e sociedade civil marcada pelo clientelismo, patrimonialismo e pela burocracia presente na política brasileira. No entanto, é necessário pensar que tais práticas também são capazes de afirmar uma nova cultura política pautada na abertura de um horizonte de práticas democratizantes.

No Controle social e democrático também não existe um incentivo por parte dos gestores para que seja exercido de modo significativo. Para ilustrar essa questão, temos uma interessante provocação sobre o conceito de controle social e democrático:

Nos anos 80, com a democratização da sociedade, a literatura utiliza esse conceito no sentido de fortalecer a chamada sociedade civil. Tal conceito é utilizado para se contrapor ao Estado centralizador, às práticas autoritárias, clientelistas e populistas, entre outras, dicotomizando o conceito de sociedade civil e Estado. Neste sentido, queremos chamar atenção para o uso do conceito de controle social e controle democrático. A idéia é pensar como a sociedade civil pode ter poder de influenciar a política? Como a sociedade civil pode

---

<sup>127</sup> O COL é a entidade definida pela FIFA para a organização da Copa no Brasil e responsável por garantir a realização do evento propriamente dito.

decidir sobre as políticas públicas no sentido de socialização da política? E como fazer o Estado se democratizar? Nesse aspecto, devemos substituir a idéia de “controle” pela de hegemonia, pela capacidade da sociedade civil em dar a direção político-ideológica; a capacidade da sociedade civil em ampliar as decisões do Estado e realmente transformá-lo, quiçá aboli-lo. A historicidade, os sujeitos políticos e coletivos devem ser resgatados a partir da ruptura com práticas que perpetuam o autoritarismo, o controle, as trocas, o clientelismo, o populismo e o favoritismo (NEVES, 2010, p. 1180).

Por isso, podemos questionar o controle social e democrático da política aqui analisada, quando os únicos instrumentos oferecidos pelo Governo são os denominados **Balancos das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014** e os relatórios lançados periodicamente pelo GECOPA. O primeiro balanço foi em janeiro de 2011 (BRASIL, 2011a); o segundo foi lançado em setembro de 2011 (BRASIL, 2011b); o terceiro, em abril de 2012 (BRASIL, 2012a); quarto balanço, em dezembro de 2012 (2012b); e o último e quinto balanço, em setembro de 2013 (BRASIL, 2013a)

Esses balanços e as resoluções da Matriz de Responsabilidades são os únicos instrumentos disponíveis para a população em geral ter acesso às ações e aos gastos da Copa 2014, porém eles geram um acompanhamento e monitoramento restrito, o que não efetiva, de fato, um controle social democrático.

“Um dos principais desafios da organização da Copa no Brasil é o de coordenar os esforços entre os diferentes entes federativos, preservando a autonomia e a atribuição de cada um e garantindo, ao mesmo tempo, o cumprimento de um único projeto” (BRASIL, 2011a, p.16). Dessa maneira, é apresentada a Matriz de Responsabilidades, um instrumento de pactuação, ou seja, um protocolo de cooperação entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, que trata dos compromissos e responsabilidades assumidos pelas cidades sedes “especialmente em relação à mobilidade urbana, aos estádios e às operações urbanas no período da Copa [...] e no que se refere às fontes de recursos e execução dos projetos considerados essenciais para a realização da Copa, além de permitir a transparência das ações governamentais” (BRASIL, 2011a, p. 17).

As ações previstas são descritas em anexos temáticos à Matriz de Responsabilidades, discriminando os investimentos, etapas, prazos e responsáveis para cada uma. Tais anexos são dinâmicos, isto é, comportam alterações e adições de projetos. A Matriz de Responsabilidades prevê ainda a criação do Comitê de Responsabilidades, composto por interlocutores indicados pelas cidades-sede e com o objetivo de acompanhar as ações e uniformizar as informações entre os envolvidos (BRASIL, 2011a, p. 17).

### O Monitoramento dos projetos iniciou-se logo após a definição dos projetos e da assinatura da Matriz de Responsabilidades

Com base nas informações fornecidas pelos responsáveis pelos projetos, são realizados ciclos de monitoramento dos compromissos assumidos na Matriz de Responsabilidades sob método similar ao adotado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e conduzidos pelo GECOPA, com envolvimento das cidades-sede, órgãos de financiamento e outros agentes, como a Infraero e a Secretaria de Portos da Presidência da República. Nesses ciclos de monitoramento, as informações recebidas são analisadas e, caso sejam identificados pontos de atenção, são definidas ações preventivas e/ou corretivas. Para garantir troca de informações corretas e sistemáticas entre os responsáveis pelos projetos e o GECOPA, entrou em funcionamento em maio de 2010 o Sistema de Monitoramento da Copa (SMC), ferramenta disponível via web baseada em formulários com dados dos projetos acompanhados, alimentados pelos interlocutores responsáveis pelos projetos. O processo de monitoramento dos projetos prevê atuação local e realização de análise crítica da evolução dos empreendimentos (BRASIL, 2011a, p. 17).

Os Planos de trabalhos foram definidos através de Ciclos de Planejamento, para priorizar os principais projetos de infraestrutura nas cidades-sedes. O primeiro ciclo de planejamento teve como foco a infraestrutura, por se tratar de projetos de longa maturação, cuja necessidade de início das obras era imediata, tais como os projetos referentes à mobilidade urbana, estádios, aeroportos e portos.

O segundo ciclo referiu-se às ações de infraestrutura e serviços complementares, com curto prazo para conclusão, tais como: segurança, infraestrutura turística, energia, telecomunicações e tecnologia da informação, sustentabilidade ambiental e a constituição do plano de promoção do país. “O terceiro ciclo de planejamento trata das ações de operação, temas que precisam ser planejados antecipadamente, mas que são postos em prática apenas no período próximo às competições, como a operação da malha aérea,

operação aeroportuária e portuária, de transportes e mobilidade urbana”, também serão abordados temas como saúde e energia, além de “programas específicos de promoção, alinhados ao plano de promoção do país, serão desenvolvidos para aplicação no período da Copa. (BRASIL, 2011a, p,22).

Desta forma, o Estado se estrutura e se organiza para garantir o bom desenvolvimento do evento. Mas outros sujeitos possuem relevância nessa empreitada. Pretende-se destrinchar analiticamente os dois principais campos de tensão. Em uma ponta, as entidades de administração do futebol, suas relações comerciais, representando o mercado da bola e da outra ponta a classe trabalhadora, especialmente os operários nas obras de reformas e construção dos Estádios de futebol e os voluntários que se doam para garantir a excelência do evento. Por fim, pretende-se analisar os conflitos entre os sujeitos destacados, e ainda outros que possuem relevância no desenrolar do evento.

#### **4.1.1 As Entidades de Administração do Futebol e o Mercado da bola: entre o lícito e o ilícito<sup>128</sup>**

Ao longo do século XX, o esporte se desenvolveu e se destacou entre as demais manifestações culturais. Dentre os mais variados tipos de esportes, o futebol foi aquele que mais ganhou o mundo e os corações das pessoas. No Brasil, o futebol toma contornos especiais e se transforma em uma paixão nacional, como demonstrado anteriormente. O século XXI também foi o marco do desenvolvimento do capitalismo, e com ele houve o desenvolvimento de suas instituições. Estado e sociedade civil, em relação simbiótica, consolidaram as formas jurídicas e políticas, impulsionadas pelo modo de produção capitalista, que conformaram o mercado.

Uma visão romantizada vai buscar crer que o esporte possui valores intrínsecos que sobressaem os interesses particulares daqueles que os

---

<sup>128</sup> Os valores levantados nesse item do capítulo 4, tem como base a cobertura de investigação jornalísticas (JENNINGS, 2014 e AMAURY JR. Et. al, 2014), trabalhos científicos e históricos (SARMENTO, 200 dados levantados em relatórios oficiais (CPI CBF/Nike (AZEVEDO; REBELO, 2002) e CPI DO FUTEBOL (2015), com dados cruzados em matérias jornalísticas dispostas nas mídias digitais ligadas a jornais de grande circulação citadas em nota de rodapé.

praticam e os dirigem. No entanto, o esporte apenas expressa o modo de vida e a concepção de mundo daqueles que o fazem. Ao passo que o esporte se desenvolvia como prática fruída, também se desenvolvia em termos de gestão. A combinação entre a popularização da prática do futebol e a paixão que isso envolvia, foram os ingredientes necessários para que a disputa pelo controle e organização dessa modalidade ocorresse de forma rápida. “Hoje, o mundo testemunha a comercialização do desporto, a internacionalização sem precedentes do mercado de trabalho desportivo, as somas consideráveis de dinheiro envolvido, que flui a partir de emissoras, patrocinadores e empresas de marketing, além de ricos investidores privados (CPI DO FUTEBOL, 2015, p. 86)”.

As federações internacionais de esporte possuem um importante papel como reguladoras globais do esporte. Contudo, atualmente, essas entidades esportivas enfrentam uma verdadeira crise de legitimidade. Vultosas quantias de dinheiro oriundas de competições e eventos esportivos, combinadas a um sistema ineficiente de controle mútuo, além da centralização de poder nas mãos de poucos atores, são, juntos, elementos propícios para a gestão temerária e a ampliação da corrupção. A escala mundial de corrupção alcançada no âmbito do atletismo, anunciada em novembro de 2015, pela Agência Mundial Antidoping (WADA), assim como os recentes escândalos envolvendo a cúpula diretiva de Federação Internacional de Futebol (Fifa), demonstram claramente a necessidade de reação por parte da sociedade e dos organismos estatais de controle (CPI DO FUTEBOL, 2015, p. 86).

Dinheiro e poder, ambos estavam presentes desde os primeiros momentos de constituição das entidades de administração do esporte. Mas, se no início havia a predominância de um associativismo em prol do desenvolvimento do esporte, aos poucos, os interesses financeiros de um restrito grupo, ao enxergar o futebol como um grande negócio, foram se impondo.

A mercantilização do esporte, e em particular, do futebol criou, nos últimos anos, uma situação nova em que grande fluxo de capitais passou a envolver as atividades esportivas. A venda de direitos de uso de imagem de seleções, clubes e jogadores a empresas de produtos esportivos e outros, a venda dos direitos de transmissão de jogos por TV, rádio, Internet etc.; as transferências de jogadores entre clubes e de um país a outro, tudo isso, somado, superou em muito a antiga fonte de recursos que era a renda resultante da venda de ingressos nos estádios. Numa fase mais recente, grandes grupos de investidores, fundos de investimentos multinacionais inclusive, atraídos pelo potencial econômico do futebol, vêm entrando no setor,

patrocinando e tornando-se co-administradores de clubes e jogadores (AZEVEDO; REBELO, 2002, p. 1).

O futebol, no século XXI, se tornou um *commodity*, um produto financeiro do grande mercado mundial. A cadeia industrial do futebol envolve a promoção, transmissão e divulgação do espetáculo esportivo, a venda de materiais e equipamentos esportivos, a construção e reconstrução de infraestrutura, as entidades de administração do esporte, a venda de direitos, serviços e contratos, os trabalhadores, os consumidores et. al. Estima-se que o mercado do futebol movimentava, anualmente, cerca de 500 bilhões de reais<sup>129</sup>. Proporcional ao tamanho do mercado da bola, é a ânsia pelo controle e participação efetiva desse bolo. Mais do que nunca, os dirigentes esportivos do futebol são homens de negócio, pessoas próximas ao mercado financeiro.

Esse tipo de interferência, endereçado à busca de lucros e de resultados que valorizem a imagem da marca patrocinadora, tem exercido uma influência que está submetendo o futebol a rápidas mudanças e a distorções. No Brasil, como a atividade ainda é administrada de forma amadorística e os negócios feitos em grande parte na informalidade, o resultado tem sido uma elevação do grau de corrupção. E se cria um quadro de contrastes. Por um lado, emissoras de TV, empresas de investimentos e de marketing, empresários e agentes de jogadores, obtêm lucros elevados; boa parte dos dirigentes enriquece pessoalmente; uma minoria de jogadores recebe altos salários. Por outro lado, as entidades e clubes, mergulham em crise profunda, chegando em muitos casos à insolvência. A maior parte dos atletas recebe baixos salários e não tem qualquer sistema de aposentadoria. A qualidade do futebol decaiu, os estádios vão ficando vazios. E também abandonados, sem reformas e manutenção, oferecendo pouco conforto e até mesmo tornando-se ameaça à segurança dos torcedores (AZEVEDO; REBELO, 2002, p. 1).

Nas próximas linhas, pretende-se reconstituir, criticamente, a história do desenvolvimento da entidade de administração do esporte, denominada FIFA, e de sua filial CBF, com o desenvolvimento do mercado do futebol e do espetáculo esportivo, a fim de compreender as relações que culminaram na organização e realização da Copa do Mundo no Brasil.

---

<sup>129</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-movimenta- apenas-2-do-mercado-da-bola-13026765>. Acesso em: 1º de maio de 2017.

#### 4.1.2 FIFA – A dona do mundo da bola

O trabalho de Azevedo e Rebelo é uma síntese da CPI Nike-CBF, que visava investigar, entre outros desdobramentos, o contrato entre a multinacional Nike e a Confederação Brasileira de Futebol, que apresentavam indícios de corrupção entre as duas instituições, bem como, em toda a cadeia produtiva do esporte bretão. Os fatos relatados nessa CPI serão devidamente tratados em conjunto com outros estudos e trabalhos investigativos (JENNINGS, 2011; AMAURY JR., 2014; SARMENTO, 2006) que buscaram expor os bastidores do mundo do futebol no Brasil e no mundo.

Andrew Jennings é um jornalista investigativo que, após ganhar prêmios por reportagens sobre “policiais corruptos, governos corruptos e criminosos profissionais”, começou a trabalhar, aos quarenta anos, na área esportiva. Indagado se tinha amolecido com o tempo, logo respondeu:

Nem um pouco. O esporte pertence ao povo. É parte de nossa cultura, do cimento social que mantém a coesão da sociedade. Assim como a corrupção no governo e na polícia causa preocupação pública, o mesmo ocorre quando vilões assumem o controle do esporte do povo e o usam ao seu benefício pessoal (JENNINGS, 2011, p. 11).

O jornalista, no exercício de sua função, virou *persona non grata* no alto círculo das entidades de administração do esporte, quando consegue desbaratar uma rede de corrupção instalada institucionalmente no Comitê Olímpico Internacional, comandado pelo Juan Antonio Samaranch, ex-ministro do governo fascista e sanguinário ditador espanhol Franco. A investigação em conjunto com Vyv Simson resultou no livro: "Os Senhores dos Anéis – poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas" (SIMSON; JENNINGS, 1992).

No começo do século, o autor resolveu mirar sua pesquisa para o que acontece no futebol mundial e, com isso, conseguiu também desvelar os bastidores do que ocorria no interior da FIFA e nas relações destas com as demais entidades de administração do esporte, governos e multinacionais.

Joseph Blatter, mais conhecido como Sepp, foi presidente da FIFA de 1998 a 2015. Anteriormente a isso, em 1981 se tornou o secretário-geral da entidade diretor executivo (CEO) em 1990 na gestão de João Havelange. Assumiu a presidência da FIFA, e deu continuidade ao processo de ampliação de seleções de 24 equipes para 32, já a partir da Copa da França 1998, e comandar o rodízio entre os países sedes que abrigariam a Copa do Mundo, como estratégia de garantir a expansão em novos e/ou potenciais mercados em ascensão e consolidação internacional de seu grande produto: A Copa do Mundo de Futebol FIFA. “O futebol ainda não sabia, mas estava prestes a se transformar em *commodity*” (JENNINGS, 2011, p. 28).

Após a Copa do Mundo em 2002 na Ásia, onde, pela primeira vez, dois países, Japão e Coreia do Sul, organizaram juntos o evento, a Copa do Mundo foi para a Europa, Copa do Mundo na Alemanha 2006, para o continente africano na África do Sul 2010, para as Américas, no Brasil 2014, para a Rússia em 2018 (Euroásia) e para o Catar em 2022.

O rodízio entre os países sedes fez o evento máximo do futebol chegar aonde nunca antes havia chegado, “surfando” no crescimento econômico asiático, na paixão africana, no mercado em potencial russo e nos petrodólares árabes.

O futebol internacional tem-se transformado num novo nicho para as maiores fortunas do mundo, que se lançaram, num movimento recente, na compra de clubes. A onda teve início há cerca de dez anos, com bilionários russos entrando no mercado de futebol europeu. Hoje a tendência é global, e mais de 50 clubes estão nas mãos de magnatas ou de pessoas cujas fortunas são estranhas ao esporte. Mais recentemente, xeques árabes também começaram a entrar nesse mercado (CPI DO FUTEBOL, 2015, p. 122-123).

O jornalista Jennings (2011) apontou a amplitude do poder e influência que Blatter tinha neste contemporâneo mundo do futebol.

Blatter supervisionou pessoalmente a venda dos direitos das Copas do Mundo de 2002 e 2006: os direitos de transmissão dos jogos pela televisão em todos os países do mundo, os direitos de estampar o emblema da FIFA e as palavras mágicas “Word Cup” em refrigerantes, lâminas de barbear, cervejas, hambúrgueres e pares de tênis. Tudo isso está embutido no presente recebido pela FIFA (JENNINGS, 2011, p. 14).

No livro, o jornalista revela qual a origem de Blatter e como ele adquiriu tanto poder. Para tanto, faz-se necessário voltar um pouco na história da criação da FIFA e da CBF.

#### **4.1.3 Origem e desenvolvimento das entidades de administração do futebol**

A criação da Confederação Brasileira de Desportos, a protoforma da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), se deu em 18 de junho de 1916, na casa do chanceler Lauro Müller, então ministro das relações exteriores, que serviu de interlocutor entre os membros da Liga Paulista de Futebol (LPS) e Liga Metropolitana de Sports Athleticos (LMSA). O fato de um chanceler ter de intervir, revela a importância do esporte no começo do século XX e as possibilidades que se avizinhavam com o seu desenvolvimento. Também ressaltava a acomodação de grupos de pressão em torno de uma entidade única que, capitaneada pelo futebol, ficaria responsável pelo desenvolvimento e controle do esporte no país. Nestes parâmetros, foram então “assentadas as bases para a unificação do comando do futebol no Brasil. [...] estava em jogo, na verdade, a criação de um novo canal formal de operação para a diplomacia das nações” (SARMENTO, 2006, p. 01).

A primeira associação brasileira de futebol foi a Liga Paulista de futebol, que surgiu em 1901. Faziam parte desse seleto grupo, apenas cinco equipes (entre eles, o Mackenzie College, o Germânia e o Paulistano) que possuíam, em seu interior, membros da aristocracia e filhos de imigrantes burgueses, ou seja, membros da elite nacional eurocêntrica que buscavam no futebol a demarcação do espaço social. Em 1911, o acirramento de um conflito entre o Paulistano e a LPF, por causa de um mando de campo, levou “o tradicional clube a romper com o órgão diretor do esporte em São Paulo e a fundar, em 22 de abril de 1913, a dissidente Associação Paulista dos Esportes Atléticos (APEA)” (SARMENTO, 2006, p. 01).

A Liga Metropolitana de Football do Rio de Janeiro foi criada em 8 de junho de 1905 por Fluminense Football Club, Botafogo Football Club, América Football Club, Sport Club Petrópolis, Football Athletic Club e Bangu Atlético Club. Paysandu Cricket Club e Rio Cricket and Athletic Association adentraram

a liga logo depois. Sarmiento (2006, p. 03) explica que “esse atraso evidencia as resistências que o futebol provocava entre as elites. Os dois clubes precisaram alterar seus estatutos originais, pois estes não incluíam o futebol como esporte adequado ao gosto das famílias que os frequentavam”.

O fato do Bangu, time de maioria operária, fazer parte da criação da LMF demonstrava um ambiente mais propício para a popularização do esporte, mas não significava menor elitismo por parte dos membros do grupo. Os anos seguintes foram tumultuados, e, ao fim do primeiro “campeonato carioca” de 1907, por causa de casos de racismo, a liga foi extinta para a criação da Liga Metropolitana de Sports Athleticos. Os anos que vieram significaram rápida expansão da liga e do futebol.

A intenção dos cariocas em expandir e criar uma única entidade de administração do esporte de âmbito nacional fez com que se aproximassem da recém-criada APEA, enquanto os membros da LPF apenas observavam com certo receio de ficarem isolados (SARMENTO, 2006, p. 07). As tratativas deram certo:

Tendo obtido o apoio da entidade dissidente paulista, Álvaro Zamith convocou para o dia 8 de junho de 1914 uma reunião destinada a estabelecer as bases regulamentares para a criação de uma entidade nacional que centralizasse a gestão desportiva no Brasil. Realizado na sede da Federação Brasileira das Sociedades de Remo, na cidade do Rio de Janeiro, o encontro reuniu, além dos donos da casa, os representantes da LMEA, do Automóvel Clube Brasileiro, da Comissão Central de Concursos Hípicos, do Clube Ginástico Português, do late Clube Brasileiro e do Aeroclube Brasileiro. Tamanha a diversidade de atividades esportivas era uma garantia de que o acordo a ser firmado, para a instalação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a fundação de uma confederação nacional de entidades desportivas, era representativo de um amplo contingente de lideranças que militavam na área dos esportes. No documento produzido ao final do encontro, os presentes concordavam com a criação do COB e também da Federação Brasileira dos Esportes (FBE). Embora complementares, as atividades das duas organizações diferenciavam-se claramente. Passava a ser responsabilidade do Comitê a preparação e organização das delegações de atletas brasileiros que iriam representar o Brasil nos futuros Jogos Olímpicos. Já à Federação caberia a organização do esporte nacional, incluindo-se aí a preparação e a realização de torneios e eventos esportivos nacionais e internacionais (SARMENTO, 2006, p. 09).

Após organizarem os preparativos para as Olimpíadas de 1916, ficou evidente a hierarquia do COB frente à FBE. O fato das entidades de administração do esporte nacional terem caráter generalista, fez com que a LPF, aproveitando diretriz explícita da FIFA de “prever o reconhecimento de entidades nacionais dedicadas exclusivamente à organização do futebol”, criasse a Federação Brasileira de Football (FBF), em 3 de março de 1915, com apoio de clubes do Paraná e Rio Grande de Sul. Os importantes contatos da LPF com argentinos e uruguaios, fizeram com que a Associação Argentina de Futebol (criada em 1893) e Associação Uruguaia de Futebol, fundadas em 1883 e 1900 respectivamente, prontamente a reconhecesse. Desta forma, a FBF acelerou a aprovação de seus estatutos, que foram aprovados em 16 de agosto de 1915. O pedido formal de reconhecimento da FIFA foi enviado e logo foi aprovada a sua inscrição como filiada da FIFA.

A FBE, anteriormente secundarizada quanto à sua organização em privilégio do COB, ao ver perder terreno, tratou de aprovar seu estatuto e enviar também solicitação de filiação à FIFA. Esta, passando momentos difíceis, tendo a Europa em iminente conflito (1ª Guerra Mundial), resolveu ignorar o pedido e deixar para que os litígios entre as entidades dissidentes fossem resolvidos por conta própria.

O conflito entre a FBE e FBF, e em seu interior entre a LBF e LMSA, foi difícil de se resolver, e contou inclusive com intermediação internacional das entidades uruguaias e argentinas, por conta da definição de um selecionado para disputar um torneio na Argentina, em 1906. As tentativas foram frustradas e resultaram no cancelamento dos convites para o torneio e, conseqüentemente, no acirramento do embate. “[...] para alguns líderes políticos e esportivos, estava posta em questão não somente a participação de um selecionado de atletas brasileiros no torneio de Buenos Aires, mas também a própria imagem da diplomacia brasileira (SARMENTO, 2006, p. 12).

Esse fato fez com que o ministro das Relações Exteriores intermediasse a criação da CDB. Logo após a participação do I Campeonato Sulamericano de Futebol, os dirigentes motivados pelo desempenho, mesmo sem a conquista do torneio, resolveram o impasse com a aprovação do estatuto da CDB, em 5 de dezembro de 1916, que foi reconhecido oficialmente pela FIFA, em 28 de

dezembro do mesmo ano. A aprovação do estatuto contou com “representantes de federações de esportes terrestres do Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais e São Paulo (incluindo representantes da APEA e da LPF) e das federações de remo da Bahia, São Paulo e Distrito Federal”. (SARMENTO, 2006, p.15)

Arnaldo Guinle foi o primeiro presidente, e, em 1918, o Brasil foi escolhido para organizar o seu primeiro “Megaevento” Esportivo, ao sediar o III Campeonato Sulamericano de Futebol. Entretanto, um surto de gripe espanhola fez com que fosse adiada para o ano seguinte.

As décadas seguintes não foram fáceis para o futebol brasileiro, marcadas por conflitos e a crises nas décadas de 1920 e 1930. A fragilidade que se encontrava a CBD e as intenções governamentais de Getúlio Vargas, de utilizar o esporte como instrumento de controle social e a promoção de identidade nacional, fez com que fosse criado o Conselho Nacional de Desportos (CND), que marcou a intervenção do Estado no esporte brasileiro no sentido de centralizar os poderes decisórios, garantir controle e disciplina por meio da “educação física e espiritual da juventude”, promovendo a “energia nacional” que necessitava o país.

A segunda Guerra Mundial (1939-1945), que abalou as estruturas políticas e econômicas no mundo, também afetou o futebol. A Copa do Mundo deixou de se realizar em 1942 e 1946, retornando justamente ao novo continente, em 1950. Afinal, no Brasil do Estado Novo, encontrava-se ambiente propício para a realização de uma Copa do Mundo no País que ambicionava se tornar a “pátria de chuteiras”, como foi discutido já no primeiro capítulo. Mas a década de 1950 marca a constituição de uma organização mafiosa, com ares imperiais, composta por dirigentes esportivos que utilizaram do futebol, com apoio nada velado do próprio Estado e do mercado, para acúmulo de poder e riquezas pessoais: O Subimpério CBD/CBF, os mafiosos Havelange e Teixeira, sob o comando do Império FIFA, de Havelange e Blatter. A queda dos “imperadores” ocorreu na mesma proporção da ascensão, mas o regime resiste no comando das entidades de administração do esporte local e mundial, como será demonstrado a seguir.

#### 4.1.4 Ascensão de Havelange, Blatter e Teixeira

Jean-Marie Faustin Godefroid Havelange, o João Havelange, filho de belgas, foi às Olimpíadas de Berlim de 1936, como atleta de natação, e nas Olimpíadas de Helsinque de 1952, como jogador de polo aquático. Nos Jogos Olímpicos de Melbourne em 1956, chefiou a delegação brasileira. Ainda como atleta, deu seus primeiros passos como dirigente na Federação Paulista de Natação (1948-1951) e depois na presidência da Federação Metropolitana de Natação (1952) no Rio de Janeiro.

Paralelamente às suas atividades no esporte, João Havelange trabalhou no escritório da siderúrgica Belgo Mineira, presidida por Jules Verelst. Logo após, passou a prestar serviços de advocacia para a Auto Viação Jabaquara (Viação Cometa). Nesta empresa, João trabalhou por 62 anos e se tornou sócio minoritário. Também enveredou por outros ramos como sócio de uma empresa de indústria bélica, a Orwec Química e Metalurgia, herdada de seu pai.

Após sua passagem como dirigente na natação, João Havelange foi convidado a ser vice-presidente de esportes amadores da CBD, em 1955, assumindo a vice-presidência geral já no ano seguinte. De 1958 a 1975, presidiu a Confederação Brasileira de Esporte, sucedendo Sylvio Correa Pacheco. Sob seu mandato e astúcia, a CBD viveu tempos áureos, com o tricampeonato mundial de futebol (1958, 1962 e 1970). Hábil político, esteve sempre próximo e atento às articulações que viessem a garantir sua acessão no meio esportivo.

A seguir, a passagem na obra de Amaury Jr. et. al. (2014, p. 35) revela bem o pensamento político do dirigente, que independente do presidente e do regime, sempre soube como se comportar em relação aos detentores do poder:

Problema de comportamento não houve nenhum: durante a década em que comandou a CBD sob regime militar, o fã da organização de Hitler e da liderança de Perón foi um cordeirinho. Chegou a declarar: Houve uma Copa sob o sr. Kubitschek, e ele era meu amigo pessoal. Houve uma Copa sob o sr. Goulart, e ele era meu amigo pessoal. O general Castelo Branco estava governando o Brasil durante a Copa da Inglaterra de 1966, outro amigo. E a Copa de 1970, no México, era quando o general Médici estava no poder, ele era meu amigo pessoal. Assim, eu nunca tive problemas, nem o futebol.

Após a consolidação do poder no Brasil, Havelange preparou o terreno para chegar à presidência da FIFA. Para tanto, tinha que conquistar aliados, sem que Sir Stanley Rous, Cavaleiro e Comandante do Império Britânico, então presidente da FIFA, desde 1961, percebesse. Rous, em meio aos preparativos da Copa do Mundo da Alemanha em 1974, e às vésperas do congresso eleitoral da FIFA, acreditava que o seu trabalho era a garantia para o passaporte de mais um mandato.

No entanto, seu adversário levava a disputa sorrateiramente para outro patamar. Aproveitando-se do prestígio da Seleção Brasileira de futebol, o dirigente a levava em turnê mundial para jogar e atenciosamente deixava como regalo todo o dinheiro da renda dos jogos nas mãos dos agradecidos anfitriões,

Para convencer os eleitores do próximo mandato da FIFA, João Havelange não poupou promessas e garantiu “que com seu dinamismo empresarial haveria dinheiro em abundância para criar novas competições e cursos de treinamento” (JENNINGS, 2011, p. 22).

Prometeu encontrar patrocinadores, e com o dinheiro criar Campeonatos mundiais nas categorias de base, ajudaria “as federações e associações nacionais, cursos ministrados por técnicos, médicos e árbitros, novos campos de jogo e mais competições nos países em desenvolvimento para clubes em desenvolvimento” (JENNINGS, 2011, p. 26).

Prometeu ampliar para 24 a quantidade de seleções na Copa do Mundo. Até então, somente 16 seleções nacionais tinha vaga no torneio. Considerando que 9 vagas eram destinadas a equipes da Europa e 4 para equipes da América do Sul, restavam apenas 3 vagas para seleções dos outros continentes e partes do mundo. As 8 novas vagas serviriam como barganha para a distribuição de quem o apoiasse.

Também sabia que precisava ter ao seu lado o melhor jogador do mundo, coroado Rei do Futebol e consagrado no mundo inteiro:

Para isso, não poupou esforços – com o chapéu alheio, é claro. Havelange soube que Pelé estava quebrado. Havia perdido grande parte de seu dinheiro em negócios furados. Adepto do lema “quem quer rir tem que fazer rir”, o dirigente doou ao jogador do Santos o

equivalente a quase R\$ 23 mil<sup>130</sup>, em valores de hoje. Dinheiro da CBD, é claro. Os números apareceram em documentos divulgados no final da década de 90, que revelaram que a ditadura militar acompanhou de perto os passos do então manda-chuva do futebol brasileiro e de seu principal jogador (JENNINGS, 2011, p. 34).

De acordo com os jornalistas, no final de 1999, documentos oficiais revelaram que o SNI identificou o pagamento de uma dívida de Pelé com o Banco do Brasil, no valor de 544,6 mil reais<sup>131</sup>, por Havelange.

E teve de socorrê-lo novamente em meio à campanha pela presidência da Fifa. Os militares ficaram incomodados com a decisão de Pelé de se aposentar da seleção em 1971. Desde que assumiu o comando, Médici usou o atleta para projetar a imagem de um país vencedor. Comandante dos “anos de chumbo”, os mais violentos do regime, o general impunha a presença do craque do Santos até a Copa de 1974, que seria na Alemanha e no último ano de seu mandato. A relação não andava bem (JENNINGS, 2011, p. 39).

Por essa e outras razões, “era também queridinho dos generais que governavam sua terra Natal, o Brasil. Havelange prometia aos ditadores propiciar alguma distração da opinião pública, algum prestígio para o desacreditado regime político brasileiro, e os generais fariam de tudo para ajuda-lo (JENNINGS, 2011, p. 21). Entretanto, segundo o autor:

Pelé se recusou a jogar a Taça Independência, em 1972, um dos eventos em homenagem aos 150 anos do Grito do Ipiranga. Apelidado de forma ufanista de Minicopa, o torneio contou com a participação de 20 equipes. O Brasil foi o campeão, com gol de Jairzinho, o Furacão da Copa de 1970, na vitória por 1 a 0 sobre Portugal. Do time que entrou em campo na decisão, no Maracanã, havia seis titulares do Mundial do México. Mas Pelé não estava lá. Em retaliação, a Receita Federal começou a investigar os ganhos do jogador e o autuou em mais de R\$ 1,1 milhão<sup>132</sup>, em valores atualizados, por declarar ao Imposto de Renda menos de um quarto do que realmente recebia. A CBD e o Santos, clube de Pelé na época, arcaram com mais de 55% do valor da multa. A investigação do regime militar mostraria ainda que, entre 1965 e 1973, o jogador recebeu da CBD ao todo cerca de US\$ 320 mil (aproximadamente R\$ 1,5 milhão<sup>133</sup>).

---

<sup>130</sup> 23 mil reais em 2014, ano em que o autor atualizou os valores, equivalem a 26,5 mil reais corrigido pelo IGP-DI de julho de 2017.

<sup>131</sup> Valor corrigido pelo IGP-DI de julho de 2017.

<sup>132</sup> R\$ 1,1 milhão em 2014 de autuação da Receita federal à Pelé, equivalem ao valor de R\$ 1,27 milhão corrigido pelo IGP-DI de julho de 2017.

<sup>133</sup> R\$ 1,73 milhão, corrigido pelo IGP-DI de julho de 2017.

Havelange sabia da importância de Pelé na concretização de seus interesses, para tanto, apresentou Pelé à Dassler, o dono da Adidas. Ao segundo, demonstrou a influência que tinha sobre o maior jogador do mundo e, ao primeiro, demonstrou sua generosidade em ajuda-lo, ao fazer lobby

[...] por contratos publicitários que beneficiassem o atleta. De fato, a Adidas fez uma oferta de R\$ 1,7 milhão<sup>134</sup> para que Pelé disputasse a Copa da Alemanha, outro grande interesse do presidente da CBD. Pelé não voltou atrás na decisão de aposentadoria da seleção. Ele não jogou a Copa de 74, mas manteve a relação com a Adidas após o Mundial (JENNINGS, 2011, p. 42-43).

A Adidas era personagem importante, senão o mais importante deles, neste xadrez pelo poder de uma das maiores entidades de administração do esporte do mundo.

O trabalho de Dassler era administrar a empresa de material esportivo Adidas. Ele queria que as federações esportivas assinassem contratos para que as seleções usassem roupas e acessórios da marca Adidas. E queria que os astros de cada time usassem a marca de três listras e que o mundo assistisse pela televisão e seguisse o exemplo. Para tanto, precisava deixar os dirigentes em uma situação de dívida pessoal com ele. E a melhor maneira para isso era ajuda-los a chegar ao poder. Ele sondava os prováveis candidatos, negociava acordos particulares e os ajudava a ganhar, sempre com o dinheiro da Adidas. Ele fazia presidentes e depois lembrava aos eleitos – charmosamente, é claro – que podia mantê-los no poder ou desalojá-los de lá. Tudo que a cartolagem tinha que fazer era jogar o jogo dele, o que significava escolher a Adidas. E agora o poder na Fifa estava à disposição, dando sopa. O futebol era um esporte que vinha sendo vendido ao público por um preço chocadamente barato, e Dassler tinha planos de atacar esse problema (JENNINGS, 2011, p. 23).

Inicialmente, sem mostrar nenhum apoio aos dois candidatos à presidência da FIFA, Stan Rous e João Havelange, o todo-poderoso presidente da Adidas Hours Dassler e sua equipe, ao perceberem a força e o crescimento do segundo às vésperas da eleição à presidência da FIFA, atuam decididamente, segundo depoimento de Myler à Jennings (2011, p. 26), para garantir a vitória de Havelange, na distribuição de dinheiro vivo aos dirigentes votantes.

A eleição ocorreu em 11 de junho de 1974, em Komgresshale, um Centro de Congressos a beira do rio Meno na Alemanha e em uma votação

---

<sup>134</sup> R\$ 1,96 milhão em valores corrigidos pelo índice IGP\_DI de julho de 2017.

apertada em dois turnos, 62 contra 56 e 68 contra 52. Havelange foi alçado ao comando do futebol mundial e mudou completamente. Não havia mais espaço para romantismo no futebol, e os já diluídos princípios esportivos de outrora cederam espaço para o moderno futebol negócio.

Jennings (2011, p. 27) constata que “Sir Stanley recebeu como prêmio de consolação o título e presidente de honra da Fifa e viveu mais 14 anos [...] a essa altura o mundo do futebol que ele comandara já estava sob o controle dos vigaristas e dos abutres que ele tinha lutado para manter distância”.

O mesmo sentido, Amaury Jr et. Al. (2011, p. 43) complementa que:

Desde a sua fundação, em 1904, a Fifa havia tido seis presidentes: três ingleses, dois franceses e um belga. Rous não acreditava. A América do Sul, o Leste Europeu, o Oriente Médio e, principalmente, a África faziam festa no salão de convenções do Frankfurt Airport Hotel. Mas, mais uma vez fazendo caridade com o chapéu alheio, Havelange ofereceu uma gorda aposentadoria a Rous pela Fifa (JENNINGS, 2011, p. 43).

Para garantir a ampliação de seleções no torneio mundial, novas competições, cursos, etc, enfim, as promessas eleitorais, Havelange precisava de muito dinheiro. Mas o então presidente tinha os contatos certos. Jennings (2011, p.28) revela que Patrick Nally e Hours Dassler (ADIDAS) “abriram uma empresa em Monte Carlo para vender direitos de marketing comprados das federações esportivas, incluindo os direitos de Futebol adquiridos da FIFA”. Eles conseguiram seduzir a Coca-Cola a investir nas empreitadas de Havelange em troca de estampar “sua logomarca na Copa do Mundo” em um acordo de 25 anos. Esse fato foi decisivo para se iniciar uma disputa entre empresas mundiais dispostas a também patrocinar a Copa do Mundo.

“Dinheiro como vocês nunca viram”, ele (Dassler) respondia, durante demorados almoços. Outrora ele queria que os atletas usassem a marca das três listras e o trevo da Adidas. Agora ele queria o mundo esportivo inteiro. Uma nova palavra passou a constar no vocabulário do meio esportivo: ‘apoio’. Dassler punha sua equipe em ação para ‘apoiar’ os candidatos favoritos. E quando eles venciam, retribuía o favor vendendo a patrocinadores o direito de comercializar tudo o que dizia respeito ao esporte por eles representado: suas logomarcas, as conquistas dos atletas. Os novos dirigentes das federações esportivas obtinham dinheiro para desenvolver os respectivos esportes, realizando mais eventos, com mais treinadores e mais e melhores recursos e instalações. E no material publicitário da

indústria esportiva – que logo se refletiu na imprensa – os cartolas eram exaltados como líderes sábios e brilhantes, que tinham trazido para os esportes uma nova leva de investimentos (JENNINGS, 2011, p. 29).

Havelange tinha conquistado a presidência da FIFA, onde ficou de 1974 a 1998, tinha ao seu lado a Coca-Cola e a Adidas, mas não tinha bom trânsito com os Europeus. E Dassler (Adidas) havia consolidado seu poder no interior da entidade, e faria crescer um verdadeiro império a partir daí, além de logo mais indicar o sucessor de Havelange em 1998, Joseph Blatter: “um executivo suíço da relojoaria de luxo Longines, que se tornaria o número 2 da Fifa”. (JENNINGS, 2011, p. 43).

O cartola brasileiro (Havelange) foi para a Suíça em 1974, mas tratou de manter o poder sob suas mãos no Brasil e continuou por um tempo como presidente da CBD, mas os militares começaram a cobiçar a entidade.

Os maiores interessados eram os irmãos Barros Nunes: o almirante Heleno, presidente da Aliança Renovadora Nacional (a Arena, partido de sustentação da ditadura militar) no Rio de Janeiro e ex-diretor da CBD; o general Antonio, também ex-diretor da CBD; e o almirante Adalberto, ex-ministro da Marinha do governo Médici. Foi Adalberto Nunes quem colocou sobre a mesa do general Ernesto Geisel, que havia assumido a presidência em março, o dossiê com as informações dos agentes do SNI (aquelas que seriam reveladas em 1999) sobre o uso de verbas da CBD. O objetivo era mostrar ao presidente que, para fazer campanha, Havelange financiou Pelé e excursões da seleção e, com isso, quebrou a confederação. O rombo era enorme, segundo a papelada. No ano da eleição, o prejuízo fora de R\$ 23,6 milhões (valores atuais). Não bastasse torrar dinheiro da entidade, nessa ânsia de tomar a Fifa, Havelange cometeu um erro estratégico na relação com os militares: em troca de voto, apoiou a reintegração da China comunista no quadro de filiados da Fifa. Era a cereja que faltava no bolo do dossiê dos irmãos Barros Nunes (AMAURY JR et. al., 2014, p. 43).

Com isso, sem que Havelange pudesse contestar, Heleno Nunes é eleito para a presidência da CBD, em janeiro de 1975. Os militares não precisavam mais de intermediários, tinham eles mesmos o controle direto da maior entidade do esporte brasileiro. O presidente Geisel determinou que a Caixa Econômica Federal depositasse cerca de R\$ 79,2 milhões<sup>135</sup> nas contas da CBD, para cobrir o rombo que Havelange havia deixado. Heleno Nunes, sem preocupações orçamentárias, começou a fazer a pequena política para a

---

<sup>135</sup> Valores corrigidos pelo índice IGP-DI de julho de 2017

consolidação do seu recém conquistado poderio e para a sustentação do partido da ditadura, o Arena. No último ano de gestão de Havelange, na versão mais recente do Campeonato Brasileiro criado em 1971, havia 40 clubes, número que foi aumentando ano a ano, até chegar a 94 clubes participantes em 1979. À Heleno Nunes é atribuída a frase “onde a Arena vai mal, um clube no Nacional” (AMAURY JR et. al., 2014, p. 94)

No entanto, essa política desandou e gerou a insatisfação dos grandes clubes. O fato de a CBD representar várias outras modalidades, prejudicava, segundo os clubes, o futebol. Em 1979, a CBD foi extinta. As demais modalidades se organizaram em entidades próprias sob a supervisão do COB e o futebol ficou sob a responsabilidade da recém-criada Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Após uma série de gestões desastrosas, Havelange viu a oportunidade de reconquistar o poder no Brasil e colocou o próprio genro na presidência, vindo do mercado financeiro e ainda membro da própria *famiglia*. Em campanha, consta que a dupla Havelange-Teixeira bancou passagens, hospedagens e ingressos para presidentes de clubes e federações e suas famílias para os mais diversos eventos futebolísticos. Uma nova cara se apresentava no futebol, mas repleto de velhas práticas:

Aquele ano mostrou a que vinha o neófito dirigente: não entendia nada de futebol, mas conhecia muito bem o mundo dos negócios e das leis que o envolvem. Teixeira aproveitou a balbúrdia e deu um pulo do gato. Em 1990, a CBF abriu mão de sua única grande receita: o dinheiro oriundo da Loteria Esportiva. Sob o discurso de profissionalização, escondia-se uma jogada genial: sem dinheiro público, Ricardo Teixeira se livrou de ser processado, ao longo dos anos, por crimes como peculato, corrupção passiva e ativa, improbidade e outros que envolvam grana do contribuinte (AMAURY JR et. al., 2014, p. 25).

Afinal, pelas relações comerciais e financeiras que a FIFA havia feito nos últimos anos, a estratégia agora era outra. E Ricardo Teixeira sabia bem fazer esse jogo, mas faltava legitimidade, algo que o fizesse sair da sombra do sogro.

Enquanto milhões de brasileiros soltavam o grito da vitória entalado na garganta por 24 anos, Teixeira dava o seu grito da independência. Até aquele momento, ele ainda era somente o “genro”. Havia alcançado o cargo mais importante do esporte nacional, em 1989,

sem ter dirigido um clube sequer. Fora alçado ao cargo de presidente da confederação de um país apaixonado por futebol pelas mãos de João Havelange. Quando Dunga levantou a taça no estádio Rose Bowl, Teixeira finalmente começou a sair da sombra do sogro. Com uma distinção clara em relação a Havelange: enquanto este sempre se movimentou discretamente nos bastidores, tendo no jogo político sua principal arma, Teixeira era ousado e arrogante. (AMAURI JR, et.al, 2014, p. 25).

Essa postura arrogante e ousada de Teixeira levará ao desenrolar de uma trama de relações espúrias comercialmente que marcará os envolvidos na organização da Copa do Mundo 2014 no Brasil. Mas, para entender essa questão, é necessário voltar à vitória de Havelange e Dassler, que marcam um novo momento na entidade. A influência de Dassler não fica circunscrita à FIFA, e o homem forte da Adidas começa a exercer forte influência no Comitê Olímpico Internacional (COI) e na Federação Internacional de Atletismo (IAAF), colocando os *respectivos* presidentes nestas duas entidades: Juan Antonio Samaranch e Primo Nebiolo. Dassler cria uma empresa que será importante nessas três entidades e obviamente no mundo do esporte, a Internacional Sport and Leisure (ISL). A ISL ficava situada em um paraíso fiscal chamada Sarnen, e conseguiu contratos bilionários, adquirindo direitos de imagens e transmissão dos jogos da Copa do Mundo, Olimpíadas, Mundial de Atletismo e de diversos outros campeonatos.

A criação de empresas, ligadas aos altos dirigentes da FIFA e da CBF, se torna um *habitus*. Essas práticas incorporadas nas relações internas das entidades vão revelando o que se tornaram, de entidades de administração do esporte à autênticas organizações financeiras que atuam no limite prudencial da ilegalidade, como a lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. Como, por exemplo, é o caso do ex-vice-presidente da FIFA e ex-presidente da CONCACAF, o Jack Warner, que sempre utilizou suas empresas e empresas de suas famílias, situadas em paraísos fiscais, para se beneficiar em contratos com a FIFA e em torneios FIFA, como o mundial sub-17 que ocorreu em Trinidad Tobago em 2009 (JENNINGS, 2011).

Como exemplo temos também o caso do ex-secretário geral da CONCACAF, que criou a GIG (Global Interactive Gaming), empresa de apostas nos canais de esportes da televisão. E mais recente e localmente, o caso do

empresário Wagner Abrahão SBTR Passagens e Turismo Ltda e suas relações pessoais com Ricardo Teixeira, ex-presidente da CBF, que iriam se esbarrar em relações identificadas na própria Copa do Mundo de 2014 no Brasil, como será exposto mais à frente.

Uma das principais referências sobre lavagem de dinheiro no futebol é o estudo publicado pelo Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro (GAFI) em julho de 2009, intitulado Money Laundering through the Football Sector. O Gafi é um organismo intergovernamental cujo objetivo é o desenvolvimento e a promoção de estratégias de luta contra a lavagem de dinheiro. O Brasil se tornou membro efetivo desse organismo em 2000, que atualmente conta com 36 países integrantes e duas organizações internacionais. É difícil determinar o valor econômico global dos esportes. De acordo com o estudo do Gafi, a indústria do desporto representa de 0,5% a 3,7% do PIB global da União Europeia. O afluxo de dinheiro tem efeitos positivos, tais como o aumento de instalações desportivas e de sua disponibilidade para um número maior de pessoas. Todavia, há consequências negativas. Há um maior risco de fraude e corrupção, dada a quantidade de dinheiro em jogo. Organismos responsáveis pelo desporto, bem como autoridades nacionais e internacionais, vêm expressando, nos últimos anos, preocupação com a entrada de dinheiro sujo na indústria do desporto. Há vários setores do esporte vulneráveis à lavagem de dinheiro, como críquete, rúgbi, boxe, corrida de cavalos, corrida de carros, entre outros. Um dos mais procurados é o futebol. (CPI DO FUTEBOL, 2015, p. 126).

Havelange utiliza, ao longo do seu mandato, vários recursos para a ampliação e manutenção do seu poder, da mesma forma, seu sucessor Blatter, usou e aperfeiçoou esses expedientes. Para ganhar a eleição, usou a máquina da FIFA para distribuir ingressos aos membros dos Comitês que possuem poder de voto, ampliou regalias e privilégios montando comissões, perdoou dívidas de pequenas federações e também comprou muitos votos. Blatter venceu o candidato Sueco Lennart Johansson, então presidente da UEFA, que aparentemente prometeu reformas, transparência, democracia e solidariedade (JENNINGS, 2014, p. 68-69).

Para não ter uma sombra forte como Secretário Geral, assim como foi ele mesmo para Havelange, Blatter se torna o poderoso-chefão da FIFA. O rapaz criado pelo dono da Adidas, assumia enfim o controle total da entidade. A ISL, também criada por ele, fecha contrato com a FIFA de 2 bilhões de

dólares<sup>136</sup>, em valores não corrigidos, pelos direitos de transmissão para a Copa de 2002 e 2006.

Blatter havia prometido transparência e, por isso, Erick Drossart, presidente da empresa estadunidense de marketing, International Management Group (IMG), apresentou uma proposta para a compra dos direitos de transmissão da FIFA para a Copa de 2002. A empresa, que funcionava desde 1960, era uma gigante da área e possuía contratos no rúgbi, beisebol, basquete, críquete, tênis etc. A proposta foi de 1 bilhão de dólares, uma soma considerável para a época. Mas a relação comercial da ISL com a FIFA era mais forte, e ao se juntar com o Grupo de Léo Kirsh, consegue levantar o dinheiro necessário para que a FIFA recusasse a proposta da IMG. (JENNINGS, 2011, p. 55-60).

Após investir em diversas áreas esportivas, inclusive no Brasil, a ISL perdeu o contrato com o COI, e esse foi o primeiro grande baque da instituição, e também por isso o contrato com a FIFA era tão importante. Só que a situação financeira apresentava problemas e a ISL decretou falência em 2001. A FIFA teve que colocar os ativos de seus direitos de marketing no mercado e fez uma securitização com o Credit Suisse. Até hoje, a falência da ISL não foi bem explicada.

Jennings (2011, p. 310-311) dá pistas:

Os seis executivos da ISL foram a julgamento em Zug na primavera de 2008. [...] Quando examinamos cópias da acusação formal distribuídas aos jornalistas presentes, a bomba relógio de Blatter começou a fazer um *tique-taque* cada vez mais barulhento. Escondida em algum lugar entre as 235 páginas do texto de acusação havia uma lista de pagamentos feitos entre junho de 1999 e janeiro de 2001, em sua maior parte para empresas-fantasma registradas em Liechtenstein. Eram claramente propinas, dinheiro sujo sendo lavado para... quem sabe? [...] Após a explosão da bomba, assim que nossos ouvidos pararam de zumbir, nós nos demos conta do que Siegart [o juiz] tinha provas de que, na década de 1990, a ISL havia desembolsado propinas no valor de [...] exorbitantes 100 milhões de dólares. Além dos 15 milhões já confirmados. Não é de se espantar que a ISL tenha ido à falência, e que jamais tivesse conseguido se reerguer. E agora, estávamos um pouco mais perto de solucionar o mistério de como e por que a ISL conseguira derrotar a poderosa IMG na concorrência em 1995. Propinas. Suborno. Corrupção.

---

<sup>136</sup> Quando os valores vierem em dólares não haverá correção para o IGP-DI de julho de 2017, tal como realizado para os valores em reais.

O jornalista também teve acesso a uma lista, que relacionava 175 nomes que receberam cerca de 115,6 milhões de reais<sup>137</sup> de propina da ISL, entre 1989 e 1999, dentre todos esses nomes estavam genro e sogro: “outra empresa sediada em Liechtenstein tinha encaminhado 9,5 milhões de dólares a Teixeira [...] Identificamos ao menos um pagamento de propina – no valor de 1 milhão de dólares – recebido por Havelange em março de 1979. Não temos dúvidas de que houve muitos outros” (JENNINGS, 2011, p. 314).

Desta forma, chegamos nesta breve saga ao homem que seria o principal responsável pela condução da Copa do Mundo no Brasil: Ricardo Teixeira, então presidente da CBF. As entidades de administração de esporte, FIFA e CBF, apresentavam grandes indícios de corrupção e falta de transparência. A decisão do governo brasileiro de se aliar a essas entidades foi, portanto, uma escolha diametralmente oposta aos interesses gerais da população e à garantia governamental de democratizar o acesso ao esporte e lazer como direito.

A vinda da Copa do Mundo da FIFA para o Brasil em 2014 marcou, ao mesmo tempo, o ápice e queda de Ricardo Teixeira.

#### **4.1.5 A queda**

O acidente de trânsito que vitimou Adriane Sad Abuzaid e deixou ferida Lorice Cabete “revelou a trama de envolvimento do ex-presidente da CBF com Wagner José Abrahão, um dos principais beneficiários dos negócios envolvendo CBF e Fifa em torno da Copa do Mundo no Brasil” (AMAURY JR, et. al., 2014).

Lorice era funcionária de Abrahão, “dono da agência contratada para organizar as viagens da seleção brasileira e dos dirigentes da CBF”, onde atuou como gerente de viagens do Grupo Águia. Chegou a ser sócia do seu chefe, na empresa de turismo RM Freire Viagens e Turismo Ltda, que tinha no seu quadro social, além da Lorice, duas outras empresas: a Iron Tour Operadora Turística Ltda. e a Thathithas Empreendimentos e Participações

---

<sup>137</sup> Valores corrigidos pelo IGP-DI de julho de 2017.

Ltda, ambas empresas do seu patrão. A sociedade durou somente dois anos (1999-2000), mas, após desfeita a sociedade, ela continuou trabalhando para Abrahão.

Segundo os investigadores, Wagner Abrahão, patrão e ex-sócio de Lorice,

...se deu muito bem com a Copa de 2014. A expectativa era que ele faturasse cerca de meio bilhão de reais com o torneio. É uma grande fatia do bolo de turismo da Copa – bolo que, de acordo com estimativas talvez um tanto exageradas do Ministério do Esporte, divulgadas em 2010, movimentará R\$ 9,4 bilhões durante o Mundial. Mais de 40% trazidos por turistas estrangeiros” O amigo de Teixeira, no entanto, não se satisfaz. Quatro agências de turismo do Grupo Águia foram indicadas pela CBF para operar o contrato de publicidade da entidade com a TAM: a Pallas Operadora de Turismo Ltda., a Top Service Turismo Ltda., a One Travel Turismo Ltda. e a Iron Tour Operadora Turística Ltda De acordo com o contrato assinado por Teixeira antes de deixar a CBF, a TAM pagava US\$ 7 milhões por ano para patrocinar a seleção brasileira, uma bolada que era depositada mensalmente na conta de uma das quatro agências. (Em 2013, o sucessor de Ricardo Teixeira na CBF, José Maria Marin, quebrou esse esquema para montar o próprio: assinou com a Gol.) (AMAURY JR et. al., 2014, p.17).

Parceiro da CBF por mais de 30 anos, as empresas de Wagner Abrahão ganharam uma fortuna e tiveram, ao longo desses anos, muitos problemas jurídicos. Abrahão fez sucesso no ramo de turismo com a Stella Barros, com a venda de pacotes de viagens para a Disney, ainda nos anos 1970. Atento ao crescente mercado de turismo esportivo, a SBTR iniciou a relação com o mundo do futebol a partir da venda de pacotes direcionados à Copa do Mundo da Espanha de 1982. Tornou-se a agência oficial da CBF na Copa do Mundo dos Estados Unidos de 1994. Em 1998, na Copa do Mundo da França, Abrahão foi processado, preso e solto mediante fiança em Paris, por ter vendido ingressos não válidos para a final Brasil x França, no Stade de France. Milhares de consumidores lesados não puderam entrar no estádio para assistir a grande final (AMAURY JR et. al., 2014, p. 17).

Na Copa da Alemanha em 2006, Abrahão e Ricardo Teixeira foram denunciados pelo Ministério Público, acusados por crimes contra a ordem econômica por fazerem venda casadas de jogos com pacotes turísticos e pela

Iron Tur ter recebido vantagens indevidas, para vender ingressos, no entanto foram absolvidos em 2007.

A CPI da CBF-NIKE apresenta, nos anos 2000 e 2001, no relatório da comissão parlamentar de inquérito, que a agência Stella Barros, operadora da CBF teria montado “esquema de lavagem de dinheiro por meio de superfaturamento de passagens aéreas e diárias de hotéis”. [...] “a SBTR recebeu da CBF R\$ 31.104.293,89<sup>138</sup>, quase três vezes mais que as 27 federações ligadas à entidade (AMAURY JR, et. AL, 2011, p. 17).

Outro ponto da relação entre Abrahão e Ricardo Teixeira aparece nas transações imobiliárias, pois mesmo Teixeira tendo acumulado um patrimônio considerável no período em que esteve à frente da CBF (1989-2012), não deixou de receber “presentes” de Abrahão.

Em 2011, a apuração da série de reportagens sobre a Máfia do Futebol exibida pela TV Record revelou que, em escritura lavrada no 9º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, Cláudio Abrahão – irmão e sócio de Wagner Abrahão no Grupo Águia – vendeu para o cartola uma cobertura na Barra da Tijuca, em 2009, por R\$ 720 mil. É o mesmo valor que o empresário havia pago pelo imóvel cinco anos antes. Só que, na escritura, Cláudio lançou o valor de R\$ 2 milhões para a base de cálculo do imposto. Na época, corretores da região avaliaram o imóvel em pelo menos R\$ 4 milhões. O imóvel estava em nome de uma empresa, a Globul, com sede no principado de Liechtenstein, micropaís encravado nos Alpes, localizado entre a Áustria e a Suíça. O local é um refúgio fiscal europeu conhecido por garantir sigilo absoluto a quem usa seu sistema bancário (AMAURY JR., 2014, p. 23).

Na Copa do Mundo de 1994, nos Estados Unidos, o Brasil conquistou seu tetracampeonato, 24 anos após o tri em 1970. Romário, eleito melhor jogador da Copa do Mundo, comandou, em conjunto com Bebeto, Dunga, Taffarel e os demais, a campanha vitoriosa que encantou o país. Surfando nessa onda, o Cartola acreditou ter marcado seu nome e conquistado o mundo, o que pode ter contribuído para uma crença da impunidade. Na volta dos EUA, Ricardo Teixeira autorizou que jogadores e dirigentes excedessem em 11 toneladas a bagagem no avião que trouxe a delegação campeã de volta ao Brasil. Ao chegar em Brasília, foram pegos pela Receita Federal, mas liberados

---

<sup>138</sup> R\$ 102.629.694,48 em valores corrigidos pelo IGP-DI julho de 2017

logo em seguida. Uma ação judicial condenou a CBF pagar R\$ 50 mil<sup>139</sup> em impostos (AMAURY JR., 2014, p. 25).

Segundo os investigadores, o aumento de patrimônio de Teixeira não condizia com seus rendimentos e crescera exponencialmente nos anos a frente da CBF.

Questionado pela revista Playboy, em 1999, sobre a origem de seu patrimônio, o cartola não titubeou: “Está no meu imposto de renda. Em 1988, antes de entrar para a CBF, portanto, vendi minhas empresas. Só por uma delas, a Minas Investimentos S/A, recebi um total de 2,5 milhões de dólares (equivalentes a 12,3 milhões de dólares em 2014). Sobraram duas outras empresas, um prédio próprio no Rio de Janeiro e outro em Belo Horizonte (AMAURY JR. et. al., 2014, p. 55).

Amaury Jr e os demais investigadores (2014, p. 55) atentam que a resposta omite as ligações comerciais desse com o sogro, determinantes no crescimento do patrimônio. Em 1992, Ricardo Teixeira, João Havelange e Lúcia Teixeira Havelange, esposa do primeiro e filha do segundo, registraram a empresa “familiar” RLJ Participações Ltda, que levam suas iniciais. No mesmo ano, uma empresa de nome Sanud se tornou sócia da RLJ.

[...] a Sanud era sediada no mesmo refúgio fiscal que a Globul, empresa com a qual Teixeira se envolveu em transações imobiliárias nos Estados Unidos: o principado de Liechtenstein”, e fundamentava a suspeita levantada na CPI do Futebol “de que a RLJ era uma empresa-ônibus, criada para internar no Brasil dinheiro de fonte indefinida (AMAURY JR et. al., 2014, p. 55).

Em 1994, o irmão de Ricardo Teixeira, Guilherme Terra Teixeira, passou a ser o novo procurador da Sanud.

Como a prática do nepotismo nunca constrangeu os dirigentes de futebol, Ricardo Teixeira nomeou seu tio, Marco Antônio Teixeira<sup>140</sup>, secretário-geral da CBF, em 1992. Amaury Jr et. al. (2014, p. 55) afirma que “Por volta de

<sup>139</sup> Aproximadamente 57,8 mil reais em valores corrigidos pelo IGP-DI julho de 2017

<sup>140</sup> Marco Antônio foi secretário-geral da CBF por 20 anos (1992 -2012), após desavença com o sobrinho Ricardo Teixeira, Marco Antônio, ficou encostado na CBF, até ser demitido em 2012. Consta que ganhava cerca de 1 milhão de reais por ano em salários, valores esses não corrigidos. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,cpi-do-futebol-investiga-jerome-valcke-por-desvios-na-copa.1000024159> e <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2012/02/1049433-encostado-na-cbf-tio-de-teixeira-recebia-r-1-milhao-por-ano.shtml>. Acesso em: 1º de maio 2015.

1993 a Confederação Brasileira de Futebol, a CBF, começou a chamar mais a atenção da opinião pública pelas suspeitas de irregularidades na sua administração do que pelas façanhas da seleção canarinho”

Uma grave denúncia sobre pedido de propina pela CBF foi apresentada à imprensa por Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. O ex-jogador havia criado uma empresa de marketing esportivo, a Pelé Sports, que intermediava patrocínios e direitos de imagem na área. O diretor financeiro da CBF teria cobrado propina de 1 milhão de dólares da Pelé Sports a ser depositada no Banco da Suíça. Pelé foi processado pela CBF.

Essa polêmica revelou que nos bastidores do futebol nacional se desenrolava uma concorrência feroz entre empresas de intermediação de negócios publicitários na área esportiva, envolvendo também emissoras de TV e grandes clubes de futebol agrupados no “Clube dos Treze”. A empresa Traffic Assessoria e Comunicação, do ex-jornalista esportivo José Hawilla, saíra na frente e levava vantagem. Conseguiu firmar contratos de exclusividade para intermediação de certos direitos da CBF. Vantagem que havia de se tornar virtual monopólio a partir das denúncias de Pelé, já que, desde então, a Pelé Sports seria praticamente banida de negócios no Brasil durante a década dos 90. A luta comercial estendeu-se até à retaliação pessoal contra Pelé. Como no episódio em que João Havelange, então presidente da FIFA, solidário com seu então genro e sócio, Ricardo Teixeira, alijou Pelé, a maior celebridade do universo do futebol, das cerimônias oficiais de abertura da Copa do Mundo de 1994 (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 1-2).

Em 1996, a CBF firmou um contrato milionário com a Nike, multinacional de material esportivo, intermediado pela Traffic Assessoria<sup>141</sup> e Comunicações. A Nike se tornara, junto com a Coca-Cola, co-patrocinadora da CBF, “para o uso da imagem da seleção brasileira de futebol, além de patrocinadora e fornecedora exclusiva de material esportivo da CBF” (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 3).

---

<sup>141</sup> O contrato envolve, em verdade, três partes, quais sejam: a CBF, a Traffic e A Nike Europe. O contrato foi chancelado pela Nike, Inc – matriz norte-americana. A Nike Europe, por sua vez, é uma empresa sediada na Holanda, podendo configurar-se como empresa não-residente para fins fiscais (“offshore”), já que a legislação daquele país oferece a possibilidade de isenção tributária. No contrato, a Traffic é mais do que simples intermediária, constituindo-se em verdadeira parte, o que pode ser depreendido a partir do fato de que, como inscrito, “...é titular de certas marcas registradas e outros Direitos de Propriedade pertencentes à CBF, cujo direito a Nike deseja obter”. O próprio representante da Nike confirmou, instado pelo Deputado Aldo Rebelo, que “...a Traffic é detentora de direitos legais da CBF. Então...(...)...nós não podemos assinar um contrato com a CBF, uma vez que nós estamos interessados em adquirir direitos que são da Traffic. Então, ela tem que fazer parte do contrato” (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 5).

Aldo Rebelo, então deputado federal e futuro ministro do esporte, à época em que ocorreu a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, foi o presidente da CPI CBF-Nike e junto com Carlos Azevedo (2012), jornalista que atuou como assessor da CPI da CBF-Nike, publicaram texto síntese da CPI CBF-Nike, com o título “Corrupção no Futebol”, na Motrivivência, revista de expressão da área da Educação Física. No texto, apresentam os dados e os termos do contrato da CBF/Traffic com a Nike.

O contrato da CBF com a Nike foi firmado em 1996, com prazo de dez anos. Valor de 160 milhões de dólares em dinheiro, mais 150 milhões de dólares em “marketing esportivo” a ser realizado pela Nike, mais 10 milhões para pagamento à Umbro, de multa pela rescisão de contrato, mais 5 milhões em material esportivo a ser fornecido à CBF, e mais 1 milhão de dólares para fornecer veículos de transporte às delegações da CBF em qualquer parte do mundo durante a vigência do contrato. Total: 326 milhões de dólares. E tem mais: uma previsão de pagar 43 milhões de dólares por uma prorrogação do contrato por mais quatro anos, chegando a um total de 369 milhões de dólares, por 14 anos de contrato. Pelos primeiros dez anos, efetivamente, entrarão nos cofres da entidade, em dinheiro, somente os 160 milhões de dólares. O contrato coloca à disposição da Nike não só a seleção de futebol principal, mas também as seleções sub-17 e sub-20 e a seleção feminina de futebol (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 3).

A síntese do relatório da CPI apresenta cláusulas contratuais que aparentemente seriam prejudiciais ao futebol brasileiro, e cita duas dessas cláusulas, a primeira que obriga a CBF a escalar os oito principais jogadores sob critério não definido, e que claramente supõe influência da Nike na escalação de jogadores de seus interesses. E a segunda, na qual a CBF sede à Nike o direito de escolher “os adversários e os locais de 50 jogos amistosos durante dez anos” (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 3).

As críticas contundentes da opinião pública e da imprensa levaram a CBF e a Nike a repactuarem algumas cláusulas do contrato, onde a quantidade de “jogos Nike” e conseqüentemente o valor do mesmo foram reduzidos. Mas a época de vacas magras ficara para trás, e a seleção brasileira alçada a produto de luxo rendia milhões à entidade máxima do futebol, esse momento marca um momento que persiste ainda nos dias atuais, com: “1) a partida em massa dos nossos melhores jogadores para irem jogar no Exterior; 2) os grandes lucros das empresas de marketing esportivo, os sinais de rápido enriquecimento de

empresários, agentes de jogadores, de dirigentes” (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 3).

Aos dois pontos levantados pelos autores acima, é pertinente acrescentar: 3) Que as convocações de parcela dos jogadores para a Seleção Brasileira estavam mais alinhadas com o potencial de valorização do mesmo do que por critérios técnicos; 4) Técnicos e dirigentes passaram a agenciar jogadores, levando participação nas transações comerciais; 5) A elitização do espetáculo esportivo, com o encarecimento dos ingressos, criação de arenas esportivas com maior poder de comercialização nos lugares dos tradicionais Estádios e; 5) a velha e persistente falta de transparência nos patrocínios, nas despesas e receitas dos clubes, como demonstraram o caso da ISL no Flamengo e da MSI no Corinthians, bem como, da prática coronelista, evidenciada pelo próprio Ricardo Teixeira e personificada por dirigentes de clubes de futebol como Eurico Miranda, do Vasco da Gama.

Como resultado da quebra de sigilo bancário e fiscal da CBF, a CPI pôde fazer uma análise de suas contas de 1995 a 2000. Dessa investigação resultou a conclusão de que a CBF vem sendo administrada de forma ruínosa. Em que pese a arrecadação anual da entidade ter quadruplicado no período devido ao patrocínio empresarial, suas despesas mais que quadruplicaram. As principais receitas passaram de R\$ 18 milhões em 1997, para R\$ 79 milhões em 2000. As despesas foram de R\$ 27 milhões em 1997, para R\$87 milhões em 2000. A CBF chegou ao final de 2000 com um passivo circulante de R\$ 55 milhões de reais. E um passivo a descoberto, quer dizer, prejuízo acumulado, de quase R\$25 milhões. Técnicos de contabilidade avaliam que, se fosse uma empresa, a CBF estaria insolvente no final do exercício de 2000<sup>142</sup> (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 11).

A auditoria das contas da CBF, a partir da quebra de sigilo bancário e fiscal, apresenta um ponto que se destaca: em quatro anos as despesas com pessoal aumentaram 400% e as despesas com encargos e serviços elevaram 600%, ao passo que as despesas com futebol aumentaram apenas 90% no mesmo período

---

<sup>142</sup> Corrigindo os valores para o índice IGP-DI de julho de 2017, as principais receitas da CBF, em preços atualizados, passaram de 79,5 milhões em 1997, para 260,6 milhões em 2000. As despesas passaram de 119,3 milhões em 1997 para 287 milhões em 2000. Em 2000 o passivo circulante era de 181,5 milhões de reais e de prejuízo acumulado ao final do ano de 82,5 milhões de reais.

Comentário do Relatório do Conselho Federal de Contabilidade: “É como se a CBF tivesse perdido o rumo. Enquanto se instalava uma farta distribuição de dinheiro em gratificações, doações, salários, juros e encargos de dívidas, e “outras” despesas, a atividade-fim, -- o futebol profissional e o amador -- teve sua participação diminuída no conjunto das despesas”. O item Despesa com Pessoal/Encargos ampliou sua participação de 45% em 1997 para 64% em 2000, tendo chegado a 74,5% em 1999. A atividade-fim, o futebol, teve sua participação reduzida de 54,9% em 1997 para 35,6% em 2000 (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 11).

A remuneração dos 11 diretores da entidade, que começou a ser paga em 1988, teve um aumento de 300% em três anos.

Os onze diretores receberam 1 milhão de reais<sup>143</sup> em 98 e 3 milhões e cem mil em 2000, mais de 300 por cento de aumento, rendimentos de dar inveja aos mais bem pagos executivos de multinacional. Ricardo Teixeira recebeu 126 mil reais em 98 e 418 mil reais em 2000. Atualmente, sua remuneração mensal é de 35 mil reais. Mais notável é a situação de seu tio, Marco Antônio Teixeira, secretário geral da entidade, que recebeu 387 mil reais em 98 e 507 mil reais em 2000. Com vínculo empregatício estabelecido a partir de julho de 99, o salário mensal de Marco Antônio é de 37 mil reais. E todos ainda recebem 13º e 14º salários. Com que justificativa? Afora Marco Antônio Teixeira, que tem vínculo empregatício, os outros diretores não são assalariados da CBF. Acrescente-se a esse capítulo alguns “enganos” indesculpáveis, como o do adiantamento do 13º e 14º salários de José Carlos Salim em 1999, que não foi descontado de sua remuneração no final daquele ano. Quem se preocupa com tais detalhes, se o dinheiro jorra por todos os lados? (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 11).

A CBF, ao invés de se dedicar à sua atividade fim, ou seja, fomentar o desenvolvimento do futebol brasileiro e cuidar da seleção brasileira da base ao profissional, tratou de estabelecer uma rede de apoio político para a consolidação e manutenção do poder e do controle da entidade máxima do futebol. Renúncia de taxas, contribuição e doação a federações filiadas faziam parte dessa estratégia, bem como doação a diversos políticos em campanhas ao parlamento federal, o que originou uma frente de apoio à CBF na Câmara dos deputados, a chamada “bancada da bola”.

Umás e outras, apresentadas como uma generosidade da CBF, têm um significado real muito diverso. Criaram laços de dependência, subordinação e cumplicidade das federações frente à entidade nacional. O que lhes tirou poder de contestação nas votações na

<sup>143</sup> 1 milhão de reais em 2008 equivale a 4,4 milhões em julho de 2017 (IGP-DI) e 3,1 milhões em 2000 equivale a 10,2 milhões em julho de 2017.

Assembleia Geral da CBF, de cujas decisões passaram a ser meras subscritoras passivas. Em troca, a CBF não pede prestação de contas das federações pelo uso que fazem das doações, generalizando-se os desvios das finalidades e o uso dessas verbas em benefício pessoal dos dirigentes. Entre os beneficiários de vultosas doações aparecem também, em período eleitoral, inúmeros candidatos a eleições parlamentares e majoritárias. O que evidencia o plano dos dirigentes da CBF de estabelecer pontos de apoio no Parlamento e em governos para fazer lobby das posições da CBF (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 12).

Na CPI CBF-Nike, foram identificados vários elementos que comprovam o desvio de recursos da entidade para benefícios pessoais de membros da diretoria, especialmente de Ricardo Teixeira, desde compra de carros para uso particular, até o uso de seus restaurantes particulares, o El Turf Bar e restaurante e o City Port, para eventos, festas, recepções, almoços e jantares. O crescente aporte de recursos na SBTR, onde as emissões de passagens áreas e reservas de hospedagem sempre com tarifas cheias. Fora os empréstimos e endividamentos das entidades com instituições financeiras, com juros acima dos praticados ao mercado, indícios de crimes financeiros, tais como evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Azevedo e Rebelo (2012, p. 18) concluem em relatório que:

A CBF foi convertida numa agência de negócios milionários que explora a imagem da seleção brasileira. O dinheiro jorra: em 2001 a CBF recebe US\$ 25 milhões só de patrocínio da Nike e da Ambev. O dinheiro desaparece: o passivo circulante da CBF chega a R\$ 55 milhões e o prejuízo acumulado vai a R\$ 25 milhões. De que forma a CBF tem gastado tanto dinheiro? A função da CBF é promover o futebol do país, desde a seleção principal até o futebol de base. Mas o futebol brasileiro vai de mal a pior: a seleção é uma sombra do passado de glórias; os melhores jogadores são vendidos para o exterior; o futebol de base, de formação de novos craques, está abandonado. Jovens jogadores, exportados em massa, com documentos adulterados, passaportes falsos. Atletas menores de idade são traficados e submetidos à exploração, à fome, doença e até à prostituição em países estrangeiros. O “sistema” CBF desorganiza o futebol, submete o calendário a pressões de patrocinadores como emissoras de TV, e de interesses políticos; para isso, corrompe dirigentes de clubes e de federações. E culmina com a falência do futebol.

Mesmo com tanto indício e tanta prova, a mesa da diretora da CPI não tem seu relatório aprovado e nem colocou em votação uma proposta substitutiva da bancada da bola, convocada a livrar a CBF e Ricardo Teixeira de possíveis consequências que se desdobrariam deste episódio. De forma

melancólica, a CPI encerra seus trabalhos, sem um relatório oficial aprovado, e com a máxima da impunidade se sobressaindo.

Após o episódio, a Nike desfaz a relação comercial de direitos de imagem dos amistosos Seleção Brasileira com a CBF, que firma contrato com Internacional Sports Events Company (ISE)<sup>144</sup>, que subcontrata outra empresa, a Kentaro e a Uptrend Developments (LLC), empresa de Sandro Rusell, ex-Nike.

ISE é uma empresa subsidiária de um grande conglomerado saudita, o DAG, um grupo econômico muito importante no Oriente Médio, com mais de 38 mil funcionários e bancos da Tunísia ao Egito, constituindo-se em uma entidade muito importante na economia do mundo árabe. No entanto, a ISE se apresenta tendo como endereço simplesmente uma caixa postal nas Ilhas Cayman. Concretamente, trata-se da Caixa Postal 1.111, na rua Harbour Drive, em Grand Cayman (cidade das Ilhas Cayman). [...] Como consequência, não há funcionários nesse local trabalhando para a empresa e prestando serviços para a CBF. (CPI do Futebol, 2015, p. 268).

Mesmo com esse histórico, em 2007, o Governo Brasileiro, tendo o PCdoB à frente do Ministério do Esporte, partido de Aldo Rebelo, firma parceria com a CBF e a FIFA para organizar a Copa de Mundo em 2014.

Ricardo Teixeira é o escolhido para o presidente do Comitê Organizador Local (COL). Ricardo Trade é escolhido como o CEO (maio de 2010 – dezembro de 2014), pela sua experiência como diretor operacional no PAN Rio 2007 e diretor de serviços das Olimpíadas do Rio Ronaldo. Cabe ressaltar que Trade<sup>145</sup> foi diretor de marketing da MKT Sports, que trabalhou com direitos de imagem e transmissão de alguns torneios como a Copa Rio São Paulo. Com a opinião pública cada vez mais insatisfeita com a CBF sob o comando do Ricardo Teixeira, convidaram dois ídolos do futebol para compor a COL: Ronaldo, Fenômeno, pentacampeão mundial pela Seleção Brasileira em 2002 e Bebeto<sup>146</sup>, tetracampeão na Copa de 1994. Para finalizar a composição da

---

<sup>144</sup> “Nos termos do contrato, a CBF dá à ISE o direito de explorar comercialmente, divulgar os jogos, ficar com a renda da bilheteria das partidas e vender os direitos de televisão no exterior desses jogos. Por sua vez, a ISE assume a responsabilidade pela realização do jogo, devendo procurar um estádio, um adversário e organizar o amistoso da Seleção Brasileira; além disso, compromete-se ao pagamento de um cachê fixo à CBF” (CPI DO FUTEBOL, 2015, p. 269).

<sup>145</sup> <https://br.linkedin.com/in/ricardo-trade-0047405>. Acesso em: 1º de maio de 2017.

<sup>146</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2012/02/1049641-bebeto-se-junta-a-ronaldo-e-entra-no-comite-da-copa.shtml>. Acesso em: 1º de maio de 2017.

COL, Joana Havelange<sup>147</sup>, secretária geral do COL, neta de João Havelange e filha de Ricardo Teixeira.

O que faz do esporte um negócio familiar e tão interessante? Seria esse o Padrão FIFA de corrupção?

Assim como qualquer outro negócio, o esporte pode ser usado por criminosos para lavar os rendimentos do crime ou para perpetrar atividades ilegais para o ganho financeiro. Ao contrário de outras empresas, nem sempre é a rentabilidade ou o lucro que tornam o esporte atraente para os criminosos. Conexões que os criminosos procuram fazer com o desporto não são unicamente motivadas pelo desejo de ganhar dinheiro. O prestígio social é outro fator importante. Um esporte popular pode ser uma rota para que criminosos se tornem "celebridades", associando-se com pessoas famosas e movendo-se para cima para círculos poderosos na sociedade estabelecida (CPI DO FUTEBOL, 2015, p. 127).

Parece ser essa relação entre poder, fama e dinheiro, que fez e faz a família Teixeira-Havelange atuarem apaixonadamente no meio, e mesmo, em meio a tanta denúncia, insistir em ter um membro da família no COL, perpetuando uma gestão coronelista. O orçamento do COL contou com financiamento "exclusivo" da FIFA, 1 bilhão de reais foi repassado ao COL, 60% foi somente para pagamento de salários dos membros do Comitê Organizador local, entre diretores e demais membros da equipe de trabalho. Confrontando 1 bilhão de reais, com os mais de 18 bilhões de reais de rendimentos<sup>148</sup> que a FIFA obteve ao final do ciclo da Copa 2014, somente reforça o objetivo identificado na realização dos megaeventos esportivos de garantir a reprodução ampliada do capital e a acumulação, a partir da apropriação do fundo público.

#### **4.2 Padrão FIFA de Corrupção na Copa do Mundo do Brasil 2014**

Todo esse emaranhado de desvios, lavagem de dinheiro, sonegações entre empresas, governos e as entidades de administração do esporte consegue resistir ainda aos primeiros anos de preparação da Copa do Mundo 2014. O padrão FIFA de corrupção é o padrão de organização desses negócios

<sup>147</sup> <http://admin.midiamax.com.br/noticias/789204-comite-organizador-local-da-copa-passa-de-pai-para-filha.html>. Acesso em: 1º de maio de 2017.

<sup>148</sup> Segundo relatório da FIFA (2014), esse dado relativo a arrecadação da FIFA com a Copa 2014 vai ser debatido no último item desse capítulo, denominado "legado às avessas".

ilícitos, de fazer inveja à máfia organizada. O poderoso chefão, Ricardo Teixeira acumula o cargo da CBF e do COL já em 2007.

E logo surge outro escândalo, na reinauguração do Estádio Bezerrão (Walmir Campelo Bezerra) no Gama Sociedade Esportiva. No clube de futebol do Distrito Federal foi realizado um jogo entre a Seleção Brasileira de Futebol e a Seleção Portuguesa, em 2008. A CBF contratou a empresa Ailanto Marketing para organização do amistoso. A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)<sup>149</sup> descobriu que a empresa foi criada um mês antes do jogo. O total de 9 milhões de reais<sup>150</sup> à época foi pago pelo fundo público do Governo do Distrito Federal, por intermédio da Federação Brasileira de Futebol, à época presidida por Fábio Simão, ex-chefe de gabinete do ex-governador José Roberto Arruda, que assinou o contrato junto ao ex-secretário de Esporte do GDF, Aguinaldo de Jesus. Mais 3 milhões de reais<sup>151</sup> foram intermediados por Fábio Simão, para a organização da Soccerex, um seminário sobre futebol e negócios de apenas dois dias.

Anos depois, a CPI do Futebol (2015, p. 131) destaca a investigação estadunidense, que evidencia a quantidade de ilícitos descobertos.

Na investigação do escândalo de corrupção que envolve a Fifa e empresas de marketing e transmissão esportiva. É, ainda, o que episódios recentes, como o amistoso entre Brasil e Portugal, realizado no Gama/DF, em 2008, apontam. Por exemplo, na investigação desencadeada pelo Ministério Público, com inquérito aberto no Tribunal de Contas do Distrito Federal (Processo nº 14.030/09), há indícios de superfaturamento, inclusive de diárias de hotéis e de transportes aéreos e terrestres, cujas reservas haviam sido feitas por empresa de turismo de Wagner Abrahão, empresário então próximo a Ricardo Teixeira, presidente da CBF na época.

A Ailanto foi dona da empresa VSV Agropecuária Empreendimentos Ltda, sediada na fazenda de Ricardo Teixeira em Piraí, a 80 km do Rio. O dono da Alianto, Sandro Rosell, era o ex-executivo da Nike, quando esta fechou o contrato milionário com a CBF, alvo da CPI já citada. A PCDF apreendeu documentos e cheques assinados por Vanessa Precht, sócia e ex-secretária de

---

<sup>149</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/08/policia-investiga-fraude-na-contratacao-de-amistoso-da-selecao-em-2008.html>. Acesso em: 01 de setembro de 2016.

<sup>150</sup> 9 milhões de reais em 2008 equivalem a 14,1 milhões de reais em julho de 2017 (IGP-DI)

<sup>151</sup> 3 milhões de reais em 2008 equivalem 4,7 milhões de reais em julho de 2017 (IGP-DI)

Rosell. Rosell virou presidente do Barcelona 2010, e foi um dos responsáveis pela contratação milionário de Neymar Jr., jogador do Santos Futebol Clube, sendo que essa transação é alvo de investigação na Espanha até hoje, por indícios de sonegação de impostos. Em 2014, Rosell se viu obrigado a renunciar à presidência do clube Catalão, pela investigação por parte da polícia espanhola, que descobriu que o dirigente recebia comissões ilegais da venda de direitos de imagem de jogos da Seleção Brasileira<sup>152</sup> na ordem de € 6,5 milhões. Em 2017, as autoridades espanholas enviam à Procuradoria-Geral da República pedido de prisão do ex-presidente da CBF, Ricardo Teixeira<sup>153</sup>, acusado de fazer comandar uma organização criminosa em conjunto com Rosell<sup>154</sup>.

Na Soccerex de 2009<sup>155</sup>, outra empresa alvo de investigação foi a Pallas Operadora Turística, de Wagner Abrahão do Grupo Águia, que recebeu empenho de 3 milhões e 80 mil reais<sup>156</sup>. Dois dias após o evento, o empenho foi anulado<sup>157</sup> e outro empenho do mesmo valor foi depositado na Eggz

<sup>152</sup> Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/juiza-ordena-prisao-sem-direito-a-fianca-de-ex-presidente-do-barcelona.ghtml>. Acesso em: 1º de maio de 2017.

<sup>153</sup> Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/bastidores-fc/noticia/pedido-de-prisao-de-ricardo-teixeira-chega-a-autoridades-brasileiras.ghtml>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

<sup>154</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,a-selecao-de-teixeira-ex-cartola-transfere-r-30-mi-da-equipe-durante-gestao,70001814038>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

<sup>155</sup> Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/419348/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

<sup>156</sup> Aproximadamente R\$ 4,9 milhões em valores atualizados em julho de 2017,

<sup>157</sup> Diário Oficial do Distrito Federal Nº 59, quinta-feira, 26 de março de 2009, p.70. “Extrato do Contrato de prestação de serviços nº 07/2009, nos termos do padrão nº03/2002. Processo: 220.0001.188/2008. Entre as partes: DF/SECRETARIA DE ESPORTES x EGGZ MARKETING LTDA. “Objeto: contratação dos direitos, exclusivos da Contratada, referente à realização do Primeiro Fórum Soccerex em Brasília 2009, que tratará das questões técnicas e comerciais ligadas a toda estrutura técnico-operacional da modalidade esportiva Futebol, a exemplo de construção civil, infra-estrutura social – transporte, hospitais, hotelaria, estádios etc. - , marketing esportivo, turismo, treinamento de jovens , a ser realizado nos dias 17 a 18 de março de 2009, confirmando o interesse de Brasília em sediar a Copa do Mundo no ano de 2014. Valor: o valor total do Contrato é de R\$3.080.000,00(três milhões e oitenta mil reais), a ser atendido à conta de dotações orçamentárias do orçamento corrente exercício. Dotação Orçamentária: UO: 34101. Programa de Trabalho: 27.811.1900.9010.000. Natureza da Despesa: 33.90.39. Fonte de Recursos: 100. Nota de Empenho: 2009NE00086, emitida em 20/3/2009, sob o evento nº 400091, na modalidade ordinário, emitida em substituição à 2009NE00082, emitida em 16/3/2009, no valor de R\$3.080.000,00(três milhões e oitenta mil reais). Fundamento legal: artigo 25, caput, c/c artigo 26, e demais disposições, no que couber, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Justificativa de Inexigibilidade de Licitação e Proposta da Contratada, que passam a integrar o presente Termo. Vigência: O presente Contrato terá vigência, desde sua assinatura até a conclusão da prestação de serviço. Data de Assinatura: 16 de março de 2009. Signatários: Pelo Distrito Federal: Aguinaldo Silva de Oliveira, na qualidade de Secretário de Estado de Esporte. Pela contratada: Gilmar Pinto

Marketing<sup>158</sup>, que apesar de não ser do grupo Águia, tem o irmão de Wagner Abrahão como sócio, o Cláudio Abrahão. Gilmar Pinto Caldeira é o outro sócio da Eggz. Gilmar e Wagner são sócios em outra empresa, a Spe M. Connections Premium Viagens e Turismo Ltda. Cláudio vendeu em 2009 uma cobertura na Barra da Tijuca para Ricardo Teixeira por um terço do valor de mercado<sup>159</sup>.

Wagner e uma de suas empresas, a Top Service Turismo, em conjunto com a Traffic, de J. Hawilla, formaram a Match Hospitality<sup>160</sup>, braço licenciado pela Match, empresa suíça, cujo dono são os irmãos Byron e o diretor executivo é o inglês Raymond Whelan, cuja empresa é detentora dos direitos do Programa Oficial de Hospitalidade da FIFA. O CEO do Núcleo Copa da Match Hospitality<sup>161</sup> era nada menos que o Gilmar Pinto Caldeira. Em 2010, na Copa do Mundo da África do Sul, Phillipe Blatter<sup>162</sup>, sobrinho do presidente da FIFA, Joseph Blatter, era CEO da Infront Sports & Media AG, que detinha 5% da Match<sup>163</sup>. A Match adquiriu o direito de comercialização dos pacotes de “hospitality”, que tratam da venda dos ingressos VIPs da Copa de 2014 e se configuram como uma das partes mais lucrativas de todo o evento. Em reportagem da Revista Exame<sup>164</sup>, a estimativa era de que a Match Hospitality iria lucrar 350 milhões de reais.

Ricardo Teixeira movimentou cerca de R\$ 464,5 milhões<sup>165</sup>, entre 2009 e 2012<sup>166</sup>. Tal movimentação, de caráter atípico, chamou atenção do Coaf, órgão de investigação financeira do Ministério da Fazenda. A investigação resultou no

---

Caldeira, na qualidade de sócio-quotista”. Disponível em: [http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2009/03\\_Mar%C3%A7o/DODF%20059%2026-03-09/Se%C3%A7%C3%A3o03-%20059.pdf](http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2009/03_Mar%C3%A7o/DODF%20059%2026-03-09/Se%C3%A7%C3%A3o03-%20059.pdf). Acesso em: 25 de março de 2014.

<sup>158</sup> Disponível em: <http://www.consultasocio.com/q/sa/gilmar-pinto-caldeira>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

<sup>159</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/32152-camaradas.shtml>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

<sup>160</sup> Disponível em: <https://pt.slideshare.net/articoedu/portfluo-match-hospitality>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

<sup>161</sup> Disponível em: [http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/vendas-para-hospitality-na-copa-ja-sao-records\\_85535.html](http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/vendas-para-hospitality-na-copa-ja-sao-records_85535.html). Acesso em: 19 de abril de 2017.

<sup>162</sup> Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/policia-vai-investigar-ligacao-entre-sobrinho-de-blatter-e-empresa-match/>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

<sup>163</sup> Disponível em: <http://apublica.org/2012/09/os-negocios-da-match-fornecedora-da-fifa-na-copa-da-africa-brasil/>

<sup>164</sup> Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/a-copa-ele-ja-ganhou/>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

<sup>165</sup> Esse valor é o montante que corresponde a movimentação em vários anos, o que inviabiliza a correção pelo IGP-DI.

<sup>166</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,ricardo-teixera-movimentou-quase-meia-bilhao-em-4-anos,1698440>. Acesso em: 10 de jan. de 2017.

indiciamento de Ricardo Teixeira, Claudio Honigman (Sócio de Rosell, ex-presidente do Barcelona e ex-Nike e sócio do ex-presidente do Barcelona na 100% Brasil Marketing), Vanessa Almeida Precht (sócia da Alianto Marketing LTDA) e Claudio Abrahão (irmão de Wagner Abrahão, presidente do Grupo Água).

Após essas denúncias, a permanência de Ricardo Teixeira ficou insustentável e ele renunciou à presidência da CBF e do COL da Copa 2014, e ao Comitê executivo da FIFA<sup>167</sup>. Meses antes, em dezembro de 2011, João Havelange, à época com 95 anos, renunciou ao Comitê Executivo do COI, para extinguir um processo aberto pelo próprio COI, sobre o caso da ISL, que poderia culminar na sua expulsão. Em 2013, Havelange renuncia em segredo à presidência de honra da FIFA<sup>168</sup>, para evitar sua cassação pelo Comitê de Ética da entidade<sup>169</sup>. Em 2015, Havelange falece, em seu velório aparecem poucas pessoas do esporte<sup>170</sup>. Já não é tão prestigiado como fora no passado, diante da imensidão de acusações que revelou o passado sombrio que tentava ocultar e o assombrou em seus últimos dias de vida. Até a homenagem do Engenhão, Estádio Olímpico, construído no PAN Rio 2007, que levava oficialmente seu nome, foi desfeita. Após sua morte, o Estádio foi renomeado em homenagem ao maior lateral-esquerdo da Seleção Brasileira e do Botafogo e um dos melhores de todos os tempos<sup>171</sup>: Estádio Nilton Santos<sup>172</sup>.

José Maria Marin substituiu Ricardo Teixeira na presidência da CBF e do COL, segundo o estatuto da CBF, por ser o vice-presidente mais velho em atividade. Marin foi deputado federal, pelo partido da base da ditadura militar, o Arena e ex-governador de São Paulo (1982-1983), foi ex-jogador de futebol e ex-presidente da Federação Paulista de Futebol, quando passou a fazer parte

---

<sup>167</sup> Disponível em:

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120312\\_teixeira\\_renuncia\\_cbf\\_mm.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120312_teixeira_renuncia_cbf_mm.shtml).

Acesso em: 10 de jan. de 2017.

<sup>168</sup> Disponível em :<https://oglobo.globo.com/esportes/havelange-renuncia-ao-cargo-de-presidente-de-honra-da-fifa-8247057>. Acesso em: 10 de jan. de 2017.

<sup>169</sup> Disponível em :<http://esporte.ig.com.br/futebol/dirigentes-do-coi-escapam-de-suspensao-no-caso-isl/n1597402427823.html>. Acesso em: 10 de jan. de 2017.

<sup>170</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,havelange-e-enterrado-sem-a-presenca-de-estrelas-do-futebol,10000070001>. Acesso em: 10 de jan. de 2017

<sup>171</sup> Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nilton-santos-artista-da-bola-que-reinventou-funcao-do-lateral-no-futebol-18160816>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

<sup>172</sup> Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/times/botafogo/noticia/2017/02/agora-e-oficial-nilton-santos-substitui-o-nome-joao-havelange-no-engenhao.html>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

do quadro dirigente da CBF. Mas a CBF já estava no centro de diversas investigações relacionadas à corrupção, que foram tomando mais visibilidade, ainda mais tendo o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014.

Um fato marcante em pleno período de Copa do Mundo foi a prisão<sup>173</sup>, pela Operação Jules Rimet, da Polícia Federal, de Raymond Whelan, diretor executivo da Match, e do franco argelino Mohamed Lamine Fofana, que atuava diretamente no comércio paralelo e ilegal da venda de ingressos superfaturados para a Copa de 2014. O primeiro ficou preso 22 dias e o segundo 45 dias, após serem soltos para responderem em liberdade, sob as acusações de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, sonegação e cambismo. Em 2015, o Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos do Rio de Janeiro aceitou a denúncia do Ministério Público, no entanto, Whelan se livrou por decisão porque a denúncia contra ele ficou “presa” na 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio.

Essa história ganha um novo capítulo quando Jérôme Valcke, o secretário-geral da FIFA de Blatter, foi afastado após denúncias do empresário Benny Alon, dono da empresa JB Marketing, Valcke<sup>174</sup> foi acusado de participação em um esquema ilegal de venda de ingressos na Copa do Mundo no Brasil, em 2014.

Benny Alon disponibilizou a dez veículos de imprensa, entre eles o jornal O Estado de São Paulo, trocas de e-mails com Jérôme, no qual montam um esquema de venda de ingressos paralelos e/ou superfaturados, em que o dirigente da FIFA ficaria com 50% dos lucros da comercialização de 8 a 11 mil bilhetes da edição do Mundial de 2014. O esquema teve início no começo de 2013, já para a Copa das Confederações, mas a expectativa apontava para 2014, onde os lucros seriam extraordinários. Porém, em dezembro de 2013, acuado pela legislação brasileira e pela cúpula da FIFA, Valcke foi obrigado a desfazer o acordo com a JB, pois somente a Match poderia comercializar os ingressos, por meio de pacote. Alon ficou insatisfeito com o desfecho do novo acordo, onde recebera menos que o combinado e denunciou Valcke. Os e-

---

<sup>173</sup> Disponível em: <http://www.otempo.com.br/superfc/presidente-da-match-reafirma-inoc%C3%A2ncia-de-raymond-whelan-1.888560>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

<sup>174</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,valcke-e-acusado-de-montar-esquema-na-venda-de-ingressos-da-copa,1764049>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

mails caíram como uma bomba, e Valcke foi afastado<sup>175</sup> e, posteriormente, demitido pela FIFA<sup>176</sup>, em setembro de 2015.

Com a imagem bastante desgastada, Marin cede lugar, via eleição, ao ex-presidente da Federação Paulista de Futebol, e Marco Polo Del Nero assume a CBF e o COL. Nero já havia substituído Ricardo Teixeira no Comitê Executivo da FIFA em 2012.

No dia 27 de maio de 2015, apenas dois dias antes do Congresso anual da FIFA, em Zurique na Suíça, no qual Blatter seria eleito em seu quinto mandato, sete altos dirigentes ligados a FIFA foram presos pela polícia suíça, a pedido do Departamento de Justiça dos EUA<sup>177</sup>. Entre eles estava o então presidente da CBF, José Maria Marín<sup>178</sup>. Os demais presos foram: o agente de desenvolvimento da FIFA, Júlio Rocha; o presidente da Confederação das Américas Central e do Norte (CONCACAF) e vice-presidente da FIFA, Jeffrey Webb; Costas Takkas, também da CONCACAF; o ex-presidente da Conmebol Eugenio Figueredo; o presidente da federação de futebol da Venezuela Rafael Esquivel; e o presidente da Federação da Costa Rica Eduardo Li.

Os dirigentes foram acusados de lavagem de dinheiro, crime organizado e fraude eletrônica, e pagamento de propinas envolvendo as Copas do Mundo de 2018 na Rússia e 2022 no Catar. A movimentação seria de mais de 150 milhões de dólares desde a década de 1990. Devido a todos esses episódios do julgamento da Suíça, que culminou na prisão de diversos dirigentes, Blatter renuncia em junho de 2015.

Após 5 meses, Marin foi extraditado para os Estados Unidos da América, onde passou a cumprir prisão em regime domiciliar. Neste período, Marin renunciou ao cargo de presidente da FIFA e do COL Copa 2014<sup>179</sup>. A prisão de

---

<sup>175</sup> Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2015/09/fifa-anuncia-que-jerome-valcke-deixa-o-cargo.html>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

<sup>176</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,valcke-e-acusado-de-montar-esquema-na-venda-de-ingressos-da-copa,1764049>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

<sup>177</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/dirigentes-do-1-escalao-da-fifa-sao-presos-em-zurique-na-suica.html>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

<sup>178</sup> Disponível em: <https://blogdopaulinho.files.wordpress.com/2016/11/relatc3b3rio-final-da-cpi-do-futebol.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

<sup>179</sup> O COL, empresa jurídica criada para a organização da Copa do Mundo, tinha previsão para encerrar suas atividades somente 18 meses após o fim da Copa de 2014, ou seja, até o final de 2016.

Marin motivou a abertura de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como CPI do Futebol.

A CPI foi criada em um contexto delicado para o futebol nacional, logo após autoridades policiais suíças prenderem, a pedido do governo norte-americano, o Sr. José Maria Marin, então vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) – presidente da entidade de março de 2012 a abril de 2015 e ex-presidente e membro do Conselho de Administração do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

No último mês de 2015, o Departamento de Justiça dos EUA indiciou<sup>180</sup> formalmente Ricardo Teixeira e Marco Polo Del Nero, por recebimento de propinas<sup>181</sup> em contratos comerciais. No entanto, deliberações da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) e a 9ª Vara Criminal do Estado do Rio de Janeiro dissolveram a cooperação internacional entre o Brasil e a Promotoria Federal de Nova York, impossibilitando a quebra de sigilo bancário de empresas e pessoas físicas ligadas à FIFA. Teixeira e Del Nero ficaram impedidos de serem presos.

Del Nero<sup>182</sup> foi indiciado por ter recebido pagamentos de J. Hawilla, dono da Traffic, que compartilhou com a Klefer, empresa do ex-presidente da Federação Metropolitana de Futebol (Distrito Federal), Kleber Leite, relativos aos direitos da Copa do Brasil. O atual presidente da CBF mantinha relações próximas também com Wagner Abrahão, de quem usava o jatinho particular para diversas viagens e dos filhos do empresário, de quem comprou um apartamento de luxo pela metade do valor de mercado<sup>183</sup>. Mesmo à frente da CBF, o Comitê de Ética da FIFA baniu Del Nero do Comitê executivo da FIFA, em 2015. O novo nome indicado do Brasil no Comitê executivo da FIFA foi Fernando Sarney, ex-presidente da Federação Maranhense de Futebol e filho do ex-presidente da República José Sarney.

---

<sup>180</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fbi-indicia-del-nero-e-ricardo-teixeira-por-corrupcao,1806276>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

<sup>181</sup> Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,teixeira-usou-jogo-da-selecao-para-vender-voto-ao-catar-revela-investigacao,70001866585>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

<sup>182</sup> Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/major-escandalo-de-corrupcao-no-futebol-e-travado-na-justica-brasileira>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

<sup>183</sup> Disponível em: [http://espn.uol.com.br/noticia/295292\\_policia-federal-investiga-marco-polo-del-nero-e-apreende-documentos-na-casa-do-presidente-da-fpf](http://espn.uol.com.br/noticia/295292_policia-federal-investiga-marco-polo-del-nero-e-apreende-documentos-na-casa-do-presidente-da-fpf). Acesso em: 10 de maio de 2017.

Mais um fato relevante no processo de organização e preparação da Copa do Mundo, a questão dos valores que custaram as obras dos Estádios, que carregam em si, muito concreto, muito trabalho e muitos indícios de superfaturamento, indícios que chamaram a atenção da opinião pública, e teve seu auge nas manifestações populares Jornadas de Junho. O questionamento social sobre os custos dos Estádios fez com que parte do Ministério Público e dos Tribunais de Contas estaduais e federal questionassem os valores e a transparência no repasse e no uso do dinheiro público utilizado nas obras.

Mas isso só ocorreu com o desenrolar da Operação Lava-Jato no âmbito da Polícia Federal que, a partir de março de 2014, começou a investigar um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, políticos e grandes empreiteiras nacionais. Entre estas últimas, a indústria da construção pesada.

Assim, a indústria da construção pesada figura como um dos poucos ramos econômicos em que verificamos a existência do capital monopolista brasileiro. Isso se deve em boa medida ao processo extremamente acelerado de crescimento do capitalismo brasileiro ao longo do século XX, que demandou muitas obras e serviços de infraestrutura, gerando um setor hipertrofiado que, no processo de decadência da expansão da infraestrutura para a acumulação urbano-industrial, manteve seu porte ao se estender para outros setores e países. A marca principal que percorre todo esse processo é justamente a centralidade do Estado brasileiro para o desenvolvimento das maiores empresas do setor. Foi em torno das demandas, incentivos e políticas estatais que os grupos das famílias Odebrecht, Camargo e Andrade se desenvolveram e se fortaleceram, assumindo o seu porte monopolista. Assim, se a ditadura foi um momento decisivo para ascensão dessas construtoras como grandes grupos empresariais, a manutenção de seu poder se deve justamente ao vínculo, presença e controle que esse capital monopolista detém sobre o Estado brasileiro no período posterior à ditadura, até os dias atuais (CAMPOS, 2015, p. 33).

Como resultado da investigação da Lava-Jato, os empresários de alto escalão das maiores empreiteiras do Brasil foram presos, como é o caso do Marcelo Odebrecht, da Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda<sup>184</sup>, do Otávio Marques de Oliveira, da Andrade Gutierrez Engenharia S/A<sup>185</sup>, José

---

<sup>184</sup> <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/03/ex-presidente-da-maior-empreiteira-do-pais-e-condenado-pela-lava-jato.html>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

<sup>185</sup> <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/09/ex-presidente-do-grupo-andrade-gutierrez-e-condenado-no-rio.html>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

Aldemário Pinheiro, da Construtora OAS S/A<sup>186</sup> e Dalton Avancini, da Comércio Camargo Corrêa S/A<sup>187</sup>.

Essas 4 empreiteiras configuraram-se nas maiores do país e junto com as grandes Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A, Construtora Queiroz Galvão S/A, e algumas outras pequenas empreiteiras locais subcontratadas formaram um cartel<sup>188</sup> que dividiram as obras entre si, estabeleceram preços combinados e fraudaram e superfaturaram licitações. Essas questões vieram à tona, a partir da delação premiada de ex-executivos dessas empreiteiras.

No acordo de leniência com a Odebrecht e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), os ex-executivos delataram que houve irregularidades em pelo menos 6 dos 12 Estádios<sup>189</sup>. Já os ex-executivos da Andrade Gutierrez apontam irregularidades em 10 dos 12 Estádios

As delações comprometeram também diversos ex-governadores, que foram acusados de receber propinas e passaram a ser formalmente indiciados no âmbito da operação. Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, encontra-se preso desde novembro de 2016<sup>190</sup>

Os ex-governadores do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM) e Agnelo Queiroz (PT) e o ex-vice-governador Tadeu Fillipeli (PMDB) foram alvos na Operação Panatenaico, desmembrado da Lava-Jato, que investiga esquema de corrupção nas obras do Mané Garrincha a partir da delação da Andrade Gutierrez. Cumpriram prisão temporária<sup>191</sup> e respondem em liberdade.

Eduardo Braga (PMDB) e Omar Aziz (PSD), ex-governadores do Amazonas, foram acusados de receberam propinas na construção da Arena do

---

<sup>186</sup> <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/09/ex-presidente-da-oas-e-preso-pela-lava-jato-em-sao-paulo-diz-pf.html>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

<sup>187</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1658006-juiz-condena-executivos-da-camargo-a-prisao-por-corrupcao-na-petrobras.shtml>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

<sup>188</sup> <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2016/12/10/cartel-de-empreiteiras-em-estadios-da-copa-pode-gerar-multa-bilionaria/>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

<sup>189</sup> <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/metade-dos-estadios-da-copa-tem-suspeitas-de-irregularidades-segundo-delacoes-da-odebrecht.ghtml>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

<sup>190</sup> Em junho de 2017, Cabral é condenado a 14 anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O ex-governador responde a diversas outras denúncias, o que poderá acrescentar mais tempo de prisão, se condenado.

<sup>191</sup> <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/policia-federal-cumpre-mandado-de-prisao-contrarruda-agnello-e-vice-tadeu-filippeli.ghtml>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

Amazonas<sup>192</sup>. Fernando Pimentel (PT), governador de Minas Gerais, na reconstrução do Mineirão. O senador Agripino Maia (DEM), o ex-deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB) na Arena das Dunas, Andrés Sanchez (PT), deputado federal e ex-presidente do Corinthians e Vicente Cândido (PT), diretor da CBF, na Itaquerao e o ex-governador Silval Barbosa (PMDB) na Arena Pantanal, fora outras denúncias que estão sigilosas. Todas essas acusações estão ainda em processo de julgamento. A Lava-Jato complementa o panorama de corrupção nas obras da Copa 2014, dado pela CPI do Futebol (2015).

Mais que um desvio ético, a corrupção é parte constituinte do modo de produção capitalista e atua como uma espécie de 'causa contrariante' que atua na desaceleração da lei tendencial da queda da taxa de lucro e, por conseguinte, contribui para a acumulação capitalista. Como se não bastasse a FIFA atuar na elevação do grau de exploração de trabalho por meio do trabalho voluntário e na punção do fundo público dos Estados-Nação, a entidade e seus dirigentes ampliam as formas de acumulação e extração da mais valia, a partir do desvio e apropriação indébita de recursos ilícitos.

A CPI do Futebol conseguiu levantar vários documentos, alguns deles sigilosos, que comprovaram que as organizações de administração do esporte sucumbiram as atividades ilícitas, configurando-se em verdadeiras organizações criminosas. A indicação da CPI está na indicação de mudanças na forma jurídica de clubes de associações esportivas para empresas e da transparência das entidades de organização do esporte em suas relações comerciais. Foi orientado o indiciamento de nove dirigentes esportivos, entre eles boa parte dos protagonistas desta história reconstruída neste capítulo: Teixeira, Marin, Del Nero, Abrahão etc. Os reis estão vendo seus castelos desabarem, mas ainda encontram sustentação por dentro das instituições que aparelharam e ainda exercem grande poder, mesmo afastados. Creem que o tempo pode ser o senhor do esquecimento e da impunidade. Mas com idades já avançadas, antes donos do mundo do esporte, caminham para jogar seus nomes na lata de lixo da história.

---

<sup>192</sup> <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/delacao-da-odebrecht-omar-aziz-psd-e-suspeito-de-ligacao-com-empresario-que-pedia-propina-a-empresaria.ghtml>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

O jogo político de poder e dinheiro entre políticos, dirigentes e empreiteiras, ofuscam aqueles que com suor e até sangue trabalharam para que, efetivamente, ocorressem os jogos. Sem a classe trabalhadora, como haveria de acontecer os jogos? Bertold Brecht, certa vez escreveu o poema *Perguntas de um trabalhador que lê*:

Quem construiu a Tebas de sete portas?  
 Nos livros estão nomes de reis:  
 Arrastaram eles os blocos de pedra?  
 E a Babilônia várias vezes destruída  
 Quem a reconstruiu tantas vezes?  
 Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?  
 Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China  
 ficou pronta?  
 A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:  
 Quem os ergueu?  
 Sobre quem triunfaram os Césares?  
 A decantada Bizâncio  
 Tinha somente palácios para os seus habitantes?  
 Mesmo na lendária Atlântida  
 Os que se afogavam  
 gritaram por seus escravos  
 Na noite em que o mar a tragou?  
 O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
 Sozinho?  
 César bateu os gauleses.  
 Não levava sequer um cozinheiro?  
 Filipe da Espanha chorou,  
 quando sua Armada naufragou.  
 Ninguém mais chorou?  
 Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.  
 Quem venceu além dele?  
 Cada página uma vitória.  
 Quem cozinhou o banquete?  
 A cada dez anos um grande Homem.  
 Quem pagava a conta?  
 Tantas histórias.  
 Tantas questões.

### 4.3 A situação da classe operária da bola no Brasil

Como não era de se espantar, o lado mais frágil de toda a indústria do futebol é o lado dos trabalhadores. A classe trabalhadora explorada só possui a própria força de trabalho para vender. Em um grande evento, onde a expectativa de lucros salta aos olhos, e como não deixa de ser, na lógica capitalista, a extração da mais valia se dá da exploração da força de trabalho, a partir de alguns mecanismos, tais como a extensão da jornada de trabalho, a intensificação e aumento da produtividade do trabalho, sem aumento de

salário, redução do capital variável abaixo do valor da força de trabalho. (MARX, 2009). Foram escolhidos, entre tantos trabalhadores, duas categorias que merecem um destaque na análise desse processo de acumulação capitalista: Os operários que construíram os Estádios da Copa e os Voluntários que trabalharam nesse Megaevento.

Engels (2010, p. 37-41), em seu primeiro trabalho de fôlego, investigou, por 21 meses, as condições da classe operária na Inglaterra. Além de observações, Engels consultou documentos oficiais e não oficiais, documentando-os e examinando-os. Além disso, ouviu, observou e se relacionou com os trabalhadores e, enfim, foi uma testemunha das lutas dos trabalhadores contra o poder social e político da classe opressora que se apresentava naquele contexto.

Ao investigar a miséria e a opressão inglesas, contribuiu para a compreensão da miséria e opressão no mundo. Segundo Engels (2010, p. 41), “a situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria humana” (ENGELS, p.41).

Guardada as particularidades, as causas fundamentais engendradas no interior do capitalismo produzem a miséria e a opressão. Engels, ao investigar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, compreendeu que “o conhecimento das condições de vida do proletariado é, pois, imprescindível para, de um lado, fundamentar com solidez as teorias socialistas e, de outro, embasar os juízos sobre sua legitimidade e, enfim, para liquidar com todos os sonhos *prós e contras*” (ENGELS, p.41).

A expectativa da vinda da Copa do Mundo por parte da classe trabalhadora se deu basicamente por dois aspectos. A primeira dizia respeito ao consumo de um grandioso espetáculo esportivo nas portas de casa. Ver seus ídolos jogarem diante de seus olhos e sentir os olhos do mundo atentos ao clima de Copa do Mundo em seu próprio país, o único pentacampeão mundial. Ruas pintadas de verde amarelo, bandeiras e camisas colorindo as ruas e avenidas outrora cinzas, reproduziam o cenário imaginado na

expectativa de milhões de brasileiros, revivendo a energia nacional e o amor à pátria, já explicado por Manhães (2002) em outros contextos históricos.

A segunda expectativa refletia o desejo imediato, alimentado pela mídia, pelo governo e pelos dirigentes esportivos, de que a Copa do Mundo traria, junto com ela, uma diversidade de oportunidades de emprego e renda e, com ela, a melhoria das condições de vida em geral.

Quando o Brasil foi escolhido como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, o país ainda surfava numa onda de crescimento econômico mundial e uma conjuntura interna favorável que havia encolhido a taxa de desemprego, que chegou a 7,3%, em dezembro de 2007. A grave crise mundial de 2008 e as mudanças na conjuntura interna, que serão apontadas mais adiante, foram trazendo os brasileiros para mais perto da realidade, à medida que se aproximava o evento.

No próximo tópico, busca-se identificar e caracterizar as condições e a situação da classe trabalhadora que buscou na/ou por meio da Copa do Mundo uma chance de garantir a reprodução do próprio meio de subsistência e da produção da vida. Para tanto, buscou-se analisar os principais postos de trabalhos verificados em meio à organização e realização do evento: os operários da construção civil que ergueram os Estádios e os trabalhadores voluntários que trabalharam diretamente na organização do evento.

#### **4.3.1 A Classe Operária vai à Copa?**

Um dos principais itens relativos à organização da Copa do Mundo refere-se à questão da infraestrutura. Conforme demonstrado no capítulo anterior, dos 40 bilhões de reais gastos com os Megaeventos Esportivos na série histórica 2010-2016, cerca de 39 bilhões foram gastos com infraestrutura. Neste estudo, separamos a infraestrutura em dois subitens: a Infraestrutura Urbana e a Infraestrutura Esportiva. Cerca de 25 bilhões foram gastos com infraestrutura urbana, e 14 bilhões com a esportiva.

Ainda em 2008, logo após a escolha do Brasil como país sede da Copa, o Ministério do Esporte (ME) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) firmaram um Termo de Cooperação com a Associação Brasileira de

Infraestrutura e Indústria de Base para um estudo que subsidiasse os entes interessados acerca da infraestrutura necessária para a realização do referido certame futebolístico. Neste estudo, ficaram definidos que os pontos que se referiam à Infraestrutura Urbana seriam: Mobilidade urbana; Aeroportos e Portos; Rede Hoteleira; Rede Hospitalar; Energia; Saneamento; Segurança e Telecomunicações.

Quanto à Infraestrutura Esportiva, a referência seria basicamente a construção dos Estádios de Futebol que foram sedes dos jogos e dos treinamentos das seleções nacionais na Copa do Mundo (ME/CBF/ABDIB, 01/2008). Posteriormente, incluído na Matriz de Responsabilidade, também constaram as instalações complementares para a Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014, considerado aqui também como infraestrutura esportiva não permanente ou de caráter temporário.

A construção civil é um dos setores que mais interfere diretamente no crescimento da economia brasileira e também um dos mais beneficiados pelas obras de Infraestrutura. Existiu uma aposta de aquecimento do setor com a chegada e operacionalização da Copa do Mundo e demais Megaeventos, como demonstra estudo do DIEESE (2011).

Segundo estudo do DIEESE<sup>193</sup> (2011), a economia brasileira apresentou, em 2010, indicadores positivos ao longo do ano. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7,5%, no entanto, esse crescimento se deu sobre uma base (2009) em que a variação foi negativa em 0,6%. O PIB per capita cresceu 6,5%, quando tinha sido negativa, 1,6% em 2009<sup>194</sup>. Em 2010, a indústria cresceu 10,1%, na comparação com 2009. O maior crescimento foi registrado na indústria extrativa mineral (15,7%), depois na construção civil (11,6%) e na indústria de transformação (9,7%) (DIEESE, 2011). Diante desse cenário, apontava-se já um crescimento econômico significativo, tendo como uma das causas os investimentos em torno da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016:

Por sua vez, os investimentos devem manter o ritmo de crescimento, impulsionados pelos aportes relacionados à Copa do Mundo de

---

<sup>193</sup> Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

<sup>194</sup> Devido a crise do sistema financeiro mundial, ocorrida em 2008.

Futebol de 2014 e pelos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Somem-se a esses dois importantes eventos a continuidade dos investimentos projetados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à confirmação, pelo Ministério da Fazenda, da terceira etapa do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que irá disponibilizar recursos do BNDES no valor de R\$ 75 bilhões para que as empresas invistam em novas máquinas e equipamentos. Não há dúvidas de que grande parte dos investimentos deverá se localizar no setor de infraestrutura (DIEESE, 2011, 3-4).

O setor de construção civil, em 2010, apresentou o melhor desempenho dos últimos 24 anos, segundo dados do PIB setorial, com taxa de crescimento de 11,6%, sinalizando também o crescimento da indústria de construção pesada.

Com investimentos programados para a realização das obras de infraestrutura de transportes e logística, exploração do pré-sal, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Com grandes investimentos previstos para infraestrutura na área de energia, em estádios e arenas esportivas, infraestrutura e aeroportos, em mobilidade urbana, readequação viária e saneamento, o governo e os empresários do setor sinalizam os desafios a serem enfrentados por este segmento: o enfrentamento da precária capacidade de gestão dos investimentos, a gestão empresarial deficiente nos canteiros de obras, a falta de qualificação profissional dos trabalhadores e a regulamentação ambiental (DIEESE, 2011, p. 8).

Não estava na previsão governamental e nem deste estudo que, justamente nos anos posteriores à realização da Copa de 2014, a economia sofreria uma grande recessão. A crise econômica mundial de 2008 teve reflexos na economia nacional de maneira mais branda nos anos seguintes e só foi impactar mais profundamente a partir de 2013, ano eleitoral. A desaceleração da economia contribuiu para a instalação de uma ainda inicial crise política, principalmente das instituições de representação política (legislativo e executivo) nas denominadas “Jornadas de Junho”<sup>195</sup>, que teve seu ápice justamente no período da Copa das Confederações de 2013. Posterior agravamento desta intensa crise política e econômica após a reeleição apertada da presidenta Dilma em 2014 para o seu segundo mandato (2015-2018), que culminou em impedimento (impeachment), na conclusão de seu

---

<sup>195</sup> As jornadas de junho, suas causas e conflitos serão alvo de análise mais aprofunda no próximo tópico.

mandato em 02 de dezembro de 2015, concluindo um processo de golpe<sup>196</sup> parlamentar e jurídico, com apoio da grande mídia e parte do empresariado, e que alçou ilegitimamente Michel Temer (PMDB) ao posto de presidente.

Voltando aos anos anteriores à realização da Copa do Mundo, as oportunidades de emprego no setor da construção civil para a classe trabalhadora eram de grande interesse, em que pese ser ambiente notadamente de precarização do trabalho. Em 2009, o setor da construção civil possuía cerca de 6,9 milhões de ocupados, face a uma população ocupada de 92,7 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD-IBGE. Destes, 39,94% (2.753.852 de trabalhadores) é representada pelos empregados por conta própria, 23,11% trabalhavam sem carteira de trabalho assinada. Ou seja, “mais de 4,3 milhões de trabalhadores não tinham nenhum tipo de vínculo empregatício com as empresas nas quais prestavam serviço e não recebiam benefícios como auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-doença acidentário (acidente de trabalho), entre outros (DIEESE, 2011).

Apenas 2.132.288 ocupados na construção civil eram trabalhadores formais, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2009), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No entanto, mesmo afetado fortemente pela crise mundial iniciada em 2008, foi um dos setores<sup>197</sup> que liderou a recuperação de postos de trabalho, gerando 254.178 novos empregos formais, com crescimento de 43,5% em relação a 2009, melhor saldo da série histórica, iniciada em 1996, representando 12% da geração total de postos de trabalho no Brasil (DIEESE, 2011).

---

<sup>196</sup> Ver mais sobre o assunto no livro “Depois do Golpe: Democracia Blindada”, de Demier (2017).

<sup>197</sup> As dez ocupações que mais geraram postos de trabalho formal no Setor da Construção Civil em 2010 no Brasil foram: Servente de obras (142.896); Pedreiro (19.872); Auxiliar de escritório, em geral (8.279); Eletricista de instalações (5.524); Pintor de obras (5.105); Motorista de caminhão - rotas regionais e internacionais (4.692); Emendador de cabos elétricos e telefônicos - aéreos e subterrâneos (4.430); Assistente administrativo (3.644); Pedreiro de edificações (3.058); Instalador de linhas elétricas de alta e baixa tensão - rede aérea e subterrânea (2.647) (CAGED, Lei 4.92 apud DIEESE, 2010). Já as dez ocupações que mais reduziram postos de trabalho formal na construção civil no Brasil em 2010. Aplicador de asfalto impermeabilizante – coberturas (207); Operador de caminhão - minas e pedreiras (208); Operador de motosserra (213); Operador de máquina perfuratriz (220); Mecânico montador de turboalimentadores (235); Lubrificador de veículos automotores - exceto embarcações (235); Carpinteiro de fôrmas para concreto (245); Operador de telemarketing ativo (259); Carpinteiro de obras civis de arte - pontes, túneis, barragens (276); Revestidor de superfícies de concreto (CAGED, Lei 4.92 apud DIEESE, 2011).

Um dos grandes problemas do setor refere-se à alta rotatividade da mão de obra, considerando a particularidade do processo produtivo, o que contribui sobremaneira à precarização do trabalho, já que a duração do tempo de trabalho na construção se dá por contrato temporal ou empreitada, ou seja, o contrato de trabalho desses trabalhadores se encerra assim que termina determinada fase da obra, ou, em alguns casos, os trabalhadores são transferidos para outros canteiros. O outro motivo, e o principal, é a redução dos custos para a construtora, pois a rotatividade rebaixa o salário dos trabalhadores do setor (DIEESE, 2011).

Segundo o DIEESE (2011, p. 25), a expectativa gerada em torno deste grande evento internacional (Copa do Mundo 2014) e dos investimentos previstos é que proporcionará “importantes melhorias para a população, sobretudo nas cidades-sede dos jogos, não somente nos estádios de futebol, mas também nos aeroportos, portos, rede hoteleira e transportes públicos, que serão preparados para operar com maior eficiência e rapidez<sup>198</sup>”.

É notória a importância do segmento da construção civil na economia brasileira e é visível o crescimento do setor e a expectativa de crescimento nos anos que antecederam a Copa do Mundo em 2014, principalmente pelo efeito multiplicador na cadeia produtiva, principalmente na indústria. Mesmo considerando esse cenário, o estudo do DIEESE chama a atenção para os seguintes problemas, que afetam diretamente ao trabalhador do setor:

Entretanto, o bom desempenho obtido nos últimos anos se refletiu pouco na melhora das condições de trabalho e no rendimento dos trabalhadores. Mesmo com o movimento de formalização, ocorrido em 2010, e as conquistas nas negociações coletivas, o setor ainda apresenta altos índices de informalidade e de rotatividade, como relatado neste texto. As condições de saúde e segurança no trabalho também não têm apresentado grandes avanços, com alta ocorrência de acidentes de trabalho. Além disso, os trabalhadores ainda são submetidos, muitas vezes, a condições muito precárias, o que motivou as últimas greves da categoria. Diante disso, é preciso avançar na melhoria das condições e relações de trabalho existentes

---

<sup>198</sup> “Para o Brasil receber a Copa do Mundo de Futebol em 2014, será necessária a realização de obras e empreendimentos nas cidades que sediarão os jogos, com o objetivo de melhorar aspectos relacionados, entre outros, à mobilidade urbana e às instalações de estádios e arenas esportivas. As ações serão desenvolvidas por meio de parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais e envolverão também clubes de futebol. Já estão previstos mais de R\$ 17 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 11,4 bilhões serão destinados para mobilidade urbana e R\$ 5,7 bilhões para os estádios” (DIEESE, 2011, p. 27).

no setor. O espaço das negociações coletivas é o ambiente ideal, não somente na manutenção do que já foi conquistado, mas também na conquista diária de uma vida digna para os trabalhadores e suas famílias, garantindo os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade e a extensão da proteção social (DIEESE, 2011, p. 30).

Diante do contexto do setor da construção civil, os trabalhadores ligados às obras de Infraestrutura Esportiva, ou seja, que construíram os Estádios de Futebol, mereceram um destaque neste estudo, no sentido de verificar como foram impactados com o evento. Ao acreditar que esses sujeitos apresentam particularidades em relação aos demais trabalhadores do mesmo setor, justamente por entender que o fato do futebol ser parte da identidade cultural desses operários e a Copa do Mundo de Futebol ser o evento catártico dessa expressão cultural, interfere significativamente na materialidade do seu trabalho, o de construtor do palco principal deste espetáculo.

O operário trabalhador da construção civil pertencente a uma determinada classe-que-vive-do-trabalho<sup>199</sup>, que afirma uma noção ampliada de classe trabalhadora:

Essa noção ampliada incorpora além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. E também incorpora o *“proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos McDonald’s, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural* (ANTUNES, 2010, p. 103 e 104).

As obras, que foram importantes ações geradoras de emprego e renda para milhares de famílias, escondem um lado mais perverso da labuta, por sua dimensão de precarização, que envolve muito suor, luta e, infelizmente,

<sup>199</sup> Segundo Antunes (2010, p. 101), a categorização e o entendimento do proletariado na contemporaneidade diante das mutações do mundo do trabalho devem levar em conta noção ampliada de classe trabalhadora. A expressão classe-que-vive-do-trabalho procura “captar e englobar a *totalidade dos assalariados que vivem da venda da sua força de trabalho*” (ANTUNES, 2010, p.103). Apesar dessa categoria ser alvo de críticas, no entendimento que o capital também vive do trabalho: um vive da venda do trabalho e outro da exploração do trabalhador, opta-se por se apoiar em relação a conceituação dada pelo autor.

sangue. Essas questões surgem a partir de reivindicações, acidentes de trabalho e mortes que ocorreram nos canteiros de obras das 12 cidades-sedes, quase que invisibilizadas em face da importância dada ao megaevento.

No Maracanã, que foi posto abaixo e reconstruído, pela gana do mercado em abocanhar os 1,23 bilhão que foram pagos do fundo público, com fortes indícios de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato da Polícia Federal, trabalharam 6500 operários<sup>200</sup>, em consórcio liderado pela Odebrecht. Diante de tamanho montante, não seria pedir muito que as excelentes condições de trabalho daqueles que constroem o palco do espetáculo fossem garantidas.

No entanto, as batalhas foram duras, para garantir horário de descanso e tempo adequado às refeições, pagamentos justos para horas extras, plano de segurança do trabalho, condições adequadas de higiene, estabilidade para os membros da comissão de representantes, etc., como demonstra a Ata de Reivindicações dos Trabalhadores do Consórcio Maracanã:

---

<sup>200</sup> <https://oglobo.globo.com/esportes/maracana-ganha-mil-novos-operarios-na-fase-final-da-reforma-7787025> Acesso em 09 de outubro de 2016.

Figura 3 – Foto da Carta de Reivindicações dos Operários do Consórcio Maracanã.

**SITRAICP**

SITRAICP - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA, CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGENS EM GERAL, CONSTRUÇÕES DE PONTES, PORTOS, VIADUTOS, TÚNEIS, FERROVIAS, BARRAGENS, AEROPORTOS, HIDRELÉTRICAS, CANAIS, METRÔS, OBRAS DE SANEAMENTO, BEM COMO SUB-EMPREITEIRAS, AFINS E CORRELATOS DO TERCEIRO GRUPO DO PLANO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS INTERMUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.

CNPJ 08.698.199/0001-89 - CÓDIGO DA ENTIDADE 090.590.326.90590-2

**Pauta de Reivindicações dos Trabalhadores do Consórcio Maracanã Para Cumprimento do Acordo Feito em Dissídio, e as Demais Abaixo:**

1. Troca da empresa que fornece a alimentação
2. Melhoria na refeição diária com variação de cardápio
3. Presença de um nutricionista à noite
4. Presença de um médico no período noturno
5. Lanche de 30 minutos às 03h00min
6. Implantação de 2 turnos à noite na hora da refeição – devido a demora de até 25 minutos na fila
7. Limpeza do vestiário e colocação de bancos (trabalhadores trocam de roupa em pé)
8. Melhoria na limpeza do refeitório para se retirar o mau cheiro na parte interna e externa
9. Plano de saúde extensivo à família (já a partir de setembro)
10. Contracheque sigiloso (lacrado) sem ser em folha de papel ofício
11. Entrega de espelho de hora até o dia 25 de cada mês
12. Presença de um funcionário do RH a noite
13. Fornecimento de contracheque antes do pagamento
14. Após o horário de cumprimento manter o registro de ponto aberto que é as 03h00min para os que não quiserem fazer horas extras
15. Tolerância de atraso de até 20 minutos
16. Plano de segurança no trabalho
17. Todas as horas extras pagas com adicional de 100%
18. Horas premio por equipe
19. Adiantamento quinzenal
20. Aumento da hora dos montadores, eletricitas e marteleteiros para R\$ 6,00
21. Estabilidade para comissão de trabalhadores até o fim da obra, sem qualquer tipo de represálias
22. Pagamento, de imediato, de cesta básica no valor de R\$ 180,00

A comissão no turno da noite:

1. Luciano Martins de Freitas	Montador de Andaime – matrícula: 1407-9
2. Nicanor S. de Abreu	Montador de Andaime – matrícula:1340-4
3. Ronaldo Silva S. Carvalho	Ajudante -matrícula:
4. Andre Dittrich	Ajudante de elétrica -matrícula:
5. Deivid Freitas de Assis	Montador de Andaime -matrícula:1590-3
6. Alexandre da Silva	Montador de Andaime -matrícula:1341-2
7. Rafael Brau Vieira	Montador de Andaime matrícula:1691-8
8. Marco Aurélio N. Oliveira	Montador de Andaime matrícula:1540-7
9. Cássio G. Figueiredo	Montador de Andaime matrícula:1336-6

**ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 1.146 - SOBRELHOJA CENTRO RJ CEP 20.071-002**

TELEFAX: (21) 2225-0943 / 2225-0908 - e-mail: financa@sitraicp.com.br - site: www.sitraicp.com.br

**BASE TERRITORIAL NOS SEGUINTE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: APERIBE, AREAL, ARMAÇÃO DE BUZIOS, ARRAIAL DO**

Na construção do Estádio Nacional Mané Garrincha, por exemplo, trabalharam cerca de 3000 operários da construção civil vinculados ao denominado Consórcio Brasília 2014, ligados às construtoras Andrade

Gutierrez e Via Engenharia<sup>201</sup> que venceram a licitação, apresentando menor preço para o empreendimento, R\$ 1,11 bilhões de reais<sup>202</sup>. Porém, como já apontado anteriormente, o valor final da construção do Estádio, segundo a Matriz de Responsabilidade, chegou à ordem de 1,90 bilhão de reais<sup>203</sup>, com fortes indícios de superfaturamento, segundo o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)<sup>204</sup> e o desenrolar da Operação Lava-Jato.<sup>205</sup>

Foram verificados, pelo menos, dois momentos significativos de reivindicações dos trabalhadores do Consórcio Brasília 2014, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Imobiliário do DF que culminaram em greve. A primeira<sup>206</sup>, foi uma greve relâmpago, em 26 de outubro de 2011, que durou menos de 24 horas e solicitava aumento salarial (varia de R\$ 600 a R\$ 1.000)<sup>207</sup>, pagamento imediato de 20 horas-prêmio prometidas há três meses, aumento do percentual pago sobre horas extras e bonificação por produtividade. Já a segunda greve<sup>208</sup> durou 9 dias (6 dias úteis) e o Sindicato teve as reivindicações parcialmente atendidas: aumento do valor da cesta básica para R\$ 121,55 (o pedido era de R\$ 150,00)<sup>209</sup>; garantia de estabilidade de 100 dias para os 17 integrantes da comissão de negociação; reposição dos dias/horas parados e a manutenção dos pontos negociados anteriormente, como o pagamento de plano odontológico e melhoria das condições de alimentação e alojamento. Os pedidos por aumento do percentual pago pelas horas-extra, o pagamento de plano de saúde e de bonificação por produtividade não foram atendidos.

<sup>201</sup> Cabe ressaltar que a Via Engenharia é uma das 41 empresas arroladas na Operação Caixa de Pandora, com o suposto esquema de pagamento de propina no governo do DF conhecido como "Mensalão dos Democratas de Brasília". A empresa consta na lista de doadores da campanha do então candidato ao governo distrital, José Roberto Arruda.

<sup>202</sup> O que equivaleria a 1,28 bilhão aos preços de julho de 2017 pelo IGP-DI.

<sup>203</sup> Valores corrigidos pelo IGP-DI de preços de julho de 2017.

<sup>204</sup> Valores corrigidos pelo IGP-DI de preços de julho de 2017 <http://www.portal2014.org.br/noticias/9068/TRIBUNAL+DE+CONTAS+APONTA+SOPREPREC+O+NA+ARENA+DA+COPA+EM+BRASILIA.html>. Acesso em: 03 de março de 2012.

<sup>205</sup> Lava Jato é uma operação desencadeada pela Polícia Federal que vem desvendado, não sem parcialidade burguesa, uma complexa trama de corrupção que envolve os principais empresários do país e a cúpula do Governo Federal

<sup>206</sup> <http://www.portal2014.org.br/noticias/8378/COPA+2014+JUSTICA+NEGA+LIMINAR+E+GR+EVE+CONTINUA+NO+MANE+GARRINCHA.html>. Acesso em: 03 de março de 2012.

<sup>207</sup> Em valores corrigidos pelo IGP-DI de julho de 2017, variaria de 693 reais a 1156 reais.

<sup>208</sup> <http://www.portal2014.org.br/noticias/8410/APOS+ACORDO+OPERARIOS+DECIDEM+ENC+ERRAR+GREVE+NO+MANE+GARRINCHA.html>. Acesso em: 03 de março de 2012.

<sup>209</sup> A cesta básica variaria, se corrigida pelo IGP-DI de julho de 2017, de 144,53 reais para 173,44 reais.

Outras conquistas foram a aquisição de ingressos para partidas da Copa do Mundo, diminuição da jornada de trabalho, melhoria no trabalho noturno e atividades de lazer, como a 2ª Copa Solidária que aconteceu em Brasília. O torneio de futebol dos operários do Mané Garrincha contou com 64 equipes masculinas e 4 equipes femininas (os nomes das equipes levam os nomes de seleções nacionais), com jogos aos sábados, teve seu início em março de 2012 e a final foi no dia 21 de abril, aniversário de Brasília.

A 1ª Copa Solidária aconteceu em novembro de 2011. Relatos dão conta da importância desses momentos de lazer para os operários<sup>210</sup>. Esses fatos revelam uma intrincada questão: a produção e reprodução das relações entre cultura e trabalho. Segundo Behring e Boschetti (2007, p. 52), “Vale destacar que, quando se fala de produção e reprodução das relações sociais inscritas num momento histórico, sendo a questão social uma inflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução – movimentos inseparáveis na totalidade concreta – de condições de vida, de cultura e de produção de riqueza”.

Marx (2004 e 2005) e Engels (2004 e 2006) se debruçaram em entender a constituição da sociedade capitalista burguesa. O trabalho é categoria marxiana central para a explicação do modo de produção capitalista. Na crítica ao Programa de Gotha, Marx afirma que “O trabalho só é a fonte da riqueza e da cultura se for um trabalho social”, ou o que dá no mesmo: ‘se se realizar na sociedade e por ela’. [...] Na medida em que o trabalho se transforma em trabalho social e se converte, desta forma, em fonte da riqueza e de cultura, desenvolvem-se a pobreza e o desamparo do trabalhador e a riqueza e a cultura dos que não trabalham’ (MARX, 2004).

Pode-se inferir que os casos de estímulo às atividades de lazer como o torneio de futebol oferecido aos operários que construíram os Estádios, se inserem numa perspectiva funcionalista. Apesar de estar presente na pauta de

---

<sup>210</sup> Disponível em:

[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/03/17/interna\\_cidadesdf,293738/mane-garrincha-e-palco-de-copa-disputada-por-operarios.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/03/17/interna_cidadesdf,293738/mane-garrincha-e-palco-de-copa-disputada-por-operarios.shtml) ,  
<http://brasil247.com/pt/247/brasil247/42838/Oper%C3%A1rios-v%C3%A3o-estrear-Man%C3%A9-Garrincha.htm> e <http://videos.r7.com/operarios-da-obra-do-antigo-mane-garrincha-mostram-talento-no-futebol/idmedia/4f676c5bfc9b3f06adcba51b.html>. Acesso em: 03 de março de 2012.

reinvidicações e dialeticamente ser uma conquista dos operários, o lazer, vivenciado de forma pontual só foi permitido por duas razões: primeiro, pela força da mídia em buscar aparentar para a população que se tratava de um evento diferencial e que os trabalhadores faziam parte do espetáculo e segundo, porque, o lazer contribuiria para a recomposição da força de trabalho de maneira compensatório ao trabalho intensificado.

Ao mesmo tempo, volta-se a Mandel (1982) e às funções do Estado, pois fomentada governamentalmente, com o fundo público e decisão governamental<sup>211</sup>, o lazer garante a função integradora. Neste caso, com agravante de se apresentar de maneira assistencialista e não como garantia de direito. Assim, ações da mídia, como o Globo Esporte, dona dos direitos exclusivos de transmissão da Copa do mundo do Brasil, desenvolveu série de reportagens que exaltavam os operários, contando suas histórias, dando prêmios, e proporcionando alguns momentos festivos e de lazer, que atingiam um número muito pequeno no conjunto dos trabalhadores que enfrentaram situações de trabalhos degradantes, principalmente por terem que cumprir prazos e metas extenuantes e vínculos de empregos precários, o que a grande mídia omitia para não estragar o grande espetáculo esportivo que estava por vir.

Pouca importância se deu aos nove operários mortos em razão das construções dos Estádios da Copa (não se tem informações acessíveis acerca das outras obras de infraestrutura da Copa). Mesmo em casos amplamente divulgados pela mídia, como o desabamento da obra do sorteio da Copa do Mundo na Bahia, que matou Zilmar Neri dos Santos, e o infarto sofrido por José Antônio da Silva Nascimento, em outra obra da COPA, em Manaus, não houve emissão de CAT para esses trabalhadores terceirizados (FILGUEIRAS, 2015, p. 71).

Nas obras da Copa do Mundo, nas quais 7 dos 9 trabalhadores mortos eram terceirizados, foram registrados exemplos reveladores desse processo de transferência e individualização dos riscos. Em diferentes oportunidades, empresas e seus representantes atribuíram diretamente a responsabilidade dos acidentes fatais aos trabalhadores, mesmo quando havia descumprimentos flagrantes da

---

<sup>211</sup> Pois o dinheiro gasto na construção do Mané Garrincha foi exclusivamente de dinheiro público da TERRACAP, ligada ao Governo do Distrito Federal.

legislação, pelas empresas, relacionados aos infortúnios (FILGUEIRAS, 2015, p. 10).

A recente aprovação da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, a Lei da Terceirização, que permite terceirizar serviços de forma irrestrita, pode elevar consideravelmente o número de acidentes de trabalho. Essa lei, de viés neoliberal e sob contexto da reestruturação produtiva, implica na “desregulamentação de direitos, no corte de gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência” (BEHRING, 2003, p. 37).

A palavra de ordem da reestruturação produtiva – flexibilidade -, que remete Harvey (1993) a caracterizar o período como acumulação flexível, diz respeito a alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos de barbarização da vida social daí decorrentes, sintetizados em Mattoso como inseguranças. Então pode-se concluir, trata-se de uma reação insuficiente no sentido de promover crescimento e algum nível de redistribuição de renda e acesso ao consumo para as maiorias – o que leva a uma crise de legitimidade do capitalismo e a um retrocesso nas conquistas democráticas. Mas é suficiente para resgatar a rentabilidade do capital, por sobre a derrota dos trabalhadores fundada na insegurança (BEHRING, 2003, p. 37).

No filme “A Classe Operária vai ao Paraíso” de 1971<sup>212</sup>, Lulu, operário padrão, em razão da intensificação e precarização do trabalho, perde um dedo em acidente de trabalho e, ao começar a questionar o modo de produção, Lulu é demitido. Só aí se insere na luta sindical, retoma seu emprego e alcança uma nova consciência de classe. Em analogia ao filme, infelizmente os operários que se acidentaram em obras da Copa do Mundo não tiveram a mesma oportunidade de Lulu: a Classe operária não foi para Copa, e muitos não fortaleceram a luta sindical.

Nove operários que trabalhavam na construção dos Estádios de Futebol para a Copa do Mundo de 2014 faleceram em razão do trabalho que

---

<sup>212</sup> Direção de Elio Petri. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Knujm17DJ8> Acesso em 25 mar. de 2017.

exerciam<sup>213</sup>. Um discurso fácil coloca a culpa das mortes nos próprios operários, que teriam sido descuidados e relapsos com a própria segurança, como foi o caso do gestor da Copa do Mundo no estado do Amazonas<sup>214</sup>. O primeiro caso fatal ocorreu nas obras do Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, no dia 11 de junho de 2012, José Afonso de Oliveira Rodrigues, de 21 anos. O rapaz caiu de uma altura de 30 metros e, segundo a perícia, o trabalhador foi imprudente e contribuiu para o acidente. A família recebeu uma indenização por parte da empresa e ninguém foi responsabilizado criminalmente.

A despeito de parecer ser evidente o crescente número de terceirizados entre os mortos na construção civil, como sugere, por exemplo, o fato de 7 dos 9 trabalhadores falecidos nas obras dos estádios da Copa do Mundo de 2014 não terem sido diretamente contratados pelas empresas responsáveis pelas construções, as proposições sobre a regulação da terceirização podem tornar esse cenário mais catastrófico (FILGUEIRAS, 2015, 62-63).

Filgueiras (2015, p. 63) chama a atenção que, considerando apenas os empregados formalmente vinculados aos CNAES (Classificação Nacional de Atividade Econômica), e na maioria das vezes sem ter o CAT, “a construção civil é o setor que mais mata trabalhadores no Brasil, registrando oficialmente mais de 450 fatalidades a cada ano”.

Segundo dados da RAIS, desde 2011, a população empregada no setor gira em torno de 6% do total. Contudo, segundo dados do INSS, os trabalhadores da construção são vítimas de mais de 16% das mortes desde 2010. Quando considerados todos os acidentes registrados pelo INSS no setor (incluindo não fatais), eles têm passado de 60 mil, todos os anos, desde 2011, o que equivale entre 8% e 9% dos acidentes líquidos em cada ano (AEAT 2011, 2012, 2013, 2014).

Na Arena Corinthians (Itaquera) ocorreram três mortes. Em março de 2014, Fábio Hamilton, 31 anos, também faleceu ao cair de uma altura de 9 metros. Em novembro de 2013, a queda de um guindaste vitimou Ronaldo Oliveira dos Santos, de 43 anos, e Fábio Luiz Pereira, de 41 anos. Ambos eram casados, o

---

<sup>213</sup> <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/familias-de-mortos-em-obras-vivem-luto-em-meio-clima-de-festa-da-copa.html> e

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140811\\_mortes\\_estadios\\_copa\\_mv](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140811_mortes_estadios_copa_mv)

<sup>214</sup> [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140124\\_estadio\\_manaus\\_rm](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140124_estadio_manaus_rm)

primeiro tinha 3 filhas e o segundo 2 filhas. O laudo da Odebrecht afirma que a empreiteira seguiu corretamente os procedimentos de segurança e que o alerta de excesso de peso deveria ter sido conferido pela Locar (terceirizada pela própria Odebrecht).

Além disso, a empresa contratante, ao se distanciar da culpa, ainda a individualiza, afirmando que a responsabilidade pelo acidente seria dos funcionários da pessoa jurídica terceirizada, “ou seja, a empresa contratante diz que não tem nada a ver com a execução das atividades, como se ela não tivesse qualquer poder sobre determinar o que, como e onde seria realizado o serviço” (FILGUEIRAS, 2015, p. 83-84).

Em Manaus, na reconstrução da bela Arena Amazonas, mais quatro operários vieram a óbito em serviço. As 4 horas da madrugada, em dezembro de 2013, Marcleudo caiu de uma altura de 35 metros. O operário trabalhava em uma estrutura metálica mal iluminada e de alto risco, após 10 horas de trabalho. Ele não havia conectado o cinto de segurança ao cabo. Já o pedreiro Raimundo Nonato Lima Costa, 49 anos, morreu ao cair de uma altura de cinco metros e sofrer traumatismo craniano. Cumprindo jornadas de trabalhos excessivas, o operário José Antônio da Silva Nascimento, de 49 anos, enfartou e morreu no próprio local de trabalho.

O operário português Antônio José Pita Martins, de 55 anos, faleceu quando desmontava um guindaste, quando um conjunto de roldanas caiu em sua cabeça. A BBC aponta em reportagem que a análise da fiscalização verificou o descumprimento de várias normas de segurança. Antônio não tinha treinamento para desmontar guindastes, a empreiteira não elaborou procedimentos de trabalhos e seguranças específicos. Mesmo com notificação do Ministério Público do Trabalho (MPT) do Amazonas, a empresa continuou desrespeitando normas de segurança.

Na Arena Pantanal, em Cuiabá, ocorreu um acidente fatal em maio de 2014. O montador Muhammad'Ali Maciel Afonso, de 32 anos, morreu eletrocutado ao receber uma descarga elétrica quando instalava uma luminária. Acontece que o trabalhador não era eletricista, não tinha treinamento específico e estava em desvio de função, por estar trabalhando em uma área diferente para a qual foi contratada.

Nove vidas ceifadas, nove famílias que ficaram marcadas definitivamente, entre milhares de outras que tiveram presentes na construção de Estádio da Copa do Mundo. Algumas vezes, trabalharam em um estádio que será a casa de seu time de futebol de coração, como os Corintianos que construíram o Itaquerao, como os colorados gaúchos que construíram o Beira Rio, ou os fanáticos operários-torcedores cariocas, sejam eles tricolores, vascaínos, botafoguenses ou rubro-negros. Temporariamente, foi garantido o direito à sobrevivência, agora era partir para outro emprego, outra obra. O sonho volta a ser distante, a ser silenciado. “Um silêncio de torturas / E gritos de maldição / Um silêncio de fraturas / A se arrastarem no chão. / E o operário ouviu a voz / De todos os seus irmãos / Os seus irmãos que morreram / Por outros que viverão. / Uma esperança sincera / Cresceu no seu coração / E dentro da tarde mansa / Agigantou-se a razão / De um homem pobre e esquecido / Razão porém que fizera / Em operário construído / O operário em construção” (Vinícius de Moraes)..

#### **4.3.2 Voluntariado**

Um voluntário é uma figura central na organização e realização de Megaeventos Esportivos, não sendo, portanto, uma novidade. Essa forma de trabalho é promovida e estimulada desde os primórdios das Olimpíadas e Copa do Mundo, entre outros eventos esportivos da modernidade.

Em meio à Revolução Industrial, o esporte e os primeiros megaeventos buscavam se legitimar a partir de valores “positivos” do esporte: ferramenta para o desenvolvimento e para a paz, cooperação, respeito, o *fair play* (jogo justo), o compartilhar, fator de empoderamento, contribui para o “bem-estar psicossocial”, busca pela excelência, espírito de equipe, participação, inclusão, cidadania, disciplina, confiança, mobilização social, capaz de transpor rivalidades e acabar com o preconceito. Esses valores universais promulgados pela UNESCO (2005) no “Documento para o Desenvolvimento e a Paz: em direção à realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio” e pela Carta Olímpica, busca resgatar romanticamente o “espírito esportivo” ou “espírito olímpico” que dota o esporte de valores éticos e morais universais. Entretanto, o forte viés de classe nos anunciados “valores universais do esporte”, ficam

circunscritos aos membros das altas elites que dirigiam o esporte e à determinados praticantes de determinadas modalidades esportivas, as de cunho amador.

Nesse sentido, o voluntariado, nos megaeventos esportivos, era restrito aos “amadores” do esporte, membros de uma determinada elite que estaria disposta a contribuir para o desenvolvimento do esporte, de forma livre e desinteressada. Supostamente, porque eram justamente esses “voluntários” que buscavam a consolidação de poder nas entidades de administração do esporte. Com a profissionalização desses eventos e a constante massificação do esporte no mundo, o voluntariado começou por abarcar membros e grupos pertencentes à classe trabalhadora, paixão e envolvimento que a classe dirigente do esporte soube muito bem utilizar aos seus interesses financeiros.

São justamente esses valores universais do esporte, a grande “propaganda” para que o trabalhador possa doar uma parte do seu tempo e suor para algo que vá beneficiar toda a comunidade humana. Acreditando neste discurso e imbuídos de altruísmo, muitos sujeitos se dispõem a serem voluntários numa Copa do Mundo e numa Olimpíadas. Outros enxergam como uma oportunidade de experiência, que possa no futuro garantir emprego e renda, questão também bastante propagada e superdimensionada pelas entidades de administração do esporte, governo e mídia, entre outras motivações.

Para a Copa do Mundo no Brasil, a FIFA e o COL lançaram o Programa Brasil Voluntários, que foi integrado à FIFA Voluntariado. Segundo estimativas do próprio Comitê Organizador Local, explicito no Relatório 13<sup>215</sup>, trabalharam cerca 18 mil candidatos voluntários, selecionados de cerca de 111 mil inscritos em todo o Brasil e 7 mil inscritos de mais de 69 países. Para o COL, o voluntariado é uma das principais “ferramentas de envolvimento da população brasileira e da comunidade internacional com a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014”.

A ação conjunta do Governo Federal (Ministério do Esporte, Ministério Da Defesa, Ministério Do Turismo, MINS, MPOG, Casa Civil, MRE, Ministério

---

<sup>215</sup>[http://www.copa2014.pr.gov.br/arquivos/File/contratos\\_de\\_gestao/13\\_RELATORIOS\\_VOLUNTARIOS\\_05\\_04.pdf](http://www.copa2014.pr.gov.br/arquivos/File/contratos_de_gestao/13_RELATORIOS_VOLUNTARIOS_05_04.pdf). Acesso em: 09 de setembro de 2016.

Do Trabalho, MEC e Ministério da Defesa) e da FIFA dividiram os objetivos do Programa de voluntários em três momentos:

- 1) Processo de seleção: mobilizar e reunir pessoas de todo o Brasil e do mundo dispostas a darem a sua contribuição para a realização da Copa das Confederações da FIFA e da Copa do Mundo da FIFA;
- 2) Durante os eventos: motivar os voluntários e garantir condições ideais para que eles extravasem sua alegria e simpatia ao atenderem e orientarem delegações e torcedores, garantindo a inigualável atmosfera de celebração que caracteriza a Copa do Mundo da FIFA;
- 3) Após 2014: fazer do Programa de Voluntários um dos principais legados da Copa do Mundo da FIFA ao expandir a cultura do voluntariado no Brasil e devolver ao mercado pessoas com experiência e treinadas para eventos de grande porte.

Esses três motivos explicam os fundamentos e os objetivos do Programa Brasil Voluntários / FIFA voluntariados, que segundo o COL e o Ministério do Esporte estariam em conformidade com as leis do país, no entanto a ANCOP (2014) discorda dessa afirmação. O Governo Fernando Henrique Cardoso promulgou no Brasil, em 18 de fevereiro de 1998, a Lei do Voluntariado, Lei nº 9.608. O Art. 1º dessa lei considera serviço voluntário “a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa”. Em parágrafo único complementa que “O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim”. Acontece que a FIFA é uma entidade com fins lucrativos, fins muito lucrativos.

O orçamento anunciado para o programa foi de 30 milhões, como investimento da própria FIFA. No entanto, esse dado não pode ser identificado. Apesar do trabalho voluntário não ser remunerado, o COL e a FIFA disponibilizaram formação, uniformes, alimentação, auxílio transporte e um seguro de responsabilidade civil e contra acidentes pessoais.

Os voluntários precisaram assinar termo de compromisso, ter a idade mínima de 18 anos, disponibilidade para atuar no mínimo 20 dias corridos no período da Copa do Mundo 2014 e da Copa das Confederações 2013, com jornada de até 10 horas diárias.

Para a ANCOP (2014, p. 52), isso configura em outros exemplos de violação de direitos fundamentais, como também de exceção e descumprimento da legislação nacional, tais como:

O desrespeito à jornada de 44 horas semanais, pois estipulam 10 horas diárias; o desrespeito ao tempo de refeições e descanso ao longo da jornada, pois a jornada diária instituída é 10 horas contínuas; o desrespeito ao direito ao repouso semanal, já que são 20 dias contínuos. Trata-se de 200 horas de trabalho, sem interrupção para repouso semanal ou durante a jornada, em 20 dias, gratuitamente. Sem pudor, a FIFA descreve as condições de trabalho em seu site oficial (ANCOP, 2014, p. 52).

A primeira etapa de inscrição foi online, e era necessário que o candidato cumprisse determinadas tarefas designadas num percurso formativo e informativo online. Após cumprir essas tarefas, os candidatos aptos foram convocados para uma seleção presencial que envolveram dinâmicas, com práticas corporais e teatro, palestras etc. Os selecionados ainda passaram por curso de formação presencial.

Um dos poucos estudos acerca do voluntariado da copa foi de Couto et.al. (2016), que buscou responder o “porque as pessoas se voluntariaram para atuar na Copa do Mundo de Futebol na cidade de Belo Horizonte?” e encontraram algumas pistas sobre quem foram os voluntários da Copa e quais suas motivações. De cada 10 voluntários, 6 eram mulheres. Cerca de 62% possuíam de 18 a 39 anos e 26% de 40 a 59 anos e 83% cursavam o ensino superior ou eram graduados e pós-graduados.

No que se refere à ocupação, 34% se declarou trabalhador da iniciativa pública no total de 117 pessoas; 43 pessoas se declararam pertencentes à iniciativa privada de trabalho; 19 pessoas se manifestaram como aposentadas; 36 pessoas se declararam desempregadas; 88 pessoas se declararam estudantes; 33 pessoas se declararam autônomas; e 6 pessoas se declararam dona (o) de casa (COUTO et. al. p. 128).

Essas pessoas resolveram trabalhar voluntariamente, segundo a pesquisa, principalmente por prazer (38%), para melhorar o currículo (36%), para conhecer pessoas (34%), para treinamento de uma língua estrangeira (30%) e por gostar de Futebol (20%).

Nota-se a relação entre trabalho e lazer na motivação que levam os indivíduos a se candidatarem a trabalhar de forma voluntária: buscar prazer no trabalho voluntário indica a necessidade de dotar de sentido a prática laboral, também perpassa por idealizar um trabalho que possa envolver algo que você gosta (futebol), com um ambiente envolvente, que te permita conhecer pessoas e praticar uma língua estrangeira. Outro aspecto é a da promessa de um retorno futuro no âmbito profissional, seja pela experiência em si, seja pelos contatos e a inserção em um meio que aparentemente conduz ao “sucesso”.

A relação entre lazer e trabalho deve ser compreendida em sua dialética. Figueiredo (2009, 46-47) apresenta algumas considerações acerca da compreensão deste caráter dialético do lazer:

(1) o lazer se insere no campo das disputas hegemônicas, situado na tensão de uma perspectiva conservadora / *estranhada* e uma perspectiva emancipatória / libertadora; (2) o lazer, enquanto fenômeno cultural e social representa um tempo e espaço capaz de organizar a vontade coletiva em busca da emancipação humana; (3) o trabalhador, ao compreender sua condição de classe, pode preencher de sentido e significado seu tempo de trabalho e seu tempo de lazer, considerando as questões objetivas. Porém, o trabalhador deve ser ciente de que a exploração da classe trabalhadora só cessará em outro projeto histórico de sociedade.

O trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que explora o trabalhador pode ser tempo e espaço no qual ele se torna consciente da sua condição de explorado e passa a articular e organizar sua categoria para a construção de alternativas concretas de superação da condição social de sua classe, atribuindo sentido e significado ao seu ofício. Dessa forma é que se constrói na própria prática social outro projeto histórico de sociedade (FIGUEIREDO, 2009, p. 46).

Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere sobretudo à produção e reprodução de indivíduo, classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social. Se sua base social é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 53).

No trabalho voluntário existe a ambiguidade entre as motivações que levam o trabalhador a se submeter a determinados serviços e a natureza do trabalho. Buscar o voluntariado em um megaevento, também se apresenta como uma possibilidade de vivenciar a festa, o espetáculo, que talvez de outra forma, a de consumidor, não seja possível.

Mas o que não é problematizado é que o megaevento, apesar de chancelado e “bancado” pelo Estado, trata-se de um negócio privado, e dos grandes. Se a questão do voluntariado já gera polêmica quando trata de envolver a garantia de direitos, já que trata de transferência de responsabilidades do Estado brasileiro para a sociedade civil, a tal da desresponsabilização do Estado. No caso de uma Copa do Mundo, a FIFA, além de lucrar com a venda dos ingressos, comercialização dos direitos de transmissão e produtos licenciados, com patrocínios para o evento e para a entidade, e com a punção do fundo público do orçamento geral da união e com os gastos tributários, advindo de exonerações fiscais, ela ainda utiliza de mão de obra barata e precarizada, que trabalha diretamente para a FIFA e para as empresas subsidiárias que prestam serviços de logísticas, formação, de tecnologia da informação e gestão tocantes a organização do evento, como a MATCH, e por fim de mão de obra, gratuita, voluntária. É realmente um grande negócio, socializar os trabalhos e os custos e privatizar os lucros. Gera muito mais acumulação

Após explicitar e analisar as ações governamentais para a Copa do Mundo e a tensão entre capital e trabalho, a dinâmica social que envolve o controle social, ou a falta dele, revela o nível de democratização que o país se encontra e deriva nos conflitos sociais inerentes à luta de classe no âmago da sociedade capitalista. Às vésperas da Copa das Confederações em 2013, algo acontece no país e a população ocupa as ruas, são as Jornadas de Junho de 2013, e no interior dela surge o debate: Vai ou não vai ter Copa?

#### **4.3.3 Esporte e Conflitos Sociais: Vai ou Não Vai Ter Copa?**

*“Da Copa, Da Copa, Da Copa eu abro mão! Quero dinheiro para a Saúde e Educação” (palavras de ordem nas manifestações populares – junho de 2013).*

Como parte da análise do controle social e democrático, vale a tentativa de compreender como a sociedade civil organizada vivenciou o fenômeno da Copa a partir da dinâmica social do país neste tempo histórico. As “Jornadas de Junho” se tornaram o acontecimento chave para essa explicação e, portanto, este tópico pretende desse ponto de partida realizar uma reflexão acerca dos conflitos sociais evidenciados nas “Jornadas de Junho” em 2013, justamente durante o período de realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e os reflexos das reivindicações no período de preparação da Copa do Mundo FIFA 2014 em 12 cidades-sedes no Brasil.

Costuma-se dizer que futebol e política não se discutem, quanto mais se misturam. Dessa forma, quem poderia imaginar que o brasileiro tão entretido na cultura futebolística incluiria o tema no conjunto das reivindicações sociais ecoadas nas maiores manifestações populares da história recente do país, desde as Diretas Já (1984) e Fora Collor (1992)?

Nunca se sabe como se inicia um levante. Qual a faísca que acende o pavio dos conflitos sociais. No entanto, se sabe que alguns acontecimentos sociais se tornam emblemáticos em situações como essa. No caso das Jornadas de Junho, um desses momentos ocorreu sem dúvida em São Paulo, em ato liderado pelo Movimento Passe Livre contra o aumento das passagens em 20 centavos. Esse ato foi alvo de intensa repressão militar caracterizada pelo uso de violência desproporcional por parte do aparato estatal de segurança: a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Deste episódio, o que se sucedeu foi uma série de protestos que tomaram conta das ruas em centenas de cidades brasileiras (e até fora do país), mobilizando mais de dois milhões de pessoas em seu auge. Seria um reducionismo creditar a um único movimento a onda de protestos posteriores, pois muitas foram as razões que levaram milhões às ruas nos dias seguintes.

Serviços públicos ineficientes, tais como, o transporte, a educação e a saúde, a má utilização do fundo público, bem como, a corrupção e o descrédito nas instituições políticas e partidárias se mesclaram entre as principais

motivações. Pautas de esquerda e de direita disputavam os cartazes, os gritos e a direção do movimento. Mídia, governos, a população em casa e até manifestantes não se entendiam nas análises do que estava acontecendo.

Entretanto, era certo que o esporte também teve seu espaço de destaque no conjunto das reivindicações, especialmente sua dimensão espetacularizada, condensada na organização da Copa do Mundo da FIFA 2014. Esse registro foi agudizado pelo fato do Brasil se encontrar no centro dos holofotes da mídia internacional devido à realização da Copa das Confederações 2013, que estava na iminência de seu evento de abertura.

As insatisfações se davam por diversos motivos: os gastos suntuosos com os estádios das 12 sedes do evento e o repasse desses estádios à iniciativa privada a preços módicos<sup>216</sup>; a aprovação da Lei Geral da Copa<sup>217</sup>, que alterou um conjunto de leis nacionais para benefício da FIFA e seus patrocinadores, colocando em suspensão a soberania nacional; as constantes denúncias de corrupção contra a CBF e a FIFA, exemplificadas pelas publicações do jornalista Andrew Jennings<sup>218</sup>; contra as remoções de moradias em locais onde seriam realizadas obras de infraestrutura urbana<sup>219</sup>; a elitização, a partir do preço do ingresso e do padrão FIFA, que aboliu os espaços mais populares dos estádios, como as tradicionais “Arquibancadas” e a “Geral”.

Os quinze dias de realização da Copa das Confederações foram de intensos protestos, principalmente em dias de jogos. A Lei Geral da Copa determinou que o território no raio de 3 km em torno dos estádios era considerado “Território FIFA” e, portanto, ninguém sem permissão dessa entidade poderia ter acesso a essa região, e claro, principalmente manifestantes e ambulantes. Mas até mesmo moradores tiveram dificuldades de ir para casa, devido aos bloqueios policiais.

---

<sup>216</sup> Como é o caso do Maracanã, que custou aos cofres públicos mais de 1 bilhão de reais e foi repassado a ao denominado Consórcio Maracanã (formado pela Odebrecht e IMX, de Eike Batista e pela companhia estadunidense AEG), por 350 milhões de reais pagos em 35 anos.

<sup>217</sup> Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012.

<sup>218</sup> Autor dos livros: “Os Senhores dos Anéis: Poder, Dinheiro e Drogas Nas Olimpíadas Modernas”, “Jogo Sujo: o Mundo Secreto da Fifa” e “Um Jogo Cada Vez Mais Sujo: o padrão Fifa de fazer negócios e manter tudo em silêncio”.

<sup>219</sup> Como as denunciadas pelo Dossiê: Megaeventos e violações dos Direitos Humanos (ANCOP, 2014).

As cidades-sedes da Copa das Confederações foram Brasília, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte e Recife e em todas elas existiram relatos de grandes manifestações populares e, em consequência, intensa repressão policial. As principais palavras de ordem foram contra a privatização dos estádios: *“Ah! Uh! O Maraca é nosso!”*; sobre o gasto da Copa e dos salários milionários dos jogadores em detrimento da educação e da saúde: *“É ou não é? Piada de salão: tem dinheiro para a Copa, mas não tem pra Educação”* e *“Aaaah! O professor vale mais que Neymar”*. Também foram alvo, os jogadores Ronaldo “fenômeno” e Pelé por declarações infelizes sobre as manifestações: *“Cala a boca, Ronaldo e Pelé, Cala a boca, Ronaldo e Pelé, Cala a boca, Ronaldo e Peléééé!”*; e ainda um grito mais extremado de *“Não vai ter Copa! Não vai ter Copa!”*.

De grito de guerra, o “Não vai ter Copa” virou uma bandeira de segmentos que participaram das Jornadas de Junho de 2013. Nas redes sociais tomou corpo o #nãovaitercopa. Por representar determinadas frações de classe, faz-se necessário contextualizar esse movimento, bem como, analisá-lo criticamente, assim como, seu contraponto, #vaitercopa.

O que o Governo Dilma-Lula não esperava era que o cenário internacional iria mudar em tão pouco tempo. Após 2007, ano que o Brasil foi eleito país sede da Copa do Mundo de Futebol, tivemos, em 2008, uma grande crise global que afetou fortemente as grandes economias mundiais. E se, em um primeiro momento, os reflexos dessa crise não foram tão sentidos, ao longo dos anos, a recessão econômica mundial trouxe suas consequências ao país.

Mesmo vivendo uma situação de ampliação dos empregos com carteira assinada, com a taxa de desemprego na ordem de 7,4%<sup>220</sup>, segundo o DIEESE, os índices de trabalhos informais, subempregos e trabalhos precários ainda atingem a quase metade da PEA. E vários elementos levam a crer que esse segmento teve papel de destaque nas fileiras que fizeram parte das Jornadas de Junho.

---

<sup>220</sup> A taxa de 7,3% de desemprego sobre a População Economicamente Ativa, dados do PNAD, refere-se ao mês de junho de 2013, mês em as manifestações tomam a dimensão que as tornaram conhecidas como “Jornadas de Junho”. No mês que essa tese foi defendida, setembro de 2017, a taxa de desemprego já despontava os 12,4%.

Como se viu anteriormente, a era Lula-Dilma atendeu principalmente os interesses das extremidades das pirâmides sociais, o que pode levar ao entendimento de que a grande massa insatisfeita – e que participou das manifestações - esteja na classe trabalhadora economicamente ativa e em setores da classe média. Mas essa afirmação carece de estudos mais atenciosos.

Destarte, uma conjunção de fatores levou centenas de milhares de pessoas às ruas. No plano mais geral da política, as manifestações populares exigiram um posicionamento do governo face às reivindicações. Prefeitos e Governadores, Câmaras Legislativas Estaduais e Distrital e Câmaras de Vereadores tiveram que dar respostas locais. Já o Governo Federal e o Congresso Nacional também tiveram que dar respostas aos clamores populares.

Os principais projetos de leis que estavam há anos engavetados ou na fila interminável de votação foram apreciados em regime de urgência, entre os principais, pode-se citar que: 17 cidades reduziram a tarifa de ônibus; deputados aprovaram redução de PIS-COFINS na tarifa do transporte; Senado aprova projeto que torna a corrupção um crime hediondo; Câmara aprova a destinação de 25% e 75% dos *royalties* do petróleo para a saúde e para a educação, respectivamente; Câmara arquivou a PEC 37 que, a grosso modo, retirava o poder investigativo do Ministério Público; Presidente Dilma anuncia que vai colocar em curso a “reforma” política e a realização de plebiscitos como forma de democracia direta. Em relação à realização dos Megaeventos, a Câmara já começou a rever alguns gastos relativos à Copa do Mundo, no entanto, houve um aumento considerável em relação aos custos de segurança. Para apaziguar um pouco, a FIFA anunciou que os ingressos da Copa do Mundo da FIFA 2014 seriam os mais baratos da história.

#### **4.3.4 Vai ou Não vai ter Copa?**

Após as Jornadas de Junho, o sentimento era que a qualquer instante as fagulhas pós-jornadas poderiam produzir a qualquer momento um novo “incêndio”. No ano que precedia a Copa do Mundo, o que se viu foi a intensificação de lutas trabalhistas que aludiam ao Megaevento como um

holofote para suas reivindicações. Destaca-se a greve dos garis no Rio de Janeiro em pleno carnaval, a greve de professores em São Paulo e no Rio de Janeiro, as lutas do Movimento Nacional de Trabalhadores sem Teto, e a greve dos Metroviários em São Paulo uma semana antes do evento. Todos os movimentos protestavam por melhores condições de trabalho e salário. Ficou usual reivindicar aumento “Padrão FIFA”, que se referia ao nível de exigência de adequação das reformas e construção dos Estádios de Futebol que juntos custaram cerca de 8 bilhões de reais.

O debate em torno do #nãovaitercopa e do #vaitercopa revela um empobrecimento acerca da temática, que toma contornos eleitoreiros em ano de conturbada eleições para presidente, governadores e deputados no país. Desvelar esses jargões para além desse reducionismo polarizado é importante para darmos conta desse acontecimento social rico de determinações.

Uma das principais organizações que levantaram a bandeira #nãovaitercopa de forma mais organizada foi a FIP (Frente Independente Popular) do Rio de Janeiro e que depois se expandiu por outros Estados. A FIP reúne diversas entidades e grupos organizados, a maioria de orientação anarquista e anarcossocialista<sup>221</sup>.

Na sua página no Facebook, a rede social que catalisou e impulsionou as mobilizações, a FIP, afirma que: Gritar ‘NÃO VAI TER COPA’ é se posicionar contra o total domínio do poder econômico e de seus interesses nas decisões políticas, que devem ser determinadas pelo povo e voltadas única e exclusivamente às suas reais necessidades”. E encerra com a afirmação de que “Não podemos fechar os olhos para os crimes que estão sendo cometidos em nome da Copa do Mundo. Calar-se para o ‘NÃO VAI TER COPA’ é trair o povo pobre, é trair a luta contra a desigualdade social. É TRAIR as ruas”!

---

<sup>221</sup> Tais como Anonymous Rio, Black Bloc RJ, Coletivo Calisto, Coletivo Inimigos do Rei (UERJ), Comitê de apoio ao jornal A Nova Democracia – RJ, Favela não se cala, GLP – Grupo de Luta dos Petroleiros, MEPR – Movimento Estudantil Popular Revolucionário, MFP – Movimento Feminino Popular, MRP – Movimento de Resistência Popular, MUDI – Movimento de Moradores e Usuários em Defesa do IASERJ, OATL – Organização Anarquista Terra e Liberdade, Ocupa Cabral, Oposição de Resistência Classista (ORC) – Educação/RJ, RECC – Rede Estudantil Classista e Combativa, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Universidade Indígena Aldeia Maracanã, UV – Unidade Vermelha entre outras.

Com os princípios de imperativa defesa da Revolução e do “Não vote! Lute pela Revolução”, as principais bandeiras de frente naquele momento pré-Copa eram:

- 1) Fora Cabral e a farsa eleitoral;
- 2) Pelo fim da violência policial pela imediata libertação de todos os presos políticos / fim dos processos fim da CEIV / fim da PM / fim das ocupações militares das favelas / contra o extermínio do povo negro / punição aos torturadores do regime militar;
- 3) Direito à cidade e à terra / tarifa zero para toda a população / - fim das remoções e despejos na cidade e no campo / anulação imediata da privatização do Maracanã / não aos megaeventos/ pela democratização da mídia / solidariedade à Aldeia Maracanã e aos índios resistentes / moradia, saúde pública universal de qualidade e educação / fora EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
- 4) Direito aos recursos / pelo fim dos leilões do petróleo e controle da produção pelos trabalhadores / perdão das dívidas bancárias da população / não à construção da terceira pista do Galeão / fora TKCSA – Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico.

Percebe-se, portanto, uma orientação anticapitalista, de contestação social e que configurou na linha de frente de diversas manifestações, inclusive utilizando-se da tática *Black Block*, que se fortaleceu com o aumento exponencial da repressão e da violência policial para conter as mesmas. A ação do aparato policial e judicial do Estado foi extrema, e com o intuito de conter os protestos nos dias de realização da Copa, concedeu mandato de prisão para 21 militantes das mais diversas organizações que compunham essa estratégia de ação<sup>222</sup>.

Também numa perspectiva anticapitalista, mas de orientação socialista, entre os movimentos sociais que possuíam a questão de crítica da realização e organização da Copa do Mundo de Futebol, destacam-se os Comitês Populares da Copa (CPC) organizados por militantes de diversos outros movimentos populares em cada uma das 12 cidades-sedes. A unidade desses Comitês Locais autônomos se deu pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) e levantou o bordão #CopaPraQuem?, dentre outros similares.

---

<sup>222</sup> Vale ressaltar que parte dos detidos permanece presa sem a devida apresentação das provas que comprovem os indícios de que se trata de uma “organização terrorista e criminosa”, alcunha utilizada pela grande mídia para caracterizar os *Blacks Blocs* e demais manifestantes deste campo.

As atuações desses Comitês foram de fundamental importância para a exposição de abusos quanto à violação dos Direitos Humanos em decorrência da preparação do evento. De acordo com o Dossiê (ANCOP, 2014), principalmente em relação: 1. A remoção de moradias em locais onde haveria obras para a Copa<sup>223</sup>; 2. O alto custo nas excessivas 12 cidades-sedes que significaram um gasto de 25 bilhões de reais, a maior parte custeado pelos cofres públicos; 3. A privatização e elitização dos estádios brasileiros<sup>224</sup>; 4. O cartel formado pelas empreiteiras que fazem parte das obras de infraestrutura e dos Estádios; 5. A violação de direitos trabalhistas nas construções e a morte de nove operários em serviço; 6. Extremas benesses concedidas à FIFA e seus parceiros comerciais, inclusive alterando leis internas do país, tal como a Lei Geral Da Copa; 7. Higienização a partir da criminalização dos moradores em situação de rua; 8. Incentivo ao turismo sexual; etc. Como referência para as lutas, foram publicadas três edições do Dossiê de Violações de Direitos Humanos da ANCOP (2014).

O Movimento Nacional de Trabalhadores Sem Teto (MTST) teve papel preponderante na luta e no conjunto de manifestações neste momento histórico, a maioria delas em conjunto com os CPC. Com o grito #CopaSemPovoNaRuadeNovo promoveu grandes atos e ajudou a engrossar a crítica da Copa, canalizando ao problema da moradia, seja denunciando as remoções, seja reivindicando o direito a moradia por meio de políticas públicas que de fato atingisse sua base social, os trabalhadores sem-teto.

Junto com os Comitês Populares da Copa, os intelectuais (Universidades e grupos de pesquisa) também ocuparam um espaço importante para o desenvolvimento de uma crítica do processo de realização e organização da Copa do Mundo. Destacam-se os estudos dos grupos de pesquisa coordenados pelo professor Carlos Vainer do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e Gilmar Mascarenhas do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/UERJ) e a organização de duas edições do evento “Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade” em 2010 e 2014.

---

<sup>223</sup> Segundo estudo do Observatório das Metrôpoles, cerca de 170 mil pessoas perderam ou irão perder sua casa por causa da Copa e Das Olimpíadas.

<sup>224</sup> Será melhor problematizada no próximo tópico.

O IPPUR ainda coordena o Observatório das Metrôpoles, que reúne 159 pesquisadores e 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, responsável pela publicação de importantes relatórios acerca dos problemas em torno da Copa do Mundo. Uma importante colaboradora desse grupo é a professora da USP, Raquel Rolnik, arquiteta e urbanista, intelectual orgânica especialista em questão urbana

Outros importantes grupos de pesquisa que tem lançado estudos críticos da temática são: o Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer da Universidade de Brasília (AVANTE/FEF-UnB), o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), entidade científica que reúne pesquisadores majoritariamente do campo da Educação Física com a promoção de seminários e congressos sobre a temática; e o Movimento Estudantil de Educação Física, por meio da Executiva Nacional de estudantes de Educação Física (EXNEEF), por meio de notas e atos, bem como na organização de seminários e encontros estudantis. Acho que deve deixar mais clara a posição desses grupos em relação à Copa

Outro importante sujeito coletivo foi a grande mídia. Com orientações que vão da esquerda à direita hegemônica, a mídia entrou no debate e tentou conduzi-lo, principalmente nos meses anteriores à realização do evento e estamparam as capas de suas principais revistas. É importante falar que antes das Jornadas de Junho e da Copa das Confederações FIFA 2013, a mídia, com raríssimas exceções<sup>225</sup>, não utilizava como debate os problemas em torno da Copa. A posição da mídia reforça os interesses de classe com base em suas linhas editoriais.

A VEJA, semanário impresso identificado com o campo político de direita, apostou no fracasso da Copa e conseqüentemente na derrota política do Governo. Nesse sentido, suas matérias se ocuparam de destacar atrasos nas obras (edição 2218, maio de 2014), bem como os seguintes temas: incompetência gerencial do governo em cumprir sua parte na realização do evento; criminalização dos movimentos sociais, em especial aos Black Blocks,

---

<sup>225</sup> A revista Carta Capital é um desses exemplos, e vem problematizando os Megaeventos Esportivos, desde a preparação dos Jogos Panamericanos Rio 2007 (PAN Rio 2007).

a partir da utilização de termos pejorativos como: Tumultos, Terrorismo e Crime Organizado; banalização ou distorção do direito trabalhista à greve. Na última edição de 2013, atenta para a desigualdade da existência de “dois Brasis”. Como as previsões de enrubescimento das manifestações no período da Copa não se concretizaram, deu ênfase à festa em si e à invasão estrangeira, sem deixar de criticar o Governo Federal.

Percebe-se a apropriação das críticas à Copa do Mundo, esvaziando seu conteúdo político e concreto para atacar o governo petista. O mesmo pode-se dizer da *ÉPOCA* e *ISTOÉ*, com alguns deslocamentos nas críticas, mas com a mesma essência. Entretanto, desconsideravam as críticas realizadas às entidades de administração do esporte responsáveis pelo evento como a FIFA e a CBF (através do Comitê Organizador Local - COL), colocando todos os erros e problemas relacionados aos megaeventos esportivos como uma questão da disputa eleitoral que se avizinhava em outubro de 2014.

No caso do COL, não há como não citar as declarações de seu membro-diretor, Ronaldo Nazário, campeão mundial pela seleção brasileira em 1994 e 2002, que a dois meses da Copa se disse envergonhado pelos atrasos em obras relativas à Copa, culpabilizando o Governo Federal pela burocracia e sem se colocar como corresponsável pela organização do evento. Essa fala aconteceu na mesma semana em que o ex-jogador declarou apoio ao candidato à presidência do PSDB, Aécio Neves, principal candidato de oposição ao governo Dilma (PT).

A Carta Capital, no espectro mais à esquerda, apresentou diversas perspectivas do processo. Por meio de colunas e opiniões, a revista abriu para diversas posições como a de Menalton Braff e Matheus Pichonelli, ambas publicadas em junho de 2014, que criticavam a posição pessimista da mídia nos meses que antecederam o evento, também abriu espaço para o Comitê Popular da Copa publicar, em fevereiro de 2014, o texto “Argumentos para continuar protestando contra a Copa do Mundo no Brasil”. Também desenvolveu reportagens jornalísticas embasadas, como na edição 799 de maio de 2014, com o título “Os Comparsas”, repercutiu as informações do livro “O lado sujo do futebol”, de Amaury Ribeiro Jr., Leandro Cipoloni e Luiz Carlos Azenha e Tony Chastinet.

Vale destacar também que vários livros foram lançados sobre a crítica à Copa, o que demonstra o evento como um fato social e um acontecimento social importante para análises sociológicas. A Editora Boitempo reuniu pesquisadores renomados com posições diversas e até contrárias. O livro intitulado “Brasil em Jogo: O que fica da Copa e Olimpíadas” apresentou opiniões e estudos de intelectuais do quilate de Andrew Jennings, Carlos Vainer, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato, de movimentos sociais relevantes como o MTST, e também de intelectuais pró-evento como Antonio Lassance (pesquisador do IPEA e professor da UnB). Esse último foi destacado para acompanhar Gilberto Carvalho (Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República), na coordenação de uma série de seminários nas cidades-sedes, a fim de desmitificar as críticas em torno da Copa, intitulados “Diálogos Governo e sociedade civil: A Copa será um bom negócio para o Brasil?”.

Seria uma iniciativa válida, se não fosse tardia. O próprio Ministro do Esporte reconheceu que o aprofundamento dos diálogos deveria ter sido realizado, desde o início dos preparativos em 2007. Para além da autocrítica, de viés demagógico, o título do debate reconhece que a Copa não passou de um negócio, algo criticado pelos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade, moradia, transporte público, esporte e lazer etc.

A posição do Governo Federal era de contrapor as denúncias e dados relativos à Copa, a maioria delas encampadas pela mídia de oposição. Para tanto, além da série de debates públicos realizados, foram feitos pronunciamentos oficiais da Presidente da República Dilma Rousseff e do Ministro do Esporte e demais membros do executivo federal sobre a Copa, propagandas na rádio, internet e TV e foram distribuídos panfletos com esses esclarecimentos. Os principais pontos evidenciados foram:

- 1) Sobre o Gasto Público<sup>226</sup>, explicaram que: a) dos 27 bilhões aproximadamente gastos em decorrência da Copa, 8 bilhões foram relativos aos Estádios, sendo que desses, 4 bilhões de dinheiro público dos Governos Locais e dinheiro privado (que

---

<sup>226</sup> Esses valores são os especificados em uma cartilha lançada às vésperas da Copa de 2014. Cabe ressaltar que os valores da Matriz de Responsabilidade não estavam consolidados e que esses valores datam de 2014, e não foram corrigidos pelo índice IGP-DI para os dias atuais (julho de 2017).

representa 717,4 milhões de reais, mas não discriminado nas falas e nos panfletos, fazendo crer que o montante é maior) e 4 bilhões de financiamento federal pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES); b) Que nesse mesmo período (a partir de 2007) foram investidos cerca de 800 bilhões de reais em Educação e Saúde (esse dado também carece de legitimidade para comparação, visto que não foi especificado se esse montante foi de investimento federal e como foi realizado);

Os dados apresentados pelo Governo contrastam com o apresentado no Capítulo 3 desta tese. Foram 39,88 bilhões os custos totais da Copa e não 27 bilhões. 9,83 bilhões com os Estádios, sendo 4,64 bilhões dos Governos Locais e 0,72 bilhões da iniciativa privada. O valor gasto pela iniciativa privada não foi divulgado pelo panfleto e também não foi divulgado nas falas, fazendo crer que a participação privada fosse maior.

O gasto anunciado com Educação e Saúde apresentado carece de legitimidade para efeitos de comparação, visto que não foi especificado se esse montante foi de investimento federal, quais suas fontes e destinações. Comparar com o orçamento irrisório do Esporte e Lazer, ou ainda do gasto com a Copa do Mundo faz parecer ser muito, no entanto, ao compararmos esse valor de 800 bilhões com o gasto com a dívida pública (amortização e juros e encargos da dívida), que somente no ano de 2014 gastou 978 bilhões de reais, ou seja mais dos 7 anos de todo o gasto em Educação e Saúde juntos.

- 2) Os ganhos econômicos, relativos ao aumento do turismo e à criação de postos de trabalho e a projeção da imagem do Brasil internacionalmente, mostrando ao mundo um modelo de desenvolvimento com distribuição de renda e uma cultura de paz;

Os ganhos econômicos são questionáveis, considerando que o gasto público com a Copa chegou à 34,8 bilhões e o lucro da FIFA foi de 18,6 bilhões de reais, conforme será demonstrado no próximo tópico intitulado “Legado às Avestas”. Quanto à projeção da imagem do Brasil internacionalmente como

modelo de desenvolvimento, o próprio tempo histórico comprovou a fragilidade do mesmo, e poucos anos foram suficientes para a corrosão das pequenas conquistas sociais dos Governos Lula-Dilma, ainda pior, para o agravamento da desigualdade social marcada pelo quadro de retiradas de direitos e contrarreformas da agenda do Governo Temer.

- 3) Que apenas 35 mil famílias foram afetadas, e que a maioria já recebeu indenização ou foi contemplada com uma nova moradia;

Primeiramente, vale a pena ressaltar que “apenas” 35 mil famílias afetadas é um número significativo, considerando o censo do IBGE<sup>227</sup> sobre a família brasileira, que aponta uma média de 3,3 pessoas por família. Significa que, segundo os dados do governo, cerca de 115,5 mil pessoas tiveram seu direito à moradia violados. Segundo dados da ANCOP (2014, p.41-42), que somam os dois maiores megaeventos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016), revelam que cerca de 250 mil pessoas foram atingidas diretamente.

Não obstante, esse número só não foi maior devido à resistência e luta de milhares de brasileiros(as) que, organizados(as) em suas comunidades, resistiram bravamente contra as remoções, as especulações imobiliárias e a gentrificação que os megaeventos trouxeram para essa nova lógica mercantilizada de cidade.

- 4) Mostrar a capacidade de realizar grandes eventos para o mundo, etc.;

Realmente o país demonstrou a sua capacidade e competência em organizar Megaeventos para o mundo. Não há como questionar que a festa e o espetáculo esportivo exibido e vivenciado obtiveram o alcance esperado por muitos consumidores do esporte. No entanto, pelo viés do controle social e democrático, ficou visível a incapacidade de se garantir um processo democrático, participativo e transparente que garanta ao povo brasileiro empoderamento e consciência crítica na condução dos rumos das políticas públicas do país.

---

<sup>227</sup> <https://teen.ibge.gov.br/censo/274-teen/mao-na-roda/1770-a-familia-brasileira.html>

A Presidente tomou a linha de frente de defesa da Copa 2014, inclusive sem dividir a responsabilidade com a FIFA, com o COL da Copa e com os Estados e Municípios (cidades-sedes) e anunciou que esta seria a “Copa das Copas”, ou seja, a melhor Copa do Mundo de Futebol jamais realizada. Para tanto, flertou com os jogadores da Seleção Brasileira nas redes sociais, como o Facebook e o twitter. E atacou os críticos, generalizando-os como oposição ao seu governo, evocando Nelson Rodrigues e o “Complexo de Vira-Latas”<sup>228</sup>, como forma de criticar parte dos brasileiros que aposta no fracasso do megaevento.

O que se pôde perceber é que houve um forte processo de partidarização e uso eleitoral do debate, com a situação e a oposição querendo influenciar na formação de opinião da população. Contudo, a manipulação das informações e de dados foi um artifício utilizado por ambas as partes nesta disputa, o que certamente não contribui para a formação da consciência crítica e da politização de todos e todas.

#### **4.3.5 Copa para Quem? Lições das Jornadas de Junho para a Copa e o direito ao esporte**

As Jornadas de Junho de 2013 foi um acontecimento singular na história recente do país, adveio paralelamente e se intensificou com a realização das Copas das Confederações da FIFA 2013, evento teste da Copa do Mundo FIFA 2014. Apesar das séries de manifestações e greves, tendo a Copa como objeto ou como referência que ocorreram neste interstício, não houve uma massificação dos atos com culminância na Copa de 2014 como os movimentos sociais esperavam.

O bordão #nãovaitercopa, apesar de ser uma bandeira simbólica de parte dos movimentos que foram às ruas, não alcançou parte significativa da população, e ainda foi apropriada por parte da oposição partidária e pela mídia

---

<sup>228</sup> Com prefácio do Ministro do Esporte Aldo Rebelo (PCdoB), o livro de Nelson Rodrigues denominado a Pátria de Chuteiras, até então com edição esgotada nas livrarias, foi reeditado e disponibilizado gratuitamente na modalidade e-book (livro digital). <http://www.ediouro.com.br/lancamentosdenelsonrodrigues/livros/ImagePatriaDeChuteiras%20em%20Baixa.pdf>

de espectro direitista, que tentou vincular possíveis fracassos e vexames na organização do evento ao Governo da Presidente Dilma (PT).

Por sua vez o Governo Dilma mobilizou sua tropa de choque (mídia, gestores e militantes) para apontar uma defesa do #vaitercopa numa tentativa de deslegitimar as críticas e impedir que o fato causasse prejuízos à imagem do Governo. Com isso, ressuscitou discursos ufanistas e patrióticos para defesa intermitente da realização da Copa. Foi notória a perda política do Governo ao escolher organizar esse evento, tendo que fazer as concessões que fez, principalmente em nome da FIFA. Esta instituição, ao se isentar de qualquer responsabilidade, quando possível, colocava os “prejuízos” na conta do Governo Federal. Os Governos Estaduais e municipais das cidades-sedes também se esconderam do debate no que se refere às críticas das mesmas.

A mídia utilizou, utiliza e utilizará a Copa para a consagração de seus interesses setoriais, políticos e econômicos, com parte dela tentando manipular a opinião pública e outra parte buscando desvelar o que está nos bastidores desse acontecimento. No entanto, a correlação de forças é extremamente favorável a primeira, identificada como a grande mídia, onde quatro famílias são donas de quatro grandes oligopólios. Os Marinhos são donos das Organizações Globo; família CIVITA, do Grupo Abril; o Grupo Abril, família Frias, da Folha e os Mesquita, do Estadão. O segundo grupo, ligado mais às novas mídias (redes sociais e pequenos grupos de mídia e movimentos sociais), configura-se de maneira dispersa e diversa, construindo e difundindo pautas na disputa da opinião pública, e em contraponto a grande mídia.

Os movimentos sociais que não abusaram dessa polaridade, como os CPC e MTST, firmes na crítica ao evento, ao problematizarem os bordões #CopaPraQuem? e #CopaSemPovoNaRuadeNovo, tiveram diversas conquistas, impedindo mais remoções, contribuindo para o controle social, ao realizar estudos e pesquisas que substanciaram denúncias de superfaturamento e outras ilicitudes e, organizando a classe trabalhadora e os atingidos, e assim, mitigando os efeitos negativos do evento. Isso comprova a importância das manifestações e movimentos sociais para a luta e a garantia de direitos. O direito ao esporte foi praticamente ignorado por quase todos os sujeitos desse embate, ficando restrito aos movimentos sociais de viés crítico à

Copa e à academia que possui o esporte como objeto de reflexão e intervenção.

#### **4.4 Legados às avessas**

Todo brasileiro que gosta de futebol já sonhou em participar, senão como jogador, ao menos como espectador, de uma Copa do Mundo de Futebol. Como foi demonstrado no primeiro capítulo, a cultura futebolística permeia o imaginário do torcedor, e é pertencente à identidade nacional. Diante disso, hipoteticamente, para trazer a Copa para o Brasil não seria necessário grande esforço no convencimento da população brasileira no apoio dessa empreitada. De fato, não houve grandes resistências, como também não houve mecanismos de consulta e participação.

As Jornadas de Junho de 2013 revelaram um Brasil não muito conhecido da história recente. Um país em ebulição, diverso e disperso, com o povo na rua. E a rua, um território em disputa. Se no ápice das manifestações, as análises conjunturais dos diversos setores não resistiam aos novos e dinâmicos acontecimentos, no arrefecimento dos protestos, o discurso da grande mídia, endossado por movimentos juvenis de direita pelas redes sociais, (re)produziam o discurso hegemônico.

Se ficou claro ao Governo Dilma (PT) que pretensões desse porte (megaeventos), sem participação popular, pode ser um “tiro pela culatra”, a mídia mostrou seu poder determinante em manipular a descrença há alguma alternativa ao capital, bem como, decisiva em reforçar a polarização partidária, apontando o PT como o grande responsável pelos problemas da nação.

Ficou ainda mais claro, alguns anos após, com o impedimento da presidenta em 2015, o que Demier (2017) chamou de democracia blindada. A configuração do poder que o capital tem em fazer prevalecer seus interesses de acumulação por dentro dos governos, independente da opinião da população. Essa compreensão pavimentou o golpe. O golpe é uma expressão da democracia blindada e não ao contrário.

Mesmo não sendo a participação e a opinião, mecanismos estimulados pelo poder público, e mesmo não havendo grandes resistências, pelo tamanho da Copa do Mundo, as justificativas e as promessas foram muitas. O caderno de encargos<sup>229</sup> que compunha a candidatura do Brasil para a Copa de 2014 apresentava uma série de benefícios a serem usufruídos pela população brasileira. Além de um belo espetáculo, com turistas, festas e grandes jogos, a Copa do Mundo prometia melhores infraestruturas urbanas e esportivas, prometia empregos, entre uma série de benefícios que se consolidariam como legados.

O discurso que buscava legitimar a Copa no Brasil apontava legados que seriam usufruídos pela totalidade do povo brasileiro. Esses legados seriam benefícios de ordem econômica, de ordem social e de ordem esportiva. Aos legados de ordem econômica, a Copa iria trazer benefícios com a injeção de dinheiro na economia local advindos do comércio e do turismo (com a promoção da marca “Brasil” internacionalmente e do acréscimo dos postos de trabalho).

O estudo “Brasil sustentável: Impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014”, encomendado à Ernest & Young, que contou com a parceria da FGV, apontou que a competição injetaria, adicionalmente 112,79 bilhões na economia brasileira<sup>230</sup>, no período de 2010-2014, gerando 3,63 milhões de empregos-ano e distribuindo renda de 63,48 bilhões de reais a população.

Outra consultoria, esta contratado pelo Ministério do Esporte, denominada “Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil”, realizada pela Value Partners<sup>231</sup> assinala que o impacto seria de 182,2 bilhões

---

<sup>229</sup> O caderno de encargos é um documento da FIFA entregue aos países candidatos a sediar a Copa do Mundo, que precisam ser preenchidos e devolvidos com as Garantias Governamentais para a realização dos eventos. Cada país candidato acrescenta em forma de projeto os diferenciais que o farão vencedor da concorrência. No entanto, para 2014, a Colômbia desistiu no meio do processo, tornando o Brasil o candidato único.

<sup>230</sup> Os valores n

<sup>231</sup> A Value Partners recebeu cerca de 15,6 milhões de reais do Ministério do Esporte para apoiar o gerenciamento e a realização da Copa e integrou o Consórcio Copa 2014, que elaborou a Matriz de Responsabilidade e os projetos de lei para a realização do evento, recebeu cerca de 29,4 milhões de reais do mesmo Ministério. Ao prender o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto, em Operação da Lava-Jato, a Polícia Federal apreendeu contratos da Value Partners em computador na sua casa. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pf-apura-vinculo-entre-ex-diretor-da-petrobras-e-contratada-da-copa,1506342>. Acesso em: 07 de set, 2016.

de reais na economia brasileira e que geraria 330 mil empregos permanentes e 380 mil empregos temporários. No geral, segundo o estudo, a Copa do Mundo, acresceria de 0,26% a 0,4% o PIB (BRASIL, 2010).

Passados alguns anos, percebe-se que os estudos foram superestimados. O vínculo comercial da Ernest & Young com a FIFA e o da Value Partners com o Ministério do Esporte podem ter afetado o otimismo e a parcialidade dos estudos. Também não se esperava, recordando o entusiasmo de 2007, que os anos que antecederam a Copa já seria de desaceleração, menos ainda que viriam anos de recessão no pós-Copa. Os anos que vieram pós-Copa foram de recessão na Economia. Em 2007 e 2008, o PIB brasileiro foi de crescimento de 6,07% e 5,09%, respectivamente. Em 2009, impactado pela crise mundial de 2008, o PIB despencou para 0,13% negativos, mas se recupera em 2010 para 7,53%. A Desaceleração começa em 2011, com 3,97%, seguindo em 2012, com 1,92%, 2013, com 3% e vai até 2014, ano da Copa, com 0,50%. A recessão começa em 2015, com PIB a 3,17% negativos e em 2016, com 3,60% negativos.

Portanto, não foi possível verificar impacto econômico de ordem positiva no Brasil em razão da Copa. Segundo De Paula (2015, p.6), “para muitos analistas econômicos apesar das promessas do governo de que o evento geraria milhares de empregos e ajudaria a impulsionar o crescimento, o Mundial teve efeito praticante nulo ou insignificante para a economia”. A autora complementa que:

As análises que apontavam o papel irrelevante da Copa do Mundo para a economia se mostraram verdadeiras, mas o pior: a Copa ajudou a diminuir ainda mais o PIB brasileiro. Isso foi o que alegou o atual ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que creditou o fraco desempenho do PIB, em 2014, à participação negativa da economia durante a Copa do Mundo. De acordo com ele, devido a muitas empresas terem parado suas produções, isso teria influenciado o resultado da atividade econômica em 2014 (DE PAULA, 2015, p. 6).

Sem levar em conta que no antes do Brasil ser escolhido como sede do evento, o discurso era que a Copa do Mundo usaria, majoritariamente, recursos privados, discurso este desmontado no capítulo anterior, que revelou que o Total do Gasto da Copa do Mundo foi de 39880,2, enquanto somente 13,37%

foi de participação privada. Os rendimentos que a FIFA obteve, atingiu patamares nunca antes alcançados pela entidade.

Em balanço financeiro divulgado pela própria FIFA<sup>232</sup>, no período de 2011 a 2014, a FIFA arrecadou no período de realização e organização da Copa do Mundo 2014<sup>233</sup> cerca de US\$ 5,718 bilhões<sup>234</sup> (18,6 bilhões de reais), enquanto teve US\$ 5,380 bilhões de despesa<sup>235</sup>, resultando em um saldo positivo de 338 milhões de dólares, sendo que, só em dezembro de 2014, a FIFA reforçou suas reservas financeiras em 141 milhões de dólares, aumentando o caixa de reserva para 1,523 bilhões de dólares (FIFA, 2015, p. 14).

Na tabela a seguir, lista-se as principais fontes de arrecadação da FIFA com a Copa do Mundo e o valor de cada uma delas:

Tabela 15 – Fontes e valores de Receita da FIFA com a Copa 2014.

Valores em bilhões de dólares

<b>Receita FIFA com a Copa 2014</b>	
<b>Fontes de arrecadação</b>	<b>Valor (em bilhões)</b>
Direitos de transmissão	2,48.
Marketing/Patrocínios <sup>236</sup>	1,6 <sup>237</sup>
Licenciamento (produtos que levaram as marcas do Copa, Fuleco etc.)	0,12
Hospitalidade (camarotes e serviços)	0,19
Ingressos – Copa do Mundo	0,48
Ingressos – Copa das Confederações	0,05
<b>Total</b>	<b>5,72</b>

<sup>232</sup> FIFA. Financial Report. May 2015. Disponível em:

[http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014weben\\_neutral.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014weben_neutral.pdf). Acesso em: 03 de jun. 2017.

<sup>233</sup> Os rendimentos obtidos na África do Sul (2007 a 2010) foram de US\$ 4,1 bilhões, na Alemanha (2003 a 2006) de US\$ 2,5 bilhões, no Japão/Coreia do Sul (1999 a 2002) de US\$ 1,8 bilhões. Valores não corrigidos pelo DGP-DI.

<sup>234</sup> Valores de maio de 2015.

<sup>235</sup> Segundo a FIFA, nesse mesmo relatório (FIFA, 2015), as despesas aumentaram em razão de maior investimento no desenvolvimento do futebol mundial e na Copa do Mundo de 2014 e já nos preparativos da Copa de 2018 na Rússia. No entanto, conforme foi discutido no capítulo anterior, sabe-se que boa parte dos recursos da FIFA são usados para bancar um estilo de vida luxuoso de seus dirigentes e para pagamentos de propinas e compras de votos que garantam a manutenção do grupo dominante no poder da entidade.

<sup>236</sup> Adidas, Coca-cola, Hyndai, Kia Motors, Emirates, Sony, Visa foram os principais patrocinadores da FIFA para a Copa do Mundo.

<sup>237</sup> Sendo US\$ 163 milhões com apoiadores nacionais.

**Fonte:** (FIFA, 2015, p. 14).  
Elaboração própria.

Essa tabela revela os rendimentos bilionários da FIFA e que obscurece os ganhos que a entidade e seus apoiadores tiveram com a renúncia fiscal com evento, 481,3 milhões de reais, o que torna claro com quem ficaram os benefícios econômicos da Copa.

Também foram anunciados benefícios sociais. As cidades sedes entrariam na rota dos grandes investimentos: com melhoria dos bens, serviços, equipamentos e mobilidade urbana. A Copa do Mundo mobilizaria uma série de investimentos que impulsionaria a aceleração da regeneração urbana. Os legados sociais viriam, principalmente, na melhoria da qualidade de vida das cidades. No entanto, ao invés de garantir a ampliação do direito à cidade, os megaeventos contribuíram para a segregação social e gentrificação no seu interior.

As remoções foram um marco dos megaeventos esportivos, que se tornou mais desigual:

A realização da Copa no Brasil deu início ou acelerou processos de remoções em áreas irregulares e regulares, reproduzindo a lógica de periferização da pobreza e reforçando a segregação socioterritorial, seja pelo desrespeito aos direitos possessórios, seja pela forma de indenização utilizada, seja pelo papel desempenhado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. A realização da Copa do Mundo, ao reforçar o modelo empreendedorista de gestão pública privilegia a criação de territórios de consumo e de turismo, em detrimento das necessidades sociais de trabalho e moradia das populações pobres. Por essa razão, os investimentos realizados em infraestrutura e mobilidade afetam a distribuição espacial da moradia (CAFRUNE, 2016, p. 171).

O problema fundiário, tão denunciado pelo MTST, é resultado de uma história repleta de violações e negações de direitos. As remoções atingem, sobretudo, áreas de fragilidade social, onde as moradias encontram-se irregulares, onde os moradores encontram-se em situação de precariedade da posse da moradia.

A irregularidade fundiária ocorre quando os possuidores não são proprietários formais dos imóveis, seja por ausência de título – mesmo tendo adquirido o imóvel em transações “informais” do ponto de vista jurídico – seja pela existência de restrições urbanísticas ao uso residencial do imóvel (CAFRUNE, 2016, p. 181).

As expropriações desses imóveis irregulares atendem à especulação imobiliária e também à acumulação do capital:

As expropriações são a contraface necessária da concentração de capitais e que, são a forma mais selvagem da expansão do capitalismo. A socialização dos processos produtivos se aprofunda e se expande sob o comando do capital, mas não promove por si mesma nem homogeneização, nem identidade imediata dos trabalhadores, que precisa ser por eles construída. Em si, encerra, gigantescas contradições” (FONTES, 2010, p. 93).

Muitos foram os atingidos. E se o fato em si já gera indignação, a forma como que as Prefeituras, no caso ilustrado abaixo, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, operacionalizaram essas remoções, revela o desprezo que os gestores desta cidade possuem pelos seus habitantes comuns, tratamento esse que não é isonomicamente dispensado aos membros mais abastados dessa mesma cidade:

As violações referentes ao direito à moradia foram frequentes nas cidades-sede durante a preparação para a Copa do Mundo. Foi situação recorrente que muitas famílias, residentes em imóveis sujeitos à remoção, ficassem sabendo que teriam suas casas demolidas através de notícias de jornal, da observação das mudanças e das obras que se iniciaram nos arredores de suas casas, ou quando foram informalmente abordadas por agentes da Prefeitura. O comportamento dos poderes públicos locais demonstra total falta de respeito aos moradores dos imóveis situados em áreas de realização das obras, uma vez que a falta de informação e notificação prévia geram instabilidade e medo com relação ao futuro das famílias, além de ferir diretamente o direito humano à moradia (ANCOP, 2014, p. 21).

O trabalho levantado pela ANCOP (2014), reunindo milhares de militantes sociais, intelectuais, estudantes, atingidos, consegue reunir dados, depoimentos e fundamentações preciosas para qualquer trabalho que envolva os megaeventos. Após acompanhar e denunciar todos os problemas envolvendo as remoções em razão da Copa 2014, somente no dia 10 de julho, três dias antes da final do evento, o Governo Federal lança um documento revelando que “apenas” 35.653 famílias foram removidas de suas casas em virtudes das obras da Copa do Mundo. A ANCOP (2014, p.41-42) enviou um comunicado público questionando os dados governamentais, intitulado “Dados oficiais maquiam vários processos de remoção no país”.

1) Os dados do Governo infelizmente maquiam vários processos reais de remoção. a) Diversas foram as alterações nas obras consideradas na “matriz de responsabilidade da Copa”. Todavia, existiram obras inicialmente pensadas para servir à Copa do Mundo, e que de fato atenderam ao modelo de cidade fortalecida pelo megaevento, que produziram processo de remoções forçadas. Em nosso levantamento, consideramos todas as obras que direta ou indiretamente foram em algum momento vinculada à Copa do Mundo para que, sob a desculpa dos jogos, forçasse a remoção das pessoas. b) É necessário incluir as obras olímpicas, uma vez que também existe uma matriz de responsabilidade que envolve os três entes governamentais. Copa do Mundo e Olimpíadas fazem parte de um mesmo projeto de destruição e privatização do direito à cidade.

2) Os dados do Governo não consideram a violência dos processos de remoção. a) Muitas das obras foram feitas a toque de caixa, desconsiderando os procedimentos legais estabelecidos no Estatuto da Cidade ou, ainda, quando estes foram realizados, caso de algumas audiências públicas, serviram apenas como mero processo formal, sem nenhum impacto no processo decisório. b) Relatos sobre a ação violenta das polícias, desconsiderando as leis, implica que houve remoções em algumas das obras que não foram computadas pelos governos. c) Soa estranho, ao final da Copa do Mundo, o Governo Federal apresentar números. Estes foram solicitados desde muito por diversos grupos e movimentos. A ausência de diálogo e informações concretas foi a tônica dos Governos Federal e locais durante o processo de construção da Copa do Mundo.

3) Os dados não consideram as vitórias das comunidades em luta. a) Várias foram as comunidades que se organizaram para evitar a remoção e, em virtude da luta concreta, de muitos atos, protestos e com ações sociais e jurídicas, conseguiram retardar ou mesmo evitar a remoção. Podemos citar vitórias da luta popular em Fortaleza, São Paulo, Curitiba, Natal, Rio de Janeiro, Porto Alegre, dentre outras. b) A ANCOP, através dos Comitês Populares da Copa, organizados nas 12 cidades sede, buscou levantar o número das pessoas removidas e/ou ameaçadas pelas obras da Copa do Mundo e Olimpíadas, mas nunca colocou como números oficiais, já que essa é uma obrigação dos governos. É nosso dever lutar pelo direito à cidade para todos e não esconder aqueles que conseguiram, minimizando o impacto inicialmente pensado pelos megaeventos. Por isto, reafirmamos: as obras de alguma forma ligadas pelos Governos à Copa do Mundo e às Olimpíadas atingiram, diretamente, ameaçando ou removendo aproximadamente 250 mil pessoas em todo o Brasil. 4) O processo de luta contra a cidade do capital vai muito além dos megaeventos. a) A construção da Copa do Mundo afetou toda a estrutura das cidades sede e criou precedentes a serem usados em outras cidades. Em linhas gerais, a especulação imobiliária em torno do trajeto “aeroporto - estádio - região turística” ditou o ritmo do crescimento e da organização espacial. Este modelo de cidade, cada vez mais privatizada e gerenciada, produz impactos diversos na cidade. b) Ainda que não se apresente em nossas contas de ameaçados, o número de pessoas atingidas pelo aumento dos aluguéis ou expulsos de suas regiões pela violência policial ou que foram forçadas a vender suas casas é incalculável. É um processo que não se iniciou na Copa do Mundo, mas que foi fortalecido por ele e tende a continuar, se não for enfrentado por outro modelo de cidade, como um terrível legado nas principais cidades do país. Continuaremos lutando por este novo modelo de cidade (ANCOP, 2014, p. 41-42).

No marco da sociedade capitalista e patriarcal, o recorte de gênero é geralmente invisibilizado em qualquer estatística. No entanto, o I Encontro Nacional dos Atingidos pela Copa do Mundo 2014, que ocorreu meses antes do Mundial, na cidade de Belo Horizonte, revelou como que as mulheres são especialmente afetadas:

as remoções forçadas e restrições ao direito à moradia; a criminalização dos movimentos sociais e populares; o aumento da violência contra a mulher; a maior precarização das condições de trabalho das artesãs, barraqueiras, comerciantes e ambulantes; a intensificação da jornada de trabalho das costureiras das “lebrancinhas do mundial”, ou seja, a exploração do trabalho das mulheres através do aprofundamento do subemprego ou da má remuneração; o aumento da violência policial e de suas abordagens sexistas; a realização de obras de infraestrutura que não melhoram a vida na periferia e colocam em risco o seu direito à cidade e acesso aos serviços públicos; e a mercantilização da vida e dos corpos, com o aumento do tráfico de pessoas e da exploração sexual das mulheres, jovens e crianças (ANCOP, 2014, p.12).

Outro aspecto relevante de legados às avessas de âmbito social foi a instalação e fortalecimento de um Estado de Exceção, que reprima as manifestações populares. Foi proposto o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2011, conhecida como Lei antiterrorista<sup>238</sup>, que definia “crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências” (BRASIL, 2011).

Esse PL foi rejeitado, no entanto, foi substituído pela Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Esse foi um dos “legados”. A lei visou “disciplinar o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista”. Parece claro agora que a população mais pobre é mais afetada em razão dos “legados às avessas” no âmbito do social.

---

<sup>238</sup> Na esteira dessa Lei de exceção, Rafael Braga, negro, periférico e morador em situação de rua, único sujeito que continua preso em razão das manifestações populares das Jornadas de Junho por portar um “Pinho Sol” (desinfetante e água sanitária).

E ainda, foi muito alardeado, os benefícios esportivos de se trazer um evento como a Copa do Mundo para o país. Segundo essa perspectiva, a ampliação da infraestrutura esportiva e a atmosfera gerada em torno da preparação e execução do evento iria incentivar os brasileiros e brasileiras a praticar esporte. No entanto, essa hipótese se mostrou insustentável, a partir de algumas constatações.

Uma delas é o que se configurou como elitização dos Estádios. A opção definida para a Copa, de 12 cidades-sedes, e a construção ou reconstrução dos Estádios, revelam uma intencionalidade para intensificação da acumulação do capital. Além de obras superfaturadas, os Estádios deveriam seguir uma nova lógica de torcer exigida pela FIFA: o tal Padrão FIFA. Acabaram-se com as Gerais, aumentaram os preços dos ingressos e da alimentação em seu interior. O perfil que se quer do novo torcedor é o perfil de um consumidor. A “modernização” substituiu os Estádios pelas “Arenas”. Conclusão: encareceram o espetáculo e afastaram os torcedores pobres.

Nesses 10 anos, o valor médio das entradas subiu 300%. O índice está bem acima da inflação do período, que, segundo dados do IPCA-IBGE, foi de 73%. Comparada à variação do salário mínimo desses 10 anos, que subiu 183%, ou à variação da renda média do trabalhador, que se elevou em 37%, a alta dos tíquetes mais uma vez se demonstra discrepante. De R\$ 9,50 em 2003, os ingressos passaram a custar em média R\$ 38,00 [...] há também uma grande diferença entre o preço médio dos ingressos nos antigos estádios e nas novas arenas, preparadas para receber a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. Nas primeiras nove rodadas do Campeonato Brasileiro da Série A de 2013, os estádios que receberam jogos da Copa das Confederações cobravam ingressos com o preço médio de R\$ 55,42. Já nos estádios antigos, que não passaram por reformas para os eventos, o preço médio dos ingressos era R\$ 25, 20. Os dados, apresentados pela Consultoria BDO, revelam uma diferença de 119% (ANCOP, 2014, p. 75).

Mas tem um outro aspecto que está intimamente relacionado com a “modernização” dos Estádios. É o fato de que, apesar de se ter investido bilhões em dinheiro público neles, foram repassados, em sua maioria, para a iniciativa privada a preços módicos. A privatização dos estádios é mais um escândalo gerado no ventre da Copa do Mundo 2014.

O processo de privatização (sob regime de concessão) após grandes investimentos públicos foi bastante confrontado e criticado por

movimentos sociais, torcedores e usuários do complexo esportivo. Mesmo assim, foi aprovado em 2013 um regime de concessão por 35 anos para o Consórcio Maracanã S.A. composto pelas empresas Odebrecht, AEG e a IMX20. Contra R\$ 1,6 bilhão, o contrato de concessão prevê o pagamento de 33 parcelas anuais de R\$ 5,8 milhões, o que totaliza R\$ 181,5 milhões – pouco mais de 10% de todo o dinheiro público gasto no estádio. Questionado sobre os valores discrepantes, o secretário da Casa Civil estadual, Régis Fichtner, declarou: “Não tenho a presunção de recuperar o valor gasto na obra, isso é matemática. É um bom negócio. Vai agregar para nossa população, atrair mais turistas, vai passar a ser o local mais visitado no Rio, não tenho dúvida. Vai ser um grande ganho de modernidade e serviços para a população (ANCOP, 2014, p. 78).

Com esse cenário, elitização e privatização, fica difícil pensar em legados esportivos. Muito menos quando se olha para as entidades que administram o futebol no Brasil e no mundo. A eliminação da Seleção Brasileira por 7 a 1 para a Alemanha, nas semifinais da Copa 2014, não corresponde à humilhação do rumo que os dirigentes esportivos levaram o futebol e os demais esportes. Diante de tantas evidências, infelizmente, não pode ser surpresa que, ao invés de a Copa ter trazido legados econômicos, sociais e esportivos, tenha garantido um “Legados às Avessas”

## **Considerações finais ou quem se lembra que o esporte e lazer são direitos?**

Quem se lembra que o esporte e lazer são direitos? Após todo o desenvolvimento dessa pesquisa, é a pergunta (in)conveniente que gera novas reflexões e novos desdobramentos. O esporte e lazer são fenômenos sociais de significativo impacto na vida cotidiana de cada brasileiro e brasileira. Cada vez mais, os acessos a esses bens socioculturais se dão pela via do consumo, transfigurados em mercadoria.

A invisibilidade do esporte, em sua dimensão do lazer, como necessidade humana e como vivências fundamentais à sociabilidade, revela uma distorção causada pelo modo de produção capitalista. Os valores esportivos de ordem “positiva” são prometidos como estilo de vida pelo discurso e pelo marketing esportivo e acessados via produtos patrocinados pela grande indústria do esporte. Mas quanto mais se compra, menos se leva. E a fruição é cada vez mais fugaz e escassa.

Os programas sociais de esporte e lazer, que possuem potencial de universalização do acesso às mais diversificadas manifestações da cultura corporal e artística são secundarizados em relação aos megaeventos esportivos. Destacamos como exemplo a Copa do Mundo, que simboliza o ápice da experiência humana de quem gosta de futebol. A oportunidade de torcer pela seleção brasileira em seu próprio país; de perto, ver reunidos os maiores craques do futebol mundial; de se sentir parte de uma comunidade global conectada por um grande evento, por vezes, obscurece o senso crítico, no sentido de ignorar irracionalmente que, por quatro anos, poucos foram os tempos disponíveis para fruição de um lazer genuíno para a maior parte da população.

Fazer balé, tocar violão, jogar capoeira, fazer natação, caiaque, dançar, lutar judô ou boxe, fazer musculação, ginástica, ou mesmo brincar, só vale para quem tem dinheiro para pagar e tempo para usufruir. No Brasil, esporte e lazer “não é para quem quer, é para quem pode”. Se você “pode” é exaltado por levar um estilo de vida admirável, se você “não pode”, lhe resta trabalhar e ser

produtivo ao capital. Desta forma, o pobre que pensa em lazer é taxado de “vagabundo”. No capitalismo, esporte e lazer é uma questão de classe.

Extravasar e potencializar ao máximo, mesmo que por um breve momento, se configura num lazer compensatório, que visa preencher um vazio criado pelas ausências de políticas sociais que garantam o usufruto das necessidades humanas e do preenchimento de sentidos e significados no tempo de trabalho e de não trabalho. Assistir ao espetáculo esportivo em cenário brasileiro, enche de satisfação momentânea, mesmo que a experiência de participação no evento seja pela televisão de casa ou no bar da esquina.

Mesmo com a garantia constitucional de acesso aos direitos sociais, a classe trabalhadora não foge de sua condição de explorado. No entanto, sem esses direitos, a barbárie supera a humanização. Em um país tão desigual como o Brasil, que possui tantos “brasis”, a luta pelos direitos se constitui como tarefa importante da esquerda pela garantia de sobrevivência da classe trabalhadora. Em tempos de retirada de direitos e de contrarreformas, a luta por direitos pode ser também estratégia na organização da classe trabalhadora, como mediação para fortalecer as lutas anticapitalistas e a superação do modo de produção capitalista (BEHRING, 2003). Criando e tencionando os elementos desestabilizadores da própria ideologia jurídica, reforma e revolução, além de não serem excludentes, podem se complementar na gestação e no parto das condições pré-revolucionárias de uma nova sociedade.

A retirada de direitos reconhecidos socialmente, como a educação e saúde, por exemplo, pode fazer com que a população acredite que ousar lutar pelo esporte e lazer parece inoportuno e anacrônico. No entanto, o que a sociedade ainda ignora é a existência dialética de um potencial crítico-revolucionário, quando o esporte e lazer possibilitam o encontro, o lúdico, a arte, a criação e a criatividade, a contestação, a politização e a rebeldia. O mercado percebeu isso há décadas. Os governantes, há quase um século. Ambos utilizaram esse potencial para garantir seus interesses.

O desenvolvimento da formação social brasileira se deu, de certa forma, ao mesmo tempo do desenvolvimento do futebol. É possível falar que o futebol

contribui na explicação do Brasil, guardado é claro, os limites que os circunscrevem. O futebol, manifestação da cultura esportiva, possuía, em sua gênese, um caráter elitista, racismo e classista que, com o passar dos anos, se diluiu, se massificou e popularizou, ao mesmo passo que se profissionalizou e se especializou.

Apesar disso, as expressões da “questão social” que constituem a formação social brasileira estão presentes no futebol. O racismo, mesmo velado e considerado crime, persiste em entrar em campo e nas arquibancadas, porque esteve e continua presente no nosso modelo civilizatório eurocêntrico e capitalista. Afinal, como afirma Marx (1978, p. 120), “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, ou seja, a forma superior, mais complexa, oferece as chaves interpretativas para compreender a forma inferior, menos complexa, e não o contrário.

A cultura patriarcal presente na formação social brasileira expressa no futebol o seu viés machista e sexista. A pouca e desvalorizada participação das mulheres no futebol é reflexo da desigualdade de gênero presente na sociabilidade brasileira. A luta feminista e do movimento LGBTT contra o preconceito e por igualdade de direitos vem conquistando, cada vez mais, espaço e respeito. A questão social e suas expressões são inerentes, constitutivas e funcionais ao modo de produção capitalista, o que marca a impossibilidade de se equacionar sob seu marco.

No entanto, como o futebol feminino não constitui ainda uma modalidade rentável ao capital, segue sendo ignorada pelo mercado – que é orientado para expansão e movido pela acumulação, nas palavras de Meszáros (2011, p. 100). O futebol feminino conta com apoio tímido do Estado no seu precário desenvolvimento. Essa é mais uma razão para uma intervenção do Estado nas organizações de administração do desporto, a fim de garantir que o desenvolvimento do esporte atenda os interesses da população como um todo.

O futebol se tornou uma grande indústria mundial e o Brasil tem uma importância paradoxal no mundo do futebol. Ao passo que é reconhecidamente uma potência esportiva na modalidade, materializada em títulos e criação e exportação de craques mundiais, representa somente 2% de participação no

mercado mundial do futebol. Desta maneira, o acesso ao esporte é restrito, atingindo níveis de seletividade aos detentores de altas habilidades. E dentre esses, apenas aqueles que alçam níveis máximos de excelência conseguem apoio para manutenção da performance pelas entidades de administração do esporte, na maioria das vezes com o fundo público, enquanto a maioria maciça da população brasileira não possui o acesso básico ao conhecimento da cultura corporal, mesmo na escola. A escola que deveria garantir o acesso crítico a esse conhecimento, muitas vezes se referencia nos elementos e nas características do esporte-performance, de seletividade e distinção (detecção de talentos e formação de atletas) que acaba por impedir esse acesso, perpetuando o modelo piramidal do esporte brasileiro (OLIVEIRA, 2009, p. 18-19).

Ainda, sob a marca da pátria de chuteiras e do país do futebol, o Brasil possui, no futebol, um elemento cultural que compõe a identidade nacional e é funcional à própria integração social. Da mesma forma, o futebol-negócio se constitui num privilegiado nicho de acumulação explorado pelas entidades de administração do esporte, empresários e clubes de futebol.

No entanto, constitucionalmente o esporte é direito de cada um, e na sua dimensão de lazer, direito social. Assim aparece na Carta Magna (BRASIL, 1988), porque é necessidade humana, de caráter intermediário, e é dever estatal desenvolver políticas públicas para garantir a democratização do acesso ao esporte e lazer para a população brasileira.

No entanto, as mudanças na legislação esportiva, após a Constituição de 1988, se configuram no âmbito das contrarreformas, regulando o mercado e pouco atentas a uma construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Mesmo os limitados mecanismos de participação social, como foram as duas primeiras Conferências Nacionais de Esporte (2004 e 2006) que tentaram minimamente discutir as bases desse sistema, foram deturpados já na terceira edição (2010), ao abandonar as discussões das anteriores, para colocar como prioridade o objetivo de galgar posições para estar entre as dez principais potências esportivas nas principais competições internacionais e também para hospedar a organização desses mesmos megaeventos.

Alicerçados a um pretenso projeto neodesenvolvimentista nos Governos Lula-Dilma (a partir de 2003), capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, que apesar de mudanças sutis em relação ao projeto neoliberal de governos anteriores (1989-2002), não se configurou numa alternativa ao projeto neoliberal, já que não rompeu com o tripé econômico que o sustenta (metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário), e nem ao trinômio articulado que caracteriza o neoliberalismo nas políticas sociais (a privatização, a focalização e a descentralização (MORAIS; SAAD FILHO, 2011 p. 508; BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p. 156).

Embalados por um cenário de desenvolvimento econômico favorável, o Governo Federal postulou alçar o país como protagonista no cenário internacional. Para tanto, encaminhou diversas ações, tais como, comandar as forças nacionais de segurança e “paz” no Haiti e buscar vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Sedar os maiores eventos esportivos do mundo, concorrendo com os principais países e principais cidades do mundo, colocava peremptoriamente o Brasil nessa rota.

As Ações do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014, por meio do CGCOPA e GECOPA, se configuraram como um complexo esforço estatal, de cunho intersetorial, reunindo diversos órgãos governamentais, cujas obrigações e responsabilidades se apoiam juridicamente nos marcos regulatórios acordados nas Garantias Governamentais, desde o momento da candidatura do Brasil a sediar a Copa do Mundo.

Essas Garantias Governamentais, e com elas toda a legislação aprovada, revelavam as opções políticas, expressas nas ações e não-ações desenvolvidas. Ação estatal de âmbito restrito, seletivo e focalizado, com forte beneficiamento de pessoas jurídicas (isenções fiscais, privilégios aduaneiros e tributários, etc.), concedendo prerrogativas a pequeno grupo e garantindo os interesses privados da FIFA, suas subsidiadas e parceiros comerciais, e com isso, ferindo a soberania nacional. Apesar de possuir um elaborado mecanismo de gestão intersetorial, na relação entre as esferas governamentais, a configuração da gestão e do controle social e democrático possui uma lógica empresarial de Governança, explicitando o público “jogando” a favor dos interesses privados.

A utilização do Fundo Público e o financiamento para a Copa do Mundo revela a falácia que o mesmo seja gerido de forma técnica e imparcial. O exemplo da Copa do Mundo demonstra como o mercado e as instituições do capital disputam o fundo público para garantir as condições gerais de produção e para o processo de acumulação.

Das três fontes (orçamentárias, extra-orçamentárias e indiretas) que compõem o fundo público, duas (orçamentárias e indiretas) foram utilizadas para a Copa do Mundo. Comparando com todo o orçamento da união, a participação variante de 0,04 a 0,08% do esporte e lazer na totalidade do fundo público só reforça sua insignificância. Esse fato compromete significativamente a materialização do direito ao esporte ao conjunto da população brasileira

A partir do primeiro ensaio com o PAN Rio 2007, a participação dos megaeventos na punção do orçamento do esporte e lazer se torna uma constante. Paralelamente, os Jogos Mundiais Militares 2011 utilizam recursos advindos da função Defesa Nacional, que tem como órgão executor o Ministério da Defesa. A Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016 começam a abocanhar parcela do orçamento de esporte e lazer, a partir de 2010, elevando essa participação ano a ano.

As fontes indiretas revelam a materialidade da “bolha de isenção fiscal” que foi concedida à FIFA e seus parceiros comerciais e operacionais. As isenções gerais de impostos incidem diretamente em menos receita na composição geral do orçamento público da União e, conseqüentemente, no orçamento das políticas sociais e na garantia de direitos. Estimativas de Gasto Tributários da Receita Federal revelaram que a FIFA obteve 481,3 milhões de reais de isenção para organização da Copa do Mundo. Se acrescentar o gasto com as Olimpíadas, teríamos um acréscimo significativo nos gastos com Megaeventos.

Para se calcular o total de gastos de desporto e lazer total (TGDL) de 19,94 bilhões de reais, foi considerada a soma das três fontes orçamentárias com o esporte e lazer, considerando inclusive os gastos com o setor advindos de outras funções. Parte importante desse momento total fica com a construção de infraestrutura esportiva, e pequena parcela é destinada à

democratização do acesso ao esporte e lazer, o que revela mais um ponto relativo à investigação desse estudo em problematizar a materialização do esporte como direito. As isenções fiscais no âmbito do esporte e lazer, além de revelar a face de desresponsabilização do Estado, perante seu dever de garantir o esporte e lazer como direitos, amplia e reforça o direcionamento do fundo público na ampliação de recursos à setores historicamente privilegiados (MATIAS et. al., 2016, p. 106).

Para solidificar o montante de 39,88 bilhões que demonstra o total de gastos com a Copa do Mundo (TGCM), outro documento foi de fundamental importância, a Matriz de Responsabilidade, que foi consolidada em versão definitiva em dezembro de 2014. Ela reúne, a partir de um pacto entre a União, Estados e Municípios, relativos às cidades sedes, os gastos relativos à infraestrutura urbana (Mobilidade urbana; Aeroportos e Portos; Rede Hoteleira; Rede Hospitalar; Energia; Saneamento; Segurança e Telecomunicações) e esportiva.

A organização da Copa do Mundo envolveu ações de infraestrutura e serviços complementares, que contou com políticas nas áreas de segurança, infraestrutura turística, energia, telecomunicações e tecnologia da informação, sustentabilidade ambiental e a constituição do plano de promoção do país, que foram realizados de forma antecipada. Também foram executadas mais proximamente ao evento, ações relativas à malha aérea, operação aeroportuária e portuária, de transportes e mobilidade urbana, e também foram abordados temas como saúde e energia e programas específicos de promoção do país.

Quanto à configuração do gasto e financiamento, percebeu-se um grande investimento público federal e local, com ênfase no Investimento e Financiamento Federal e no investimento dos governos locais, com pouquíssima participação de investimento privado, com exceção do setor dos Aeroportos, com a privatização dos principais aeroportos do país nos últimos dois anos.

Tamanha complexidade e envolvimento de dinheiro público ficam a cargo das autoridades públicas, onde muitas das ações que poderiam significar

um real investimento na regeneração urbana e melhoria da qualidade de vida da população, nem sempre seguem esse destino, acabando por redundar em desperdício de dinheiro público, especulação imobiliária e gentrificação dos espaços urbanos. As decisões e coordenação política do que precisa ser feito acabou ficando a cargo da FIFA e do COL, e às instâncias governamentais acabou restando a tarefa de cumpridores das garantias governamentais exigidas pela FIFA, em uma completa inversão de papéis, com o agravante de deixar imensa responsabilidade sobre patrimônio público na mão de uma entidade tão contestada e controversa como se pode perceber no 4º Capítulo dessa tese.

As organizações de administração do esporte foram se configurando ao longo do tempo em verdadeiras megacorporações, onde o desenvolvimento do esporte passou a ter papel secundário, passando a valer tão e somente seu valor de *commodity*. As características inerentes ao esporte, que envolvem ingredientes como paixão e torcida, levaram o futebol a ser uma mercadoria com atributos especiais.

Sem recorrer a uma visão romantizada, dinheiro e poder fizeram com que as organizações de administração do esporte fossem espaços de disputas desde o seu início. No entanto, os interesses financeiros e comerciais de um comitê executivo da burguesia o fizeram suprimir o simples associativismo e o qualquer possibilidade de altruísmo no futebol. Este agora faz parte de uma complexa cadeia econômica: a promoção, transmissão e divulgação do espetáculo esportivo, a venda de materiais e equipamentos esportivos, a construção e reconstrução de infraestrutura, as entidades de administração do esporte, a venda de direitos, serviços e contratos, os trabalhadores, os consumidores et. al., que movimenta, anualmente, cerca de 500 bilhões de reais.

As relações comerciais entre dirigentes e instituições esportivas começaram a ser contestadas, a partir de denúncias e trabalhos investigativos, somente a partir da última década do século passado. Da história de Havelange, Blatter e Valcke na FIFA e de Teixeira, Marin e Del Nero na CBF, e suas relações com a multinacionais Adidas, Coca-Cola, McDonalds, Nike, com figuras como Dassler, Weber, Phillippe Blatter, Byrom, Rosell, Abrahão, e as

empresas de direitos comerciais, de transmissão e de turismo ISL, Infront, Traffic, SBTR, EGGZ, Pallas, Klefer, 100% Brasil Marketing, Pelé Sports, entre outras, e ainda com políticos, como Cabral, Arruda, Filippelli e Agnelo que formaram uma emaranhada rede de favorecimentos, fraudes e propinas, que estão sendo sistematicamente reveladas e punidas pela justiça de diversos países.

Alguns dos problemas que a administração do futebol voltada exclusivamente para o lucro e renda geraram pro futebol brasileiro, foram identificados na CPI CBF/Nike, outros identificados na CPI do Futebol e alguns pode-se abstrair das discussões engendradas neste estudo: “1) a partida em massa dos nossos melhores jogadores para irem jogar no Exterior; 2) os grandes lucros das empresas de marketing esportivo, os sinais de rápido enriquecimento de empresários, agentes de jogadores, de dirigentes” (AZEVEDO; REBELO, 2012, p. 3); 3) Que as convocações de parcela dos jogadores para a Seleção Brasileira estavam mais alinhadas com o potencial de valorização do mesmo do que por critérios técnicos; 4) Técnicos e dirigentes passaram a agenciar jogadores, levando participação nas transações comerciais; 5) A elitização do espetáculo esportivo, com o encarecimento dos ingressos, criação de arenas esportivas com maior poder de comercialização nos lugares dos tradicionais Estádios; e a 5) a velha e persistente falta de transparência nos patrocínios, nas despesas e receitas dos clubes,

O grupo liderado por Teixeira, Marin e Del Nero buscou sustentação política e econômica para manter o controle da CBF, desviando-a de sua finalidade de fomentar o desenvolvimento do futebol brasileiro e cuidar da seleção brasileira da base ao profissional, e transformando-a em uma agência de negócios milionários que explora a imagem da seleção brasileira.

Essa perspectiva transformou a Copa 2014 num imenso balcão de negócios, envolvendo desde pacotes para turistas de luxo, venda de ingressos superfaturados em câmbio não-oficial e ilegal, superfaturamento dos estádios construídos, monopólio comercial nos “territórios FIFA”, propinas e favorecimentos de todos os envolvidos na “festa da FIFA”.

No entanto, com a proximidade de realização da Copa no Brasil, uma série de denúncias e acusações desbarataram uma rede de corrupção que envolvia a FIFA e suas subsidiárias, inclusive a CBF. Todos esses acontecimentos resultaram na renúncia, na denúncia e na prisão de diversos dirigentes esportivos. Investigação paralela denominada Lava-Jato respinga na Copa do Mundo, ao revelar formação de cartel entre as principais empreiteiras do Brasil, resultando em fraudes e superfaturamento das obras, propinas e demais irregularidades nas obras de pelo menos 10 de 12 Estádios.

Em posse de documentos comprobatórios, a CPI do Futebol (2015) conclui que as organizações de administração do esporte converteram-se em organizações criminosas e sugere mudanças na forma jurídica de clubes de associações esportivas para empresas e da transparência das entidades de organização do esporte em suas relações comerciais.

À margem da festa nos estádios, os trabalhadores sonhavam em fazer parte desse grande evento. Operários da construção civil, terceirizados e voluntários foram os que deram vida (alguns literalmente) ao grande espetáculo. Se sentir parte do evento renovou sentimentos de energia nacional e amor à pátria, e ainda, mais importante, configurava-se numa oportunidade de emprego e renda, e quem sabe, um futuro melhor.

A construção civil, além de ser um dos principais setores da economia brasileira, foi também um dos maiores geradores de empregos diretos relativos à Copa. Com crescimento econômico promissor atestados em estudos encomendados (DIEESE, ERNEST YOUNG; FGV), não se realizaram na realidade. Um caminho de recessão<sup>239</sup> e aprofundamento da crise assolou a economia nacional, justamente a partir de 2014, ano de realização da Copa.

Diversos fatores fazem a construção civil ser um ambiente de trabalho precarizado, a alta rotatividade da mão de obra, a terceirização, contrato temporal ou por empreitada e salário rebaixado. A combinação entre

---

<sup>239</sup> A recessão econômica veio acompanhada de uma crise política já identificada nas Jornadas de Junho de 2013, aprofundadas e agravadas no processo de reeleição em 2014 e posterior impedimento, em 2015, da presidenta Dilma, chegando à posse do golpista Temer, que, em conjunto com sua golpista base parlamentar e jurídica, tem acelerado a dilapidação do patrimônio público, as contrarreformas e a retirada de direitos.

construção civil e um empreendimento que envolva simbologia e tempo pode resultar em mais precarização e acidentes de trabalho. É o caso dos Estádios de futebol para um evento como a Copa do Mundo.

No decorrer das obras, os operários se organizaram para reivindicar melhores condições de trabalho. Na pauta estavam a garantia do horário de descanso e tempo adequado às refeições, melhoria da alimentação, pagamentos justos para horas extras, plano de segurança do trabalho, condições adequadas de higiene, estabilidade para os membros da comissão de representantes, aumento salarial, pagamento de horas-prêmio prometidas, bonificação por produtividade, aumento do valor da cesta básica, reposição dos dias/horas parados, pagamento de plano de saúde médico e odontológico e melhoria das condições de alimentação e alojamento.

Mas nem todas as reivindicações foram atendidas, e nove operários acabaram falecendo ao construir os Estádios da Copa. Empreiteiras e empresas terceirizadas insistiram em se desresponsabilizar, colocando, muitas vezes, a culpa pelas mortes nos próprios operários falecidos ou no parceiro comercial. Filgueiras (2015) demonstra em estudo sobre mortes na construção civil que existe um aumento significativo quando os serviços são terceirizados.

Outro grupo de trabalhadores relevante no contexto da Copa foram os voluntários que, historicamente, participam da organização e realização de Megaeventos Esportivos. Diversas são as motivações que levam o sujeito a se voluntariar em um evento como esse, como a possibilidade de vivenciar, de alguma maneira, o espetáculo esportivo para além da relação de consumidor, já que festas desse tipo costumam ser caras. Por gostar de futebol, pelo prazer de participar, para conhecer pessoas, para treinamento de língua estrangeira, foram as demais motivações identificadas em estudo de Couto et. al. (2015).

A questão do voluntariado gera polêmica, por muitas vezes ser utilizado como mão de obra barata, inseridas num contexto de desresponsabilização do Estado. A Copa do Mundo é um evento privado de propriedade da FIFA, que tem um lucro considerável nas atividades que desenvolvem, mas que economiza utilizando a mão de obra barata dos voluntários altruístas, que amam o futebol ou que buscam experiências numa expectativa futura de

alocação no mercado de trabalho. É realmente um grande negócio na perspectiva do capital, socializar os trabalhos e os custos e privatizar os lucros. Mas não se pode dizer mesmo na perspectiva da classe trabalhadora.

Na dinâmica de realização desse grande evento, o país atravessou um cenário de conflito e tensão que resultou nas manifestações populares em 2013, conhecidas como Jornadas de Junho. Além de terem se configurado como uma das maiores manifestações populares já ocorridas na história do país, um fato chama atenção: o futebol e Copa do Mundo estavam presentes como temas importantes e centrais no conjunto das reivindicações sociais.

O pavio da bomba se deu em manifestação liderado pelo MPL contra o aumento das passagens de transporte público. As imagens de forte repressão da Polícia Militar contra os jovens catapultaram manifestações em todo país. As Copas das Confederações de 2013 estavam prestes a acontecer, foi o estopim que faltava. Em sua maior parte, os protestos giravam em torno de mais direitos e pela melhoria de serviços públicos: transporte, educação, saúde, a má utilização do fundo público, bem como, a corrupção e o descrédito nas instituições políticas e partidárias se mesclaram entre as principais motivações. No esporte, as principais manifestações giravam contra os gastos superfaturados e a privatização dos estádios da Copa, contra a aprovação da Lei Geral da Copa; contra a corrupção na CBF e FIFA, contra a violação e negação de direitos, tais como: as remoções de moradias e a elitização dos estádios padrão FIFA, que aboliu espaços populares nos estádios.

A condução das manifestações acentuou a polaridade em torno do apoio ou não acerca da Copa e dos Megaeventos, simbolizadas pelas hashtags #nãovaitercopa e do #vaitercopa, o que não contribuiu para politização do processo.

As atuações dos Comitês Populares da Copa tiveram, entre outros<sup>240</sup>, papel relevante na qualificação dessa pauta, tanto nas ruas quanto na produção de Dossiês (ANCOP, 2014) que denunciavam: 1) A remoção de moradias em razão da Copa; 2) O alto custo na construção dos 12 estádios; 3)

---

<sup>240</sup> Destacaram-se, principalmente: MTST, intelectuais, universidades, grupos de pesquisa, colégios científicos, movimento estudantil, em especial a EXNEEF, coletivos políticos partidários.

A privatização e elitização dos estádios brasileiros; 4) O cartel formado pelas empreiteiras que fazem parte das obras de infraestrutura e dos Estádios; 5) A violação de direitos trabalhistas nas construções e a morte de nove operários em serviço; 6) Extremas benesses concedidas à FIFA e seus parceiros comerciais garantidas legalmente; 7) Higienização a partir da criminalização dos moradores em situação de rua; 8) Incentivo ao turismo sexual; 9) Gentrificação urbana, fruto da especulação imobiliária, dentre outras.

O Governo Federal atua na direção de contrapor as denúncias e os argumentos apresentados pelos críticos à realização da Copa do Mundo. Além das peças publicitárias e pronunciamentos oficiais em veiculação na grande mídia e em canais informais como as redes sociais, houve a republicação de obras, como o livro “Pátria de Chuteiras”, de Nelson Rodrigues, por parte do Ministério do Esporte, que visou disseminar o sentimento nacional de amor à pátria aos brasileiros e superar o “Complexo de Vira-Latas”.

Com o crescente descontentamento, buscou, tardiamente, aproximar o evento da população, através de audiências públicas e seminários. Os mecanismos de controle social e democráticos foram restritos e insuficientes para uma participação efetiva da sociedade civil. Com destaque, entretanto, à participação dos movimentos sociais, tais como os Comitês Populares da Copa.

Dentre as principais contra argumentações em defesa da realização da Copa se destacaram explicação acerca da utilização do fundo público, os possíveis ganhos econômicos com o turismo, criação de empregos e projeção da imagem do Brasil no exterior; que poucas famílias foram removidas, e que estas receberam indenização ou nova moradia, e que o país tinha capacidade de realizar grandes eventos para o mundo, entre outras. Para o Governo essa seria “A Copa das Copas”.

Houve um forte processo de partidarização e uso eleitoral do debate, tanto da situação, quanto da oposição, aumentando a polarização. Ambos espectros partidários buscaram manipular informações e dados para influenciar a opinião pública e despolitizar o debate.

O bordão #nãovaitercopa, bandeira simbólica de parte da esquerda, não encontrou reflexos nas massas e ainda foi apropriada pela direita para atacar o Governo da Presidenta Dilma (PT). Por outro lado, o governo ressuscitou discursos ufanistas e patrióticos, mobilizou uma mídia, gestores e militantes em torno do #vaitercopa, buscando deslegitimar as críticas e impedir prejuízos à imagem do Governo. Ao fim e ao cabo, o Governo sofreu um desgaste político, por todo o processo e pelas concessões que fez em nome da FIFA.

A grande mídia continuará a serviço de seus próprios interesses econômicos e representará os interesses de quem detém o poder econômico. As redes sociais apresentam uma possibilidade futura da quebra desse monopólio, mas que ainda é contido e controlado pelo poder econômico.

Os movimentos sociais, como o CPC, MTST e o movimento estudantil, bem como, alguns grupos de pesquisas de universidades públicas foram os setores que mais contribuíram para a politização e a elevação da consciência crítica da população. Para superar uma polaridade empobrecida, criticaram os processos conduzidos para a realização da Copa, problematizando a partir do #CopaPraQuem? e #CopaSemPovoNaRuadeNovo, conquistando várias reivindicações e mitigando os efeitos negativos da Copa.

No entanto, a população brasileira demonstrou, a partir de grandes manifestações populares, a insatisfação com o rumo das políticas em curso. No conjunto das reivindicações populares (Saúde, Educação, Transporte, Política, etc.) a temática “Megaeventos” estava entre as de destaque.

Os manifestantes, em sua maioria pertencente à classe trabalhadora, cobravam auditoria dos gastos suntuosos com os estádios e a não privatização dos mesmos, a revogação da Lei Geral da Copa, apuração das denúncias de corrupção contra a CBF e a FIFA, contra as remoções de moradias e demais violações contra os direitos humanos, com responsabilização dos culpados, contra a elitização dos estádios, entre outras.

O direito ao esporte foi praticamente ignorado por quase todos os sujeitos desse embate, ficando secundarizado inclusive nos movimentos sociais e nas universidades.

Em que pese o lazer e o esporte, e conseqüentemente o futebol, ser garantido como direito social pela Constituição Federal (1988: art.6º e art. 217º), na atualidade, existe um conjunto de leis dispersas que o regulamenta, servindo historicamente a interesses mercantis conservadores representados por organismos do Estado e da sociedade civil. O fortalecimento de uma política de megaeventos esportivos, em detrimento do investimento de políticas sociais no setor, colabora para a não democratização do seu acesso e impede a sua materilaização.

O discurso que buscava legitimar a Copa no Brasil apontava legados que seriam usufruídos pela totalidade do povo brasileiro. Esses legados seriam benefícios de ordem econômica, com a injeção de dinheiro na economia local advindos do comércio e do turismo (com a promoção da marca “Brasil” internacionalmente) e do acréscimo dos postos de trabalho, benefícios sociais, com aceleração da regeneração urbana, melhoria dos bens, serviços, equipamentos e mobilidade urbana e, ainda, benefícios esportivos como ampliação da infraestrutura esportiva e de incentivo à prática esportiva dos brasileiros e brasileiras.

Sim, houve festa, encontro de países e torcidas, estimulando determinado tipo de turismo, houve obras de infraestrutura, geração de emprego e o país entrou no cenário internacional com determinado protagonismo. Mas houve também trabalho precário, remoções, repressão às manifestações e aos manifestantes, obras superfaturadas. O que ficou depois do Jogo? Nem legados econômicos, nem sociais, nem esportivos. O que ficou foi um legado às avessas. Menos direitos, menos democracia.

A Copa do Mundo, que divertiu milhões de torcedores durante quase dois meses, foi economicamente lucrativa para um restrito grupo, entre dirigentes esportivos, políticos, megaempresários e empreiteiros. Enquanto a Copa do Mundo no Brasil esteve a serviço da acumulação e das condições gerais de produção, foi extremamente prejudicial a uma parcela significativa da população, principalmente os mais pobres. Os conflitos e tensões sociais ocorridos durante o período de realização e organização da Copa do Mundo expressaram que o esporte como mercadoria já não reina tranquilo e sem questionamentos. Movimentos sociais, universidades e setores progressistas

da sociedade contribuíram para elevação da consciência crítica sobre os Megaeventos. Passados os principais megaeventos esportivos, não parece que esporte e lazer tomarão outro rumo e se efetivarão como direitos conquistados de fato. Afinal, quem se lembra que o esporte e lazer são direitos?

## Bibliografia

ALMEIDA, D. F.; NERI, A. A.; FIGUEIREDO, P. O. F. de N.; ATHAYDE, P. F. A. (org.). **Política, lazer e formação**. Brasília: Thesaurus, 2010.

ALMEIDA, D.; FERES NETO, A. (Org.). **Esporte e Lazer: a cidadania em construção**. B: Thesaurus, 2012.

ALMEIDA B. S.; MARCHI JÚNIOR W. **O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008)**. Movimento 16, 2010;

\_\_\_\_\_. **Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das confederações brasileiras**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, 2011.

ALVES, G. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000:

ANCOP. **Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, 2014**. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf> Acesso em: 26/07/2015.

ANCOP, C. P. da C. e O. do R. de J.. **Dossiê: Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf> Acesso em: 02 jun. 2013.

ANDRÉ, P. **As manifestações de junho nos deram coragem**. Reportagem para a seção Sociedade, da Revista Carta Capital., 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cforam-as-manifestacoes-de-junho-que-nos-deram-coragem201d-7601.html> Acesso em 26 de jul. 2017.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez. 2006.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R (Org.). **A Dialética do Trabalho. Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ATHAYDE, P. F. A. **Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – UnB, 2009.

\_\_\_\_\_. **O lugar do social na política de esporte do governo Lula**. Ser Soc. 28, p.184-209, 2011;

\_\_\_\_\_. **O ornitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte do governo Lula e suas implicações sociais**. (Tese de Doutorado). Brasília: UnB, 2014.

ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. **Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 37, p. 2-10, 2015.

ATHAYDE, P. F. A.; CARVALHO, M.; MATIAS, W. B.; CARNEIRO, F. H. S.; SANTOS, ALMEIDA, S. **Panorama sobre a constitucionalização do direito ao esporte no Brasil**. Motrivivência (Florianópolis), v. 28, p. 38-53, 2016.

ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F.; FIGUEIREDO, P. O. F. N.; SANTOS, N. **O Esporte como Direito de Cidadania**. Pensar a Prática v. 19, nº 2, 2016.

ARCARY, V. **As Lutas Decisivas são as que o futuro nos reserva. Crise econômica mundial e turbulências no sistema internacional de Estados em perspectiva histórica**. In Revista Inscrita n. 11, Brasília, CFESS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Uma nota sobre a desigualdade social no Brasil**. História & Sociedade. Blog.esquerdaonline, 2017. Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=7800> Acesso em 09 set. 2017.

ASSIS DE OLIVEIRA, S. **Reinventando o Esporte**. Autores Associados, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. **O “novo” interesse esportivo pela escola e as políticas públicas nacionais**. (Tese de Doutorado). Recife: UnB, 2009.

AZEVEDO, C.; REBELO, A. **A Corrupção no Futebol Brasileiro**. Motrivivência, 2002.

BARAN, P. A. & SWEEZY, P. M. **Capitalismo Monopolista. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARANDÃO, J. C., **A Copa FIFA 2014 para além da política esportiva: estudo do dissenso entre os interesses da 'cidade empresarial' e os dos cidadãos, através da análise da ação dos movimentos sociais** (dissertação de mestrado) UNICAMP: Campinas, SP: 2014.

BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Crise do Capital, fundo público e valor**. In Boschetti et al. **Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos**. São Paulo, Cortez, 2010

\_\_\_\_\_. **Desigualdade e Política Social no “Neodesenvolvimentismo” Brasileiro**. Texto inédito (texto disponibilizado pela autora), 2013.

\_\_\_\_\_. **Fundo público: um debate teórico estratégico e necessário**. Comunicação Oral. XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XV ENPESS), Ribeirão Preto, 04 a 09 de dezembro de 2016.

BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo, Cortez Editora, 9ª edição, 2012.

BOUDENS, E. P. J. **(CPI CBF/Nike: textos e contexto II) Legislação desportiva brasileira: uma visão panorâmica.** [Consultoria Legislativa]. Brasília: Câmara dos Deputados, Fevereiro/2002.

\_\_\_\_\_. **O Financiamento do esporte no primeiro mandato de Lula (2003-2006).** Rio de Janeiro: T mais oito, 2007.

BOSCHETTI, I. S. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais,** CFESS, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento?** In SALVADOR, Evilásio et all (org). Financeirização, Fundo Público e Política Social. São Paulo, Ed. Cortez, 2012.

BOSCHETTI I. S.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M dos; MIOTO, R.C.T. **Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos.** São Paulo, Cortez, 2010.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução.** Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desporto, 1997.

BRASIL. R. F. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em 09 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 103,** de 01 de janeiro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/Antigas\\_2003/103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm) Acesso em 09 set. 2014.

BRASIL. R.; CNE, CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS. **Deliberação no. 7-65, de 2 de agosto de 1965: Baixa instruções às entidades desportivas do país sobre a prática de desporto pelas mulheres.** In FARIA JUNIOR, A. G. de. **Futebol, questões de gênero e co-educação.** Pesquisa de Campo. Rio de Janeiro, n.2, 1995.

BRASIL, Ministério do Esporte. **Política nacional do esporte.** Brasília, 2005. Disponível em: <[http://portal.esporte.gov.br/destaques/politica\\_nacional\\_esporte.jsp](http://portal.esporte.gov.br/destaques/politica_nacional_esporte.jsp)>. Acesso em: 20 jun. 2014

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal.** Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei Pelé - nº 9615/2008.** Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei Agnelo-Piva - nº 10.264/2001.** Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Torcedor – Lei nº 10.671/2003.** Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei de Incentivo ao Esporte – nº 11.438/2006.** Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Timemania - Lei nº 11.345/2006, art. 4.** Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Balço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa.** 2014. Brasília, janeiro de 2011a.

\_\_\_\_\_. **Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa.** 2014. Brasília, setembro de 2011b.

\_\_\_\_\_. **Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa.** 2014. Brasília, abril de 2012a.

\_\_\_\_\_. **Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa.** 2014. Brasília, dezembro de 2012b

\_\_\_\_\_. **Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa.** 2014. Brasília, setembro de 2013a.

BRASIL, R. F. **Matriz de responsabilidade consolidada 2014.** Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades> Acesso em 22 fev 2015.

BRAZ, M. (Org.) **Samba, Cultura e Sociedade: sambistas e trabalhadores entre a “questão social” e a questão cultural no Brasil.** São Paulo, Expressão Popular, 2013.

BOM SENSO, F. C. **Dossiê do Futebol Brasileiro,** 2014. Disponível em: <http://duosports.com.br/web/wp-content/uploads/2013/10/174274366-DOSSIE-DO-FUTEBOL-BRASILEIRO.pdf> Acesso em: 11 nov. 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Concursos Prognósticos,** disponíveis no portal da CEF – [http://www1.caixa.gov.br/Loterias/Repasses\\_Sociais/](http://www1.caixa.gov.br/Loterias/Repasses_Sociais/) Acesso em 10 de jan. de 2017.

CAFRUNE, M. **Direito à Moradia e a Copa do Mundo no Brasil: das mudanças legislativas às novas lutas urbanas.** (Tese de doutorado) - Brasília, DF, 2016

CASTELLANI FILHO, Lino. **Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano.** Revista Motivivência, Florianópolis, v. 26, n. 42, 2014.

CASTELO, R. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento.** In revista Serviço Social e Sociedade, n. 112. São Paulo, Cortez Editora, 2009.

CASTRO, D. G. **Governança Urbana Empreendedorista e Megaeventos Esportivos.** In: Geo UERJ, Ano 15, n. 24, v. 1, 1º sem. 2013. P. 37-60. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/5058/5021> Acesso em: 26 dez. 2015.

CASTRO, D. G.; NOVAES, P. R. **Copa do Mundo 2014 e os Impactos no Direito à Moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras.** In: SANTOS JR., Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014** Observatorio das Metrópoles. Rio de Janeiro, 2015.

CPI DOS BINGOS. **Relatório Final.** Biblioteca do Senado. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/82024/RelParcial1.pdf?sequence=12> Acesso em 12 de jun. de 2017.

CABRERO, G. R. **Introdução a Edição Espanhola** in GOUGH, I. **Economia política del Estado del bienestar**. Trad. de Gregorio Rodriguez Cabrero. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

CAMPOS, P. H. P. **As empreiteiras nacionais e a história econômica brasileira nos séculos XX e XXI**. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos\\_sem\\_peq/texto0505.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos_sem_peq/texto0505.pdf)  
Acesso 04 de abril de 2017.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 415-495.

CASTELAN, L. P. **As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010)**. 2011. Dissertação. (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. 2011.

CASTELLANI FILHO, L. (Org.) **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Autores Associados: São Paulo, 2007.

CASTELLANI FILHO, L.. **O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte**. In: HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (Orgs.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008, p. 129-144.

\_\_\_\_\_. **Gestão Municipal e Política de Lazer**. In L, M A, ISAYAMA, H. (orgs.). *Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. **“Notas para uma agenda do esporte brasileiro”**. In **Coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. Desafios para o Século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações. Série Ação Parlamentar nº 146, 2001, pp. 577-589.

CASTELO, R. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento**. In revista Serviço Social e Sociedade, n. 112. São Paulo, Cortez Editora, 2009.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Editora Cortez, Campinas, 1992.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas?** Bertrand Brasil: São Paulo, 1999.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista. Categorias e Leis**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1982. Cap. XIII.

COUTO, E. F. **A Esquerda Contra-Ataca: rebeldia e contestação política no futebol brasileiro (1970-1978)**. Recorde: Revista de História do Esporte Artigo volume 3, número 1, junho de 2010.

COUTINHO, C. N. **Sociedade e Cultura no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZUTTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. Eds. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DAMO, A. S. **O desejo, o direito e o dever: a trama que trouxe a Copa ao Brasil**. Movimento, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 41-81, abr./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Editora da Universidade/IFCH, 2002.

DAMO, A. S., OLIVEN, R. G. **O Brasil no horizonte dos Megaeventos Esportivos de 2014: sua cara, seus sócios e seus negócios**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 19-63, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v19n40/a02v19n40.pdf> Acesso em 10 de jun. 2017.

DEMIER, F. **Depois do Golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad, 2017.

DEMO, P. **Metodologia Científica em ciências Sociais**. 3ª ed. Rev. e ampl.. São Paulo: Atlas, 1995, p. 15-56.

DIEESE, **Estudo Setorial da Construção – 2011**. São Paulo.

DUBET, F. **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In ANTUNES, R (Orgs). **A Dialética do Trabalho. Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ESPORTE. M. do. Caderno I: **Esporte, Lazer e Desenvolvimento humano**. Brasília, 2009a.

\_\_\_\_\_. do. Caderno II: **Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer**. Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. do. Caderno III: **Desenvolvimento Institucional**. Brasília, 2009c.

\_\_\_\_\_. CARTA DE BRASÍLIA, 2006 In ESPORTE. M. do. Caderno II: **Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer**. Brasília, 2009c.

E-SIC. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão** Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/patrocinio>  
<http://www.acessoainformacao.gov.br> Acesso em: 26 de jul. de 2017

FARIAS, R. **Um pouco de Bom Senso: o processo de reestruturação do futebol brasileiro(2013-2015)** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), UFPR, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2016/04/Monografia-Rayanna-Farias-1.pdf> Acesso em 22 de fev. 2017.

FARIA JUNIOR, A. G. de. **Futebol, questões de gênero e co-educação**. Pesquisa de Campo. Rio de Janeiro, n.2, 1995.

FEDERAL, R. **Demonstrativo de Gastos Tributários: Bases efetivas**. Disponível em: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia->

[fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/bases-efetivas](#) Acesso em 25 de jul. de 2017.

FENAPAF. **Portal da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol**. Disponível em: <http://www.fenapaf.org.br/>

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Os Direitos Sociais e Sua Regulamentação**. Coletânea de Leis. São Paulo: Cortez, 2011.

FIFA. Disponível em: <http://pt.fifa.com/worldcup/statistics/news/newsid=1273542/index.html#africa+suul+2010+numeros> Acesso em: 13 de Julho de 2010.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://pt.fifa.com/worldcup/archive/southafrica2010/news/newsid=1306678/index.html> Acesso em: 18 de Novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Disponível em <http://pt.fifa.com/worldcup/organisation/partners/index.html> acesso em 15 de Outubro de 2013.

FIGUEIREDO, P. O. F. de N. **Política e Formação: o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UnB, Brasília, 2009.

FILGUEIRAS, V. A. **Terceirização e Acidentes de Trabalho na Construção Civil**. In FILGUEIRAS, V. A. (Orgs.); DA SILVA, A.; LIMA DE SOUZA, I. F.; SCIENZA, L. A.; BRANCHTEIN, M. C.; DA CUNHA, S. F. SIMON, W. R. **Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira**. Aracaju: J. Andrade, 2015.

FILHO, M. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro: Maudad, 2003. 5ª edição, 2010.

FLAUSINO, Michelle da Silva. **Mistificação, esporte e lazer: o discurso sobre o direito social**. 2008. Monografia (graduação). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física, 2010.

\_\_\_\_\_.; **Mascarenhas, F.** O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação. *Licere* (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online), v. 15, p. 1-16, 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano Decenal: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, 2013.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.

FORÇA RIO 2007. **Portal do voluntário**. Disponível em <http://portaldovoluntario.org.br/blogs/53129/posts/960> Acesso em 6 de Março de 2010.

FRANZINI, F. **Futebol é "coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2005,

vol.25, n.50, pp. 315-328. ISSN 1806-9347. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882005000200012> Acesso em 26 jul. 2015.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GAMA, A. S. **As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar Social**, *SER Social*, v. 10, n. 22, jan.-jun. 2008. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2008, p. 41-68. Disponível em < >. Acesso em 10 de outubro de 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELLNER, S.V. **Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades**. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.19, n.2, 2005.

GOUGH, I. **Economia política del Estado del bienestar**. Trad. de Gregorio Rodriguez Cabrero. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

GOMES, C. L. **Verbete: lazer – concepções**. In GOMES, C. L. (Orgs) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2ª Ed. Annablume, SP, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBBSBAWN, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Era do Capital**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

IAMAMOTO, M. **A questão social no capitalismo**. In: *Temporalis 3*. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Janeiro a junho de 2001.

IANNI, O. **A questão social**. IANNI, O. In: **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IBGE. **Brasil em números = Brazil in figures**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Vol. 1 - Rio de Janeiro : IBGE, 1992.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro, v. 32, p.1-134, 2012. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2012\\_v32\\_br.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2012_v32_br.pdf) Acesso em 20 nov. 2016.

IBGE. **Práticas de esporte e atividade física: 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KATZ, C. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KOPNIN, P.V. **Fundamentos lógicos da ciência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 159-208. Caps. II, IV e V.

- KOSIC, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LAGES, C. E. D. M.; MASCARENHAS, F. ; SILVA, L. P. ; SILVA, S. R. . **A copa do mundo de futebol em Belo Horizonte-MG: impactos e legados**. Motrivivência (Florianópolis), v. 27, p. 79-92, 2015.
- LAFARGUE, P. **Direito a Preguiça**. São Paulo, editora Káiros, 1980.
- LINHALES, M. A. **A Trajetória Política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1996.
- LIÃO JÚNIOR, R., **Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de Esporte e Lazer: a experiência do Consórcio Brasília** (Dissertação de Mestrado). UNICAMP: Campinas, SP, 2013.
- LULA, L. I. da S. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014**. Zurique-Suíça, 30 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/30-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-anuncio-do-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-de-2014> Acesso em: 25 de mar. de 2017.
- MADRUGA, D. **Megaeventos esportivos como gestão de custos de oportunidade**. In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZUTTI, E.; VILLANO, B.;
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. SP, Abril Cultural, 1982.
- MANERA, D. M. de S. (et. al.) **Relatório anual da discriminação racial no futebol**. Observatório da Discriminação Racial do Esporte, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança/UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- MANHÃES, E. D. **Política de esportes no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro, Graal, 2002.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- \_\_\_\_\_. N. C. **Lazer e Sociedade: Múltiplas Relações**. Campinas-SP: Alínea, 2008.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos (Coleção Os pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1978
- \_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O 18º Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Boitempo. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gotha**. ANTUNES, R (Orgs). **A Dialética do Trabalho. Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O capital. Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 3, v. 6, 1974.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, Livro I, vol. II, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos (Coleção Os pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1978

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lazer como prática de liberdade**. 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

\_\_\_\_\_. **Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami**. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar de 2012.

\_\_\_\_\_. **O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma**. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 30, p. 963-980, 2016.

MASCARENHAS, F., ATHAYDE, P. F. A., SANTOS, M. R. dos, MIRANDA, N. N. **O Bloco Olímpico: Estado, Organização Esportiva e Mercado na configuração da Agenda Rio 2016**. *Revista da ALESDE*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, outubro 2012.

MASCARENHAS, F., ATHAYDE, P. F. A., SANTOS, M. R. dos, MIRANDA, N. N. **O Bloco Olímpico: Estado, Organização Esportiva e Mercado na configuração da Agenda Rio 2016**. Curitiba, *Revista da ALESDE*, v. 2, n. 2, p. 15-32, outubro 2012.

MASCARENHAS, G. **Inventando a “cidade esportiva” (futura cidade olímpica): grandes eventos e modernidade no Rio de Janeiro**. In MASCARENHAS, G., BIENENSTEIN, G., SÁNCHEZ, F. **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.

MASCARENHAS, G., BIENENSTEIN, G., SÁNCHEZ, F. **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.

MASCARENHAS, F.; SILVA, S. R.; SANTOS, M. R. **Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente**. *Movimento* (Porto Alegre. Online), v. 20, p. 495-517, 2014.

MATIAS, W. B. ; ATHAYDE, P. F. A. ; HUNGARO, E. M. ; MASCARENHAS, F. . **A Lei de Incentivo Fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil**. *Movimento* (Porto Alegre. Online), v. 21, p. 95-110, 2015.

MATIAS, W. B. **O enigma olímpico: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no governo Lula. 2013**. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UnB, Brasília, 2013.

MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. . **Jogos Olímpicos Rio 2016: vencedores e perdedores**. *Motrivivência* (Florianópolis), v. 27, p. 230-246, 2015.

MATIAS, W. B. ; MASCARENHAS, F. **As influências dos Megaeventos Esportivos na Agenda e Políticas Esportivas: planejamento, arranjo**

**institucional, ordenamento jurídico e financiamento.** Pensar a Prática (Online), v. 20, p. 88-98, 2017.

ME/CBF/ABDIB. **Sumário Executivo dos Estudos Desenvolvidos pela Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base – Abdib. Termo de Cooperação Técnica n. 01/2008**

MELO, M. P. de. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ.

MELO, M. P. de. Lazer, **Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento.** *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.105-122, maio/agosto de 2004.

\_\_\_\_\_. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré.** Campinas: Autores Associados, 2005.

MELO, V. A. & ALVES JÚNIOR, E. D. **Introdução ao Lazer.** Barueri-SP: Manole, 2003.

MELO, V. A. **Esporte e Propaganda Política: Um estudo comparado dos Governos de Vargas (1930-1945) e Perón (1946-1955)** in **Materiales para la Historia del Deporte VII**, Asociación Andaluza de Historia del Deporte, 2009.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do Capital.** São Paulo, Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?** *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

MINTEGUIAGA, A. **De la focalización individual a la focalización de los derechos: crítica a la propuesta del Universalismo Básico\*** in **Seguridade Social, Cidadania e Saúde/** Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato e Sonia Fleury (organizadoras) – Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

MIRAGAYA, A. Eds. **Legados de megaeventos esportivos.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008. pp. 59- 63.

MOTA, Ana Elizabete (org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade/** 2ªed.rev.ampl. – São Paulo: Cortez, 2008.

MOTRIVIVÊNCIA. Dossiê 2007-2016 – **A década dos megaeventos no Brasil.** Ano XXI, nº 32/33. Jun-Dez./2009.

NASCIMENTO, T. de F. **O Trabalho Voluntário em Tempos de Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016: um novo nicho lucrativo.** Anais do evento: Marx e o Marxismo: teoria e prática. UFF, Niterói-RJ. <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC563F.pdf> Acesso em: 15 de mar. 2017.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: *Temporalis* 3. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Janeiro a junho de 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Método na Teoria Social.** Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **“Questão social”:** elementos para uma concepção crítica. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia Política – uma introdução crítica.** 7ª Edição. Ed. Cortez. SP, 2012.

NEVES, A. V. **Espaços Públicos e Serviço Social: o desafio do projeto ético-político.** Revista Sociedade em Debate, Pelotas: jan/jun 2010.

NEVES, A. V.; SANTOS, S. H.; OLIVEIRA, C. **Conselhos municipais de Assistência Social: novas competências para o trabalho do assistente social.** Katalisis, Florianópolis, v. 5, n. 2, jul/dez 2012.

OLIVEIRA, D. **Educação no contexto das políticas sociais atuais - entre a focalização e a universalização.** Linhas Críticas. v. 11, n. 20, p. 27 - 40, jan./jun. 2005. <http://www.redalyc.org/pdf/1935/193520514003.pdf>

PANIAGO, M. C. S. **Apresentação.** In PIMENTEL, E. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem de hoje. São Paulo: Instituto Luckacs, 2012.

PAULA, M. M. F.; ARIANA, V.; BARROS, E.; GOMES, J.; SANTI, G.; CUNHA, R.; NOGUEIRA, S.; SCARPATTI, V. de; **Os gastos com a Copa do Mundo 2014: Uma análise comparativa com as últimas Copas.** Disponível em: [http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/Gastos\\_copa\\_do\\_mundo.pdf](http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/Gastos_copa_do_mundo.pdf) Acesso em 10 de jun. 2017

PENNA, Adriana Machado. **Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Megaeventos Esportivos no Brasil: políticas públicas para a expansão do Capital.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX & ENGELS, 7., 2012, Campinas. *Anais...* Campinas: CEMARX, IFCH, 2012.

PEREIRA, L. A. de M. **Footballmania: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PEREIRA, P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In BOSCHETTI et al. (org.) **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

PRAÇA, A. **Entrevista jornalística com Eddie Cottle. África do Sul 2010: legado no bolso da FIFA e seus parceiros.** Acesso em 03/03/2012, <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1041>

PEREIRA, P. A. P. **Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania.** In: Temporalis 3. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Janeiro a junho de 2001.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social.** In: Temporalis 7. Ano IV. Porto Alegre: ABEPSS, Janeiro a junho de 2004.

\_\_\_\_\_. **Discussões conceituais sobre política social como política**

**pública e direito de cidadania.** In BOSCHETTI et al. (org.) **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** São Paulo, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Social: temas e questões.** São Paulo, Cortez, 2008.

PEREIRA, P. e STEIN, R. H. **Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América latina.** In Boschetti, Behring, Santos, Mioto (org). **Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos.** São Paulo. Cortez Editora, 2010 (p. 106-130)

PIMENTEL, E. **Uma “nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem de hoje.** São Paulo: Instituto Luckacs, 2012.

PINTOS, A. E.; CATARINO, C. ; SALVADOR, E. ; ATHAYDE, P. F. A. . **O direito ao esporte e ao lazer no contexto da Política Nacional de Esporte.** Revista Brasileira de Estudos do Lazer, v. 3, p. 38-52, 2016.

PRAÇA, A. **Entrevista jornalística com Eddie Cottle. África do Sul 2010: legado no bolso da Fifa e seus parceiros.** Acesso em 03/03/2012, <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1041>

POYTER, G. **Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012.** In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZUTTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. Eds. **Legados de megaeventos esportivos.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008. pp. 121- 151.

PREUSS, H. **Impacto econômicos de megaeventos: copa do mudo de futebol e jogos olímpicos.** In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZUTTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. Eds. **Legados de megaeventos esportivos.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008. pp. 79- 101.

PRONI, M. W. **A metamorfose do futebol.** Campinas, SP: Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016.** *Revista Motrivivência*, Florianópolis, Ano XXI, n. 32/33, p. 49-70 jun-dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Marketing e organização esportiva: elementos para uma história recente do esporte-espetáculo.** Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 1, n. 1, p. 82-94, jul/dez. 1998b.

\_\_\_\_\_. **A metamorfose dos Jogos Olímpicos (1896-1996).** In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 17, 2004. **Anais do XVII Encontro Regional de História.** Campinas: ANPUH/SP-UNICAMP, 2004. Cd-rom.

PRONI, M. W. et al. **Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados.** Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

READER, S. T. O. **Jogos & cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos /** Dissertação de Mestrado. UFF: Niterói, 2007.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento urbano em sedes de Megaeventos Esportivos.** In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZUTTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. Eds. **Legados de megaeventos esportivos.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008. pp. 200- 209.

MORAIS L., SAAD FILHO, A. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula.** Revista de Economia Política, 2011.

RUBIO, K. **O legado educativo dos megaeventos esportivos.** Motrivivência, Santa Catarina, Ano XXI, nº 32/33. Jun-Dez./2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/issue/view/129/showToc>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2012.

ADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADI, R. **Política do Ministério do Esporte: entre a burocracia e a perspectiva de desenvolvimento.** Corpoconsciência, Cuiabá-MT, 2017.

SALVADOR, E. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **O controle democrático no financiamento e gestão do orçamento de Seguridade Social no Brasil.** Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2012.

\_\_\_\_\_. **Fundo Público e o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil.** Serv. Soc. Rev., Londrina, vol. 14, n. 2, 2012.

\_\_\_\_\_. **As consequências das renúncias tributárias no financiamento da seguridade social no Brasil** Revista Política Social e Desenvolvimento nº 19. Série Especial Austeridade Econômica e Questão Social, 2015. Disponível em: [http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Revista\\_19.pdf](http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Revista_19.pdf) Acesso em 25 de mar. 2016

SALVADOR, M. A. S.; SOARES, A. J. G. **A Memória da Copa de 70: esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional.** Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SALVADOR;E. TEIXEIRA, S.. **Implicações da Crise no Financiamento e no Controle Democrático das Políticas Sociais.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz Fora. Anais... Brasília, DF: ABEPSS, 2012. v. 1. p. 25-35.

SANTOS, R. P. dos. **Rio de Janeiro e Buenos Aires: A Violência nos discursos da imprensa sobre as camadas populares nos primórdios do futebol.** In MELO, V. A. de (org.) **História Comparada do Esporte.** Rio de Janeiro: Shape, 2007.

SANTOS, M. R. dos; REIS, N. S.; MATIAS, W. B. ; ATHAYDE, P. F. A. ; HÚNGARO, E. M.; MASCARENHAS, F. **O futebol na agenda do Governo Lula: Um salto para a modernização (conservadora) rumo à Copa do Mundo FIFA 2014?** Motrivivência, Florianópolis, v. 29, 2017.

SCOTT, J. **A cidadã paradoxal.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SILVA, J. A. da, SILVA; K. N. **Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da Educação para o tempo livre.** Recife-PE: Bagaço: 2003.

SILVA, M. **O dito e o não dito na publicidade da Copa do Mundo FIFA 2014: as narrativas de não patrocinadores do megaevento esportivo.** Anais da COMUNICON 2014. São Paulo, 2014. Disponível em: [http://www.espm.br/download/Anais\\_Comunicon\\_2014/gts/gt\\_seis/GT06\\_MAR\\_CELLA\\_SILVA.pdf](http://www.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_seis/GT06_MAR_CELLA_SILVA.pdf) Acesso em 10 jun. 2017.

SILVA, O. Ministro do Esporte. In BRASIL, R. F. **Balço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa.** 2014. Brasília, janeiro de 2011a.

SOARES, A. J. G., MELO, L. B. S. de, BARTHOLO, T. L., BENTO, J. O. **Jogadores de Futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola.** Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 905-921, out./dez. 2011.

SNFDDT/ME. **Prestação de Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2013.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/futebol-feminino> Acesso em 26/07/2015.

SOUZA, H. **Como se faz análise de conjuntura.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SUASSUNA, D. M. F. de A. e AZEVEDO, A. A. (Orgs.) **Política e Lazer: interfaces e perspectivas** Brasília: Thesaurus, 2007.

TEIXEIRA, M. R.; **Esporte, Fundo Público e Pequena Política: Os reveses de um Orçamento (Re)Emendado.** Dissertação (mestrado). Brasília, 2016.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B. ; MASCARENHAS, F. . **O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012).** In: Wagner Barbosa Matias; Pedro Fernando Athayde; Fernando Mascarenhas. (Org.). Políticas de Esporte nos anos Lula e Dilma. 1ed.Brasília/DF: Thesaurus, 2015, v. 1, p. 161-185.

TEIXEIRA, S. O. **Participação e controle democrático sobre o orçamento público federal em um contexto de crise do capital.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

THEODORO, M. **A Formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil,** in THEODORO, Mario (org.). **As políticas públicas e a igualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008.

TONET, I. **Marxismo e Democracia.** In **Democracia e políticas sociais na América Latina.** BORGES, L. F. P. e MAZZUCO, N. C. (orgs). São Paulo: Xamã, 2009, p. 9-21.

TRUÑO, E. **Estruturação de megaeventos e regeneração urbana: Barcelona 1992 e Torino 2006.** In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZUTTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. Eds. **Legados de megaeventos esportivos.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008. pp. 167- 173

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988.** Campinas, 2005. 370f. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2005.

\_\_\_\_\_. **O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo.** 15º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2º Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Recife, 2007

VERONEZ, L. F. C. et al. **Agenda 21: uma referência para elaborar políticas públicas de Esporte e Lazer.** Pensar a Prática, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 551820, jul./set. 2012.

WETTER. **Materialismo Dialético. Marxismo y Democracia.** série Filosofia 4. Ediciones Rioduero, 1973.